(ORG.) Tomoko Kimura Gaudioso, Luciana Sanguiné
Coordenação geral: Luciana Sanguiné e Débora Karpowicz



HISTÓRIA DOS POVOS FORMADORES DO RIO GRANDE DO SUL

Entre pampas, imigrantes e diásporas

VOL. 10 - IMIGRAÇÃO JAPONESA

EDITORA
SCHREIBEN

Tomoko Kimura Gaudioso
Luciana Sanguiné
(Organizadoras)

HISTÓRIA DOS POVOS FORMADORES DO RIO GRANDE DO SUL:

entre pampas, imigrantes e diásporas

Volume 10

IMIGRAÇÃO JAPONESA

Coordenação geral:
Luciana Sanguiné
Débora Karpowicz

EDITORA
SCHREIBEN
2026

© Luciana Sanguiné – 2026
Editoração e capa: Schreiben
Imagem da capa: Caroline Loch (lochstudioprojetos@gmail.com)
Revisão: os autores
Livro publicado em: 10/10/2026
Termo de publicação: TP0872026

Conselho Editorial (Editora Schreiben):
Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR – Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência e da apresentação das tabelas, quadros, mapas, fotografias e referências é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História dos povos formadores do Rio Grande do Sul : entre pampas, imigrantes e diásporas : volume 10 : imigração japonesa / Tomoko Kimura Gaudioso; Luciana Sanguiné (organizadores); coordenação geral: Luciana Sanguiné, Débora Karpowicz. – Itapiranga : Schreiben, 2026.
244 p. : il. ; e-book ; 16 x 23 cm.
Inclui bibliografia e índice remissivo
E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-776-2 [versão impressa]
EISBN: 978-65-5440-775-5 [versão digital]
DOI: 10.29327/5966389
1. Rio Grande do Sul – História. 2. Imigração – Rio Grande do Sul. 3. Imigração japonesa. I. Gaudioso, Tomoko Kimura. II. Sanguiné, Luciana. III. Karpowicz, Débora. IV. Título.
CDD 981.65

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

Sumário

APRESENTAÇÃO.....5
Tomoko Kimura Gaudioso
Luciana Sanguiné

CONTEXTOS, POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA

O LIVRO *A OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL*:
MATERIALIZAÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA NACIONALISTA
E ANTI-IMIGRANTISTA DA SOCIEDADE DOS AMIGOS
DE ALBERTO TORRES.....13
Rodrigo Luis dos Santos

DA TERRA DO SOL NASCENTE AOS PAMPAS GAÚCHOS:
O PAPEL DO GOVERNO JAPONÊS NA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO
RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....39
Henrique A. Falcão

CRISE CLIMÁTICA NO RS E A ABORDAGEM DO JAPÃO:
ALTERIDADE, CUIDADO E CRITICIDADE.....53
Leonardo Marques Kussler

PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA
NO RIO GRANDE DO SUL (1964 – 2025).....67
Luciana Sanguiné

TERRITÓRIOS, COLÔNIAS E INSERÇÕES REGIONAIS

ENTRE FLOREIRAS E PARREIRAIS: A COLÔNIA JAPONESA
DE IVOTI E OS LIMITES DA NARRATIVA GERMANIZADORA
NO VALE DO RIO DOS SINOS.....101
Yumi Sato Makiyama
Nathan Ferreira dos Santos Silva

A COLÔNIA JAPONESA DE ITATI LITORAL NORTE GAÚCHO:
NOTAS PARA UMA HISTÓRIA LOCAL.....117
Luciana Sanguiné

PRESENÇA JAPONESA EM SAPUCAIA DO SUL:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EMPRESA KURASHIKI.....139
Luciana Sanguiné

REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIA E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS

ENTRE FICÇÕES E REALIDADES:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PRESENÇA
FEMININA JAPONESA EM REPRESENTAÇÕES IMPRESSAS
E ORAIS PRESENTES NO RIO GRANDE DO SUL (SÉCULO XX).....167
Beatriz Martignoni Hochmüller

A SAGA DOS IMIGRANTES JAPONESES NA HISTÓRIA
DO RIO GRANDE DO SUL (1956–2006): UMA BREVE DESCRIÇÃO
SOB O OLHAR DE UMA IMIGRANTE.....183
Tomoko Kimura Gaudioso

ENTRE FRONTEIRAS E ESPERANÇAS: A FAMÍLIA FUJII
E A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL.....209
Bernardo Luchini Bisatto

BIOGRAFIA DOS AUTORES.....235

ÍNDICE REMISSIVO.....239

Apresentação

A história da imigração japonesa no Rio Grande do Sul é relativamente recente quando comparada a outras correntes migratórias que participaram da formação da sociedade gaúcha. Ainda assim, ao longo das décadas, os imigrantes japoneses e seus descendentes passaram a integrar diferentes regiões do estado, estabelecendo-se em áreas urbanas e rurais, organizando associações, desenvolvendo atividades agrícolas, comerciais e industriais e participando da vida das comunidades onde se fixaram. Embora a presença japonesa no Rio Grande do Sul seja frequentemente associada a algumas colônias mais conhecidas, sua trajetória envolve experiências diversas, distribuídas por diferentes municípios e marcadas por processos de adaptação, convivência e construção de vínculos com a sociedade local. Reunindo pesquisas de distintas perspectivas, este volume procura apresentar parte dessa trajetória, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a presença japonesa no estado e para registrar sua participação na história dos povos formadores do Rio Grande do Sul.

Iniciando o eixo **contextos, política e historiografia** desta coletânea, o capítulo *A ofensiva japonesa no Brasil: materialização de uma agenda política nacionalista e anti-imigrantista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, de **Rodrigo Luis dos Santos**, analisa a obra homônima de Carlos de Souza Moraes como expressão de um projeto político-ideológico vinculado ao nacionalismo brasileiro das décadas de 1930 e 1940, evidenciando como o discurso antiniponista foi mobilizado por intelectuais e instituições, em especial pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, para sustentar propostas de controle imigratório e vigilância cultural. Ao articular a trajetória do autor, sua inserção em redes políticas do Rio Grande do Sul e a circulação pública do livro, o capítulo demonstra como a construção do chamado "perigo japonês" extrapolou o campo das ideias, incidindo diretamente sobre políticas de Estado e sobre as condições de inserção da imigração japonesa no Brasil, oferecendo um pano de fundo fundamental para a compreensão dos temas desenvolvidos ao longo da coletânea.

No capítulo *Da terra do sol nascente aos pampas gaúchos: o papel do governo japonês na imigração japonesa no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX*, **Henrique Alfonsin Falcão** examina a atuação do Estado japonês nos fluxos migratórios direcionados ao Brasil, com atenção especial ao contexto

sul-rio-grandense no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A partir da análise das mudanças na política externa japonesa e das estratégias adotadas no processo de reconstrução nacional, o autor evidencia a importância de organismos estatais voltados à emigração, como a JAMIC, a JEMIS e, posteriormente, a JICA, destacando o papel do apoio institucional, financeiro e logístico na fixação de imigrantes, na organização de colônias agrícolas e no fortalecimento das associações comunitárias no estado. O texto permite compreender a imigração japonesa como parte de um projeto estatal mais amplo, no qual ações diplomáticas e políticas de cooperação internacional influenciaram diretamente as experiências migratórias e os modos de inserção dos nikkeis no Rio Grande do Sul.

Dando continuidade a essa reflexão sobre a atuação do Estado japonês em diferentes contextos históricos, o capítulo *Crise climática no RS e a abordagem do Japão: alteridade, cuidado e criticidade*, de **Leonardo Marques Kussler**, desloca o foco da política migratória para o campo da governança ambiental e da resiliência climática, ao analisar a crise climática no Rio Grande do Sul à luz de modelos institucionais e legislativos desenvolvidos pelo Japão ao longo do século XX. A partir de uma abordagem crítico-hermenêutica e comparativa, o autor articula conceitos como Antropoceno e Capitaloceno à crítica das políticas públicas ambientais no estado, evidenciando os efeitos do desmonte normativo, da insuficiência do planejamento estatal e da lógica desenvolvimentista predatória. Ao examinar a legislação japonesa voltada à prevenção e à resposta a desastres, a educação socioambiental institucionalizada e as ações de cooperação internacional, com destaque para a atuação da JICA e para a ajuda humanitária prestada ao Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024, o capítulo demonstra como a experiência japonesa oferece referenciais concretos para repensar políticas públicas, responsabilidade estatal e estratégias de adaptação climática, ampliando o escopo do eixo ao incorporar a dimensão ambiental como problema político e histórico central.

Encerrando este eixo, no capítulo *Produção historiográfica da imigração japonesa no Rio Grande do Sul (1964–2025)*, **Luciana Sanguiné** examina a trajetória dos estudos acadêmicos dedicados à imigração japonesa no estado, a partir da análise de livros, artigos, dissertações, teses e outros materiais de circulação científica produzidos ao longo de mais de seis décadas. O texto identifica períodos de maior e menor atenção ao tema, bem como tendências recorrentes, escolhas metodológicas e lacunas persistentes, sobretudo no que se refere a experiências regionais pouco exploradas pela historiografia. Ao evidenciar a dispersão e a ausência de uma narrativa sistematizada sobre a presença japonesa no Rio Grande do Sul, o capítulo oferece um enquadramento crítico que situa os trabalhos reunidos nesta coletânea e reforça sua relevância como esforço de organização,

ampliação e problematização desse campo de estudos em âmbito regional.

Abrindo o eixo *territórios, colônias e inserções regional, o capítulo Entre floreiras e parreirais: a Colônia Japonesa de Ivoti e os limites da narrativa germanizadora no Vale do Rio dos Sinos*, **Yumi Sato Makiyama** e **Nathan Ferreira dos Santos Silva** examinam a presença japonesa e nipo-brasileira em Ivoti a partir de uma leitura crítica das narrativas identitárias que, ao longo do tempo, consolidaram a germanidade como referência quase exclusiva da memória local. Com base em fontes historiográficas, relatos orais e registros audiovisuais, os autores evidenciam como a Colônia Japonesa foi frequentemente situada em posições de exotização ou silenciamento, ao mesmo tempo em que destacam as estratégias mobilizadas pela comunidade para afirmar pertencimento e preservar suas memórias. Ao discutir a contribuição japonesa, especialmente no âmbito agrícola e na produção de flores, o capítulo demonstra como essas experiências tensionam a narrativa oficial da cidade e revelam a pluralidade étnico-racial que compõe a formação histórica de Ivoti, problematizando os limites de uma memória construída a partir da exclusão de outras trajetórias migratórias.

Na sequência, o capítulo *A colônia japonesa de Itati no litoral norte gaúcho: notas para uma história local,* de **Luciana Sanguiné** aprofunda a análise das fontes comunitárias e dos registros visuais disponíveis, discutindo a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, suas formas de inserção social e produtiva e as dinâmicas de interetnicidade construídas no cotidiano local. Ao privilegiar festas, práticas comunitárias, espaços de sociabilidade e eventos comemorativos como chaves de leitura, o texto mostra como a memória da imigração japonesa em Itati foi sendo preservada, ressignificada e, em certos momentos, rarefeita, especialmente diante dos processos de dispersão dos descendentes. Dessa forma, o capítulo se apresenta como um ponto de partida para novas investigações, ao mesmo tempo em que reafirma a relevância das narrativas locais e dos fragmentos documentais na construção de uma historiografia mais plural sobre as migrações no Rio Grande do Sul.

No capítulo *Presença japonesa em Sapucaia do Sul: histórias e memórias da empresa Kurashiki*, **Luciana Sanguiné** investiga a trajetória da Kurashiki como experiência singular da presença japonesa no Rio Grande do Sul, deslocando o olhar da imigração agrícola para o universo da industrialização, do trabalho e da memória urbana. A partir da articulação entre fontes documentais, vestígios materiais, imagens e relatos fragmentados de ex-funcionários, o texto reconstrói a atuação da empresa desde sua instalação na década de 1950 até o encerramento das atividades, evidenciando seu papel na conformação do espaço urbano, das sociabilidades fabris e do imaginário local. Ao analisar a permanência simbólica da Kurashiki na toponímia, nos equipamentos públicos e nas memórias coletivas de Sapucaia do Sul, o capítulo contribui para ampliar a historiografia da imigração

japonesa no estado, incorporando a dimensão industrial e problematizando os processos de apagamento, preservação e ressignificação da memória japonesa em contextos urbanos sul-rio-grandenses.

No eixo **representações, memoria e trajetórias migratórias**, o capítulo *Entre ficções e realidades: algumas considerações a respeito da presença feminina japonesa em representações impressas e orais no Rio Grande do Sul (século XX)*, **Beatriz Martignoni Hochmüller** analisa as formas pelas quais as mulheres japonesas foram representadas e experienciaram o processo migratório no estado, articulando fontes da imprensa gaúcha e relatos orais de descendentes para evidenciar tensões entre discursos públicos, estereótipos de gênero e vivências cotidianas. Ao dialogar com os estudos de gênero, da representação e da história oral, o capítulo demonstra como imagens de exotização, docilidade e idealização feminina coexistiram com experiências marcadas por negociações identitárias, silenciamentos e resistências, revelando os entre-lugares ocupados por essas mulheres nas dinâmicas sociais e culturais do Rio Grande do Sul. A análise contribui para ampliar a compreensão da imigração japonesa a partir de uma perspectiva sensível às vivências femininas, evidenciando a centralidade do gênero na construção das memórias, identidades e pertencimentos das comunidades nipo-gaúchas.

No capítulo *A saga dos imigrantes japoneses na história do Rio Grande do Sul (1956–2006): uma breve descrição sob o olhar de uma imigrante*, **Tomoko Kimura Gaudioso** apresenta uma narrativa abrangente sobre a formação e a dispersão das comunidades japonesas no estado, articulando memória pessoal, levantamento empírico e registro histórico de núcleos migratórios, associações, práticas produtivas e trajetórias individuais. Escrita a partir de uma perspectiva vivencial, a análise reconstrói os caminhos da imigração japonesa desde tentativas anteriores à Segunda Guerra Mundial até a consolidação das colônias no pós-guerra, destacando processos de adaptação, organização comunitária, integração com a sociedade local e preservação cultural. O capítulo ocupa lugar central na coletânea ao funcionar como eixo articulador entre experiências locais, políticas migratórias e memória coletiva, oferecendo uma base histórica ampla que dialoga diretamente com os estudos temáticos e analíticos apresentados nos demais textos.

Em *Entre fronteiras e esperanças: a família Fujii e a imigração japonesa no Rio Grande do Sul*, **Bernardo Luchini Bisatto** desenvolve um estudo de trajetória que articula micro-história, memória e análise contextual para examinar a imigração japonesa no estado. Com base em entrevistas com descendentes, acervo fotográfico familiar e referencial teórico da história social e cultural, a narrativa reconstrói os deslocamentos do casal Bunpei Fujii e Michie Takezaki Fujii desde o Japão do entreguerras até sua inserção em diferentes regiões do

Rio Grande do Sul, com destaque para as experiências em São Luiz Gonzaga, na Serra Gaúcha e em Veranópolis. Ao problematizar rupturas, continuidades e estratégias de adaptação, o texto afasta-se de leituras lineares ou teleológicas da imigração e evidencia os imprevistos que atravessam os projetos migratórios, tensionando narrativas locais consolidadas e ampliando a compreensão sobre a presença japonesa no estado.

Ao final desta obra, espera-se que os textos aqui reunidos contribuam para ampliar o conhecimento sobre a presença japonesa no Rio Grande do Sul, bem como despertem novas reflexões e pesquisas sobre essa trajetória. Embora este volume não esgote a complexidade do tema, os estudos apresentados oferecem diferentes perspectivas sobre a experiência dos imigrantes japoneses e de seus descendentes no estado. Que este livro possa servir como um convite ao encontro com algumas dessas histórias e como uma contribuição à preservação da memória de comunidades que participaram da construção da sociedade gaúcha.

Boa leitura!

Tomoko Kimura Gaudioso
Luciana Sanguiné





CONTEXTOS, POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA



O LIVRO *A OFENSIVA JAPONESA NO BRASIL*: MATERIALIZAÇÃO DE UMA AGENDA POLÍTICA NACIONALISTA E ANTI-IMIGRANTISTA DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES

Rodrigo Luis dos Santos[1]

A OBRA, O AUTOR E SEU GRUPO POLÍTICO-IDEOLÓGICO

> Devemos enfrentar, sem mais tardança, a questão séria da ambientação do imigrante ao nosso meio, mormente o japonês. Sacudamos o nosso sentimentalismo piegas. Nada de simpatias pueris e muito menos exibições humanitárias e internacionalistas. Acima de tudo o interesse nacional, a defesa da coletividade brasileira e das instituições (Moraes, 1942, p. 16).

O parágrafo citado é aquele que encerra a introdução de *A ofensiva japonesa no Brasil*. Mais do que uma síntese do conteúdo abordado ao longo das 316 páginas da edição "revisada e ampliada" de 1942, ela também expressa o pensamento que conduziu a atuação intelectual e política de Carlos de Souza Moraes ao longo das décadas de 1930 e 1940. Sem medo de cometer exageros, afirmar que o livro escrito por Moraes foi a materialização de uma agenda política é uma questão verossímil.

Antes de falarmos da obra, é importante abordarmos seu autor e o grupo político-ideológico do qual fez parte, não apenas como forma de contextualização, mas para reforçarmos a premissa da materialização de um discurso através de um livro, entendendo quem o escreve e de onde produz sua obra.

Carlos de Souza Moraes nasceu no ano de 1908, na cidade sul-rio-grandense de Montenegro. Advinha de uma família tradicionalmente vinculada com o ambiente político estadual. Seu avô materno e seu pai foram governantes municipais e líderes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que dominou o cenário político do Rio Grande do Sul entre 1890 e 1930. Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, atuou nas cidades de Herval e na própria capital gaúcha, até transferir sua residência para São Leopoldo, onde passou o resto de sua vida, falecendo no ano de 2003, ao 95 anos

1 Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: rluis.historia@gmail.com.

de idade. Em São Leopoldo, participou ativamente da vida social e intelectual da cidade, sendo um dos fundadores e membros do Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1975, escrevendo diversos artigos para jornais e também livros sobre a história leopoldense[2] e da imigração alemã no Sul do Brasil.

Cabe destacar que também exerceu diversos cargos políticos, como o de secretário do Governo Municipal de São Leopoldo entre 1937 e 1944, diretor de Instrução Pública e diretor do jornal Correio de São Leopoldo (1938-1944), órgão oficial da edilidade local. Em 1944, com a renúncia do então prefeito leopoldense, coronel Theodomiro Porto da Fonseca, de quem era amigo próximo e principal assessor, Carlos de Souza Moraes foi nomeado prefeito pelo interventor federal Ernesto Dornelles. Ocupou o cargo até novembro de 1945, sendo substituído naquela oportunidade. Retornou ao posto em fevereiro de 1946 até meados de 1947, quando renunciou ao cargo para concorrer à vereança, sendo eleito vereador para a legislatura 1948-1951. Foi um dos principais articuladores na criação do diretório leopoldense do Partido Social Democrático (PSD), em 1945.

Mas o ponto nevrálgico mais importante para esse trabalho é a vinculação de Carlos de Souza Moraes com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sigla SAAT. Mas, o que foi essa entidade e o que defendiam? A organização, fundada em novembro de 1932, no Rio de Janeiro, era composta por intelectuais, empresários, militares, agentes públicos e políticos de carreira. Em linhas gerais, este grupo baseava sua concepção ideológica e agenda política a partir das ideias do sociólogo e político fluminense Alberto Torres (1865 – 1917). As ideias originais de Torres gravitavam em torno principais problemas brasileiros e que, a partir de uma análise profunda, precisavam ser corrigidos, visando melhorar a vida e as condições sociais do povo. Deste modo, aspectos como a formação da nacionalidade, o sistema político e constitucional e a falta de amparo ao trabalhador nacional, foram temas recorrentes em suas publicações. Denunciou a ingerência do Estado brasileiro em intervir nos problemas sociais, especialmente os relacionados com saúde e educação. Preconizava que deveria haver um governo mais centralizado e forte, que atuasse incisivamente para combater desigualdades e desmandos da elite política. Por conta dessas assertivas, Alberto Torres recebeu, por parte de seus críticos, a rotulação de "pensador autoritário".

A iniciativa de fundação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres ganhou destaque nas páginas do fluminense *Jornal do Commercio*:

2 Leopoldense é o gentílico utilizado para se referir ao habitante ou outros aspectos relacionados com o município de São Leopoldo.

> Um grupo de estudiosos da obra de Alberto Torres vai se constituir em sociedade para analisar e propagar as ideias e os ensinamentos do sociólogo brasileiro. Não é preciso salientar o mérito que terá essa futura associação, sendo também seu objetivo chamar a atenção do país para o trabalho da constituição brasileira que empreender Alberto Torres. Não tem objetivos literários, nem discutir bizantinices a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, mas, tão somente realizar um trabalho de exegese social e desenvolver as ideias e estudos que foram deixados em tese pelo autor da "Organização Nacional". É propósito da Sociedade corresponder-se com os torreanos de todos os Estados para provocar a criação dos núcleos locais e conseguir também estudos objetivos sobre as condições atuais de vida das várias regiões do país.[3]

É importante ressaltar outra característica dos escritos de Alberto Torres – e que assinala uma diferença importante relacionada com as reinterpretações e discursos promovidos pela entidade da qual seria patrono: a forte crítica às teorias racistas e eugênicas que se avolumavam entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Embora defensor de uma nacionalidade brasileira e de valorização do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro – sua crítica residia, sobretudo, nos investimentos e vantagens para com imigrantes em detrimento à vida sofrível pela qual passava, por exemplo, o homem do campo –, Torres não adotava um tom de xenofobia. E, como veremos, essa premissa de uma aguda campanha anti-imigrantista será parte fundamental do escopo político-ideológico da SAAT.

No dia 04 de dezembro de 1932, nova publicação no *Jornal do Commercio* ressaltava reunião ocorrida no dia 02 daquele mês, centrada na organização definitiva da entidade e na aprovação de seu programa de ações.[4] Se formos sintetizar o escopo ideológico e pragmático da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, ele estava assentado em três pilares: 1) políticas agrícolas, conservação e uso racional da natureza; 2) políticas educacionais, sobretudo de caráter ruralista e formação patriótica e, 3) políticas imigratórias, acentuando a definição e controle de grupos *étnicos recomendáveis e indesejáveis*. A nominata de membros fundadores as SAAT era composta por: Augusto Saboia Lima, Mendonça Pinto, José Maria Villela, Edgard Teixeira Leite, Hélio Gomes, José Bernardino Paranhos da Silva, Carlos de Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Oswaldo Paranhos, Carlos Pontes, Herval Chaves, Wady Nassif, Geraldo Sampaio, Mauro Roquette-Pinto, Edgard Roquette-Pinto, Armando Magalhães Corrêa, Juarez Távora, Raul de Paula e Francisco Saturnino de Britto Filho, Oliveira Vianna, Fidélis Reis, Félix Pacheco, Alberto Torres Filho, Heloisa

3 *Jornal do Commercio*, 20/11/1932, Ano 105, n. 276, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19253, acesso em: 5 ago. 2020.

4 Jornal *do Commercio*, 4/12/1932, Ano 105, n. 288, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/19510, acesso em: 5 ago. 2020.

Alberto Torres, Ildefonso Simões Lopes, Alberto José de Sampaio, Armanda Álvaro Alberto, Ary Parreiras, Arthur Torres Filho, José Antônio Nogueira, Edgard Ribas Carneiro, Álvaro Alberto e Álvaro Neves.

A aproximação e interação da SAAT com parlamentares ou membros do governo que compartilhassem de um pensamento nacionalista era um recurso importante para o status quo da entidade. Isso dava margens para que os torreanos não se limitassem apenas ao espectro intelectual e discursivo, mas pudessem assumir um protagonismo empírico. Esse elemento se tornou mais incisivo durante a Assembleia Nacional Constituinte brasileira, realizada entre os anos de 1933 e 1934, durante o Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, de certa forma, se autoproclamasse "detentora do direito de aceitar ou impedir a política imigratória brasileira" – contando com um aparato informativo e político para concretizar seus projetos nacionalizantes. E naquele exato momento, se fazia necessário, aos olhos de seus integrantes, abortar qualquer política que favorecesse a entrada de japoneses e outros imigrantes "indesejáveis" no Brasil.

Segundo Priscila Nucci (2009, p. 321), "os parlamentares antinipônicos, além de constituírem maioria na Constituinte, foram considerados referências para o tratamento do assunto e citavam obras de autores europeus especialistas em matéria de raça e de eugenia". Na qualidade de médicos, Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Artur Neiva buscaram, cientificamente – de acordo com suas percepções eugênicas –, apresentar argumentos que embasassem a decisão constitucional de limitar ou barrar definitivamente o ingresso de japoneses e outros grupos no Brasil. Embasamento esse que se ocupava tanto de aspectos biológicos quanto geopolíticos e socioculturais.

No jogo de forças que esteve em disputa na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, o pêndulo se direcionou favorável ao grupo antinipônico. O objetivo e os conteúdos das emendas feitas pelos deputados eram com a intenção de proibir ou restringir a entrada, essencialmente, de negros e amarelos. Neste segundo grupo, apenas os japoneses constituíam uma corrente imigratória mais considerável para o Brasil. Apesar dessas propostas buscarem a proibição somente desses grupos, o texto final que foi aprovado estabeleceu a cota de entrada de 2% para todos os imigrantes. Isso foi uma ação estabelecida pelo Itamaraty, que exerceu um papel importante para "[...] impedir que a restrição fosse destinada apenas a africanos e asiáticos, ou ainda, que a imigração japonesa fosse proibida em sua totalidade [...]" (Geraldo, 2009, p. 200). As medidas restritivas foram possíveis graças a emenda propositiva de Miguel Couto, que foi aprovada por 141 deputados federais constituintes. Parte do texto presente no artigo 121 da Constituição de 1934 trazia a seguinte forma:

> §6.o A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos. §7.o É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

Deste modo, a SAAT obteve uma vitória ao conseguir implementar um mecanismo limitador acerca da entrada e presença de imigrantes japoneses no Brasil. Mais adiante, contudo, o próprio governo Vargas iria tornar essa restrição "mais maleável", por interesses econômicos, o que repercutiu negativamente entre os torreanos. Alguns anos mais tarde, quando Vargas deflagrou o golpe de Estado que implementou a ditadura do Estado Novo (1937–1945), a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres passava por um período de forte crise interna, em decorrência de conflitos pelo poder e, especialmente, após a expulsão de Raul de Paula em 1936 dos quadros da agremiação. Raul de Paulo era um dos mais incisivos propagandistas antinipônicos dentro da SAAT, além de, desde 1932, ocupar o cargo se secretário-geral, sendo o principal articulador das ações torreanas. Mas o acúmulo de poder e os embates com oposicionistas dentro da entidade acarretaram seu desligamento. Essa medida, em algum modo, contribuiu para que, entre os anos de 1938 e 1942, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, em nível nacional, sofresse um processo de estagnação.

No Rio Grande do Sul, o núcleo estadual da SAAT foi fundado em agosto de 1936, tendo Carlos de Souza Moraes como seu primeiro presidente, posteriormente passando a assumir o cargo de secretário-geral – e realizando um trabalho de articulação e propaganda semelhante ao que fizera Raul de Paula em nível nacional. Entretanto, no início de 1938, já sob égide do regime estadonovista, o núcleo torreano sul-rio-grandense se encontrava bastante desarticulado, sendo extinto ainda no primeiro semestre daquele ano. Contudo, mesmo que a estrutura não estivesse mais operando, as ideias propaladas pela SAAT ainda permaneciam incubadas.

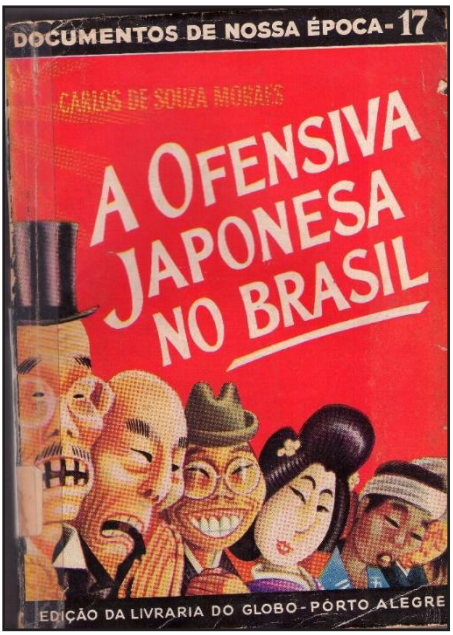
"O RETORNO DA FÊNIX": O LIVRO, SEU CONTEÚDO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

O conteúdo de *A Ofensiva Japonesa no Brasil* manifesta uma plataforma defendida por seu autor, mas também evoca um ideário compartilhado com um grupo considerável de intelectuais brasileiros. Embora não estivesse mais atuando como um integrante efetivo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres quando organizou e publicou a segunda edição de sua obra continha o "espírito torreano"

e, nas palavras do próprio autor, "gostaria que servisse de impulso para a própria retomada da obra promovida pela SAAT". Contudo, o ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941, parecia servir como impulso para o reaquecimento da máquina torreana – e sua propaganda antinipônica e anti-imigrantista. Presumivelmente, também era o momento oportuno para Moraes relançar seu livro, pois o alcance do mesmo poderia ser mais amplo, ao contrário do que ocorreu com a primeira edição, em 1937.

Ao iniciarmos a análise da edição de 1942, é perceptível que a escolha das imagens da capa e contracapa da publicação tinham um objetivo certeiro: construir a imagem – estereotipada – dos japoneses como elementos estranhos, deformados e esquisitos, tanto no ponto de vista físico quanto moral e cultural, especialmente na imagem de capa. Coadunada com esses enquadramentos, a imagem também apregoa a representação de um caráter cínico, malicioso e, no caso feminino, libidinoso, voltado muito mais para a sexualidade, representada na criação imagética de uma gueixa. O objetivo central da escolha dessa imagem para a capa do livro – assim como a da contracapa – é já causar um efeito didático no imaginário do leitor, conduzindo-o para que, a partir da leitura do conteúdo da obra, qualifique a população japonesa com os adjetivos de estranhamento e exotismo que estão impregnados ao longo do livro. E o recurso caricatural visa ampliar o alcance daquilo que foi expresso em palavras.

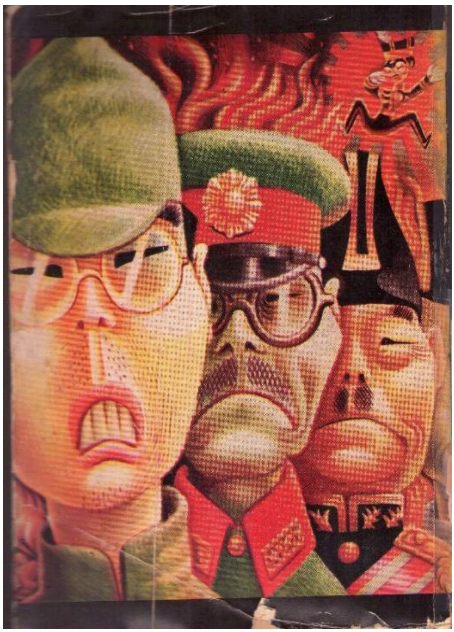
Figura 01 – Capa do livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*



Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Na capa, os personagens escolhidos fazem parte do meio popular – mulheres, jovens, idosos. A contracapa, por sua vez, se concentra em personagens relacionados com o ambiente militar e político do Império do Japão. As figuras principais satirizadas na contracapa do livro são, da esquerda para a direita, o almirante Isoroku Yamamoto, comandante da Marinha japonesa e idealizador do ataque à base estadunidense de Pearl Harbor; o general Hideki Tojo, primeiro-ministro do Japão entre 1941 e 1944 e, mais ao fundo, almirante Chuichi Nagumo, comandante da esquadra que deflagrou o ataque à Pearl Harbor em 1941. Os três são representados com semblante mais *carregado*, agressivo, justamente para construir uma imagem de homens perigosos, dispostos a tudo para levar a cabo a política imperialista nipônica. Atrás da figura dos três militares, são acrescentadas labaredas de fogo, como que em um incêndio e, do meio delas, em um círculo luminoso, alusão à bandeira japonesa, está a figura do imperador Hirohito, com uma posição gestual mais satirizada – até podemos dizer, ensandecida – que a de seus comandantes militares. Mas, em linhas gerais, o contexto da imagem aponta para um mesmo foco: evidenciar a nação japonesa como altamente nociva, para o mundo e, dentro da agenda política e ideológica defendida pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, para o Brasil, decorrente da presença de imigrantes deste país em território nacional.

Figura 02 – Contracapa do livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*



Fonte: Exemplar pertencente à Biblioteca do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Como foi possível ver, a escolha destas imagens tem um caráter notadamente intencional, almejando tanto atrair a atenção do público leitor para o conteúdo do livro, como conduzir o sentido da leitura, incutindo, naquele que lê, a certeza de que os japoneses instalados no Brasil, efetivamente, eram intrusos nefastos e até agentes camuflados, articulados diretamente com o imperialismo nipônico. A representação imagética, deste modo, tem uma abordagem pedagógica, potencializando e sintetizando o ponto nevrálgico da narrativa textual que Carlos de Souza Moraes elaborou em *A ofensiva japonesa no Brasil*: a presença irrefutável de um *perigo amarelo*.

O livro está dividido em dez capítulos, sendo que estes não contêm títulos, mas sim uma listagem dos tópicos abordados em cada um. Como apêndices, foram anexados dois contratos de concessão de terras aos japoneses na década de 1930, uma no Pará e outra no Amazonas – esta combatida na campanha do senador Cunha Melo. Juntou-se também uma declaração do presidente estadunidense Franklin Roosevelt sobre a "traição" cometida pelo Japão, especialmente o ataque contra Pearl Harbor. Mas o grande destaque foi a publicação integral do *Memorando Tanaka*, famigerado projeto de expansão imperialista japonês.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a veracidade deste documento foi amplamente aceita pelos pesquisadores e pela comunidade internacional de forma geral, sobretudo em decorrência de ações impetradas pelas forças militares nipônicas na China. O Memorando Tanaka teria sido escrito pelo então primeiro-ministro do Japão, Tanaka Giichi, sendo apresentado ao *mikado*, ou seja, ao imperador Hirohito, em 1927. Nele estariam formuladas estratégias para um plano de dominação em escala mundial. Dentro do processo de dominação, algumas etapas importantes que se faziam necessárias. A primeira delas seria a conquista e subjugamento da Manchúria e da Mongólia, visando o domínio do território chinês. Com isso, o Japão conseguiria ter controle sobre toda a Ásia na etapa seguinte e, dentro de pouco tempo, a rendição de países do Ocidente frente ao poderio japonês.

Fato concreto é que entre junho e julho de 1927, o primeiro-ministro Tanaka Giichi convocou a chamada *Conferência do Extremo Oriente*, onde participam membros de ministérios e das forças armadas do Japão. Como resultado, ficou definido que o governo japonês apoiaria o *Kuomintang* (Partido Nacionalista Chinês) em detrimento ao Partido Comunista. Para isso, o general Zhang Zuolin, chefe feudal na Manchúria, deveria aceitar que as tropas japonesas instalassem uma base militar naquela região. Em 1932, a Manchúria, dominada pelo Japão, se tornou um *estado fantoche* denominado *Manchukuo*, totalmente submisso aos interesses japoneses, sendo governado por Pu Yi, o último imperador chinês

da Dinastia Quing, que havia abdicado em 1912. Este estado existiu até 1945, quando em decorrência da rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1944), a região da Manchúria foi devolvida à China.

Foi intensamente divulgado, a partir de 1929, que o Memorando Tanaka era o relatório oficial da Conferência do Extremo Oriente. Entretanto, nenhuma edição em japonês foi encontrada deste documento, sendo sua primeira publicação em chinês. Durante a guerra, o governo dos Estados Unidos fez uso em larga escala do Memorando Tanaka na propaganda antinipônica, ampliando esse discurso no Ocidente. Atualmente, conforme os historiador John Dower (1986), a maioria dos pesquisadores acredita que o documento se tratava de uma estratégia política contra o Japão, hipótese também defendida por Barak Kuschner (2015, p. 30), ao afirmar que "haviam vários erros históricos críticos no *Memorial de Tanaka* que demonstram claramente sua falsidade, mas o fato de a mensagem se sobrepor ao objetivo geral do Japão de subjugar militarmente a China coincidiu com a crença em outros lugares de que o Memorial era genuíno".

Se hoje a autenticidade é desacreditada, naquele ano de 1942, diante dos ataques japoneses, a narrativa do Memorando Tanaka era bastante eficiente na propaganda antinipônica, sendo amplamente utilizado por seus articuladores. Sobre o propalado documento, Carlos de Souza Moraes asseverou:

> A 25 de julho de 1927, Tanaka, então presidente do conselho, apresentou ao Mikado um memorando secreto intitulado "Por uma política positiva na Manchúria", que resume toda a política imperialista do Japão num programa mais consequente de dominação nipônica na Ásia oriental. Por sua feição de documento secreto, o memorando que vai aqui publicado na integra se afasta das contingências da linguagem diplomática, onde as expressões capciosas ou protocolares abrandam, muitas vezes, as arestas muito aparentes dos interesses inconfessáveis. É direto, rude, brutal. Vai direto aos fins. É, como já se disse, um "manual do imperialismo" (Moraes, 1942, p. 271).

A utilização do memorando não se deu apenas através da anexação de uma versão em português ao final do livro. Ele foi apropriado também como fonte ao longo da argumentação construída por Carlos de Souza Moraes, como forma de referendar as informações e hipóteses aventadas, especialmente sobre o projeto expansionista japonês, que incluía também a América – e, consequentemente, o Brasil. Também podemos perceber que, já naquele período, as suspeitas sobre a veracidade do documento estavam presentes. Mas, por seu turno, Moraes admoesta o eventual leitor de seu livro, induzindo que estas dúvidas eram produzidas por "defensores do imperialismo nipônico" e, no caso de brasileiros, "traidores dos interesses brasileiros". Isso transparece na seguinte passagem:

> Para que o leitor não duvide do plano há muito preparado para as conquistas que determinaram a eclosão da guerra do Pacífico, transcreveremos algumas passagens do célebre Memorando Tanaka que, não obstante julgado pelo governo japônico como documento forjado por alguns países interessados em indispor o Japão com o mundo civilizado, representa obra valiosa para aquilatar-se dos intentos da pátria de Hirohito (Moraes, 1942, p. 196).

Almejando construir uma tese robusta, que credencie sua obra como uma fonte efetivamente crível e incontestável do perigo japonês, Carlos de Souza Moraes retomou também uma linha histórica da formação geopolítica, cultural e identitária do Japão, retrocedendo ao período feudal do país, especialmente o *Shogunato* (1600-1868), período em que havia a dominação militar dos *shoguns* (generais), passando pela *Restauração Meiji* (a partir de 1868), que implantou o Império do Japão e o colocou na rota do colonialismo, como ocorria em países da Europa. Entretanto, o recorte escolhido para essa análise se dará mais precisamente para a argumentação antinipônica – que perpassa todo o trabalho feito por Moraes –, especialmente nos aspectos relacionados com a concessão de terras, a agricultura, o campo educacional e o nacionalismo, elementos esses que também estavam inseridos diametralmente no bojo político-ideológico da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Uma das preocupações de Carlos de Souza Moraes, muitas vezes mencionada nas correspondências que emitiu, era de ampliar as informações contidas nessa nova versão de *A ofensiva japonesa no Brasil*, aumentando o escopo documental e fotográfico da obra. Mas, como bom leitor, sabia que apenas dados estatísticos e excertos talvez não prendessem a atenção do interlocutor. Se fazia necessário conquistar o lado emocional e imaginativo do público. É plausível que uma cena desconcertante tenha se formado na mente daqueles que leram o seguinte trecho:

> Por toda a parte jaziam corpos inchados em putrefação. Os cachorros vagueavam de cadáver em cadáver, e o mau cheiro era repugnante. Quando as formações da Cruz Vermelha Chinesa tentavam limpar as ruas daquele horror, os caixões de madeira eram-lhes arrancados pelos japoneses, que com eles faziam fogueiras de "vitória". Agentes da Cruz Vermelha foram assassinados às dúzias, e seus cadáveres tombavam sobre os daqueles que tinham tentado piedosamente remover (Moraes, 1942, p. 200-201).

O episódio descrito faz parte de uma narrativa mais ampla, na qual Carlos de Souza Moraes reconstrói, em detalhes, o testemunho dado por um estadunidense que presenciou o avanço das forças militares japonesas sobre Nanquim, então capital chinesa. Embora não mencione de quem se trata, os relatos e algumas outras informações fornecidas – como a de que o autor era professor na universidade local – indicam que se trate de Miner Searle Bates, missionário cristão que atuou na Universidade de Nanquim e foi um dos líderes

da Zona de Segurança Internacional, criada como forma de proteger milhares de refugiados, sobreviventes daquele que ficou marcado historicamente como o *Massacre de Nanquim*.

Entre dezembro de 1937 e fevereiro de 1938, em um período de seis semanas, milhares de civis chineses e combatentes desarmados foram mortos pelo Exército Imperial do Japão. Até os dias de hoje o número oficial de mortos é indefinido, porém, há um consenso que está situado entre 40 mil e 300 mil pessoas. Além dos assassinatos em massa, cerca de 20 mil mulheres, incluindo um número expressivo de crianças e idosas, foram estupradas pelos militares nipônicos. Esse episódio recebeu a denominação de *Estupro de Nanquim*. Como forma de "apaziguar os instintos sexuais dos soldados" e diminuir a pressão internacional, os comandantes militares japoneses incentivaram a criação de prostíbulos nos arredores de Nanquim. O "abastecimento" destas casas de prostituição ocorria através da cooptação e rapto de mulheres, tanto aquelas da colônia japonesa na Coréia, como de Taiwan, Indonésia, Filipinas e da própria China.

Encerrado o conflito bélico mundial, foi instituído em maio de 1946 o *Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente*. Entre maio de 1946 e novembro de 1948, japoneses foram julgados por três tipos de crimes: os de *Classe A*, relacionados com crimes contra a paz; *Classe B*, para os crimes de guerra e, *Classe C*, para aqueles contra a humanidade. Vinte e cinco líderes militares e políticos do Japão foram acusados de crimes de Classe A, enquanto mais de 5 mil homens foram enquadrados nas classes B e C, especialmente por abusos de prisioneiro, incluindo o *Massacre de Nanquim*.

Em boa medida, a argumentação que Carlos de Souza Moraes utilizou para sustentação da crueldade japonesa na China se baseou no livro *What War Means* (O que significa a guerra), publicado pelo jornalista australiano Harold John Timperley, em 1938. Antes disso, Timperley enviou telegramas para o jornal britânico *Manchester Guardian*, relatando o cenário de extrema violência que vinha se descortinando em Nanquim. Estes relatos foram utilizados durante o julgamento realizado pelo Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente. O reverendo Miner Bates também repassava informações aos jornais *Chicago Daily News* e *New York Times*, nos Estados Unidos, que eram publicadas em forma de artigos. Como é o caso do texto que inspirou Carlos de Souza Moraes na reconstituição dos relatos dedicados ao Massacre de Nanquim.

E se o terror ocorrido na China viesse a se repetir em terras brasileiras? Essa é a principal questão que Moraes buscava introjectar no ideário de seus leitores, ao dedicar três páginas de seu livro em pormenorizar fatos descritos em testemunhos sobre Nanquim. Esse medo da expansão nipônica deveria estar presente, pois o Japão "lançava seus tentáculos" de várias formas, como estratégia de dominação em escala global. No Brasil, desde 1936, essa presença

ganhou maior ênfase no âmbito das relações comerciais. E para Carlos de Souza Moraes, assim como para a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, essas relações entre Brasil e o "Império do Sol Nascente" eram imponderáveis, podendo trazer apenas malefícios ao nosso país. Basta lembrarmos as severas críticas que a SAAT empreendeu em 1936, quando ocorreu a Missão Econômica Brasileira ao Japão, chefiada por Salgado Filho, e a campanha contrária que a entidade protagonizou na imprensa. Em seu livro, Moraes coaduna a vitórias dos países aliados com a derrota completa do expansionismo nipônico, rompendo os laços entre Japão e Brasil, assim como a atuação de "agentes pouco patrióticos":

> É possível que a vitória das nações aliadas, que varrerão as hordas totalitárias que vem há alguns anos espalhando a miséria, a fome, a desgraça e a destruição em todo o mundo, permitam ao Brasil, com o governo patriótico que possui, a extração do quisto japonês em nosso território, diminuindo até reduzir às devidas proporções a influência comercial nipônica que já é poderosa e se vai expandindo com o perigoso intercâmbio nipo-brasileiro, proporcionado pelas visitas das famigeradas *missões econômicas* e os seus agentes e intermediários (Moraes, 1942, p. 190, grifos do autor).

Ao destacar o empenho nacionalista do governo central em combater os chamados *quistos étnicos*, o autor também estabelece uma relação entre o caso envolvendo os núcleos de imigração japonesa com o de outros grupos existentes no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Em outros momentos, como demonstrado ao longo desse trabalho, Carlos de Souza Moraes registrou sua suspeição para com as regiões de colonização, com acentuada ênfase para aquelas de origem alemã, como era o caso de São Leopoldo. Na segunda edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, Moraes também enalteceu o trabalho de nacionalização promovido pelas autoridades sul-rio-grandenses até aquele momento. Se, em 1938, no episódio da tentativa de anexação de Campo Bom, Carlos de Souza Moraes aparentava desconfianças para com o interventor Cordeiro de Farias, passados quatro anos, o elegia como um dos "baluartes patrióticos" no estado sulino, como podemos ver na seguinte declaração.

> Getúlio Vargas – a quem se deve o início de uma nova era de incorporação do alienígena ao meio brasileiro e que tem, no Rio Grande do Sul, uma plêiade de brasileiros decididos e patrióticos como o Gen. Cordeiro de Farias, Ten. Cel. Aurélio da Silva Py e Coelho de Souza, à qual se deve serviços inestimáveis – baixou em 1939 o decreto-lei n. 1.545, dispondo sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. As providencias estabelecidas são ótimas e terão esplendidos resultados, se cumpridas, com interesse e patriotismo, por parte de seus executores. A instalação de unidades do Exército Nacional, em algumas localidades onde o elemento estrangeiro era mais preponderante e o ensino de nossa língua menos fiscalizado, vem satisfazendo como tivemos oportunidade de observar há poucos meses em Blumenau (Moraes, 1942, p. 110-111).

E esse empenho se fazia presente também na articulação policial, de sobremaneira através do DOPS e seu delegado, Plínio Brasil Milano. Visando reforçar a ideia do "perigo japonês", mesmo em estados onde a presença de imigrantes e descendentes deste grupo era diminuta, Moraes (1942, p. 220) destacou a apreensão de "vários nipônicos", envolvidos no que poderia ser um plano de atentado, pois estavam produzindo pólvora. Não há menção de onde aconteceu a prisão destes indivíduos, mas chamou a atenção para a cidade de Ijuí, onde, assim como em Santa Rosa, a presença de diversos grupos étnicos formava uma "Torre de Babel" vista como perigosa pelas autoridades policiais e políticas do Estado Novo. Ao pesquisar sobre esta questão, envolvendo o aprisionamento de japoneses na Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho, encontrei um relatório, elaborado por agente do Serviço de Inteligência dos Estados Unidos no Brasil, indicando que "dentre os 400 pesos naquela Colônia Penal, apenas 15 eram japoneses"[5].

A preocupação com a segurança nacional ocorria também da observação e controle sobre o *modus operandi* da infiltração japonesa: a obtenção de terras e o trabalho agrícola. Conforme Carlos de Souza Moraes, amparado nas constatações defendidas anteriormente por outros membros da SAAT, o imigrante japonês em nada colaborava com a agricultura brasileira, pois sua função era apenas agir em consonância com as ordens vindas do Império do Japão, caldeadas através de agentes das companhias de colonização, tudo em nome do "grande projeto imperialista pleiteado pelo imperador Hirohito e seu séquito".

> Conclui-se mais uma vez: o japonês, como assalariado, não serve às nossas lavouras; como latifundiário, proprietário de fazendas, organizando a sua economia própria, com plantios de algodão, para não falar agora nas menores, não serve também. Para que continuar a recebê-lo? Por que ampará-lo, se toda sua atividade está em função exclusiva dos interesses do Japão? Não estão aí fatos de sobejo, cifras, dados estatísticos, e que não admitem contestação, a comprovarem essa atuação maléfica, para o Brasil, a confundirem os seus defensores, entre nós, que só vem, mas desgraçadamente, superficialmente, a extensão das suas lavouras, a qualidade de seus produtos, a sua extraordinária capacidade de trabalho, sem atentarem para os verdadeiros resultados, para o nosso país, para o Brasil, para as gerações futuras desta terra, que não pode e não deve ser vilipendiada, vendida à prestação – dessa prejudicial colonização em solo pátrio? (Moraes, 1942, p. 169).

Embora Moraes ressalte a existência de qualificativos relacionados aos japoneses enquanto agricultores, estes são minimizadas diante de sua "obediência cega" e de comportamentos inadequados, como "sua comprovada manifestação de superioridade e de domínio e a sua orientação seguramente diferente de quem

5 BRADOCK. *List of Property Depredations in Porto Alegre*, September 25, 1942. RG 84, v. XXXIII.

tem propósitos de vivem em comunhão com os outros elementos operantes no ambiente em que se fixa" (*ivi*, p. 163). E essa "diferença" é acentuada em outro aspecto cultural importante: a religião.

Carlos de Souza Moraes enquadrava a religiosidade japonesa como "exótica", pois ela ocorria através da fusão de três formas de culto, avessas ao "espírito de fé brasileiro", que era notadamente calcado nos preceitos cristãos – e sobretudo católicos. Os núcleos imigrantes nipônicos professavam o culto ao passado, através do Xintoísmo, integrado a este o Confucionismo, como forma de cultuar o presente, e o Budismo, que trata do futuro. Chamava a atenção dos leitores para uma "outra estratégia" adotada por imigrantes japoneses e descendentes, visando "passarem despercebidos": o ingresso na Igreja Católica. E destacava que, ou por "inocência ou por compatibilidade de propósitos", alguns brasileiros, defensores do Japão e de seu povo, utilizavam esse fato como exemplo de integração ao Brasil. Como forma de materializar um caso, Carlos de Souza Moraes adicionou, entre as fotografias existentes em seu livro, a imagem de uma menina japonesa no dia em que se batizou no catolicismo. Se tratava de Fumiko Fuke, que, posteriormente, teve seu nome nacionalizado, passando a se chamar Marlene Fuke. O fato interessante é que se tratava de uma moradora de São Leopoldo, cidade majoritariamente de imigração alemã e com forte presença protestante[6]. E, ao longo de seu livro, Moraes não mencionara em nenhum momento a presença japonesa em São Leopoldo, sendo esta citada apenas na descrição da fotografia.

Figura 03 – Marlene Fuke



Fonte: MORAES, Carlos de Souza. *A Ofensiva Japonesa no Brasil*: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942, p. 118.

6 Não foram encontradas maiores informações sobre Marlene Fuke. Entretanto, existe uma rua denominada Seochi Fuke, no bairro Arroio da Manteiga, na mesma cidade. Com certeza os dois eram da mesma família, não podendo precisar aqui o grau de parentesco.

Assim como presente na agenda política da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a questão educacional ganhou espaço importante ao longo da segunda edição do livro de Carlos de Souza Moraes. Algumas outras menções sobre o tema, retirados desta obra, foram incorporadas ao desenvolvimento deste trabalho, sendo desta forma analisadas. Sobre este tópico, destaco a equiparação feita pelo autor entre os espaços educacionais de origem alemã e japonesa, incorporando este primeiro grupo ao espectro de análise e ressaltando os "perigos" existentes nestas áreas de colonização – com as quais teve contato mais próximo a partir de 1937. Tanto no caso das áreas de imigração japonesa quanto alemã, existiam dois elementos amplamente destacados por Moraes que representariam empecilhos para o sucesso da nacionalização: o isolamento sociocultural e a presença de escolas particulares ou confessionais. Esses dois aspectos foram várias vezes citados ao longo do livro. Mais especificamente sobre os educandários em regiões de imigração nipônica, Carlos de Souza Moraes afirmou que

> [...] durante anos, as colônias japonesas mantiveram as suas escolas próprias, dirigidas por professores especialmente preparados no Japão, os quais, em regra, também ocupavam, nos núcleos, as funções de escrivão, uma espécie de vice-cônsul, quando a população não *merecia* um *governador*. A existência de tais unidades escolares que, às vezes, funcionavam no mesmo prédio em que se achava instalada a aula pública, em flagrante desrespeito à nossa soberania, foi proibida agora, em virtude de providencias do governo, em todo o país. Mas, como nas regiões coloniais alemãs do Rio Grande do Sul, onde as escolas dessa natureza funcionavam, por vezes, em casas que não eram tidas como suspeitas pelas autoridades e até em igrejas, sob o manto de ministramento de curso de catecismo – as escolas transferiram-se para outros locais mais à margem da fiscalização, muito embora as crianças de origem nipônica frequentassem a regida por professor público (Moraes, 1942, p. 128, grifos do autor).

A educação nas escolas japonesas, conforme a interpretação desencadeada, serviria como um "espaço de preparação da criança japonesa no projeto imperialista", não se preocupando em realizar um trabalho efetivo de integração ao Brasil, país receptor, mas reafirmando a superioridade do Japão diante do "caboclo nacional". Carlos de Souza Moraes relatou uma experiência pessoal, para aproximar os leitores desta compreensão:

> Em 1937, quando viajávamos entre São Paulo e Santos, tivemos oportunidade de viajar com uma professora pública da zona de Ribeira do Iguape, a qual nos informou que, embora a criança japonesa seja assídua à escola brasileira, a ação desta não pode sobrepujar à da japonesa, cujo turno procede ao da nacional e indispõe o aluno, pelo cansaço, a novas horas de estudos, sem contar, ainda, a instrução que recebem no lar. Acrescentou que o filho do imigrante, ainda que nascido aqui, hostiliza o brasileiro, seu patrício portanto, chamando-o de preguiçoso e, às vezes, quando lhe permite a ocasião, o maltrata (Mores, 1942, p. 136).

A colonização japonesa nas proximidades do rio Ribeira do Iguape teve início em 1913, com a fundação da *Colônia do Iguape*, na região dos atuais municípios de Registro, Sete Barras e Iguape, no interior de São Paulo. Na década de 1930, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres utilizou a página dos jornais para denunciar supostos excessos cometidos pelos imigrantes japoneses daquela região, tanto no que competia ao processo de ensino como ao isolamento diante da realidade brasileira. Em 1942, novamente aquela região colonial ganhou destaque, desta vez como um "exemplo evidente de enquistamento e tentativa de domínio japonês dentro do território brasileiro".

Tão importante quanto se analisar o conteúdo de um livro, é compreender seu processo de construção, os passos que foram dados até chegar naquele produto final. Felizmente, as cópias de correspondências deixadas por Carlos de Souza Moraes permitem reconstruir, criticamente, parte do processo que gerou a segunda edição de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, lançada em novembro de 1942.

De forma prática, Carlos de Souza Moraes iniciou o trabalho de coleta de materiais para a edição revisada de sua obra em abril de 1942, quando encaminhou uma série de correspondências, tanto para amigos quanto para entidades e órgãos públicos, solicitando informações e materiais sobre imigração e colônias japonesas aqui instaladas. Neste interim, também buscou obter materiais relacionados com atividades suspeitas por imigrantes nipônicos e descendentes – ou partidários destes –, que contrariavam as regras impostas pela política de nacionalização.

Uma das primeiras correspondências encaminhadas por Carlos de Souza Moraes tinha como destinatário seu irmão, Jacintho de Souza Moraes, já residente do Rio de Janeiro. Datada de 2 de abril, além de pedir apoio ao irmão na coleta e envio de materiais, também comentava sobre a procura de uma editora que se interessasse em publicar a segunda edição, tendo em vista que a primeira, lançada em 1937, havia se esgotado, tamanha procura após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro do ano anterior.

Entrementes, também agradeceu a Jacintho pela acolhida que fez a ele e sua esposa, Odette Rossi, que se casaram em março de 1942, no Rio de Janeiro. Odette era filha de Mário Rossi, um dos diretores da firma Amadeo Rossi, instalada em São Leopoldo no ano de 1937, quando foi transferida de Caxias do Sul. Mário, por sua vez, era filho do fundador da empresa, o imigrante italiano Amadeo Rossi, chegado ao Brasil em 1881. Naquele período, a empresa Amadeo Rossi era a fornecedora de munição, armas de fogo, explosivos e artigos militares para o Exército brasileiro, sendo por isso declarada como "empresa de interesse militar". Em retribuição aos serviços prestados, o fundador da empresa recebeu o título de "Cidadão Brasileiro", em 1944. Posteriormente, Carlos de Souza Moraes atuou junto à firma, vinculado com o setor jurídico da empresa.

Sobre os aspectos envolvendo seu livro, Carlos de Souza Moraes assim escreveu ao irmão:

> O meu livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, por cuja 2ª edição mostraste especial interesse, parece que vai sair mesmo. A Livraria do Globo vendeu tudo o que tinha e ainda mandou procurar mais e eu não tenho. Resolvi, assim, por mão à obra. Espero, pra o que faço-te um apelo, que me mandes recortes de jornais, revistas etc., que aparecerem aí sobre o assunto. Estende o pedido ao Cel. Aurélio e dr. Vidal. A este, dize-lhe que possivelmente ele conseguiria muita coisa na sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Ainda não sei em que livraria mandarei imprimir. Amanhã, procurarei ter entendimento com o Erico Veríssimo, na Livraria do Globo. Se tiveres algum amigo junto a qualquer editora do Rio, fala-lhe a respeito.[7]

As negociações com a Livraria do Globo, através de Erico Veríssimo, alcançaram o objetivo desejado, pois a editora decidiu publicar a segunda edição da obra. Em correspondência enviada ao tenente De Paranhos Antunes, que havia sido transferido para o Rio de Janeiro, Carlos de Souza Moraes noticia o amigo do fato, indicando que, anteriormente, uma negociação com a mesma editora havia fracassado:

> Participo que a Livraria do Globo interessou-se pela 2ª edição de meu livro. Assinarei contrato essa semana. Recordo, neste instante, a ocasião em que fui contigo falar com o Henrique e Erico. E o resultado foi negativo. A situação mudou muito. Já o povo acredita mais no perigo amarelo. Terei que refundir todo o livro, pois desejo ampliá-lo muito, mormente na parte que diz respeito ao Brasil. Pretendo publicar, em apêndices, o texto dos contratos de concessão aos japoneses em nosso país. Por enquanto, possuo apenas o referente ao estado do Pará, que combatemos em 1937, embora fosse fato consumado. Vencemos apenas a concessão Maués, como deves estar lembrado.[8]

Carlos de Souza Moraes não mencionou em que data ocorreu esse encontro, no qual foi acompanhado por De Paranhos Antunes, seu confrade na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e na Academia Rio-grandense de Letras. Pela Livraria do Globo, além de Erico Veríssimo, também participou Henrique Bertaso, diretor da editora e um dos criadores da *Revista do Globo*, em 1929. O saudosismo também se manifestou nas palavras escritas por Moraes, ao rememorar os tempos de militância torreana, entre 1936 e 1937, quando o núcleo sul-rio-grandense da SAAT tomou parte na campanha promovida pelo senador

7 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Jacintho de Souza Moraes (2/04/1942).

8 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao tenente De Paranhos Antunes (14/04/1942).

Cunha Mello, visando impedir a concessão de terras aos imigrantes japoneses no Amazonas. De fato, naquela oportunidade, a SAAT conseguiu uma vitória significativa, em um momento que enfrentava, como visto, grave crise interna. Cabe lembrar que, alguns anos antes, quando foi lançada a primeira edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*, De Paranhos Antunes foi um fervoroso divulgador daquela obra, publicando artigo laudatório sobre o livro no jornal *Correio do Povo.*[9] Em outra carta, de novembro de 1942, Moraes reforça ao amigo que na época da publicação da primeira edição, De Paranhos Antunes teve papel importante para que a obra fosse lançada. Creio que ele tenha exercido o mesmo papel de mediador junto à Livraria do Globo, como procedeu naquele ano de 1942[10].

Conforme relatou ao irmão Jacintho, Carlos de Souza Moraes, embora estivesse negociando com a Livraria do Globo, não tinha certeza se as tratativas lograriam êxito. Por isso, buscou manter contatos com outras editoras no país. Uma delas foi a Editora Guaíra[11], sediada em Curitiba, fundada pouco tempo antes pelo advogado e professor alagoano Oscar Joseph de Plácido e Silva. Os contatos se deram por meio de um correspondente da editora, de nome Joel. Em correspondência emitida em 4 de abril, Moraes assim se dirigiu ao destinatário:

> Valendo-me da atenção que me dispensou, quando de sua ligeira estada nesta cidade, em missão de "Diretrizes", resolvi escrever-lhe para saber se a editora "Guaíra" se interessaria em imprimir a 2ª edição de minha *A ofensiva japonesa no Brasil*, que seria grandemente ampliada com copioso material inédito e atualizada. Dado o círculo de relações que possuis aí, talvez não lhe seja difícil encontrar outra empresa de importância para lanças essa 2ª edição, caso a Guaíra não se interesse. Se houver boa acolhida para minha iniciativa, estou certo que você não me negaria a gentileza de fornecer-me dados estatísticos ou informes preciosos, além de algumas fotografias, para enriquecer a obra. Não viso realizar lucros com o trabalho. Meu propósito continua o mesmo: servir o Brasil, mormente o momento presente, fazendo, em menor escala, o que vocês, à frente da valorosa "Diretrizes", vem fazendo galhardamente por ele.[12]

No dia que antecedeu a escrita desta correspondência, Carlos de Souza Moraes havia se reunido com Erico Veríssimo na Livraria do Globo. Como visto, ao se dirigir ao amigo De Paranhos Antunes, ex-integrante na SAAT,

9 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 85 – Documentos referentes ao Núcleo da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no Rio Grande do Sul (Recorte do jornal *Correio do Povo* – artigo de De Paranhos Antunes sobre o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*).

10 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao tenente De Paranhos Antunes (30/11/1942).

11 A editora encerrou suas atividades em 1961.

12 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência encaminhada por Carlos de Souza Moraes (4/04/1942).

em 14 de abril, já havia recebido sinal positivo da editora para publicar nova edição de seu livro. Diante do sucesso de seu intento, Moraes não necessitou dos serviços de outra empresa editorial para impressão. Mas, na mesma carta enviada ao correspondente Joel, assumiu que "preferia, em parte, fosse meu trabalho lançado por editora que difundisse pelo norte do país também".

Não obstante, é provável que a partir daquele momento, tenha se estabelecido uma proximidade entre Carlos de Souza Moraes e Erico Veríssimo, ou até mesmo uma amizade entre eles. É imaginável que a expressão "prezado amigo", na correspondência que Veríssimo encaminhou a Moraes em 1946, quando solicitou uma vaga para o filho de um amigo na biblioteca de São Leopoldo, não tenha sido apenas protocolar - o que também explica o pedido feito. Curioso é que, algum tempo depois, Erico Veríssimo presenteou Carlos de Souza Moraes com um exemplar de *O Tempo e o Vento*, mas com um detalhe: se tratava de uma versão em língua alemã.

Diante das informações disponíveis no documento, surgiu a curiosidade em saber quem era esse correspondente, de nome Joel, vinculado com a editora paranaense Guaíra. Com a pesquisa realizada, identifiquei este agente como sendo o jornalista sergipano Joel Silveira, que atuou na imprensa do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940. E, na verdade, era uma espécie de "agente informal" da Editora Guaíra, pois atuava como articulista da *Revista Guaíra*, que a empresa editou entre 1940 e 1955. Em 1942, Joel Silveira era repórter da *Revista Diretrizes*, fundada por Samuel Wainer e Azevedo Amaral. Fato interessante é que, em linhas gerais, o escopo editorial da revista era direcionado mais para o espectro da esquerda, sendo crítica ao regime do Estado Novo. Tanto que, em várias ocasiões, ocorreram atritos entre os responsáveis pela publicação e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Como estratégia para driblar os censores do DIP, Samuel Wainer contratou, como uma das colaboradoras da revista, Adalgisa Nery, jornalista e poetisa, que era esposa de Lourival Fontes, diretor daquele órgão federal. Assim como tecia censuras ao Estado Novo, *Diretrizes* continha um discurso de oposição aos regimes nazifascistas europeus.

Joel Silveira era *antigetulista* convicto, sendo acusado, inclusive, de comunista. Mas, naquela conjuntura, Carlos de Souza Moraes, sendo um agente estadonovista, parece não ter levado em consideração estes predicados desabonadores por parte daquele com quem se correspondia. O que estava em jogo – e isso era o que lhe importava – era a chance de reeditar seu *A ofensiva japonesa no Brasil*. Deste modo, além dos elogios dados ao destinatário, também rendeu méritos à *Revista Diretrizes*, elogiando sua conduta de reprovação para com "as ideologias abomináveis provenientes dos países do Eixo" – e relevando a oposição feita ao Estado Novo.

Outro fato que não deixa de ser interessante, é que, ao encontrar uma edição de 1941 da *Revista Diretrizes*, me deparo com um nome conhecido no cargo de redator-chefe: Remi Fonseca. O filho do coronel Theodomiro Porto da Fonseca, conhecido como um nativista ferrenho, envolvido em dois episódios de depredações em São Leopoldo[13]. Naquele momento, Remi Fonseca atuava como fiscal de imposto de consumo na capital federal. Eis um personagem que merece um aprofundamento na investigação de sua trajetória.

No mesmo dia em que fez contato com o irmão, Carlos de Souza Moraes encaminhou correspondência para um amigo, também residente no Rio de Janeiro: o capitão do Exército Mário Fonseca[14]. Além de repassar ao amigo que seus pais, coronel Theodomiro e Alzira Porto da Fonseca estavam bem, também o cumprimentou pelo "bem escrito e substancioso artigo sobre a 5ª coluna". Informou que os ânimos, acerca deste assunto, andavam exaltados em São Leopoldo, fato que era noticiado nos periódicos. Sobre a segunda edição de seu livro, Moraes afirmou que:

> Depois de muitas solicitações de amigos e velhos companheiros de lides "torreanas" em Porto Alegre e de ter a Livraria do Globo esgotado a 1ª edição de meu trabalho, que tem sido muito solicitado ultimamente, resolvi fazer um esforço, em virtude da falta de tempo com que quase luto para qualquer assunto fora da Prefeitura, afim de realizar a 2ª edição de *A ofensiva japonesa no Brasil*. No desejo de ampliar um pouco a obra, atualizando-a sobretudo, venho apelar para o amigo, bem como para Remi e Cabanhas, no sentido de enviar-me elementos a respeito. Sei que no Rio ultimamente tem aparecido muita coisa sobre o assunto, em jornais, revistas, folhetos e livros. Aquilo que julgares aproveitável para a minha tarefa poderás remeter, que indenizarei as despesas. Tenho muita coisa arquivada e reunida durante os anos que sucederam ao aparecimento de meu livro; mas, nunca é demais procurar outras fontes, principalmente agora que o assunto está palpitante e em foco.

Acionar a rede de contatos residente no Rio de Janeiro era importante para a captação de materiais e informações que dessem um *corpus* mais robusto para essa nova edição, não a tornando apenas mera reimpressão. E, como já havia transcorrido cinco anos desde seu lançamento, a eclosão do conflito mundial e a instauração do Estado Novo no Brasil colaboraram para a produção de novos materiais, tanto oficiais como através da imprensa, ou até mesmo provenientes das próprias comunidades de imigrantes, por conta da retenção de documentos e objetos pessoais pelos agentes da repressão.

13 *Diretrizes*, 10/07/1941, Ano IV, n. 55, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/163880/2749, acesso em 8 nov. 2020.

14 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes ao capitão Mário Fonseca (2/04/1942).

Os "antigos companheiros de lides torreanas", como mencionados por Carlos de Souza Moraes, não atuaram apenas no incentivo para a publicação de uma segunda edição de seu livro. Ele também estabeleceu contato com antigas lideranças nacionais da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, visando apoia em sua iniciativa. Na mesma leva de correspondências destinadas ao Rio de Janeiro, uma delas foi endereçada ao ex-dirigente torreano Rafael Xavier[15]. Pelo teor da carta, presume-se que o contato direto entre ambos não ocorria, ao menos, desde 1937, quando Moraes assumiu o cargo de secretário em São Leopoldo, não mais se envolvendo diretamente na articulação do núcleo sul-rio-grandense da SAAT.

> Depois de longo tempo de silêncio, volto a escrever-lhe. [...] De mim, só posso dizer que transferi minha residência para São Leopoldo, onde terei o prazer de estar às ordens suas. Esse acontecimento inibiu-me de continuar a movimentar o núcleo torreano deste Estado, que criei com tanto carinho. Espero ainda voltar um dia a Porto Alegre, onde rearticularei os companheiros para nova atividade, em prol dos nossos grandes ideais, principalmente no momento que são tão palpitantes e reais. Animei-me para dar uma 2ª edição de meu modesto ensaio *A Ofensiva Japonesa no Brasil*. A 1ª está esgotada e a Livraria do Globo tem sido muito solicitada, a respeito. Espero concertar o assunto, para dentro em pouco entregar a obra refundida e ampliada, e sobretudo atualizada. Para isso, preciso muito do amigo, que poderia fornecer-me conselhos, para preencher lacunas que tenha verificado e fornecer material que porventura possua [...]. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres poderia, ainda que a título de empréstimo, emprestar-me algum. Sua intercessão seria decisiva. E com isso que grande serviço me prestaria!

Por algum motivo, apenas em novembro de 1942 Rafael Xavier informou que conseguiria encaminhamento dos materiais solicitados, quando a segunda edição já havia sido lançada. De qualquer modo, em nova carta encaminhada ao ex-presidente da SAAT, Carlos de Souza Moraes informou-lhe que aquele material seria uma "preciosa contribuição para o trabalho que tinha em vista"[16]. Ainda forneceu maiores detalhes sobre aquela nova edição, como a substituição dos capítulos da primeira edição por dez novos textos, assim como a inclusão de dados sobre a colonização japonesa no Rio Grande do Sul. É perceptível um tom de satisfação ao escrever: "[...] ataquei um pouco Ellis Júnior, Assis Chateaubriand e outros patrícios e defendi o nosso caboclo".

Essa crítica de Carlos de Souza Moraes aos dois citados nominalmente e "outros patrícios" retomou o período da Assembleia Nacional Constituinte de

15 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Rafael Xavier (2/04/1942).

16 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Rafael Xavier (30/11/1942).

1933-1934 e a discussão de leis anti-imigrantistas. Alfredo Ellis Júnior, historiador e ex-deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo na década de 1920, pelo Partido Republicano Paulista, foi um dos que se colocou em defesa da imigração japonesa, ao lado de nomes como Bruno Lobo, Alexandre Konder, Morais Andrade e Lacerda Werneck. Assis Chateaubriand, jornalista e empresário poderoso, proprietário de vários jornais, abriu espaço em suas páginas para que este grupo fizesse sua exposição em defesa dos imigrantes nipônicos. Ao reescrever sua obra, Moraes retomou antigas querelas, acreditando que naquela conjuntura a defesa aos japoneses não se mostrava mais admissível e, portanto, evidenciando que os opositores estavam equivocados.

A forte presença japonesa em São Paulo e as ações de repressão que vinham ocorrendo naquele estado chamaram a atenção de Carlos de Souza Moraes, especialmente pelo volume de material que estava sendo gerado – relatórios, depoimentos, inquéritos, apreensão de documentos pessoais –, juntamente com o grande número de publicações na imprensa paulista e do centro do país. Em 1942, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo era chefiada pelo major do Exército Olinto de França de Almeida e Sá, que havia baixado uma série de portarias, iniciando uma forte campanha repressiva contra as áreas de imigração, especialmente japonesa. Como intermediário, almejando a obtenção de cópias deste material, Carlos de Souza Moraes acionou o coronel Castelino Borges Fortes, membro de uma tradicional família de militares do Rio Grande do Sul. Na carta escrita em 19 de abril, Moraes acentuou que

> [...] o perigo japonês no Brasil, quando escrevi o livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, era pouco conhecido e, para alguns, constitui utopia. Hoje, a situação mudou muito. [...] Já estou trabalhando para refundir aquele trabalho, ampliando-o e atualizando-o sobretudo. Mandar-lhe-ei um exemplar logo que apareça. A propósito, li, há dias, num dos jornais porto-alegrenses, uma entrevista do major Olinto França, Secretário da Segurança Pública daí, na qual fazia revelações sensacionais. Julgo que o mesmo possui valioso material, que eu poderia aproveitar em meu livro, principalmente no que diz respeito a documentos apreendidos e fotografias. Talvez, o senhor, por grande e especial obséquio, pudesse obter muitos elementos de valor sobre a atividade japonesa em São Paulo com o Major França ou com outra pessoa da 2ª Região Militar. Qualquer despesa que fizesse, eu teria o prazer de indenizar. Espero ultimar o meu trabalho até o dia 5 de maio próximo, dado a urgência da Livraria em editar.[17]

De fato, a segunda edição da obra dedica muitas de suas páginas ao estado de São Paulo, não apenas contemplando a fase inicial da imigração japonesa,

17 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Coronel Castelino Borges Fortes (19/04/1942).

mas com maior ênfase naqueles ocorridos entre 1937 e 1942. É possível que boa parte das fotografias e outras imagens que são encontradas ao longo do livro, assim como a transcrição de alguns documentos e depoimentos, tenham sido fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública. Enquanto isso, outras informações têm procedência conhecida: assim como ocorreu na primeira edição, Carlos de Souza Moraes contou com a ajuda de Fernando Callage, funcionário público lotado no Departamento Estadual do Trabalho. Ao entrar em contato com o intelectual sul-rio-grandense radicado em terras paulistas, noticiou, assim como nas demais correspondências enviadas naquele mês de abril, que estava planejando uma nova edição de seu livro. Ao se dirigir a Fernando Callage, explicitou os materiais dos quais necessitava: "[...] preciso muito do amigo, que poderá fornecer-me copioso acervo de elementos a respeito, como recortes de jornais e de revistas publicados aí e, principalmente, dados estatísticos sobre a entrada de japoneses de 1937 pra cá"[18]. Estes dados estatísticos atualizados podem ser encontrados durante a leitura da segunda edição.

Em 8 de agosto de 1936, na sessão de fundação do núcleo sul-rio-grandense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, um dos convidados de honra, membro da mesa oficial, foi o advogado e professor Leonardo Macedônia. Havia sido professor de Carlos de Souza Moraes na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Assim como seu ex-aluno, era um crítico da presença nipônica no Brasil. Por saber dessa similaridade, Moraes recorreu ao ex-mestre na busca de subsídios para a construção de seu trabalho, fazendo uma revelação:

> O signatário desta, que teve a honra de ser seu aluno, experimentou grande emoção quando publicou, em 1937, sob certa indiferença, o seu modesto ensaio sobre a colonização japonesa no Brasil [...] e recebeu a sua honrosa carta, a primeira manifestação de aplauso que recebia e que tanto me entusiasmo lhe causou. Hoje, decorridos tão poucos anos, os indiferentes compreenderam que não era utopia o que desejei evidenciar e condenar, mas triste realidade, que V. S., como emérito estudioso e grande brasileiro, já naquela época verberava e concitava os que, como eu, desejavam fazer algo de útil em prol de nossa Pátria.[19]

Além do material obtido a partir destes contatos, em outubro de 1942, quando a segunda edição estava no prelo, Carlos de Souza Moraes estabeleceu novos contatos, desta vez com os interventores federais do estado do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, solicitando materiais sobre concessões

18 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para Fernando Callage (2/04/1942).

19 Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) – Coleção Carlos de Souza Moraes – Pasta 87 – Correspondência de Carlos de Souza Moraes para o Dr. Leonardo Macedônia (14/04/1942).

de terras, não apenas para japoneses, mas para outros grupos étnicos. Nestas correspondências, além de comentar sobre a reedição ampliada de *seu livro*, informou que estes documentos seriam importantes para um novo trabalho que estava planejando. Sobre estas abordagens, não encontrei nenhum retorno por parte dos interventores. Assim como nenhuma outra referência mais direta sobre o projeto mencionado por Carlos de Souza Moraes. Tudo indica que, de fato, a intenção ficou restrita ao campo da projeção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, especialmente sua edição de 1942, é uma obra bastante revisitada por pesquisadores que se dedicam aos estudos migratórios e ao tema do preconceito étnico, xenofobia e identidade no Brasil, especialmente acerca dos imigrantes japoneses e seus descendentes no país. Ao mesmo tempo, existem estudos acadêmicos – que aqui não serão arrolados – que perpassam, com maior ou menor ênfase, aspectos da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, sua atuação e seus discursos ideológicos.

Neste texto, tendo em vista a possibilidade de ter acesso ao acervo documental pessoal deixado por Carlos de Souza Moraes e doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo no ano de 2013, foi possível aprofundar questões para além do conteúdo da obra, mas também descortinar o processo de elaboração do livro, o processo de pesquisa e levantamento de informações, assim como a rede social empreendida e articulada por Carlos de Souza Moraes. Outrossim, também foi possível, através da análise desta documentação, adentrar nos bastidores da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dentro das limitações trazidas pelo entrecruzamento das fontes documentais, da imprensa e bibliografias existentes.

Desse modo, além dos elementos analíticos sobre o conteúdo, sobre as ideias defendidas pelo autor e expostas em sua obra, o trabalho demonstra que havia uma finalidade política no lançamento da segunda edição de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*: reestabelecer a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres como uma força mediadora e definidora da política migratória brasileira, se aproximando do governo estadonovista.

Não podemos desconsiderar que o lançamento da segunda edição permitiu um breve "reavivamento" da SAAT, tanto na imprensa quanto na aproximação com poderes políticos. Destaca-se a realização de uma exposição, em 1943, sobre "as atividades nazistas em Santa Catarina", com "grande quantidade de materiais apreendidos pelas autoridades locais catarinenses"[20]. A cerimônia de

20 *Diário de Notícias*, 16/07/1943, Ano XIV, n. 6.357, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/14711, acesso em: 15 ago. 2020.

inauguração, na sede da SAAT no Rio de Janeiro, contou com a presença do então interventor federal de Santa Catarina, Nereu Ramos, "que sempre teria dado apoio para as ações da entidade em seu estado". Sobre esse assunto, com o título "Museu Nazista", o jornal *A Nação*, de Santa Catarina[21], informou que a direção nacional da SAAT fez o convite à Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) catarinense para que organizasse, no Rio de Janeiro, uma amostra com os itens obtidos durante sua "caça aos nazistas". Outros periódicos, como *A Cruz*, vinculado à Igreja Católica fluminense, destacou em pormenores a exposição e seu contexto:

> Instalada no salão da sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, vem sendo visitadíssima a exposição das atividades nazistas em Santa Catarina. No ato de inauguração, estiveram presentes o dr. Nereu Ramos, interventor do referido Estado e o dr. Rafael Xavier, diretor do Departamento de Estatística e Recenseamento, os quais proferiram discursos sobre a ação dissolvente e corrosiva destes "quistos" que se formaram pelo Brasil em fora, atentando contra a segurança e a ordem do país. Entre o material exposto encontram-se armas, retratos, estandartes, tambores, emblemas, bronzes, livros, fotografias, espadas, objetos reveladores de seus instintos subversivos.[22]

Este foi o último momento, até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 – que não abordaremos nesse texto –, em que alguma ação da SAAT ganhou destaque mais amplo nos jornais que circulavam no Brasil daquele período. Nos três anos seguintes, na medida em que as ações nacionalizadoras do Estado Novo se amenizavam e as críticas ao governo discricionário de Vargas ganhavam robustez, os torreanos mais panfletários viam seu espaço e poder se diluindo gradativamente.

Diante do exposto, acentuamos a importância da análise de obras semelhantes ao livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, pois estas sintetizam não apenas um discurso, mas uma forte agenda política, imbricando diferentes atores, materializando uma série de contextos e construções enraizadas em seus pormenores. E foi isto o que buscamos realizar neste texto, apontando também para um caráter de ineditismo neste trabalho, tendo em vista acesso recente ao acervo pessoal deixado pelo autor, que nos ajuda a compreender elementos importantes das campanhas anti-imigrantistas no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 e os agentes sociopolíticos e intelectuais envolvidos.

21 *A Nação*, 5/06/1943, Ano I, n. 3, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/883662/6, acesso em: 15 ago. 2020.

22 *A Cruz*, 25/07/1943, Ano XXV, n. 30, p. 0. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/829706/5758, acesso em: 15 ago. 2020.

REFERÊNCIAS

GERALDO, Endrica. 2009. A "lei de cotas" de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL – UNICAMP**, v.15, n.27.

MORAES, Carlos de Souza. **A ofensiva japonesa no Brasil**: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942

NUCCI, Priscila. 2009. "Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945)". **Cadernos AEL.** Centro de Pesquisa e Documentação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Vol. 15, n.27.

DA TERRA DO SOL NASCENTE AOS PAMPAS GAÚCHOS: O PAPEL DO GOVERNO JAPONÊS NA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX[1]

Henrique A. Falcão[2]

1. INTRODUÇÃO

O Japão é uma nação que, no senso comum, se apresenta como um local moderno, sendo um agente político importante na diplomacia global e nas relações comerciais[3]. Aquele território, devastado pela bomba atômica, é atualmente um país com uma boa qualidade de vida, dispondo de conglomerados industriais dos setores automobilísticos à montagem de eletrônicos, incluindo a produção da indústria cultural que encanta o mundo.

Estas percepções do Japão ficam mais intensificadas pelo fato de o Brasil ser a nação com a maior diáspora de japoneses no mundo, principalmente localizada no estado de São Paulo e na região Sudeste. Entretanto, há um seleto grupo dessa nacionalidade residente no estado do Rio Grande do Sul que se dedicou, majoritariamente, ao setor agrícola.

A imigração japonesa, assim como outros processos migratórios, foi abafada pela visão eurocêntrica do estado gaúcho. É importante evidenciar que esta vinda ocorreu de forma tardia, a partir de 1955, somada ao fato de que a população nipo-brasileira é pouco expressiva no RS, com números aproximados de quatro mil indivíduos. Todavia, há sim uma carência de produções acadêmicas sobre a comunidade *nikkei*[4], se comparado às imigrações Italiana e Alemã.

Seja como for, há interesse pela cultura nipônica no Rio Grande do Sul. A edição de 2023 do *Festival do Japão* foi realizada pela primeira vez no Parque Estadual

1 Trabalho apresentado na disciplina *HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. Semestre: 2023/2.* Lecionada pelo professor Fábio Kühn.

2 Graduando em História (Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: henriquealfonsinfalcao@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3118042774392492

3 Ver GUEDES (2023).

4 Nikkei: termo utilizado para todas as pessoas que têm algum relacionamento de consanguinidade com os japoneses, independentemente da geração.

de Exposições Assis Brasil, local onde é realizada a *Expointer*, no município de Esteio. O que foi destacado é que dentre os patrocinadores do evento há participação direta de empresas privadas e estatais do Japão, logo, este será o norteador para esse estudo: *A influência do governo japonês no período da imigração em terras rio-grandenses e sua continuidade na segunda metade do século XX*, explicando como os órgãos estatais facilitaram o assentamento dessas pessoas no Rio Grande do Sul. Além de compreender a visão do Japão como um país conciliador a partir do Pós-Guerra.

O trabalho será dividido em quatro partes: Primeiramente, recapitularemos o contexto de ambas as nações nos séculos XIX e XX antes da imigração para o território nacional. Posteriormente entenderemos a primeira leva de *nikkeis* de 1908 a 1941, destacando as atitudes do estado nipônico no processo. Continuando com a mudança política do Japão Pós-Guerra e os auxílios governamentais para a vinda dos imigrantes ao Rio Grande do Sul. Finalizaremos com o parecer do que foi apresentado e as impressões e experiências do autor ao montar esta pesquisa.

2. CONTEXTO INICIAL DE AMBAS AS NAÇÕES

Em julho de 1853, o oficial Matthew C. Perry (1794-1858) da marinha dos Estados Unidos, chegava com uma frota de quatro encouraçados na baía de Edo no atual Japão, entregando uma carta do presidente estadunidense ao imperador, exigindo a abertura dos portos para o comércio exterior. Nervosos com tamanho poderio bélico e sem opções à vista, aceitaram as condições impostas. Um ano depois, em Fevereiro de 1854, Perry retornou a terra do sol nascente e assim foi firmado o Tratado de Kanagawa com o xogunato, abrindo de vez as fronteiras da nação[5].

Futuramente, o jovem imperador Mutsuhito (1852–1912), conhecido posteriormente como Imperador Meiji, acompanhado de seus seguidores, instaurou uma série de reformas na constituição de 1868, gerando uma transformação completa da política, que levou o Japão de uma nação isolada para uma potência militar e imperialista. Era o fim do isolacionismo e início de um novo ciclo, a Era Meiji (1868-1912). O novo regime, inspirado pelas ideais ocidentais, encerrou com o sistema do xogunato, incentivando a construção de complexos industriais que ocasionaram um êxodo rural em direção aos centros urbanos.

Obviamente que essas mudanças tão bruscas não seriam fácies para a sociedade como um todo. Os mais pobres foram os mais afetados por essas políticas, pelo aumento de impostos sobre as terras, pelo grande contingente demográfico e em um modo de produção agrário que não se adaptou ao novo estilo de vida econômico, provocando o aumento da desigualdade, do

5 Ver HENSHALL (2004).

desemprego e da fome. O governo precisava urgentemente de soluções, tendo como sua resposta o processo emigratório das camadas baixas. Já na década de 1860, japoneses começaram a migrar para exterior, tendo como principais destinos as ilhas do Havaí, Guam, a Colúmbia Britânica província do Canadá e o estado da Califórnia nos Estados Unidos.

Inicialmente esses locais foram oportunos, porém eram corriqueiros os ataques aos recém-chegados, com rechaços das populações locais, somados a medidas discriminatórias aos asiáticos. Fenômeno conhecido como *medo amarelo*[6]. O que posteriormente levaria o Estado japonês a buscar novas rotas.

Duas décadas após o início da Revolução Meiji, do outro lado do mundo, o Brasil sofria com a crise do sistema escravista. O império de Dom Pedro II (1825-1891) postergou a abolição, que foi ratificada de forma tardia, em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea. A demora pela abolição não somente prejudicou o desenvolvimento da sociedade e do país, mas seu fim súbito fez com que a grande maioria da população brasileira, constituída de escravizados, ficasse desempregada do dia para a noite, sem apoio de programas sociais ou reparações históricas. Um ano após a abolição, foi dado um golpe militar que instaurou a República no dia 15 de novembro de 1889.

Essa jovem administração, de princípios nacionalistas e desenvolvimentistas, necessitava mão de obra barata para trabalhar nos cafezais, os grandes motores da economia brasileira. Por coincidência e para a sorte do sistema, acabou coincidindo com as formações de novas nações europeias. Dentre essas, o recém-constituído Império Alemão e, principalmente, o Reino da Itália, passavam por uma onda de desemprego e superpopulação. Deste modo, o governo brasileiro, sobretudo o governo estadual paulista, central agente no setor cafeeiro, decide incentivar a vinda desses trabalhadores para o setor agrário.

É significativo explicar que o governo brasileiro também tinha como intenção, com essas imigrações, não apenas estabelecer metas econômicas e ocupacionais, como também embranquecer a nação para o desenvolvimento racial e nacional. Sobre a lógica da ideologia do "darwinismo social"[7].

Entretanto o cenário mudou no início do século XX. Os italianos relataram suas péssimas condições de vida e de trabalho no país, fazendo com que a Itália cortasse os subsídios. Desta maneira, o Estado brasileiro se interessou pelos operários japoneses para resolver a questão, mesmo que as elites locais tivessem receio das consequências "degenerativas" que a raça amarela traria à nação.

Já na perspectiva japonesa, a América do Sul, principalmente Brasil e Peru, apresentava-se como uma nova possibilidade à imigração em contrapartida

6 Ver TCHEN (2014).

7 Ver HOCHMÜLLER (2023).

a xenofobia na América do Norte. O Japão e o Brasil já tinham diálogos antes das levas migratórias, como no Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1895. De qualquer forma, o navio *Kasato Maru* saiu do porto de Kobe e chegou em terras tupiniquins no dia 18 de junho de 1908 no porto de Santos, trazendo consigo 781 imigrantes com rumo às plantações de café, tendo suas despesas de transportes financiadas pelo estado de São Paulo.

3. A IMIGRAÇÃO DE 1908-1941

Essa primeira geração é marcada por inúmeros problemas. O governo nipônico tentou, a partir da Companhia Imperial de Imigração, regulamentar a vinda dos imigrantes nas lavouras. Todavia, as promessas não foram cumpridas: as condições de labor eram árduas, a moradia e o saneamento eram precários, além da dificuldade de adaptação a uma nova cultura[8].

Os fazendeiros paulistas, que esperavam trabalhadores "obedientes", tiveram um choque com os recém-chegados, que se mostravam hostis aos maus-tratos, ocorrendo uma série de brigas. Paralelamente, crises econômicas e uma safra escassa fizeram com que os empregados fossem mal remunerados. Consequentemente, um grande contingente de pessoas abandonou o campo e se deslocou para as cidades, para outros estados do Brasil, como Minas Gerais, Paraná e Goiás, ou mudaram para países vizinhos, como a Argentina.

Embora essa conjuntura fosse conturbada, o Japão continuava com interesse no território brasileiro. Durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917, foi criada a Kaigai Kougyou Kabushiki Kaisha (KKKK), empresa estatal responsável pelo recrutamento de trabalhadores, gerando uma mudança no modelo de imigração japonês, sendo considerada a fase "tutelada" da imigração[9], acarretando um corte definitivo de subsídios do estado brasileiro. A KKKK, em parceria com empresas privadas e o governo paulista, começou a coordenar as primeiras colônias étnicas exclusivas de *nikkeis* no Brasil, onde se constituíram cooperativas.

No "Ato de Imigração de 1924", o governo estadunidense impediu a entrada de japoneses, ocorrendo ações semelhantes em outras nações na mesma época, como no Peru, tornando o período de 1924-1941 o de maior contingente de japoneses adentrando no Brasil. O Império Japonês expandia-se no continente asiático, entrando em choque com as potências ocidentais. A migração foi vista como oportuna ao país, pois, além de uma oportunizar o envio dos segmentos empobrecidos para o exterior, as colônias formavam possíveis bases de fornecimento de matérias-primas para sua indústria bélica.

8 Ver TANAKA (2003).

9 Ver SAKURAI (2000).

Esse expressivo contingente faz com que progressivamente os sentimentos xenófobos começassem a se intensificar, circulando a ideia entre os meios políticos e intelectuais de que haveria um eventual domínio nipônico sobre o Brasil por dentro de suas fronteiras, ademais do velho *medo amarelo* que já estava estabelecido na cultura e na política local[10].

Com a chegada de Vargas ao poder e, posteriormente, com a implementação do Estado Novo, se executa um projeto nacionalista que visava a homogeneização cultural do Brasil, buscando criar uma "identidade única" para sua população. As minorias étnicas, com suas línguas e seus costumes, foram perseguidas e censuradas pelo regime.

O governo Vargas foi se aproximando dos Aliados e em seguida, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste novo cenário, o sistema direcionou sua opressão aos grupos que compuseram os países do Eixo: alemães, italianos e japoneses. Foi uma fase conturbada e violenta para a comunidade, que só veria sua normalidade depois do fim do conflito, tendo as atividades diplomáticas retomadas em 1952, com o Tratado de Paz entre Brasil e Japão[11].

4. NOVA POLÍTICA JAPONESA E A IMIGRAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

O Japão no Pós-Guerra tomou uma postura diferente em sua política externa. O conflito afetou gravemente a sociedade, muitas pessoas perderam suas famílias e seus lares na guerra. Nas décadas de 50 e 60, o país quis renovar sua imagem perante o mundo, promovendo a paz e negócios em outras nações, a fim de conseguir recursos para suas indústrias. Esses complexos foram reconstruídos por investimentos estadunidenses durante a Guerra da Coreia (1950 – 1953), em um curto prazo de tempo.

Independente desse crescimento acelerado, boa parte da população não foi beneficiada, provocando altos índices de desemprego, desigualdade e um cenário de instabilidade política. A estrutura da sociedade japonesa já estava estabelecida, caracterizando-se por ser rígida e dando poucas brechas para a prosperidade dos mais jovens.

10 Os japoneses eram "abutres e serpentes que se infiltraram para tomar todas as riquezas de nossa pátria". Pronunciamento do parlamentar Miguel Couto na Sessão de 27 de fevereiro de 1934. Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934". *In*: Annaes da Assembleia Nacional Constituinte, pp.16-27. Cf. Valdemar Carneiro Leão, op. cit., p. 319.

11 O medo amarelo e o racismo contra asiáticos infelizmente são comportamentos ainda presentes na sociedade brasileira. HOCHMÜLLER (2023), em sua tese de conclusão, explora as origens e como essas agressões se estendem até os dias de hoje.

> Os imigrantes desta segunda corrente possuem técnica mais elevada, 80% com curso ginasial e o restante com colegial ou superior. Classificados pelo Serviço de Emigração do Japão como agricultores, especializando-se em controle de clima e análise do solo. (FLORES, 1975. p. 92)

Baseado nessa citação de Flores, entendemos que esses novos imigrantes de 1955-63 distingue-se da primeira leva, pois aqueles que foram enviados a São Paulo no início do século XX possuíam pouco ou nenhuma formação acadêmica. Portanto, esse novo agrupamento procurava sair de uma sociedade hierarquizada que não abria portas para ascender socialmente e, assim, o Brasil e subsequentemente o Rio Grande Do Sul posava como a chance de progredir na vida. Sobre a lógica do governo brasileiro, desejava-se receber mão de obra qualificada e a ocupar o seu território, somados ao fascínio ocidental pelo progresso vertiginoso do Japão perante a devastação da guerra.

A KKKK acabou tendo suas ações cessadas em função da derrota no conflito e, em seu lugar, foi instituída a Federação das Associações Provincianas de Migração em 1954, com a finalidade de recrutar e treinar aqueles que queriam imigrar, juntamente com a criação de uma rede de contato das famílias a partir das associações locais. Em 1955, foi constituída a Companhia de Migração Ultramarina Japonesa com o intuito de realizar empréstimos e fomentar os negócios dos imigrantes. Essas duas intuições uniram-se para formar a Agência de Imigração no Exterior em 1963, juntando as funções de ambos os órgãos para a fixação de *nikkeis* no estrangeiro, instalando escritórios na América do Norte e na América Latina.

Nesse espaço de tempo é que, em 1956, se estabelecem, através do Acordo de Migração e Colonização Brasil-Japão, as empresas JAMIC – Imigração e Colonização Ltda e a JEMIS – Assistência Financeira S. A. A JAMIC era responsável pela formação agrícola e organização dos assentamentos e a JEMIS tinha como compromisso financiar empréstimos. Ambas atuavam dentro da legislação brasileira e como braços do Estado nipônico dentro do Brasil. No ano de 1974, é formada a Japan International Cooperation Agency (JICA), vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, para ajudar nações em desenvolvimento, promover a paz e dialogar com os japoneses e *nissei*[12] no exterior. A JAMIC, JEMIS e JICA serão os agentes desse segmento do texto, analisando alguns exemplos de ações entre as comunidades *nikkei*, as *Nihonjinkais*[13] e os órgãos estatais japoneses.

Em uma rápida retrospectiva, é relevante esclarecer que já havia a presença de japoneses e *nisseis* no Rio Grande do Sul antes de 1955. Naquelas levas que

12 Nissei: descendente de japoneses, especificamente a segunda geração.

13 Nihonjinkais: – Associações de japoneses, se caracterizam pelo seu cunho local. Exemplo: Colônia de Ivoti.

saíram dos cafezais e mudaram para outros estados, alguns indivíduos acabaram optando por se estabelecer no Rio Grande do Sul de forma independente na década de 20. Posteriormente, em 1936. ocorreu uma tentativa da KKKK, em cooperação com o poder estadual, de construir uma colônia no município de Santa Rosa, com a agência recrutando dez famílias que estavam localizadas em São Paulo para virem a concretizar o plano. Todavia, a iniciativa não continuou devido a brigas internas e as medidas anti-imigratórias de Vargas. O mesmo ocorreu em São Sebastião, no mesmo ano, com outro projeto envolvendo oito famílias, totalizando 18 famílias que se dispersaram pelo território rio-grandense e em estados vizinhos.

O processo imigratório somente voltaria em 1955, quando o navio *Tisaganego* chegou em Santos trazendo duas famílias que seguiram rumo a Porto Alegre, por recomendação de Nobutaka Hoshiko, um dos primeiros japoneses a se estabelecer no RS. Em 1956, o *Brasil-Maru* desembarcou no porto de Rio Grande com 23 rapazes, sob a tutela do Serviço de Imigração Japonesa, para um projeto de cooperativa agrícola encabeçada por Hoshiko. Porém o plano não se concretizou devido à mudança do governo estadual. Ocorreram outras tentativas para contratos de trabalho em fazendas em Uruguaiana, em 1956, e para formação de uma colônia em São Luís Gonzaga, em 1957, no entanto ambas fracassaram em razão de problemas nas gestões.

O último navio a atracar em Rio Grande trazendo imigrantes foi o *África-Maru,* em 1963. Foram realizadas mais de 27 viagens diretamente à cidade, todas dirigidas pela JAMIC. Evidentemente que isso não impediu a vinda de japoneses posteriormente, indo de Santos até o RS. Segundo Flores (1975), totalizaram mais de 1.786 pessoas advindas do Japão[14] neste intervalo de 8 anos. É inegável a importância dos Japoneses e *Nisseis* que já estavam assentados no estado, sendo uma rede de informação e de abrigo aos recém-chegados.

Através dos anos 50 e 60, as famílias planejaram comprar terras para a formação de uma colônia, com o intuito de parar de depender dos contratos de trabalho das empresas de imigração. Por conseguinte, foram obtidos 160 hectares em Ivoti, na região do Vale das Palmeiras, distribuídos para 26 famílias, sendo cinco hectares por família. Cada lote recebeu o mesmo preço de Cr$ 1.380,00 com financiamento da JAMIC. O primeiro a se assentar foi Toyohiko Sasada em 20 de dezembro de 1966, que viria a construir com sua família um

14 Dentre desse ajuntamento ocorreu uma prática de alguns dos imigrantes, era o "*nakodo*" (Casamenteiro): Um profissional contratado para arranjar esposas aos jovens das famílias. Assim através de um intermediário selecionava as moças no Japão de acordo com os atributos que elas buscavam em seus futuros maridos. A comunicação era feita pelo meio de fotografias e cartas. Chegaram em torno de 35 noivas no RS a partir de passagens bancadas pelo governo japonês. Ver FLORES, Moacyr. 1975. p. 89.

galpão improvisado que ia abrigando quem chegava. Desta forma, a colônia de Ivoti foi firmada em 1967. Lá, ergueram aviários para venda de frangos, mas, devido a dificuldades na criação, passaram ao plantio da uva tipo Itália, somado a plantações de hortaliças e flores.

Para o sistema de irrigação e abastecimento de água, foi desviado um riacho do Arroio Capim para a construção de reservatórios. Foi investido, nesses empreendimentos, um total de Cr$ 500.000,00 nos aviários pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o financiamento das parreiras ficou por conta da JAMIC. Dez anos depois da formação da colônia, foram perfurados poços, em virtude da dificuldade de se retirar água dos reservatórios, alicerçados com verbas da JAMIC. Um caso similar ao de Ivoti foi o da colônia de Itati, organizada por oito famílias que adquiriram oito lotes de cinco proprietários de Itati. Pelo fato de terem recursos, a JAMIC financiou 50% da compra.

Em 1971, formou-se a Enkyosul - Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul (inicialmente chamada de Associação de Assistência à Colônia Japonesa do Sul do Brasil), uma instituição organizada pelos japoneses e *nikkeis* residentes no Rio Grande do Sul, reunindo todas as *Nihonjinkais* do RS e de Santa Catarina devido a jurisdição do Consulado Geral do Japão na época. Essa associação teve como objetivo fornecer um espaço para que os filhos dos imigrantes pudessem cursar e estudar na capital, Porto Alegre, oferecendo dormitórios em suas instalações, o qual recebeu incentivos financeiros dos próprios imigrantes e do Estado nipônico.

Em seguida, foram construídos consultórios para atendimentos médicos. A JICA forneceu materiais para os ambulatórios móveis, que ofertavam assistências médicas aos colonos. Ainda na área da saúde, foi realizado, no dia 18 de março de 1976, um acordo entre a Enkyô e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para disponibilizar assistência médica aos associados. Isso foi possível, pois alguns anos antes, foi realizada uma cooperação técnica e financeira, entre a JICA e a PUCRS, para concepção do Instituto de Geriatria e Gerontologia da faculdade em 1973[15].

Na década de 1980, a Enkyô obteve um imóvel na Rua Pernambuco, nº 106 com o suporte monetário da JICA, para instalar uma escola de língua japonesa, inaugurando a Escola Modelo de Língua Japonesa de Porto Alegre em

15 Destaco aqui a figura Yukio Moriguchi, japonês que veio por conta própria para o Rio Grande do Sul e foi pioneiro da área de geriatria na América Latina. Ele era um dos doutores que prestavam serviços da saúde dos colonos nos ambulatórios médicos (ver em FLORES, Moacyr 1975.). Mais sobre sua vida e seu trabalho disponíveis em: https://www.pucrs.br/blog/quem-e-yukio-moriguchi-ex-professor-da-pucrs-e-precursor-da-geriatria-na-america-latina/.

20 de novembro de 1992. A Escola viria futuramente a mudar sua localização, em 1998, para o bairro Santana. Em 10 de dezembro de 1999, recebeu auxílio do estado nipônico, por meio do projeto "Melhoria da Infraestrutura Educacional e Dinamização do Ensino da Língua Japonesa", no valor de US$10.310,00, para melhorias nas atividades educacionais[16].

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, com a Companhia da Imigração Imperial, passando para a KKKK, a JAMIC, JEMIS e, tardiamente, com a JICA, é incontestável a importância do governo japonês no processo imigratório, especialmente ao Rio Grande do Sul, fornecendo ajuda nos mais diversos serviços para aqueles que desejavam morar no estado. A mudança de postura do Japão no Pós-Guerra, através da cooperação econômica e tecnológica com as nações em desenvolvimento, por órgãos estatais e patrocínio aos japoneses em seus negócios espalhados pelo mundo, acabou beneficiando sua política externa, criando a percepção de uma nação amigável e conciliadora e afastando-se da imagem agressiva do período do Império.

Evidentemente que nem o todo o decurso foi eficiente e estável, tendo diversas ocasiões em que esses órgãos estatais foram incapazes de realizarem suas funções para a imigração, tendo que partir da iniciativa autônoma, por parte dos imigrantes e suas associações, as *Nihonjinkais*, para os assentamentos no território gaúcho. Entretanto, reitero que é certo o papel do Estado nipônico em conseguir prover, de uma maneira ou outra, assistência de diversas formas ao processo de imigração.

Nesse período de pesquisa, visitei a Enkyosul para meu trabalho. Lá, conheci a Amaya, *nissei* responsável pela área administrativa, e esclareci o meu estudo para ela. Ela me entregou o ENKYO NEWS, jornal produzido pela associação há décadas, que traz as notícias da comunidade. As edições são escritas tanto na língua portuguesa quanto na japonesa, isso em virtude de que muitos japoneses tem dificuldades em entender o português e dependem desse periódico para se informar (ver Figura 1 e Figura 2). O jornal apresenta uma gama de conteúdos, enunciando as atividades mais recentes, poesia *Haikai*, propagandas de negócios de produtos importados e até receitas típicas do Japão.

16 Para aqueles que ficaram interessados no tema, recomendo fortemente a tese de doutorado da Tomoko Gaudioso (2019), professora que me auxiliou nesta pesquisa.

Figura 1: (Ordem da direita para esquerda) Capa e contracapa do *ENKYO NEWS* do dia 1 jan. 2024.



Remetente:
ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA NIPO E BRASILEIRA DO SUL
Av. Jaime Vignoli, 235 – Bairro Anchieta
Porto Alegre – RS – CEP 90200-110

Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul 南日伯援護協会 /enkyosul

1月
JANEIRO
令和5年
2024年

ENKYO NEWS
援協ニュース

O Enkyosul atua prestando assistência aos nikkeis do sul. Este jornal divulga nossas atividades e a cultura japonesa.
援協はブラジル南部の日系人の暮らしを支えてきました。援協ニュースは私たちの活動や日本の文化を発信します。

Happy new year

今年は辰年。5番目の十二支で、唯一の空想上の生き物です
Este ano é o ano do dragão, o quinto signo do horóscopo chinês e a única criatura imaginária.

Feliz Ano Novo! O horóscopo chines é um sistema de 12 signos que se originou na China e, no Japão, representado por doze animais de signos aplicados a cada ano. Os doze signos do zodíaco chinês são, em ordem: rato, vaca, tigre, coelho, dragão, cobra, cavalo, ovelha, macaco, tartaruga, cachorro e javali. Há uma história famosa de que Deus uma vez fez os animais correrem para determinar as espécies e a ordem em que chegariam primeiro.
新年あけましておめでとうございます。干支は中国発祥の時間や方角の数え方で、日本では十二支という１２の動物が毎年、当てはめられています。十二支は順番にネズミ、牛、トラ、ウサギ、辰（竜）、ヘビ、ウマ、ヒツジ、サル、トリ、イヌ、イノシシ。神様が昔、動物たちにレースをさせて早く着いた順に種類と順番を決定させた、という物語が有名です。

Fonte: *ENKYO NEWS* 1 jan. 2024.

Figura 2 - Entrevista com o embaixador Teiji Hayahi sobre suas impressões do Festival do Japão e as futuras ações do estado japonês no auxílio aos nikkeis no RS.



Enkyo News | 援協ニュース 2

高齢化支援の強化を
FORTALECIMENTO DO SUPORTE AO ENVELHECIMENTO

在ブラジル日本国大使館
林禎二大使
Sr. Teiji Hayashi
Embaixador do Japão

-日本祭りで受けた印象は。

これまでサンパウロなどの日本祭りを見てきましたが、ポルトアレグレは規模が大きいと感じました。大きな３つのパビリオンを設け、アニメや漫画、伝統文化、ステージと総合的に日本を楽しめるコンテンツだと思います。今年１０回目の節目を迎えますが、年々大きなお祭りになっていると聞きます。今年は会場も大きくされたということで、活気があり本当にうれしく思いますね。

-ポルトアレグレの日系コミュニティの印象は。

ポルトアレグレは戦後移民が多く、１・２世の方々が今も多く活躍されているのが特徴的だと思いました。例えばイポチを見ても、イタリア系やドイツ系が多い中でもコミュニティ同士連携して地域発展に取り組んでいる。素晴らしいことだと思います。一方で、高齢化の問題も聞こえてきたので日本政府としてどう支援できるのか考えていきたいです。

-日本としてコミュニティの課題にどう向き合うか。

ポルトアレグレには領事事務所があり、領事とも連携して日系コミュニティに寄り添ってきたと思います。今後は若い日系人の方々も引き続き応援していくと共に、高齢化による医療福祉の課題もjicaと連携して必要な支援をしていきたいです。特に地方を離れる若者による農村人口の減少は直近の課題です。リオグランデドスール州をまとめている援協の役割は大切です。これまで支援を行ってきた巡回診療に限らず、日本政府としても援協と協力して支援にあたりたいです。また、2月には新たにjicaボランティアもイポチと援協に着任しますので、人材支援も合わせて行っていきたいと思います。

Enkyo News | 援協ニュース 3

-ポルトアレグレの思い出は。

ポルトアレグレはびっくりするくらい、お寿司や魚がおいしいと感じました。海が近いからでしょうか？また、こうしたブラジル各地の日本祭りに行くとおまんじゅうなどの日本食が楽しみの一つですね。

-Quais são suas impressões sobre o Festival do Japão?

Eu já vi festivais japoneses em São Paulo e em outras cidades, mas achei que Porto Alegre é maior em escala. Tem três grandes pavilhões, e acho que o conteúdo é abrangente, com anime, mangá, cultura tradicional e palcos para curtir o Japão. Este ano, o festival completou 10 anos e ouvi dizer que, a cada ano que passa, está a crescer mais e mais. Este ano, o local de evento teve maior área, e fico muito contente por saber que se tornou mais vibrante e animado.

-Quais são suas impressões sobre a comunidade Nikkei?

Porto Alegre é caracterizada por um grande número de imigrantes do pós-guerra, e muitas pessoas da primeira e segunda geração ainda estão ativas na área. Olhando para o Ivoti, por exemplo, apesar de haver muitas pessoas de ascendência italiana e alemã, as comunidades estão a trabalhar em conjunto para desenvolver a região. Penso que isso é ótimo. Por outro lado, também ouvi falar do problema do envelhecimento da população, pelo que gostaria de refletir sobre a forma como o Governo japonês pode apoiar esta questão.

-Como enfrentar os desafios da comunidade?

Temos um escritório consular em Porto Alegre, e creio que temos estado próximos da comunidade nikkei em cooperação com o cônsul. No futuro, gostaríamos de continuar a apoiar os jovens nikkeis e prestar o apoio necessário para questões médicas e de bem-estar devido ao envelhecimento da população, em cooperação com a JICA. O declínio da população rural, devido à saída dos jovens do campo, é uma questão recente. O papel da cooperação de ajuda que une o estado do Rio Grande do Sul é importante. O governo japonês gostaria de cooperar com a JICA na prestação de apoio, não apenas através dos Junkai-Shinryo que têm prestado assistência até agora. Além disso, em fevereiro, novos voluntários da JICA irão ao Ivoti e ao Enkyo, pelo que gostaríamos de prestar também apoio em termos de recursos humanos.

-Quais são suas lembranças de Porto Alegre?

Achei o sushi e o peixe de Porto Alegre surpreendentemente bons. Será que é por causa da proximidade com o mar? Além disso, quando vou a esses festivais japoneses pelo Brasil, a comida japonesa, como o manju , é uma das coisas que eu mais aguardo.

Fonte: *ENKYO NEWS* 1 jan. 2024. p. 2-3.

Podemos perceber na gazeta o caráter atual da associação: fornecer bem-estar aos idosos da comunidade e promover eventos culturais e esportivos com a JICA[17].

Em relação a escola de língua japonesa, a partir dos anos 2000, sua administração foi substituída por uma nova instituição devido às exigências da legislação brasileira, pois não tinha mais o seu caráter de assistência social. Deste modo, em 6 de janeiro de 2005, foi inaugurada a Associação da Cultura Japonesa (ACJ) de Porto Alegre, focada não somente no ensino da língua, mas também na divulgação da cultura nipônica, proporcionando eventos, palestras, e outras atividades aos *nikkeis* e a sociedade gaúcha. Em 2012, a ACJ, a Enkyosul e outras organizações criaram o *Festival Do Japão RS*, viabilizando um espaço de experiências culturais japonesas. Desde lá, o festival cresceu no patrocínio e no público, com o evento sendo cada vez mais popular.

Na edição de 2023, contou com apoio de empresas privadas do Japão, como a montadora de carros Toyota, a companhia farmacêutica Hisamitsu, empresas e entidades estatais, como o grupo JTI e a JICA. Até os dias de hoje, o governo japonês mantém contato com a comunidade.

Figura 3 - Patrocinadores e Apoiadores do Festival do Japão RS 2023.



Fonte: https://festivaldojapaors.com.br.

17 Ver GAUDIOSO (2019).

Aprender sobre a história da imigração dos *nikkeis* para o Rio Grande do Sul nos ajuda a entender como nossa sociedade é multiétnica e possui inúmeras origens, dando uma melhor compreensão sobre como esses grupos ajudaram a sociedade gaúcha. Também desmistificando a visão limitada e eurocêntrica, que acaba silenciando minorias, algo que persiste no nosso país. Portanto, devemos estudar esses grupos para termos uma sociedade mais inclusiva, compreendendo a multiplicidade de agentes na construção do Brasil, como visto na colaboração da comunidade japonesa no Rio Grande do Sul nos setores culturais e econômicos.

BIBLIOGRAFIA

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Dia Estadual do Nikkei reconhece a contribuição do povo japonês ao desenvolvimento do RS.** Porto Alegre, RS: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, c2020. Disponível em: https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/320868. Acesso em: 16 jan. 2025.

DAI PRÁ, Giovanna A. L. **Imigração Japonesa em Ivoti, RS**: Aspectos culturais e identitários. 2021. 81p. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2021.

Enkyosul. Fortalecimento ao Envelhecimento. **ENKYO NEWS**. p. 1-3 Porto alegre, 1 jan 2024.

Festival do Japão. **Edições Anteriores**: 1° Festival do Japão do RS. Porto alegre, 2023. Disponível em: https://festivaldojapaors.com.br/1o-festival-do-japao-do-rs/. Acesso em 7 fev 2024.

Festival do Japão. **Página Inicial.** Porto alegre, 2023. Disponível em: https://festivaldojapaors.com.br. Acesso em 7 fev 2024.

Festival do Japão. **Página Inicial.** Porto alegre, 2023. Disponível em: https://festivaldojapaors.com.br. Acesso em 7 fev 2024.

FLORES, Moacyr. Japoneses no Rio Grande do Sul, **Revista Veritas**, Porto Alegre n. 77, p. 65-98. 1975.

GAUDIOSO, Tomoko. **A presença do governo japonês e sua política para a preservação de memória, da identidade e perpetuação da etnia japonesa no exterior**: Brasil, século XX. 2019. 249p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

GAUDIOSO, Tomoko. A Trajetória da Imigração Japonesa no Rio Grande do Sul e a Política de Reconstrução do Japão Após a Segunda Guerra Mundial. **História**: Diálogos Contemporâneos, Ponta Grossa, PR, p. 66-76. 2019. DOI:10.22533/at.ed.5941923086. Disponível em: https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-trajetoria-da-imigracao-japonesa-no-rio-grande-do-sul-e-a-politica-de-reconstrucao-do-japao-apos-a-segunda-guerra-mundial.

GUEDES, Maria Eduarda de Lourenço. **O sol nascente nas telas do Brasil**: representações da cultura japonesa na cobertura internacional da TV Globo. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HENSHALL, Kenneth. G. Part Four Building a Modern Nation: The Meiji Period (1868–1912). **A History of Japan**: From Stone Age to Superpower. Nova Iorque: Editora Palgrave Macmillan, 2004. 2. ed. cap. 4 p. 73-102.

HOCHMÜLLER, Beatriz. **Memórias silenciadas e silenciosas**: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul (segunda metade do século XX). 2023. 66p Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2023.

JICA. Annual Report JICA 2003, Feature New JICA. Tóquio; Japan Internacional Cooperation Publishing Co., Ltd. 2003. 229 p.

JICA. Annual Report JICA 2012. Tóquio; Japan Internacional Cooperation Publishing Co., Ltd. 2012. 236 p.

LEDUR, Josiana. **Práticas corporais na colônia japonesa de Ivoti, Rio Grande do Sul (década de 1980 à década de 2010)**. 2017. 136p Dissertação (Mestrado em Ciências do Moviemento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO JAPONESA IVOTÍ/RS, Rua Sakura, Dois Irmãos – RS, 93900-000.

Prefeitura de Esteio. **Realizado em Esteio pela primeira vez, Festival do Japão no Rio Grande do Sul foi um sucesso**. Esteio, 2023. Disponível em: https://www.esteio.rs.gov.br/noticia/22387/1057 ?titulo=Realizado+em+ Esteio+pela+primeira +vez%2C+Festival+do+Jap%C3%A3o+ no+Rio+Grande+do+Sul+foi+um+sucesso. Acesso em: 7 fev 2024.

PUCRS. **Quem é Yukio Moriguchi, ex-professor da PUCRS e precursor da geriatria na América Latina**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https:// www.pucrs.br/blog/quem-e-yukio-moriguchi-ex-professor-da-pucrs-e-recursor-da-geriatria-na-america-latina/. Acesso em 7 fev 2024.

SAKURAI, Célia, Imigraçâo japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. *In*: FAUSTO, B. *et al*. (.org). **Fazer a América. A Imigração em Massa Para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000. cap. 8, p. 201-238.

TANAKA, Aline. I**migração e colonização japonesa no Brasil-um resumo**. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGDir. /UFRGS, Porto Alegre, p. 37-41, 2003.

TCHEN, John. K. W.; YEATS, Dylan. Yellow Peril!: An Archive of Anti-Asian Fear. 1. ed. Nova Iorque: Verso, 2014. 400 p.



CRISE CLIMÁTICA NO RS E A ABORDAGEM DO JAPÃO: ALTERIDADE, CUIDADO E CRITICIDADE

Leonardo Marques Kussler[1]

INTRODUÇÃO

Atualmente, não há tema mais premente que o da crise climática, pois vivemos em um momento histórico em que os efeitos das questões climáticas afetam diretamente a existência de nossa vida e da vida de outros seres. Nesse sentido, no presente texto, com base em uma metodologia crítica-hermenêutica e comparativa, meu objetivo é explorar alguns elementos da crise climática no RS e em que medida a abordagem do Japão com relação ao enfrentamento de fenômenos naturais de grande porte pode nos ensinar a lidar melhor com nossos problemas locais e regionais.

Na primeira seção do texto, categorizo o conceito de Antropoceno e abordo os impactos da crise climática no estado do Rio Grande do Sul, que está relacionada a vários fatores, como gestão pública insuficiente, desmonte da legislação e fiscalização ambientais e uma lógica de produtividade e expansão territorial dos centros para as regiões costeiras das cidades. Aponto, aqui, caminhos que podem nos inspirar a pensar e agir de forma mais respeitosa para com a natureza, incluindo perspectivas de educação socioambiental e os ensinamentos ameríndios, que podem nos inspirar a compreender que somos parte da natureza, não seres separados dela.

Na segunda seção, mostro como o Japão lida com as questões climáticas, destacando especialmente alguns elementos da educação socioambiental no país, a legislação para resposta a desastres naturais e a filosofia japonesa que permeia o modo de vida de seus cidadãos. Destaco, também, a relação direta do governo

1 Pesquisador de pós-doutorado (PIPD/CAPES) no Programa de Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, Brasil). Doutor, Mestre e Bacharel em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, Brasil). Pesquisador visitante, Universidade Federal do Piauí (UFPI, Brasil, 2019-2021), bolsista de pós-doutorado, Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS, Brasil, 2022-2024). Membro da Sociedade Japonesa de Estudos Hans-Georg Gadamer (Universidade Takachiho, Japão), da Red Iberoamericana de Hermenéutica (América Latina) e do DEMO - Laboratório de Design-Ficção (ESDI/UERJ, Brasil). E-mail: leonardo.kussler@gmail.com.

do Japão na ajuda humanitária no caso das inundações do RS, em 2024, assim como projetos de monitoramento dos corpos aquáticos do RS em projetos da JICA. Por fim, argumento que é preciso aprendermos com a cultura e a filosofia do Japão, visto que inúmeros conceitos aqui abordados mostram que é possível viver de forma mais harmoniosa com o meio ambiente sem que seja necessário comprometer o bem viver e o bom desenvolvimento de uma sociedade.

1. ANTROPOCENO E OS IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

O tema das mudanças climáticas, da emergência climática e dos desastres ambientais resultantes de alterações drásticas impostas ao meio ambiente já não é novo. Diversos estudos mostram que houve um aumento considerável da temperatura desde o período da industrialização, especialmente a partir do século XIX, bem como a elevação do nível do mar, a degradação ambiental e a impossibilidade de sobrevivência de várias espécies (Previdi *et al.*, 2013; Summerhayes *et al.*, 2024). Muitos desses problemas poderiam ter ocorrido naturalmente, mas, como indicam inúmeros estudos, foram acelerados e criados intencionalmente pelos seres humanos, daí o conceito de Antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000). Esse conceito denota a nova era do ser humano precisamente porque se refere a um momento histórico em que os seres humanos causaram inúmeras alterações na natureza, a extinção de outros seres vivos e o descarte de resíduos, como o plástico, no meio ambiente.

Há, contudo, outros teóricos que defendem que o Antropoceno é um termo muito amplo, pois coloca toda a humanidade em uma mesma categoria de *destruidor do meio ambiente*, quando, na verdade, há um tipo específico de seres humanos que opera na lógica da degradação ambiental há séculos: o ser humano do capitalismo exacerbado. Não à toa, autores como Jason Moore (2016) argumentam que o capitalismo só se desenvolveu a partir da apropriação de recursos e trabalhos não remunerados para promover a *acumulação*, categoria que sustenta o capitalismo. O que ele chama de *natureza barata* é uma crítica à exploração de mão de obra escravizada e ao esgotamento de matérias-primas, alimentos e energia, que, objetiva e friamente, transforma os seres humanos em meros *recursos a serem explorados*. Nesse sentido, a crise climática atual não seria culpa ou responsabilidade de toda a humanidade, mas de grandes apropriadores da natureza que, por séculos, dilapidaram e depletaram a natureza em nome do lucro (Moore, 2017).

Há inúmeros modos de vida que não compactuam nem coexistem sob a égide da exploração desenfreada da natureza e de seus recursos ambientais. Isso ocorre simplesmente porque há inúmeros seres humanos que habitam o mundo

em outro registro existencial, menos individualista e egoísta, pois não consideram que a vida é só técnica, produção e acumulação, preferindo um modo mais *poético* de viver. Na linha do que Heidegger (2012) defende, podemos pensar que nem todo ser humano habita o mundo da mesma forma exploratória de grandes empresas latifundiárias, cuja única razão de ser é justamente desapropriar regiões florestais, destruí-las e transformá-las em matéria-prima para produzir diferentes artefatos ou plantar grãos *commodities* (como soja, milho, arroz, café, trigo etc.) para exportação. Penso, aqui, especialmente no modo como os povos ameríndios habitam o mundo, de uma forma muito mais respeitosa, sem a pretensão de exaurir o meio ambiente, mas apenas na lógica de subsistência. Como afirma Ailton Krenak (2020), os povos indígenas não fazem parte do que o Ocidente categorizou como *humanidade*, pois a humanidade vive em uma distopia: "[...] em vez de imaginar mundos, a gente os consome". É nesse sentido que acredito e defendo que a noção de Capitaloceno seja mais condizente e responsabilize quem realmente tem culpa pela lógica do utilitarismo, que enxerga o mundo apenas como *recurso a ser explorado*.

Diferentemente dos projetos de sustentabilidade, que, obviamente, têm algum mérito, pois ensinam a consumir menos e reduzir desperdícios — mas ainda dentro da lógica capitalista, que é culpada direta da situação ambiental em que nos encontramos —, há alguns teóricos que argumentam em favor de uma ruptura radical com o modo de produção atual. Kohei Saito (2024), por exemplo, acredita e defende que há que se mudar a lógica de acumulação e expansão própria do sistema capitalista por alguma lógica produtiva focada no *comunismo do decrescimento*. Essa visão ganha espaço em uma realidade na qual produzimos muito lixo eletrônico, alimentos que apodrecem enquanto pessoas passam fome, de modo que a proposta do decrescimento funcionaria como uma estratégia para reduzir a produção, priorizando o essencial e redistribuindo riquezas. É nessa mesma linha que Arturo Escobar (2016) defende um *design comunal*, que opera em outra lógica que não a da racionalidade técnica e do desenvolvimento predatório. Para o autor, há abordagens presentes na América Latina, com experiências comunais e sustentáveis que promovem o *pluriverso*, reconhecendo, assim, a diversidade de saberes e modos de vida, buscando colaboração e o bem-estar das comunidades (Escobar, 2018).

Seria bom que não precisássemos, assim como ensina Ésquilo (2008), em Agamêmnon, *aprender pela dor* (πάθει μάθος = páthei máthos), mas, enquanto seres humanos, nossa condição parece nos convocar especialmente para esse tipo de aprendizado pelo trágico, pela experiência do sofrimento. É por isso que, no Rio Grande do Sul, parece ter havido um despertar dos problemas ambientais a partir do caos climático instaurado no estado em maio de 2024, quando tivemos a enchente mais devastadora, que afetou 95% do território do estado (Governo

do Estado do Rio Grande do Sul, 2025). Talvez não precisássemos *aprender pelo padecer*, caso houvesse preparação, caso as autoridades e os governantes tivessem atendado para os ambientalistas e os relatórios climáticos de décadas, que previam que teríamos enchentes de grande porte por conta do desmatamento, do assoreamento de leitos dos rios, a erosão de encostas e o avanço das cidades com aterros em direção aos rios e nas áreas de banhado (Observatório de Clima e Saúde; Fundação Oswaldo Cruz, 2024).

Vale ressaltar que, apesar dos inúmeros relatórios cobrando que autoridades freassem a devastação ambiental por décadas, foi só o desastre dos eventos climáticos extremos que forçou um convencimento político. E, como afirmado acima, é a lógica estrutural capitalista de produtividade e expansão territorial combinadas que devasta o meio ambiente e acelera o processo de degradação ambiental, afetando sobremaneira as populações mais pobres e socialmente vulneráveis. É preciso que haja planejamento e políticas públicas que considerem as mudanças climáticas e os relatórios produzidos por pesquisadores(as) engajados(as), pois é somente com projetos de resiliência climática e adaptação que poderemos nos proteger e proteger infraestruturas físicas, além de apoiar comunidades vulneráveis (especialmente quilombolas e indígenas do RS), que sofrem desproporcionalmente com os impactos de desastres ambientais como esse (Observatório de Clima e Saúde; Fundação Oswaldo Cruz, 2024).

Eu, como pesquisador e educador, defendo que é preciso reconhecer que, para além da falta de reconhecimento do poder público acerca dos impactos da crise climática — por conta de uma lógica desenvolvimentista, exploratória e devastadora que pouco se importa com os impactos a longo prazo —, precisamos, também, investir em projetos de *educação socioambiental*. Educar para que haja um reconhecimento da população acerca dos desastres ambientais e da degradação ambiental também é um modo de preparar a população para que aprenda a lidar com suas consequências. Se continuarmos com planos políticos que vão contra os relatórios ambientais e continuam alterando códigos ambientais que ajudavam a minimamente proteger em nome de uma lógica do desenvolvimento econômico, estaremos fadados a repetirmos as histórias trágicas, resultados da péssima gestão estatal (Abreu, 2024). Como afirma Krenak (2022), parte do problema está relacionado ao modo como funciona a educação ocidental colonial e homogeneizadora, que acaba por desumanizar as pessoas e desconectá-las do vínculo com a natureza e a sabedoria ancestral.[2] Esse tipo de educação ensina

2 Interessantemente, nas palavras de Takao Takahachi (2017), "A principal razão para não considerar a prevenção de desastres como uma agenda da ética ambiental é o seu antropocentrismo flagrante". Nesse sentido, o afastamento do ser humano com relação ao meio ambiente tem seu princípio no fundamento ontológico autocentrado e que se coloca de modo superior aos demais seres que coabitam no mundo.

crianças, jovens e adultos a serem apenas *consumidores* e *exploradores* dos recursos naturais, pois se concentra em uma ideia de progresso capitalista e de poder que hierarquiza os diferentes seres humanos. Trata-se de uma educação asséptica, que lida com a informação e não com a vida, que produz indivíduos que acham que podem viver em qualquer lugar, mas que não pertencem a lugar algum, como afirma Krenak (2022).

Devemos nos preocupar com esses problemas não só porque ameaçam nossa vida no planeta, no Brasil ou no estado do Rio Grande do Sul, mas porque é preciso nos afastarmos da ideia de que vivemos apartados da natureza, como nos legou a visão cientificista moderna. Além das enchentes de maio de 2024 no RS, em novembro de 2025 tivemos alguns dias de fortes ventanias, chuvas de granizo, temporais e formações de ciclones, além de tornados que atingiram cidades do Paraná (Braun, 2025). Considero que parte desses aprendizados podem advir da sabedoria ancestral ameríndia, como destaquei na pessoa de Ailton Krenak, mas também na educação socioambiental e nas políticas de resiliência climática criadas há décadas pelo Japão. Nesse sentido, na próxima seção, abordarei especialmente em que medida a cultura e a filosofia do Japão podem contribuir para pensarmos e nos inspirarmos no cuidado para com o meio ambiente e em um tipo de formação educacional para a resiliência climática, além de apontar a disposição, o empenho e a alteridade de instituições japonesas durante a gestão do desastre climático ocorrido no RS ano passado.

2. CULTURA E FILOSOFIA DO JAPÃO: EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E DISPOSIÇÃO PARA AJUDAR

Como é de conhecimento comum, o Japão é uma ilha vulnerável a desastres naturais há séculos, e isso ocorre fundamentalmente por conta do clima e da topografia do país. Por conta desses elementos, o país enfrenta tufões, terremotos, enchentes, erupções vulcânicas, nevascas, tsunamis etc. Exatamente por conta disso, o país decidiu implementar, em 1960, medidas para assegurar tanto a infraestrutura física quanto instituir políticas de *prevenção a desastres naturais* nas instituições públicas e no sistema educacional do país (Ministry of Foreign Affairs of Japan, [*S.d.*]). Essas medidas são necessárias para garantir a segurança dos cidadãos que residem no Japão, mas também para prevenir e mitigar desastres maiores, cujo foco é construir áreas muito resistentes a desastres de larga escala também por uma questão de segurança nacional. A lei nº 95, aprovada em 2013, prevê tanto a necessidade de se alocar recursos quanto a preparação necessária para garantir recursos humanos, materiais e fundos econômicos que possam ser rapidamente repassados em larga escala a regiões

com prioridade alta durante um período que não exceda 72h desde a ocorrência de um desastre de larga escala (Japan, 2013).

Como mostra Naoko Tochibayashi (2025), o Japão tem trabalhado incessantemente com predições meteorológicas com a Agência Meteorológica do Japão, que, desde 1875, monitora constantemente as condições climáticas, atividades sísmicas e vulcânicas, analisando e compilando dados que são usados em transmissões de emergência no país. O país que no séc. VII já registrava terremotos ocorridos em períodos anteriores com avisos a viajantes e habitantes da época, hoje, conta com pesquisadores(as) com supercomputadores e simuladores climáticos de alta resolução para prever tufões e os riscos de se tornarem furacões, além de também ajudarem a informar a população sobre ondas de calor ou incidência de aumento de atividade sísmica perigosa em determinadas regiões (Tochibayashi, 2025). O foco do país, como se vê, é na prevenção, no alerta rápido e na prontidão para rápida mitigação de problemas e acolhimento, visto que não é possível impedir a natureza. Dito de outra forma, seguindo o ditado japonês, 備えあれば憂いなし (sonae areba ureinashi = *se há preparação, não há preocupação*). É por isso que o país serve de exemplo e inspiração para outras nações, como atesta um relatório da União Europeia (2025) deste ano, que mostra o quanto as políticas de resiliência do Japão articulam prevenção de dano a infraestruturas e proteção da vida, fortalecimento de redes essenciais (transporte, comunicações e energia), parcerias público-privadas para continuidade econômica durante desastres, uso de novas tecnologias e capacitação de autoridades locais para prevenção de desastres.

Em termos filosóficos e culturais, para além das pesquisas científicas que ajudam na prevenção, na preparação e na predição, há também diversos ensinamentos japoneses que não se restringem a pessoas que estudam filosofia, pois fazem parte de valores amplamente difundidos do *modo de vida japonês*. Penso, aqui, em conceitos populares, como もったいない (mottainai = *sem desperdício*), que denota a preocupação em não usar as coisas indiscriminadamente, deixar comida sobrando no prato ou gastar água desmesuradamente, por exemplo. O conceito também traz a noção de que quando algo ainda pode ser utilizado ou consertado, deve ser aproveitado, pois o descarte leva à obtenção de um artefato novo que exigiria mais recursos naturais (Japan House, 2020a). É aqui que também se encontram conceitos como o de 金継ぎ (kintsugi), a tradicional técnica de *emendar com ouro*, de modo que as imperfeições são incorporadas ao objeto, que passa a mostrar o reparo com orgulho, como algo a ser ostentado, não ocultado (Japan House, 2020c). Isso se relaciona ao terceiro e último conceito que gostaria de aqui sublinhar, a saber, o de 侘寂 (wabi-sabi), que desdobra tanto os sensos estético e filosófico do Japão ao propor que se considere positivamente

a imperfeição, a impermanência e a simplicidade das coisas, dos lugares, da frugalidade da vida. A beleza, nesse sentido, está na *incompletude*, pois o que é verdadeiramente belo é *aceitar serenamente a natureza transitória de tudo* (Japan House, 2020b).

Junto a isso, penso ser exemplar trazer os conceitos organizacionais que permeiam empresas e instituições públicas japonesas, como os de 5R da gestão ambiental sustentável — recusar, reduzir, reutilizar, reparar e reciclar — e o 5S — *utilização* (整理 = seiri), *organização* (整頓 = seiton), *limpeza* (清掃 = seisō), *padronização* (清潔 = seiketsu) e *disciplina* (躾 = shitsuke). Outro conceito que anda junto a esses mais ligados à gestão ambiental e organizacional é o de 三方よし (sanpo yoshi), que define que algo é *bom para os negócios* quando há *três lados bons*: 1) bom para o vendedor (lucro da venda), 2) bom para o comprador (qualidade do produto) e 3) bom para a sociedade (responsabilidade social da empresa). Esses conceitos têm raízes budistas e xintoístas, mas também foram influenciados pelas mudanças ambientais provocadas pelo Antropoceno e pela poluição advinda da industrialização.

Como afirmei acima, esses conceitos têm raízes budistas e xintoístas, de modo que pensar na sutileza e simplicidade das coisas pode ser incluído no guarda-chuva conceitual da *impermanência*, pois "Quando enxergamos a impermanência, tudo é impermanente" (Dōgen, 2021). Tal modo de pensar é similar à lógica estoica, que argumenta que devemos *aceitar o destino com naturalidade*, visto que resistir ao que não podemos mudar leva ao sofrimento, e a aceitação leva à adaptação (Marco Aurélio, 2019). Na visão de Dōgen (1971), é preciso *abandonar o ego*, visto que ser autocentrado é um dos principais motivos da ganância e do apego, e isso, a meu ver, explica muito do sentimento de alteridade e da *cultura de ajudar o outro* presente na formação japonesa. A abnegação de si em nome do bem comum ou do bem-estar comunitário é muito forte, e é por isso mesmo que há tantas campanhas de educação socioambiental e treinamentos regulares nacionais em escolas e demais instituições de ensino para instituir a cultura da *preparação* e da *prevenção*.

Especialmente sobre a educação socioambiental na educação formal japonesa, destaco que, desde os anos 2000, as escolas do Japão passaram a desenvolver diferentes abordagens acerca da educação para os problemas do meio ambiente e da crise climática, tanto na disciplina específica de *Estudos da Vida e do Meio Ambiente* e durante o *Período para Estudos Integrados*, incluindo atividades sobre desastres naturais e contaminação radioativa (Kodama, 2017). Como afirma Yamane (2010), já nos anos 90, havia uma grande preocupação do governo japonês em implementar educação socioambiental nas escolas com temáticas que incluem problemas de grandes proporções, como, por exemplo,

aquecimento global, chuva ácida, degradação da camada de ozônio, resíduos sólidos, atividades de observação e preservação do ambiente, problemas de recursos naturais e fontes de energia. Em termos de educação socioambiental no ensino superior, Srinivas (2022) argumenta que universidades se beneficiam muito quando projetam e aplicam um sistema de gestão ambiental no campus, e seus resultados beneficiam a sociedade civil como um todo, pois propiciam que a comunidade no entorno se eduque para conscientização dos problemas, pesquisa sobre soluções e práticas para ações emergenciais.

Voltando ao tema do sentimento de *ajudar o outro*, mas sob outro prisma, gostaria de ressaltar que, durante as enchentes e inundações que enfrentamos no Rio Grande do Sul, em 2024, houve auxílio e prestatividade ímpares do governo japonês. Apesar de não ter sido amplamente divulgado, o governo do Japão, por intermédio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), ajudou na doação de equipamentos (purificadores de água, colchonetes, cobertores, barracas e lonas) (JICA, 2024). Além disso, em junho de 2024, o embaixador do Japão no Brasil, Teiji Hayashi, colocou-se à disposição tanto em termos de assistência financeira quanto para enviar um especialista em deslizamento de terra e ajudar na preparação educacional dos gaúchos para novos eventos climáticos de grande porte vindouros, dada a expertise histórica japonesa em lidar com desastres ambientais (Campos, 2024). Além disso, em 2025, foi firmada uma parceria da ONU, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e SEBRAE, juntamente com o governo do Japão, para um projeto para promoção e modernização da indústria gaúcha para que se torne mais sustentável e resiliente às mudanças climáticas usando tecnologia japonesa de mapeamento via satélite e IA para criar simulações de enchentes (Makarenko, 2025). Esse tipo de atitude demonstra que o espírito de auxílio ao próximo presente nas leis de prevenção e mitigação de desastres climáticos e ambientais do Japão não se restringe ao território nacional, visto que costuma enviar ajuda humanitária para países em necessidade.

Ainda sobre a participação ativa do governo do Japão em assuntos climáticos no Rio Grande do Sul, ressalto que há um acompanhamento de ao menos duas décadas no que tange à preocupação com a degradação dos corpos aquáticos do estado. Isso se mostra por inúmeros projetos de acompanhamento da degradação das bacias hidrográficas da Lagoa Mirim e Laguna dos Patos e um possível plano de recuperação, por exemplo, em que o governo japonês apoiou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro com o Programa Mar de Dentro (JICA, 2000a, b). Dois anos depois, ainda sob gestão do governador Olívio Dutra, outra parceria é firmada para monitoramento da Bacia do Guaíba, constatando que 60% da carga poluente recebida na região tem origem no Guaíba, conforme relatório da JICA (Estado do Rio Grande do Sul, 2002).

Essas são apenas algumas das ações diretas do governo do Japão, por intermédio da JICA e de outras instituições japonesas, no monitoramento de questões ambientais, especialmente no gerenciamento hídrico da região, tão importante para melhor contenção de novas enchentes e inundações futuras.

Por fim, destaco que é imprescindível aprendermos com outras culturas que já enfrentam eventos climáticos extremos há mais tempo e formularam planos de contingência avançados que podem servir de modelo a outros países, como o nosso. Recentemente, em missão de estudos na TU Delft, nos Países Baixos, tive a oportunidade de aprender como o país controla o problema das enchentes, visto que quase 70% do território está abaixo do nível do mar. A solução foi encontrar um *espaço para o rio*, com a construção de canais, aumento de áreas alagadiças para comportar a água, no sentido de *conviver com a água* e não mais controlá-la (Vieira, 2024). O Japão, que também enfrenta inundações em regiões de vales, da mesma forma que os Países Baixos, investiu em canais e diques para rápido escoamento da água das enchentes para o mar. É por esse e outros motivos que, no próximo ano, irei passar uma temporada no Japão, a fim de aprender de perto com projetos de gestão hídrica e educação socioambiental inspiradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de pensar sobre as mudanças climáticas e nos impactos que elas já têm em nossas vidas, precisamos agir para mitigar suas consequências e nos preparar para projetar futuros mais promissores. É com essa esperança e esse sentimento que, no presente texto, me propus a discutir sobre o Antropoceno, os efeitos da crise climática, a responsabilização do antropocentrismo capitalista e o que podemos aprender e mudar a partir de elementos da cultura e da filosofia do Japão.

Na primeira seção, caracterizei o conceito de Antropoceno e mostrei que é o modo de vida capitalista, de acumulação e devastação ambiental, que nos legou esse presente de natureza degradada. Também argumentei que há outras formas de habitar o mundo e viver de forma mais harmônica com o meio ambiente, seja a partir do que podemos aprender com os povos ameríndios, com a teoria do decrescimento e a perspectiva comunitária, por exemplo. Além disso, apontei como houve um descaso do poder público em não frear a devastação ambiental, o que contribuiu diretamente para eventos climáticos extremos e suas consequências no estado do Rio Grande do Sul. Por fim, comentei o quanto podemos aprender a nos cuidarmos melhor se incluirmos conceitos e projetos de resiliência climática que podem ser aprendidos com projetos de cooperação Japão-Brasil que já ocorrem há décadas.

Na segunda seção, destaquei especificamente como o governo japonês vem trabalhando com educação socioambiental desde os anos 60 e que, nas últimas duas décadas, se intensificou em termos de legislação para prontidão a catástrofes que serviu de modelo para a União Europeia. A partir de conceitos budistas e xintoístas que permeiam a cultura da sociedade japonesa — mottainai, wabi-sabi, kintsugi, 5S e 5R — expus em que medida a ideia de não desperdiçar, viver na simplicidade e consertar/reciclar coisas pode ser muito importante para instituir um olhar mais preocupado com o ambiente e preparado às adversidades. Destaquei, também, que, além do investimento e da mudança na legislação, a educação socioambiental de crianças, jovens e adultos é fundamental para que a população esteja pronta para enfrentar eventos climáticos extremos, e temos muito a aprender com o Japão nesse sentido. Por fim, elenquei alguns projetos em que o governo japonês trabalhou e ajudou diretamente o RS em relação a questões ambientais, com projetos de monitoramento de corpos aquáticos há décadas e ajuda humanitária no caso das inundações de 2024.

À guisa de conclusão, considero que é preciso nos espelharmos mais e aprendermos com um país que lida com problemas climáticos há tanto tempo e conseguiu instituir, no corpus social, uma cultura de preparação e resiliência climática. Espero que este texto contribua não somente para registrar atividades já realizadas, mas sirva de inspiração e convite a quem lê para pensar e projetar novas parcerias Brasil-Japão, especialmente com relação a ações destinadas ao Rio Grande do Sul, estado-irmão da província de Shiga, no Japão, pois a fraternidade e a alteridade, aqui, são fundamentais para que tenhamos um futuro próspero e comum entre nós.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge. Leite mudou quase 500 normas ambientais em 2019; especialistas criticam gestão. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 maio 2024. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/05/leite-mudou-quase-500-normas-ambientais-em-2019-especialistas-criticam-gestao.shtml. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRAUN, Julia. Tornado destrói cerca de 90% de cidade e deixa 6 mortos no Paraná; entenda. **BBC News Brasil**, São Paulo, 8 nov. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgmxennzzymo. Acesso em: 10 nov. 2025.

CAMPOS, Alexandre. Embaixador do Japão oferece ajuda ao RS. **Rádio Senado**, Brasília, 11 jun. 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/06/11/embaixador-do-japao-oferece-ajuda-ao-rs. Acesso em: 11 nov. 2025.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, v. 41, p. 17–18, 2000. Disponível em: http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

DŌGEN, Eihei. **A Primer of Soto Zen.** Honolulu: University of Hawai'i Press, 1971.

DŌGEN, Eihei. **Zazen Meditation Handbook.** Tokyo; Rutland: Tuttle Publishing, 2021.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse**: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham; London: Duke University Press, 2018.

ÉSQUILO. **Oresteia.** Lisboa: Edições 70, 2008.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Governo e missão japonesa da JICA debatem monitoramento da Bacia do Guaíba. 11 jul. 2002. **Nota de Imprensa - Governo do RS**. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/governo-e-missao-japonesa-da-jica-debatem-monitoriamento-da-bacia-do-guaiba. Acesso em: 11 nov. 2025.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Japan's preparedness strategies**: lessons for the EU, *s.d.* Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2025/777941/EPRS_BRI(2025)777941_EN.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estudo do governo destaca impactos socioeconômicos dos eventos extremos de 2024. 29 abr. 2025. **Notícias de Imprensa**. Disponível em: https://estado.rs.gov.br/estudo-destaca-impactos-socioeconomicos-dos-eventos-extremos-de-2024. Acesso em: 10 nov. 2025.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *In:* **Ensaios e conferências.** 8. ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2012. p. 11–38.

JAPAN. Basic **Act for National Resilience Contributing to Preventing and Mitigating Disasters for Developing Resilience in the Lives of the Citizenry.** Tokyo. 11 dez. 2013. Disponível em: https://www.japaneselawtranslation.go.jp/en/laws/view/2354/en. Acesso em: 10 nov. 2025.

JAPAN HOUSE. Conceitos japoneses: mottainai. 6 maio 2020a. **JHSP Online**. Disponível em: https://japanhousesp.com.br/jhsponline/conceitos-japoneses-mottainai-2/. Acesso em: 10 nov. 2025.

JAPAN HOUSE. Conceitos japoneses: wabi sabi. 21 abr. 2020b. **JHSP Online**.

JAPAN HOUSE. Kintsugi: aceitar e valorizar as imperfeições. 23 set. 2020c. **JHSP Online.** Disponível em: https://japanhousesp.com.br/jhsponline/kintsugi-aceitar-e-valorizar-as-imperfeicoes/. Acesso em: 10 nov. 2025.

JICA. Apoio emergencial para os danos causados pelas chuvas torrenciais na República Federativa do Brasil - Doação de equipamentos. 21 maio 2024. **JICA - Representação no Brasil.** Disponível em: https://www.jica.go.jp/portuguese/overseas/brazil/information/topics/2024/1538865_54760.html. Acesso em: 11 nov. 2025.

JICA. **Present Organization of Programa Mar de Dentro.** Porto Alegre, *s.d*. Disponível em: https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/11608353_006.PDF. Acesso em: 11 nov. 2025a.

JICA. **Programa Mar de Dentro - Outline of the study.** Porto Alegre, *s.d*. Disponível em: https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/11608338_03.PDF. Acesso em: 11 nov. 2025b.

KODAMA, Toshiya. Environmental education in formal education in Japan. **Japanese Journal of Environmental Education**, v. 26, n. 4, p. 21–26, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5647/jsoee.26.4_21. Acesso em: 12 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MAKARENKO, Raphael C.F. Indústria do RS usará tecnologia japonesa para enfrentar enchentes e mudança climática. 18 jun. 2025. **Nações Unidas Brasil.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/298225-ind%C3%BAstria-do-rs-usar%C3%A1-tecnologia-japonesa-para-enfrentar-enchentes-e-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica#:~:text=O%20projeto%20ser%C3%A1%20liderado%20pelo,)%20e%20do%20Sebrae%2DRS. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARCO AURÉLIO. **Meditações.** São Paulo: Edipro, 2019.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Disasters and Disaster Prevention in Japan.** Disponível em: https://www.mofa.go.jp/policy/disaster/21st/2.html. Acesso em: 10 nov. 2025.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 44, no 3, p. 594–630, 4 maio 2017. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2016.1235036. Acesso em: 27 jul. 2025.

MOORE, Jason W. The rise of cheap nature. *In*: MOORE, Jason W. (org.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. Binghamton: PM Press, 2016. p. 78–115.

OBSERVATÓRIO DE CLIMA E SAÚDE; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **As inundações no Rio Grande do Sul, impactos imediatos e suas possíveis consequências sobre a saúde da população.** Rio de Janeiro, 13 maio de 2024. Disponível em: https://climaesaude.icict.fiocruz.br/sites/climaesaude.icict.fiocruz.br/files/Inundacoes_no_Rio_Grande_do_Sul_e_a_saude.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

PREVIDI, M. *et al*. Climate sensitivity in the Anthropocene. **Quarterly Journal of the Royal Meteorological Society**, v. 139, n. 674, p. 1121–1131, 20 jul. 2013. Disponível em: https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/qj.2165. Acesso em: 11 nov. 2025.

SAITO, Kohei. **O capital no Antropoceno.** São Paulo: Boitempo, 2024.

SRINIVAS, Hari. Environmental education and universities in Japan: ISO14001 and EMS as a catalyzing force. **The Global Development Research Center**, 2022. Disponível em: https://www.gdrc.org/sustdev/education/ee-univ.html. Acesso em: 11 nov. 2025.

SUMMERHAYES, C.P. *et al*. The future extent of the Anthropocene epoch: a synthesis. **Global and Planetary Change**, v. 242, p. 104568, nov. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.gloplacha.2024.104568. Acesso em: 11 nov. 2025.

TAKAHASHI, Takao. Disaster prevention as an Issue in environmental ethics. *In*: CALLICOTT, J. Baird; MCRAE, James (orgs.). **Japanese environmental philosophy.** New York: Oxford University Press, 2017. p. 227–241.

TOCHIBAYASHI, Naoko. Innovation meets tradition to transform how Japan prepares for natural disasters. **World Economic Forum**, 28 jun. 2025. Disponível em: https://www.weforum.org/stories/2025/07/technology-japan-disaster-preparedness/. Acesso em: 10 nov. 2025.

YAMANE, Eiji. Teaching about environmental issues in Japan. **Education about Asia**, v. 15, n. 3, p. 49–52, 2010. Disponível em: https://www.asianstudies.org/publications/eaa/archives/teaching-about-environmental-issues-in-japan/. Acesso em: 11 nov. 2025.



PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL (1964 – 2025)

Luciana Sanguiné[1]

INTRODUÇÃO

O Brasil abriga a maior população de origem japonesa fora do Japão, com cerca de 2,7 milhões de descendentes espalhados pelo território nacional, superando até mesmo países mais próximos dos centros migratórios asiáticos (Embaixada do Japão no Brasil, 2025). No entanto, a presença dessa comunidade é fortemente concentrada em estados como São Paulo e Paraná, sendo relativamente reduzida no Rio Grande do Sul (RS). Segundo o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 0,1% da população gaúcha se autodeclarou como pertencente ao grupo censitário "amarelo", categoria que inclui pessoas de origem japonesa, chinesa e coreana, em contraste com 0,4% da população brasileira, o que evidencia a baixa representatividade da comunidade nipônica no estado em relação ao conjunto nacional (Pessoa *et al.*, 2024).

Essa baixa expressividade numérica contribuiu para que o estado não fosse prontamente associado à imigração japonesa, diferentemente das comunidades alemã e italiana, cuja presença moldou de maneira decisiva a identidade regional. Ainda assim, a cultura japonesa deixou marcas visíveis na paisagem social e simbólica do estado, especialmente na Serra Gaúcha, onde se localiza a Colônia Japonesa de Ivoti. Conforme apontam Doll, Gaudioso e dos Santos (2002), o projeto de colonização teve início em 1956, quando o primeiro morador se instalou no lote sorteado, dando origem ao maior empreendimento coletivo de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, que passou de 26 para cerca de 40 famílias ao longo das décadas seguintes. As trajetórias dessas famílias indicam dinâmicas culturais, econômicas e identitárias essenciais para

1 Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex (Reino Unido). Graduada em História, Gestão da Tecnologia da Informação, Letras e Engenharia da Computação. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. E-mail: luciana.sanguine@outlook.com.

compreender a complexidade do mosaico étnico gaúcho. Mesmo minoritário, o grupo desempenha papel significativo na história e na memória regional.

A produção historiográfica sobre a imigração japonesa no RS, porém, permanece tímida, sobretudo quando comparada aos estudos consolidados de outros grupos migratórios. A imigração alemã dispõe de amplo material sistematizado, como o organizado por René Gertz (Gabrielli *et al*., 2025). A italiana vem sendo atualizada por novos estudos, especialmente em razão das comemorações dos 150 anos, com contribuições recentes como Heredia (2024), Sanguiné (2025) e Vendrame (2025). A imigração polonesa também conta com sínteses relevantes, como as de Weber e Wenczenovicz (2012), que consolidaram um campo próprio. Em contraste, a experiência japonesa, embora presente na formação social e cultural do estado, ainda carece de uma sistematização que lhe confira visibilidade equivalente. Torna-se necessário, portanto, mapear, analisar e problematizar essa produção dispersa, a fim de preencher lacunas interpretativas e integrar esse grupo ao panorama historiográfico mais amplo do RS.

O objetivo deste capítulo é mapear, analisar e avaliar criticamente a produção historiográfica sobre a presença japonesa no estado, identificando seus principais temas, abordagens, interpretações e lacunas. O recorte temporal tem início em 1964, ano em que se identifica a primeira menção, ainda que tangencial e discreta[2], a essa presença no debate acadêmico, funcionando como marco inicial para sua problematização no campo historiográfico. O período analisado encerra-se em 2025, contemplando o último ciclo completo de publicações e permitindo a delimitação de um corpus consolidado, a partir do qual produções posteriores passam a configurar um novo momento investigativo.

Com este trabalho, busca-se compreender como esse campo se constituiu, quais narrativas ganharam destaque e quais permaneceram marginalizadas, contribuindo para o aprofundamento dos estudos sobre o tema. A análise contempla diferentes tipos de produção, artigos, livros, teses, dissertações e materiais audiovisuais, permitindo delinear o alcance e os limites dessa historiografia, bem como suas zonas de silêncio. Visa-se também situar a imigração japonesa no conjunto das migrações que compõem a identidade regional, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e estimulando novas interpretações.

Além desta introdução, o capítulo apresenta um panorama geral da produção historiográfica identificada, organizado em subseções específicas.

2 As obras apresentadas nesta seção foram identificadas a partir dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa e não esgotam a produção existente sobre a temática. A autora desenvolve, paralelamente, um trabalho de localização e reedição de obras antigas, raras e não digitalizadas sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul, visando à sua preservação e à democratização do acesso a essas fontes.

Primeiramente, são analisadas as teses e dissertações, seguidas pelos livros, obras memorialísticas, produções comunitárias e materiais audiovisuais, na sequência, inclui-se uma seção dedicada aos espaços de memória, instituições e lugares de interesse para pesquisa Em seguida, dedica-se uma seção mais extensa aos artigos e textos de circulação científica encontrados. Posteriormente, discutem-se as lacunas observadas na produção historiográfica, que podem orientar investigações futuras, e o capítulo se encerra com as considerações finais.

PANORAMA GERAL DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Revisões sistemáticas constituem ferramentas extremamente úteis de compilação de produções acadêmicas. No entanto, nas humanidades, onde os fenômenos são interpretativos e as fronteiras disciplinares são mais porosas, é comum que diferentes tipos de materiais precisem ser articulados para compor interpretações, articular debates e sustentar análises críticas. Este trabalho, embora não pretenda esgotar todas as possibilidades de investigação sobre o tema, busca contribuir para o campo ao reunir, organizar e analisar um conjunto variado de produções que, de maneiras distintas, abordam a presença japonesa no RS.

Como apontam Vizeu, Torres e Kolachnek (2022), procedimentos de revisão sistemática e outros métodos quantitativos de análise de literatura "assumem um viés quantitativo e objetivista que desconsidera importantes aspectos qualitativos da comunicação acadêmica, especialmente em campos paradigmáticos plurais". Isso reforça a necessidade, nas humanidades, de complementar tais métodos com diferentes tipos de fontes e materiais, reconhecendo a pluralidade e a complexidade dos debates historiográficos. Nesse sentido, o panorama apresentado a seguir permite visualizar tendências, dispersões e aproximações interpretativas dentro da produção dedicada à imigração japonesa no estado.

TESES E DISSERTAÇÕES

A busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando a expressão "imigração japonesa no Rio Grande do Sul" resultou inicialmente em quatorze trabalhos. Após a leitura crítica dos resumos e a verificação do escopo, constatou-se que apenas cinco abordavam diretamente temas relacionados à imigração, colonização ou presença japonesa no estado. Já no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a mesma busca retornou cinco trabalhos, mas três eram duplicações de pesquisas já presentes na BDTD e um não se relacionava à temática. Assim, apenas um trabalho inédito emergiu dessa segunda base, a dissertação de Prá (2021), *Imigração japonesa em Ivoti, RS: aspectos*

culturais e identitários, analisa a imigração japonesa em Ivoti e os processos identitários articulados pela comunidade local.

Cabe ressaltar que esse mapeamento apresenta limitações estruturais, pois a obrigatoriedade de disponibilização digital de teses e dissertações foi normatizada apenas a partir da Portaria CAPES nº 13/2006 (Brasil, 2006), o que implica lacunas importantes para períodos anteriores. Além disso, a qualidade e a consistência dos metadados nem sempre são asseguradas, de modo que registros incompletos ou incorretos podem comprometer o alcance e a precisão das buscas bibliográficas, problemática discutida por Choudhury, Wang e Kapoor (2023).

Os cinco trabalhos identificados representam eixos distintos de investigação dentro da presença japonesa no estado. Em Silva (2013), na dissertação *Deus é eles: práticas religiosas familiares dos imigrantes japoneses em Santa Maria/RS*, observa-se a análise das práticas religiosas familiares de imigrantes japoneses em Santa Maria, com destaque para o culto aos antepassados como elemento identitário. Da mesma autora, Silva (2019), na tese *Nihonjinkai – a associação dos imigrantes japoneses de Santa Maria/RS – século XX*, investiga-se a trajetória da Associação Japonesa de Santa Maria, enfatizando memória, sociabilidade e manutenção identitária. No campo da sociologia, Konishi (2021), na dissertação *As novas gerações descendentes de imigrantes japoneses: entre nihonjins e gaijins, a racialização amarela no sudeste rio-grandense*, examina a racialização amarela entre descendentes de japoneses no extremo sul gaúcho, articulando referenciais pós-coloniais.

Na tese *Representações acerca das práticas corporais nas associações nipo-brasileiras do Rio Grande do Sul (1969–2019)*, Ledur (2023) estuda práticas corporais como judô, gateball e undokai nas associações nipo-brasileiras, interpretando esses espaços como instâncias de negociação identitária. Por fim, na dissertação *O judoca, o kamikaze e o toureiro: a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul na trajetória de Teruo Obata*, Parisoto (2024a) apresenta a biografia histórica de Teruo Obata, cuja trajetória permite compreender processos migratórios, redes esportivas e inserções urbanas da comunidade japonesa no Rio Grande do Sul.

A dissertação de Frosi (2012) reconstrói a trajetória do Karate-Dō a partir de sua introdução e institucionalização, analisando o processo de transformação da prática de arte marcial em modalidade esportiva. Ao articular fontes documentais, imagéticas e orais sob a perspectiva da História Cultural, o estudo discute práticas, representações e linhagens que estruturaram o campo do karatê e suas formas de organização associativa.

Cabe ainda mencionar a dissertação de Ledur (2017), *Práticas corporais na colônia japonesa de Ivoti, Rio Grande do Sul (década de 1980 à década de 2010)*, identificada por meio do Google Acadêmico, embora não tenha sido recuperada

nas buscas realizadas na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O trabalho analisa práticas corporais desenvolvidas na colônia japonesa de Ivoti, como judô e gateball, interpretando-as como espaços de sociabilidade e negociação identitária. Trata-se da pesquisa que dá origem ao estudo posteriormente desenvolvido pela autora em Ledur (2023), evidenciando uma continuidade temática e metodológica em sua produção acadêmica e o aprofundamento progressivo da investigação.

No decorrer do levantamento, a busca por artigos e textos de circulação científica permitiu identificar também dissertações e teses não recuperadas nas bases da BDTD e da CAPES, localizadas por meio do Google Acadêmico, apresentadas a seguir.

Deve-se ainda registrar a dissertação de Aires de los Santos (2017), *Memórias da cultura japonesa no Rio Grande do Sul (1970–1980): lembranças dos senseis de karatê-dō shotokan*,. O trabalho mobiliza fontes orais e memórias de mestres de karatê para analisar a difusão de práticas corporais associadas à cultura japonesa no estado, evidenciando o papel do esporte como espaço de sociabilidade, transmissão cultural e construção identitária em diferentes contextos regionais.

Na mesma seara, a dissertação de Moraes (2018) reconstrói a introdução e a consolidação do *Shorinji-kempo* no Rio Grande do Sul entre 1963 e 1995, a partir da atuação de Matsuo Ushida, imigrante japonês responsável pela difusão da prática no estado. O estudo evidencia a presença de japoneses em Porto Alegre e em outros municípios por meio de associações, academias e redes de ensino das artes marciais, indicando formas específicas de organização comunitária e circulação cultural no período.

Essas pesquisas, tomadas em conjunto, delineiam um panorama historiográfico ainda incipiente mas diversificado, demonstrando a necessidade de aprofundar a investigação sobre a presença japonesa no território gaúcho.

LIVROS, OBRAS MEMORIALÍSTICAS E PRODUÇÕES COMUNITÁRIAS

A produção bibliográfica dedicada especificamente à imigração japonesa no Rio Grande do Sul permanece limitada, refletindo tanto a recente chegada desses grupos ao estado quanto a ausência, por décadas, de iniciativas sistemáticas de registro de suas memórias. Dentro desse cenário de escassez, algumas obras se destacam por sua contribuição pioneira, tornando-se referências essenciais para pesquisadores interessados na presença japonesa no sul do Brasil.

O primeiro exemplo é *O Japonês no Rio Grande do Sul* (Laytano, 1967), obra que figura como um marco inicial do tema no estado. Produzido em um contexto no qual os estudos migratórios ainda se concentravam fortemente em fluxos europeus, Laytano realiza um dos primeiros esforços para registrar a existência

dessa comunidade, oferecendo um panorama descritivo, porém pioneiro, sobre os japoneses no território gaúcho.

Décadas depois, surgiu uma contribuição mais robusta com *50 anos de História: Imigração Japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958–2008)*, de André Soares e Tomoko Kimura Gaudioso (Soares; Gaudioso, 2008). Os autores utilizam metodologias de pesquisa de campo, entrevistas e documentação variada para reconstruir a história da chegada das famílias japonesas a Santa Maria. A edição bilíngue reforça o compromisso com a preservação da memória, especialmente porque muitos imigrantes da primeira geração já se encontravam em idade avançada no momento da publicação. A obra destaca a saga de homens, mulheres e crianças que, sem idealizações ou narrativas heroicas, vivenciaram dificuldades, rupturas e conquistas características dos processos migratórios.

No campo das produções institucionais, destaca-se o capítulo *Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da UFRGS: entre as memórias do passado e do presente*, escrito pela professora Tomoko Kimura Gaudioso (Gaudioso, 2021). O texto demonstra como a inexistência de bibliografia e acervos relacionados ao tema motivou a criação do Memorial em 2009. Conforme o capítulo, o Memorial reúne aproximadamente 1.500 obras sobre cultura japonesa, migração e atividades educativas; além disso, busca preservar objetos e documentos frequentemente descartados pelas famílias em razão da substituição geracional. Assim, o Memorial desempenha um papel fundamental tanto como espaço de salvaguarda quanto como produtor de conhecimento, evidenciando o impacto da lacuna documental na lentidão dos estudos sobre os japoneses.

No âmbito das produções comunitárias, o município de Ivoti, um dos principais polos da presença japonesa no estado, tem se destacado como espaço de preservação e memória pelas mãos da Sociedade Ivotiense de Estudos Humanísticos (SIEHU). O capítulo *A diversidade cultural de Ivoti: a cultura japonesa*, publicado na coletânea organizada pela professora Andréa Cristina Baum Schneck (Schneck *et al.*, 2020), apresenta reflexões sobre a presença japonesa e sua integração ao cotidiano local. É uma obra que articula memória, identidade e práticas culturais na configuração plural da cidade. Complementando esse conjunto de publicações, o delicado e sensível livro *Um olhar colorido sobre Ivoti: história, cultura e arte da colônia japonesa*, também organizado por Andréa Cristina Baum Schneck (Schneck, 2022), reúne fotografias, documentos comunitários, relatos e interpretações que ajudam a reconstruir aspectos da vida cotidiana das famílias imigrantes e de seus descendentes.

Mais recentemente, a obra *O Judoca, o Kamikaze e o Toureiro: a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul na trajetória de Teruo Obata*, derivada da já mencionada tese de Felipe Parisoto (Parisoto, 2024b), constitui uma contribuição inovadora. Ao adotar a abordagem biográfica, o autor mostra redes migratórias,

esportivas e culturais por meio da trajetória de Teruo Obata, oferecendo um estudo que articula experiências pessoais a processos históricos mais abrangentes.

Em conjunto, essas obras, ainda poucas, mas extremamente significativas, compõem o núcleo da produção memorialística e historiográfica sobre os japoneses no Rio Grande do Sul. Elas demonstram tanto a persistente lacuna existente quanto o crescente interesse acadêmico e comunitário em registrar, analisar e preservar a experiência desses imigrantes e seus descendentes.

MATERIAIS AUDIOVISUAIS

No campo audiovisual, embora ainda incipiente quando comparado à produção dedicada a outros grupos migratórios do Rio Grande do Sul que possuem superproduções amplamente difundidas em nível nacional, observa-se um conjunto de materiais emergentes que contribuem para registrar e difundir a memória da imigração japonesa no estado. Entre eles, aparecem vídeos de caráter turístico e cultural realizados em Ivoti, como, por exemplo, Belíssima Viagem (2025) e Viri Viagem (2024), que documentam a Feira da Colônia Japonesa, o Memorial da Colônia e outras práticas comunitárias ligadas à manutenção da cultura nipo-brasileira. Também merece destaque o documentário produzido pelo canal Elzinga (2025), que evidencia a interação e, em muitos aspectos, a simbiose entre tradições japonesas e alemãs no município, ressaltando a singularidade do encontro entre esses dois grupos na formação identitária local.

O documentário *Furusato: Um lugar para voltar* (Furusato: Um lugar para voltar, 2024) constitui um marco importante para a historiografia audiovisual da presença japonesa no RS. A obra foi gravada na Colônia Japonesa de Ivoti, com apoio da Lei Paulo Gustavo, e reúne aproximadamente vinte e duas entrevistas com descendentes de imigrantes. Sua concepção está ancorada no princípio da "antropologia audiovisual compartilhada", uma metodologia na qual os próprios membros da comunidade participam ativamente tanto da produção quanto da construção narrativa. O texto de Elias (2025), que registra e analisa o processo de elaboração do documentário, descreve como essa abordagem colaborativa possibilitou a integração entre equipe técnica e comunidade, fortalecendo a dimensão participativa do projeto e garantindo que as vozes locais fossem protagonistas na representação de sua própria história.

O filme busca preservar trajetórias de vida, memórias familiares e expressões culturais, incluindo práticas linguísticas, festividades, gastronomia e religiosidade. A noção de *furusato*, apresentada pelos interlocutores como "terra natal" ou "um lugar para voltar", orienta a narrativa ao reforçar vínculos afetivos e a sensação de pertencimento a um espaço que concentra memória, ancestralidade e continuidade comunitária. Dessa forma, *Furusato* registra o

passado da Colônia Japonesa de Ivoti ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção simbólica desse patrimônio imaterial no presente.

Por sua vez, *Memórias do Sul* (Kuamoto; Tukamoto, 2025) amplia o repertório da produção audiovisual ao focar na identidade, nas lembranças e nas vivências intergeracionais da comunidade japonesa no sul do Brasil. O documentário privilegia relatos de descendentes e jovens nipo-brasileiros, destacando processos de reconstrução identitária, práticas culturais e a importância da memória coletiva para dar visibilidade a trajetórias frequentemente marginalizadas nas histórias oficiais de imigração. A presença desse tipo de produção indica que o campo audiovisual contemporâneo começa a preencher lacunas historiográficas, disponibilizando materiais que dialogam com pesquisas acadêmicas e memórias comunitárias.

ESPAÇOS DE MEMÓRIA, INSTITUIÇÕES E LUGARES DE INTERESSE PARA PESQUISA

Para além da produção historiográfica escrita e dos materiais audiovisuais analisados, a memória da imigração japonesa no RS também se preserva e se atualiza por meio de espaços institucionais, memoriais e associações comunitárias. Esses lugares desempenham um papel fundamental na salvaguarda de acervos, na socialização de práticas culturais e na transmissão intergeracional de narrativas, constituindo-se como importantes fontes para pesquisas históricas, ainda que nem sempre mobilizadas de forma sistemática pela produção acadêmica.

Entre esses espaços, destaca-se o Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2009 a partir da constatação da escassez de bibliografia, acervos organizados e registros sistemáticos sobre a presença japonesa no estado. O Memorial reúne um expressivo conjunto de obras, documentos, objetos e materiais relacionados à cultura e à imigração japonesa, além de promover atividades educativas, exposições e eventos acadêmicos. Sua atuação evidencia como iniciativas institucionais têm buscado suprir lacunas deixadas pela historiografia, funcionando simultaneamente como espaço de preservação, difusão cultural e produção de conhecimento.

Outro lugar central é o Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti, localizado no principal núcleo de imigração japonesa do estado. O espaço concentra documentos, fotografias, objetos e registros que narram a trajetória das famílias japonesas instaladas na região a partir da década de 1960, bem como suas práticas produtivas, culturais e associativas. Além de seu valor simbólico, o Memorial constitui uma fonte privilegiada para estudos sobre

memória, identidade, cotidiano e processos de adaptação dos imigrantes e de seus descendentes, articulando história local e experiências migratórias.

No âmbito associativo, a Enkyosul – Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul configura-se como um espaço comunitário relevante para a socialização, o apoio mútuo e a manutenção de vínculos culturais entre descendentes de imigrantes japoneses no sul do Brasil. Embora não se trate de um memorial formal, associações desse tipo funcionam como lugares vivos de memória, nos quais práticas culturais, redes de sociabilidade e narrativas identitárias continuam a ser produzidas e transmitidas. Para a pesquisa histórica, esses espaços oferecem possibilidades importantes de investigação por meio de entrevistas, observação participante e análise de documentos internos frequentemente pouco acessíveis.

Também merece menção o Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Rio Grande do Sul, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, que atua na preservação e divulgação de registros relacionados à presença japonesa no estado, incluindo entrevistas, fotografias e materiais documentais. Iniciativas como essa reforçam a percepção de que, embora a produção historiográfica acadêmica ainda seja limitada, existem esforços institucionais e comunitários voltados à preservação da memória japonesa no território gaúcho.

Nesse conjunto de instituições, cabe mencionar ainda o Escritório Consular do Japão em Porto Alegre, que, embora não atue como espaço de memória ou como produtor direto de historiografia, desempenha um papel importante como agente institucional de apoio a iniciativas culturais, eventos comemorativos e projetos comunitários ligados à presença japonesa no Rio Grande do Sul. Sua atuação contribui para a circulação, a visibilidade e, em alguns casos, a viabilização de práticas e espaços de preservação da memória, ainda que de forma indireta no campo da produção historiográfica.

A identificação desses espaços permite compreender que parte significativa do conhecimento sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul circula fora dos formatos acadêmicos tradicionais, estando ancorada em memoriais, associações e iniciativas locais. Ao mesmo tempo, esses lugares apontam caminhos promissores para pesquisas futuras, ao oferecer acervos, fontes orais e práticas culturais que podem ser exploradas por abordagens historiográficas, etnográficas e interdisciplinares. Assim, a análise desses espaços reforça o argumento central deste capítulo: a produção historiográfica fragmentada, mas encontra, nesses lugares de memória, um campo fértil para novas investigações e interpretações.

PRODUÇÃO ACADÊMICA EM ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E TEXTOS DE CIRCULAÇÃO CIENTÍFICA

Inicialmente, realizou-se uma busca no Google Acadêmico utilizando a *string* "imigração japonesa no Rio Grande do Sul", por se tratar da formulação mais abrangente para o mapeamento da produção existente, o que resultou em aproximadamente 14.300 registros. Esses resultados foram analisados manualmente e de forma exaustiva entre 11 e 31 de dezembro de 2025, por meio de leitura exploratória de títulos, resumos e palavras-chave. Observou-se que a maior parte dos trabalhos, embora contivesse os termos da *string* de busca, não apresentava contribuição direta para a compreensão da imigração japonesa no RS sob perspectivas como identidade, trajetórias, biografias ou experiências históricas locais, sendo, portanto, excluída do corpus analítico.

A opção pelo Google Acadêmico como base principal fundamenta-se no reconhecimento de suas limitações, amplamente discutidas na literatura especializada (Fagan, 2017), mas também em sua reconhecida abrangência para as áreas das Humanidades, especialmente no que se refere a publicações em línguas não hegemônicas e a formatos como livros, capítulos e literatura cinzenta (Pölönen; Hammarfelt, 2019). No contexto brasileiro, a análise da indexação de periódicos no Google Scholar indica que aproximadamente 33% das publicações pertencem às Ciências Humanas, evidenciando a centralidade dessa base para pesquisas nessas áreas, que dependem menos de bases seletivas como Web of Science ou Scopus (Pinto *et al.*, 2020).

A partir desse recorte, a discussão seguinte apresenta a revisão da produção identificada, iniciando pelos trabalhos que, ainda que de forma indireta, mencionam a presença japonesa no debate acadêmico, permitindo delinear os primeiros contornos desse campo de investigação.

Um dos primeiros trabalhos que mencionam, ainda que de modo indireto, a presença japonesa no debate acadêmico é o estudo de Geiger (1964). Embora o autor não trate da imigração japonesa no Rio Grande do Sul, ele a cita no contexto das correntes migratórias que contribuíram para a reorganização territorial do país. No mesmo parágrafo, ao discutir deslocamentos provenientes das antigas zonas coloniais do Sul, observa que essas populações se dirigiram para o nordeste do Rio Grande do Sul. Essa justaposição funciona como um marco temporal inicial para identificar a entrada do tema na literatura, ainda que de forma tangencial.

Na sequência, outra referência relevante aparece no Relatório sobre o Colóquio Brasil–Japão (Paula, 1966), que registra, na página 197, a comunicação apresentada pelo professor Dante de Laytano, da Universidade do Rio Grande do Sul, intitulada *O japonês no Rio Grande do Sul*. Segundo Gaudioso e Soares (2010), essa comunicação integra um conjunto de pesquisas desenvolvidas por Laytano

entre 1967 e 1980, das quais resultou também a raríssima separata *O japonês no Rio Grande do Sul* (1967), publicada por ocasião do Colóquio Brasil–Japão realizado em São Paulo, possivelmente um marco inicial nos estudos sobre o tema no estado, especialmente considerando o curto período de presença japonesa na região à época.

O artigo de Moacyr Flores, Japoneses no Rio Grande do Sul (1974), publicado na revista Veritas, é recorrentemente citado em trabalhos posteriores sobre a temática, indicando seu caráter pioneiro na abordagem da presença japonesa no estado. No entanto, apesar de uma busca exaustiva, não foi possível obter acesso à cópia integral do texto. Considerando que a data de publicação é anterior ao período de digitalização disponível no portal da revista, que contempla apenas números a partir de 1995, foi encaminhada solicitação diretamente à Veritas da PUCRS, uma vez que o artigo possivelmente se encontra disponível apenas em formato físico no acervo institucional.

Nesse contexto inicial de referências ainda esparsas, destaca-se a reportagem "Japoneses comemoram 80 anos de Brasil", publicada na *Revista Três por Quatro* no primeiro semestre de 1988 e atualmente disponibilizada pelo Curso de Jornalismo no Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa (CEDAP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Curso de Jornalismo, 1988). Embora não constitua o único registro jornalístico sobre a presença e as colônias japonesas no Rio Grande do Sul, a reportagem se mostra particularmente relevante por figurar entre os primeiros materiais de caráter mais abrangente, reunindo informações históricas, dados sobre a organização comunitária e entrevistas com membros da comunidade. Sua importância também se relaciona ao fato de integrar o conjunto ainda restrito de documentos dessa natureza que se encontram digitalizados e disponíveis para consulta pública.

Inserido na seção Imigração, o texto apresenta um panorama da presença japonesa no Brasil e dedica atenção específica ao Rio Grande do Sul, ressaltando o caráter recente da imigração japonesa no estado. A reportagem informa que as primeiras famílias chegaram por volta de 1955 e descreve o perfil majoritariamente agrícola dos imigrantes, enfatizando a introdução de novas técnicas de cultivo e a diversificação da produção de hortaliças, aspectos associados à modificação de hábitos alimentares regionais.

O material incorpora depoimentos de membros da comunidade, como Keiichiro Takeuchi, então vice-presidente do Centro de Cultura Japonesa da PUCRS, e dedica uma parte importante à colônia japonesa de Ivoti, no Vale do Rio dos Sinos. Nesse trecho, são apresentados dados quantitativos sobre o número de famílias, práticas de preservação cultural, ensino da língua japonesa, atividades esportivas e formas de organização coletiva por meio de cooperativa agrícola. A reportagem descreve ainda as principais culturas desenvolvidas

pela colônia, os circuitos de comercialização e as formas de sociabilidade interna, oferecendo um registro detalhado da vida cotidiana e da organização comunitária dos imigrantes japoneses.

Um marco decisivo para a consolidação dos estudos sobre a imigração japonesa no RS aconteceu no início dos anos 2000 foi a Edição Especial da Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, dedicada à cooperação acadêmica com a Faculdade de Direito da Universidade de Tohoku, em Sendai, Japão. Conforme explicitado na apresentação do dossiê, uma de suas seções foi especialmente voltada à pesquisa sobre a imigração japonesa no estado e à análise de casos práticos de Direito Japonês decididos no Supremo Tribunal Federal, com participação de docentes e discentes da UFRGS. Nesse contexto, inserem-se os artigos *A colônia japonesa de Ivoti: primeiro relato de uma pesquisa interdisciplinar*, de Doll, Gaudioso e dos Santos (2002), diretamente vinculado à realidade regional, e *Casos de divórcios japoneses no Brasil: introdução ao método de análise de casos*, de Marques (2002), que, embora não trate exclusivamente do Rio Grande do Sul, integra o mesmo esforço institucional e acadêmico de aproximação entre estudos jurídicos e a presença japonesa no Brasil, configurando-se como um marco relevante na produção do período.

No mesmo período, identifica-se o resumo apresentado por Moraes Tanaka e Doll (2002) no Salão de Iniciação Científica da UFRGS, dedicado à competência linguística e ao diálogo intergeracional na Colônia Japonesa de Ivoti. Apesar de indicar a ampliação temática das pesquisas sobre a comunidade, não foi localizado o desenvolvimento posterior desse estudo em formato de artigo ou trabalho completo, o que demonstra os limites e a descontinuidade de parte da produção acadêmica sobre a imigração japonesa no estado após esse momento inicial.

No mesmo contexto temporal, surgem produções que se aproximam da Colônia Japonesa de Ivoti a partir de registros de campo, impressões etnográficas e narrativas orais, como o texto de Buaes (2003), que apresenta observações derivadas de visitas realizadas no âmbito de pesquisas interdisciplinares desenvolvidas na comunidade. Soma-se a esse conjunto o artigo de Doll (2003), estruturado a partir de uma entrevista, no qual são mobilizadas memórias e relatos sobre a formação e o cotidiano da colônia, contribuindo para o registro de narrativas fundacionais e experiências vividas. Esse tipo de produção, ainda que de caráter mais descritivo e reflexivo, contribui para a compreensão do cotidiano, das práticas culturais e das dinâmicas sociais da colônia, compondo um conjunto de trabalhos que será ampliado a seguir com outras publicações do mesmo período.

O estudo de Santos, Doll e Gaudioso (2003) aprofunda a análise da experiência da Colônia Japonesa de Ivoti ao discutir os processos de integração cultural entre imigrantes japoneses e a sociedade brasileira, apontando estratégias de adaptação, negociação identitária e preservação de práticas culturais. Ao articular dimensões sociais e culturais do cotidiano da colônia, o texto contribui

para compreender como a integração se constrói de forma dinâmica, sem implicar apagamento das referências de origem.

O resumo de Lopes (2004) aborda a relação entre imigração e envelhecimento na Colônia Japonesa de Ivoti, com atenção às dimensões espaciais e culturais da experiência migratória. Embora de caráter introdutório, o trabalho sinaliza o interesse por temas geracionais no estudo da comunidade.

Em 2008, o estudo de Soares e Souza analisa a imigração japonesa em Santa Maria a partir do jornal A Razão, com foco no período de 1956 a 1958, constituindo uma das poucas produções que deslocam a análise para a região central do estado.

A partir do final da década de 2000, observa-se a ampliação temática da produção acadêmica sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul, com a incorporação de recortes relacionados a gênero, memória, religiosidade e patrimônio. Nesse contexto, Cravo e Soares (2009) analisam o papel da mulher nikkei no processo migratório, destacando sua atuação na manutenção de tradições culturais, religiosas e linguísticas no espaço doméstico. Com base em relatos orais e em uma abordagem de gênero, o artigo evidencia a centralidade dessas mulheres nos processos de adaptação e continuidade identitária.

Ainda em 2009, Soares, Souza e Lima discutem a construção da memória e do patrimônio da imigração japonesa em Santa Maria (RS), a partir da articulação entre pesquisa acadêmica, extensão universitária e ação museológica. O estudo acompanha a trajetória que resulta na criação de um memorial e aponta para a invisibilidade histórica da comunidade nikkei no estado, destacando a memória como elemento fundamental para o reconhecimento e o pertencimento.

As práticas religiosas também passam a ser objeto de análise. Gaudioso e Soares (2010) discutem a convivência entre budismo, xintoísmo e cristianismo, indicando que a adoção de diferentes cultos se relaciona a estratégias de adaptação e inserção social. Em diálogo com essa abordagem, Soares e Da Silva (2010) analisam a religiosidade nikkei no estado, enfatizando que essa convivência não configura um sincretismo pleno, mas formas situadas de negociação identitária.

Em 2011, os estudos passam a articular de maneira mais direta memória, patrimônio e história oral. Cravo e Alagia Júnior analisam o resgate da memória nikkei no centro do estado, com foco em Santa Maria, vinculando a produção acadêmica às pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEP-UFSM e à criação do Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Rio Grande do Sul. O artigo evidencia experiências pouco visibilizadas na historiografia local e reforça a importância da memória coletiva na construção dessas narrativas.

No mesmo ano, Soares (2011) reconstrói a trajetória de um personagem pouco visível da imigração japonesa, mobilizando procedimentos da micro-história

e da história oral. Ao acompanhar a atuação de Mitori Kimura em diferentes contextos regionais, o estudo contribui para deslocar o olhar dos grandes núcleos demográficos, evidenciando a atuação de sujeitos centrais nos processos de organização e assentamento.

Também em 2011, Da Silva e Soares analisam a memória e a identidade nikkei a partir das narrativas de mulheres japonesas em Santa Maria (RS), com atenção às práticas gastronômicas, especialmente o preparo do missô, compreendido como patrimônio cultural imaterial. Em diálogo com esse trabalho, Da Silva, Soares e Wolf discutem a gastronomia japonesa como patrimônio imaterial da comunidade nikkei no Brasil, destacando o preparo do missô como um saber-fazer transmitido intergeracionalmente e relacionado à preservação de referências identitárias no contexto migratório.

Soares e Gaudioso (2013) analisam a gastronomia e a culinária japonesas como elementos centrais na preservação da memória e da identidade étnica entre imigrantes japoneses no RS. A partir de observações de campo e relatos orais, o estudo evidencia como as práticas alimentares se articulam ao cotidiano e a rituais sociais e religiosos, funcionando como espaços de continuidade cultural e negociação com hábitos locais. Ao tratar a alimentação como patrimônio imaterial e prática intergeracional, o artigo contribui para ampliar a compreensão das experiências vividas da imigração japonesa no estado.

Os trabalhos de Silva e Soares (2013) e de Soares e Gaudioso (2014) abordam, sob perspectivas complementares, a atuação das mulheres japonesas no Rio Grande do Sul e em Santa Maria, com atenção às relações entre memória, identidade étnica e saberes do cotidiano. Ambos evidenciam o papel da alimentação, especialmente o preparo do missô, como espaço privilegiado de transmissão intergeracional, mobilizando história oral e observações de campo para analisar experiências femininas frequentemente invisibilizadas. Em conjunto, esses estudos contribuem para compreender a centralidade das trajetórias femininas na constituição da presença japonesa no estado, articulando gênero, memória e patrimônio imaterial.

Dilly e Gevehr (2014) analisam o processo de construção do Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti a partir das tensões entre memória, identidade étnica e práticas de educação patrimonial. O estudo problematiza os riscos da espetacularização do passado e discute as escolhas narrativas envolvidas na institucionalização da memória da imigração japonesa. Ao articular patrimônio, educação e identidade, o artigo contribui para compreender os usos públicos do passado e os processos de legitimação da presença japonesa no contexto local.

O estudo de Filippin Oba e Fabrin Lindorfer (2014) dialoga diretamente com os trabalhos anteriormente apresentados ao examinar a prática culinária

como espaço de construção da memória e de afirmação da identidade étnica entre nipo-brasileiros. Ao tratar a alimentação como saber compartilhado no cotidiano, o texto reforça a importância de dimensões muitas vezes consideradas secundárias para a compreensão das experiências migratórias. Essa comunicação contribui para evidenciar a consolidação de um campo de investigação que articula memória, pertencimento e práticas culturais.

O trabalho de Martins e Madruga (2015) analisa o Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da UFRGS a partir de sua constituição como espaço institucional de preservação documental, extensão universitária e ação educativa. A produção destaca o papel do memorial na organização de acervos, na difusão do conhecimento e no apoio à pesquisa acadêmica, evidenciando sua inserção nas políticas de salvaguarda e de valorização da memória vinculadas à presença japonesa no estado.

Já o estudo de Da Silva e Soares (2016) concentra-se nas práticas rituais associadas ao culto aos antepassados, examinando as relações de dívida, gratidão e continuidade simbólica mobilizadas no âmbito familiar e comunitário. Ao abordar a religiosidade como dimensão estruturante das experiências migratórias, o artigo contribui para compreender formas específicas de transmissão cultural e de elaboração da memória que se desenvolvem para além dos espaços institucionais.

Os trabalhos de Ledur (2016) e Boehl (2016) contribuem para ampliar o debate historiográfico ao evidenciar práticas corporais e esportivas como espaços de sociabilidade, transmissão cultural e construção de pertencimento entre nikkeis. Enquanto Ledur analisa o papel institucional da ENKYOSUL na promoção de atividades como undokai e outras práticas recreativas, Boehl demonstra como o judô se consolidou, no litoral norte do estado, como um espaço de socialização e continuidade simbólica ao longo de diferentes gerações. Essas abordagens dialogam com a análise de Gaudioso (2016), que destaca a centralidade das associações nipo-brasileiras na organização comunitária e na preservação de referências culturais, apontando para uma dimensão ainda pouco explorada pela historiografia, na qual o corpo, o esporte e as práticas associativas assumem papel central na experiência histórica nikkei.

As produções publicadas em 2017 indicam um adensamento das abordagens voltadas às práticas culturais, aos lugares de memória e às formas de institucionalização do patrimônio, deslocando o foco das narrativas fundacionais para experiências cotidianas e dispositivos de transmissão simbólica. Os estudos de Da Silva e Soares (2017) e de Da Silva *et al.*, (2017) exploram oratórios domésticos, associações e objetos rituais como suportes materiais da memória e da japonesidade, evidenciando como a identidade é negociada no espaço

doméstico e associativo. Nessa mesma direção, Gevehr e Dilly (2017) e Gaudioso e Reis (2017) analisam memoriais e iniciativas culturais como instâncias de mediação entre a comunidade nikkei e a sociedade local, ressaltando o papel da educação patrimonial e da difusão do patrimônio imaterial na construção de narrativas públicas de pertencimento.

Em diálogo com esse conjunto, os trabalhos de Gaudioso e Soares (2017) e de Da Silva e Soares (2017) aprofundam a centralidade das mulheres nas dinâmicas comunitárias, seja por meio da atuação associativa, seja pela transmissão do saber-fazer culinário, apontando para dimensões de gênero ainda pouco exploradas pela historiografia. Já o artigo de Aires *et al*., (2017) amplia o escopo analítico ao abordar as artes marciais como campo de sociabilidade, memória e circulação cultural, demonstrando como trajetórias individuais de mestres e praticantes se articulam a redes mais amplas de transmissão cultural.

Alguns trabalhos recentes oferecem leituras particularmente singulares e densas da experiência migratória japonesa no estado, ao deslocarem o foco das narrativas fundacionais ou comunitárias para dimensões menos recorrentes na historiografia. O estudo de De Almeida e Mozzillo (2020) analisa o bilinguismo e as políticas linguísticas familiares entre descendentes em Pelotas, apontando negociações cotidianas de pertencimento e transmissão cultural no espaço doméstico. Já Barbachan (2020), ao examinar o Convênio de Fraternidade entre o Rio Grande do Sul e a província de Shiga, insere a presença japonesa no campo das relações paradiplomáticas, revelando como vínculos históricos e migratórios se desdobram em cooperação institucional, técnica e simbólica.

Destacam-se as análises de Ledur e Oliveira (2022), que examinam o Rádio Taissô como prática corporal ritualizada vinculada à memória, à identidade e à organização associativa, e de Dai-Prá, Magalhães e Schemes (2022), que investigam as festividades Undokai e Shinnenkai na Colônia Japonesa de Ivoti como espaços de sociabilidade, transmissão simbólica e reafirmação identitária em um contexto local marcado pela predominância da colonização germânica.

O trabalho de Hochmüller (2023) analisa as representações femininas na imigração japonesa a partir da noção de memórias silenciadas e silenciosas, problematizando os apagamentos e as hierarquias de gênero presentes nas narrativas históricas e comunitárias. Ao mobilizar fontes orais e documentais, o estudo discute como as experiências das mulheres *nikkeis* permanecem frequentemente marginalizadas, ao mesmo tempo em que sustentam práticas cotidianas fundamentais para a transmissão cultural e a construção do pertencimento.

O artigo de Da Silva e Soares (2024) analisa a gastronomia nipo-gaúcha como patrimônio cultural imaterial, compreendendo os saberes e fazeres culinários como práticas centrais de memória, identidade e transmissão

intergeracional no contexto da imigração japonesa. Ao articular história oral, registros audiovisuais e reflexão teórica sobre patrimônio, o estudo discute a culinária como espaço de negociação cultural e de preservação simbólica das referências nipônicas em contexto local.

Os trabalhos mais recentemente encontrados, artigo de Venceslau *et al.*, (2025) analisa os contatos culturais estabelecidos por meio do karatê, compreendendo as artes marciais como espaços de sociabilidade, circulação cultural e construção de pertencimento, a partir do acompanhamento de trajetórias de praticantes e mestres e de sua inserção em associações locais. Já o capítulo de Gaudioso (2025) discute o ensino da língua japonesa e as parcerias institucionais estabelecidas com o Japão e associações locais, analisando iniciativas de formação, cooperação e revitalização comunitária que situam a língua como elemento central na preservação da memória, da identidade e das redes associativas *nikkeis*.

DISCUSSÃO DAS LACUNAS DA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

No que se refere à escolarização das comunidades de origem japonesa no RS, a produção historiográfica ainda apresenta lacunas importantes. Ao tratar do processo de nacionalização do ensino, Kreutz (2005, p. 71) menciona a existência de divergências quanto ao número de escolas vinculadas à imigração japonesa, indicando que elas podem ter sido em quantidade superior às 178 geralmente registradas. Apesar dessa observação, não se identificam estudos que se aprofundem na história dessas instituições, em suas localizações e formas de funcionamento, sobretudo fora do espaço mais frequentemente abordado da Colônia Japonesa de Ivoti, o que evidencia a necessidade de investigações mais específicas sobre o tema.

A historiografia disponível indica a existência de experiências de colonização japonesa no RS que não se consolidaram e que permanecem pouco exploradas pela pesquisa histórica. René Gertz (2005) menciona, de forma pontual, uma tentativa frustrada de colonização japonesa na região de Santa Rosa, sem detalhamento sobre suas características, duração ou impactos locais. Em seu trabalho *A procura das colonias japonesas desaparecidas*, Ogasawara (2008) brevemente menciona o crescente número de japoneses no estado e a tentativa de criação da colônia em Santa Rosa. Essa referência é posteriormente aprofundada por Lourenção (2015), que identifica o estabelecimento, em 1936, de dezoito famílias japonesas na região de Santa Rosa, no então município de Horizontina, por iniciativa da empresa de colonização Kaigai Kōgyō Kabushiki Kaisha (KKKK), agência diretamente vinculada aos projetos de emigração japonesa no período entre guerras. Segundo o autor, o empreendimento fracassou sobretudo em razão da iminência da Segunda Guerra Mundial, o que levou à dissolução

da colônia e à dispersão desses imigrantes para outros estados brasileiros, bem como para diferentes regiões do próprio RS, como Pelotas, São Leopoldo e seus arredores.

A esse quadro somam-se dados apresentados por Yoshioka (2009, p. 32, apud Lourenção, 2015), que ampliam a compreensão da presença japonesa no estado ao indicar que, antes mesmo da chegada direta de imigrantes do Japão a partir de 1956, ao menos vinte e cinco famílias japonesas oriundas de São Paulo já haviam se estabelecido no Rio Grande do Sul. O autor aponta a presença de imigrantes e descendentes em municípios como Porto Alegre, Ivoti, São Leopoldo, Gravataí, Viamão, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Ijuí, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Carazinho e Passo Fundo, estimando um contingente aproximado de 1.500 cidadãos japoneses e 2.500 descendentes. Esses dados reforçam a necessidade de investigações que considerem trajetórias dispersas, experiências interrompidas e deslocamentos secundários, ampliando a compreensão da diversidade territorial e das múltiplas formas de inserção da imigração.

Nota-se também a ausência de estudos que revisem e analisem os jubileus e comemorações públicas relacionados à imigração no RS, especialmente no que se refere à presença e à visibilidade da população japonesa nesses eventos. Trata-se de um campo ainda pouco explorado pela historiografia, com exceção do trabalho de Soares e Souza (2008), que analisa a imigração japonesa em Santa Maria a partir do jornal *A Razão*, evidenciando o potencial da imprensa regional como fonte para esse tipo de investigação.

De modo geral, apesar de indícios de que essas comunidades participaram, em determinados momentos, de celebrações oficiais e festas locais, como forma de reconhecimento simbólico de sua trajetória no estado, tais práticas não têm sido objeto de análises sistemáticas. Nesse sentido, a imprensa regional constitui uma pista fundamental para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza, com destaque para jornais como o *Diário da Encosta da Serra* e o *Vale dos Sinos*, bem como para periódicos da região central, como o *Diário de Santa Maria* e *A Razão*, que podem oferecer registros sobre comemorações, homenagens e marcos da imigração japonesa fora dos eixos mais frequentemente estudados.

Observa-se também a escassez de estudos dedicados a localidades que, embora tenham recebido contingentes numericamente menores de imigrantes japoneses, apresentam trajetórias históricas passíveis de investigação. Indícios pontuais sugerem a presença japonesa em outros municípios do estado, sem que essas experiências tenham sido exploradas de forma sistemática pela pesquisa histórica. Um exemplo é a menção feita por Heidrich e Gamalho (2012) à inserção de imigrantes de etnia japonesa em Itati, nos anos 1960, registrada no

contexto da análise da paisagem regional. Essa referência é corroborada pelo trabalho de Martins (2016), que, ao propor uma rota turística voltada ao resgate da paisagem cultural de Itati, identifica a presença japonesa como um dos elementos constitutivos do patrimônio local, ao lado de referências associadas à imigração alemã e à agricultura familiar. Embora não se trate de um estudo histórico propriamente dito, o levantamento evidencia a materialidade dessa presença por meio de espaços de moradia, práticas produtivas e manifestações culturais, apontando para trajetórias locais ainda pouco exploradas pela historiografia e para a necessidade de investigações mais atentas a experiências situadas fora dos núcleos tradicionalmente estudados. Um dos poucos trabalhos exclusivamente sobre o assunto e o livreto *Gente de dois Mundos.*

Os dados analisados por Ferreira (2016) indicam que, entre 2000 e 2010, a população de origem japonesa no Rio Grande do Sul acompanhou o crescimento acelerado do contingente asiático no estado, com mudanças expressivas em sua inserção ocupacional e territorial. Observa-se, nesse período, a ampliação da presença japonesa em atividades agrícolas, que passam a concentrar 23,5% dos trabalhadores em 2010, bem como o aumento do trabalho por conta própria, que atinge 51,3% entre os japoneses ocupados. Esses dados também revelam uma distribuição espacial diferenciada, com concentração em municípios como Pelotas e Porto Alegre, associada a padrões distintos de inserção econômica, e a permanência de uma parcela significativa da população em áreas rurais.

Apesar da consistência dessas informações demográficas e socioeconômicas, a produção historiográfica sobre a imigração japonesa no RS ainda as incorpora de forma limitada. Predominam estudos voltados às experiências fundacionais, à organização comunitária e às instituições de memória, enquanto permanecem pouco exploradas as transformações recentes nas formas de trabalho, na mobilidade interna, na composição familiar e nas estratégias de reprodução social. A ausência de análises históricas que articulem esses dados quantitativos às trajetórias individuais e às dinâmicas locais aponta para uma lacuna relevante, sobretudo no que se refere à compreensão das experiências contemporâneas e dos processos de pertencimento e transmissão cultural no interior da população japonesa no estado.

Embora a historiografia tenha avançado na análise das campanhas antinipônicas e dos discursos de exclusão dirigidos à imigração japonesa no Brasil, como demonstra o estudo de Dos Santos (2019), essas abordagens permanecem pouco articuladas às experiências regionais e locais. No caso do RS, ainda são escassas as investigações que examinem como tais discursos e políticas de controle repercutiram concretamente sobre comunidades, trajetórias individuais e formas de organização social, evidenciando uma lacuna

entre o plano nacional das ideias e o cotidiano vivido pelos imigrantes e seus descendentes no estado.

As lacunas identificadas ao longo deste levantamento historiográfico não dizem respeito à ausência de fontes ou de registros, mas à inexistência de trabalhos que tenham tomado determinados temas como eixo central de análise. Permanecem pouco exploradas as trajetórias individuais, especialmente no que se refere à infância, aos percursos escolares e às experiências de socialização para além dos espaços comunitários mais frequentemente abordados. A escolarização e o funcionamento de escolas étnicas aparecem de forma pontual na literatura, sem que se tenha identificado um trabalho de caráter seminal dedicado a essas instituições. O mesmo ocorre com as questões linguísticas, em particular aquelas relacionadas à transmissão intergeracional do idioma japonês, às transformações decorrentes da miscigenação e à progressiva extinção de determinadas linhagens familiares, temas que permanecem dispersos e pouco aprofundados na produção existente.

Soma-se a esse quadro a ausência de estudos que acompanhem de forma sistemática as trajetórias de nikkeis gaúchos que retornaram ao Japão, limitando a compreensão da circularidade migratória e de seus efeitos sobre vínculos familiares, identidades e formas de pertencimento. Observa-se também a escassa atenção dedicada a trajetórias empresariais, às relações com o meio ambiente e às políticas públicas voltadas à manutenção de práticas culturais e institucionais. Embora existam materiais audiovisuais produzidos pelas próprias comunidades, esses registros ainda não foram explorados de modo consistente como fontes históricas. Por fim, o levantamento evidencia a ausência de análises que problematizem o futuro dessas comunidades, considerando transformações recentes, disputas em torno da preservação de tradições e os desafios relacionados à transmissão cultural e à redefinição de pertencimentos ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo mapear e analisar a produção historiográfica dedicada à imigração japonesa no Rio Grande do Sul, identificando tendências, deslocamentos temáticos e lacunas que marcaram esse campo ao longo do tempo. O levantamento realizado demonstra que a produção existente, embora significativa, permanece fragmentada, concentrada em determinados núcleos geográficos, especialmente Ivoti e Santa Maria, e fortemente orientada por temas como esportes, organização comunitária, memória, patrimônio, práticas culturais e religiosidade. Observa-se, ainda, a centralidade de abordagens qualitativas, com destaque para a história oral, a etnografia e os estudos de memória, em detrimento de análises mais sistemáticas sobre escolarização,

infância, trajetórias individuais, circulação migratória, questões linguísticas e transformações recentes nas formas de inserção social e econômica.

Outro achado relevante do levantamento diz respeito ao formato e ao grau de consolidação da produção identificada. Observou-se que uma parcela significativa dos trabalhos localizados nas bases acadêmicas não corresponde a artigos submetidos a sistemas formais de avaliação por pares, mas a comunicações em eventos científicos, resumos simples ou expandidos e resultados parciais de apresentações acadêmicas. Em muitos casos, não foi possível identificar a continuidade desses estudos em publicações completas, o que sugere trajetórias de pesquisa interrompidas ou não desenvolvidas em sua totalidade. Esse cenário aponta para a existência de um conjunto expressivo de investigações que, embora tenham sido apresentadas em espaços acadêmicos, permanecem pouco acessíveis ou não plenamente incorporadas ao debate historiográfico, indicando a importância de sua retomada, aprofundamento e publicação integral, de modo a ampliar a circulação do conhecimento e fortalecer o campo de estudos.

Como principal contribuição acadêmica, o trabalho oferece uma síntese crítica inédita da produção historiográfica sobre o tema, organizando um campo até então disperso e evidenciando seus limites analíticos. Ao fazê-lo, estabelece um ponto de partida para pesquisas futuras, contribuindo para a consolidação de uma agenda historiográfica mais ampla, sensível à diversidade territorial, às experiências interrompidas e às trajetórias menos visibilizadas. Do ponto de vista prático, o artigo pode servir como referência para pesquisadores, estudantes e instituições de memória interessados na temática, auxiliando na identificação de fontes, abordagens e lacunas ainda abertas à investigação. Há também uma contribuição social, na medida em que o mapeamento crítico da produção existente favorece o reconhecimento da pluralidade das experiências históricas das comunidades de origem japonesa e aponta para a necessidade de ampliar sua visibilidade no debate historiográfico e público.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o fato de se tratar de um trabalho seminal, que precisou partir de um recorte específico. A opção metodológica pelo Google Acadêmico, explicitada ao longo do texto, permitiu amplo alcance, mas não abarca integralmente produções não digitalizadas ou indexadas, especialmente teses e dissertações anteriores à obrigatoriedade de depósito eletrônico, nem trabalhos de conclusão de curso, que raramente integram repositórios institucionais. Pesquisas futuras poderão ampliar e contrastar os resultados aqui apresentados por meio do cruzamento com outras bases utilizadas nas Humanidades, bem como por meio de levantamentos diretos em arquivos universitários e acervos físicos, aprofundando a compreensão da produção historiográfica sobre a imigração japonesa no estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIVERSIDADE cultural de Ivoti: a cultura japonesa. *In*: SCHNECK, Andréa Cristina Baum *et al*. (orgs.). **Mosaicos de então**: pessoas, fatos, lugares de memória, crônicas de Ivoti. Ivoti: Sociedade Ivotiense de Estudos Humanísticos, 2020. p. 28–43.

AIRES, Hannah *et al*. A introdução do karate-dō shotokan no Rio Grande do Sul: memórias do sensei Watanabe. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 118–128, 2017.Disponível em: https://doi.org/10.31501/rbcm.v25i1.6961. Acesso em: 31 dez. 2025.

AIRES DE LOS SANTOS, Alfredo Fernando. **Memórias da cultura japonesa no Rio Grande do Sul (1970–1980)**: lembranças dos senseis de karatê-dō shotokan. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/172126. Acesso em: 31 dez. 2025.

BARBACHAN, Natália Rigotto. **Relações paradiplomáticas do Estado do Rio Grande do Sul (1980–2018)**: o convênio de fraternidade Rio Grande do Sul–Shiga como estudo de caso. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/13277/Natalia%20Rigotto%20Barbachan.pdf?sequence=1. Acesso em: 31 dez. 2025.

BEGUERISTAIN SILVA, Alexandra; RAMOS SOARES, André Luís. Os Oratórios domésticos: lugares de memória para os imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. **Patrimônio e Memória**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 179–200, 2017. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3419. Acesso em: 31 dez. 2025.

BELÍSSIMA VIAGEM. **Feira da Colônia Japonesa de Ivoti – RS.** YouTube, 2025. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TSuL0iRZ7JY. Acesso em: 11 dez. 2025.

BOEHL, Walter Reyes. **O desenvolvimento do judô no litoral norte do Rio Grande do Sul**: da década de 1960 à década de 2010. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/157247. Acesso em: 31 dez. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).** Portaria CAPES n. 13, de 15 de fevereiro de 2006. Dispõe sobre o envio da produção intelectual e das teses e dissertações ao banco de dados da CAPES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 fev. 2006. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=822. Acesso em: 14 out. 2025.

BUAES, Caroline Stumpf. A colônia japonesa de Ivoti: impressões de uma jovem pesquisadora. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir. /UFRGS**, Porto Alegre, 2003.

CHOUDHURY, Sayeed; WANG, Xin; KAPOOR, Ritu. MetaEnhance: Metadata Quality Improvement for Electronic Theses and Dissertations of University Libraries. **arXiv preprint**, 2023. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2303.17661. Acesso em: 14 out. 2025.

CRAVO, Ana Carla; ALAGIA JÚNIOR, Humberto Gomes. Imigração japonesa no Rio Grande do Sul: resgate da memória Nikkei no centro do estado. *In*: **V SIMP – SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO**, 5., 2011, Pelotas. Anais [...]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2011. Disponível em: https://simpufpel.wordpress.com/. Acesso em: 4 dez. 2025.

DAI PRÁ, Giovanna Aparecida Lisboa; MAGALHÃES, Magna Lima; SCHEMES, Claudia. Undokai e Shinnenkai: manifestações culturais japonesas em uma localidade germânica (Ivoti/RS). **Humanidades & Inovação, Palmas**, v. 9, n. 24, p. 208–221, 2022. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7098. Acesso em: 31 dez. 2025.

DA SILVA, Alexandra Begueristain; SOARES, André Luis Ramos. Imigrantes japoneses e o culto aos antepassados: relação de dívida e gratidão com os antecessores. **MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA**, *[S. l.]*, v. 14, n. 28, 2016. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/4230. Acesso em: 31 dez. 2025.

DA SILVA, Alexandra Begueristain; SOARES, André Luis R.; WOLF, Rayssa Almeida. Registro da gastronomia japonesa como patrimônio imaterial dos nikkeis residentes no Brasil. **Revista Mouseion**, n. 10, p. 150–157, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.18316/247. Acesso em: 30 dez. 2025.

DA SILVA, Alexandra Begueristain; SOARES, André Luis Ramos. História oral, identidade e memória nikkei: mulheres japonesas em Santa Maria. *In*: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019. **Anais** […]. [S.l.]: ANPUH, 2011. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855462_8239f11cef8d17bb0ce0ddb74f0a48e4.pdf. Acesso em: 30 dez. 2025.

DA SILVA, Alexandra Begueristain *et al*. O sentimento de japonesidade e os lugares de memória enquanto patrimônio dos imigrantes japoneses. *In*: **III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO CAMPO (III ENIPAC).** p. 71. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mariluci-Neis-Carelli/publication/320924708_O_PARQUE_NATURAL_CAIEIRA_PATRIMONIO_NATURAL_E_ARQUEOLOGICO_NA_PAISAGEM_DA_LAGOA_DO_SAGUACU_JOINVILLE_SC/links/5a02f1fdaca2720c3263e405/O-PARQUE-NATURAL-CAIEIRA-PATRIMONIO-NATURAL-E-ARQUEOLOGICO-NA-PAISAGEM-DA-LAGOA-DO-SAGUACU-JOINVILLE-SC.pdf#page=71. Acesso em: 31 dez. 2025.

DA SILVA, Alexandra Begueristain; SOARES, André Luís Ramos. Mulheres japonesas em Santa Maria–RS e a transmissão do saber-fazer da culinária japonesa. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017. **Anais** […]. Florianópolis: UDESC, 2017. Disponível em: http://www.eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IIISIHTP/paper/view/564/0. Acesso em: 31 dez. 2025.

DA SILVA, Alexandra Begueristain; SOARES, André Luís Ramos. Os saberes e fazeres da gastronomia nipo-gaúcha como patrimônio cultural dos imigrantes japoneses no estado do RS. *In*: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. **Anais** […]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2024. Disponível em: https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-699/152217.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

DE ALMEIDA, Vinicius Borges; MOZZILLO, Isabella. Ideologias, políticas linguísticas familiares e bilinguismo: estudo de caso de uma família de descendentes de japoneses residentes em Pelotas, Rio Grande do Sul. **Hon no Mushi – Estudos Multidisciplinares Japoneses**, Manaus, v. 5, n. 8, p. 103–117, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/7064. Acesso em: 31 dez. 2025.

DE JORNALISMO, Curso. Japoneses comemoram 80 anos de Brasil. **Revista Três por Quatro**, jun. 1988.Disponível em: https://cedap.ufrgs.br/xmlui/bitstream/handle/20.500.11959/48/OCR.pdf?sequence=1.Acesso em: 12 dez. 2025.

DILLY, Gabriela; GEVEHR, Daniel Luciano. Para não espetacularizar o passado: memória, identidade étnica e educação patrimonial na construção do Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti. COLÓQUIO: **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, p. 55–70, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.26767/152. Acesso em: 30 dez. 2025.

DOLL, Johannes. A história da Colônia de Ivoti: uma entrevista. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir. /UFRGS**, Porto Alegre, 2003.

DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura; DOS SANTOS, Geraldine Alves. A colônia japonesa de Ivoti: primeiro relato de uma pesquisa interdisciplinar. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 22, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/87057. Acesso em: 29 dez. 2025.

DOS SANTOS, Rodrigo Luis. "Livrai-nos do maléfico perigo amarelo": a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e a campanha contra a imigração japonesa no Brasil (1932–1946). **Faces da História**, Assis, v. 6, n. 1, p. 364–384, 2019. Disponível em: http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1279. Acesso em: 31 dez. 2025.

ELIAS, Alexsânder Nakaóka. Furusato – Um lugar para voltar: relatos da produção de um documentário compartilhado junto à comunidade japonesa de Ivoti (RS). **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, p. 95–129, 2025. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/145871. Acesso em: 11 dez. 2025.

ELZINGA. Discover Ivoti – **Where Germany and Japan Meet in Southern Brazil.** YouTube, 2025. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=10sTB775_zA. Acesso em: 11 dez. 2025.

FAGAN, Jody C. An evidence-based review of academic web search engines, 2014–2016: implications for librarians' practice and research agenda. **Information Technology and Libraries**, Chicago, v. 36, n. 2, p. 7–30, 2017. Disponível em: https://ejournals.bc.edu/index.php/ital. Acesso em: 31 dez. 2025.

FERREIRA, Gisele da Silva. Expansão da população asiática no Brasil e no Rio Grande do Sul (2000–2010). **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 28, p. 124–139, 2016. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3832. Acesso em: 31 dez. 2025.

FILIPPIN OBA, Mauricio Hiroshi; FABRIN LINDORFER, Rosana. Identidade étnica e construção de memória na prática culinária de nipo-brasileiros. *In*: XI CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 2014. Disponível em: https://www.aacademica.org/000-081/236. Acesso em: 31 dez. 2025.

FLORES, Moacyr. 1975. Japoneses no Rio Grande do Sul. **Veritas** no.77:65-98.

FROSI, T. O. **Uma história do karate-dō no Rio Grande do Sul: de arte marcial a prática esportiva**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/63142. Acesso em: 31 dez. 2025.

FURUSATO UM LUGAR PARA VOLTAR. **Furusato**: um lugar para voltar. YouTube, 10 dez. 2024. 29 min 07 s. Disponível em: https://www.youtube.com/@FurusatoUmLugarParaVoltar/videos. Acesso em: 11 dez. 2025.

GABRIELLI, Cyanna Missaglia de Fochesatto; PORTELA, Thaís J.; RAMOS, Rosangela Cristina Ribeiro; CERIOLI, Amanda de Campos; DIEMER LOPES, Carolina Galisteo; GERTZ, René E. **Bibliografia sobre imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.** site Renegertz, [s.l.], 17 out. 2025. Disponível em: https://www.renegertz.com/17-outros-textos/textos/76-bibliografia-imigracao-colonizacao-alema-rs. Acesso em: 04 dez. 2025.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A trajetória da imigração japonesa no Rio Grande do Sul e a política de reconstrução do Japão após a Segunda Guerra Mundial. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais** […]. Santa Cruz do Sul: ANPUH-RS, 2016. Disponível em: http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469449125_ARQUIVO_ANPUH_RS2016TomokoKimuraGaudioso.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Ensino de língua japonesa e parcerias com o Japão e associações locais. *In*: CONEXÕES BRASIL E JAPÃO: experiências de ex-bolsistas do sul. Porto Alegre: **Evangraf**, 2025. p. 137–143. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/288790/001244064.pdf?sequence=1. Acesso em: 31 dez. 2025.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da UFRGS: entre as memórias do passado e do presente. *In*: BATISTA, Fabiano Eloy Atílio (org.). **As Ciências Humanas em uma Abordagem Multirreferencial.** Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 23–30. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/memorial-da-imigracao-e-cultura-japonesa-da-ufrgs-entre-as-memorias-do-pastado-e-do-presente. Acesso em: 11 dez. 2025.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; REIS, Leonardo Pinto dos. **Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da UFRGS e o poema haicai**: em prol da difusão do patrimônio imaterial à sociedade local. 2017. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/123456789/3899/1/SEURS_1306-1310.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Atuação feminina na colônia japonesa de Ivoti–RS (1980–2000). *In*: WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017. **Anais** […]. [S. l.]: Women's Worlds Congress, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499424203_ARQUIVO_AtuacaofemininanacoloniajaponesadeIvoti.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Entre o Butsudan e a missa: práticas religiosas de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, Brasil. **Amérique Latine Histoire et Mémoire.** Les Cahiers ALHIM, n. 20, 2010. Disponível em: http://journals.openedition.org/alhim/3667. Acesso em: 11 dez. 2025.

GEIGER, Pedro Pinchas. Organização regional do Brasil. **Revista Geográfica**, v. 33, n. 61, p. 25-57, 1964. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40991791. Acesso em: 11 dez. 2025.

GERTZ, René E. Guerra contra cidadãos. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 13, p. 43–64, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071469004. Acesso em: 29 dez. 2025.

GEVEHR, Daniel Luciano; DILLY, Gabriela. Memória, identidade étnica e educação patrimonial: a construção do Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti (RS). *In*: **V ENEIMAGEM II EIEIMAGEM**. p. 62. Disponível em: https://www.academia.edu/download/51499608/8.-PATRIMONIO-E-MEMORIA-Anais-do-V-ENEIMAGEM-II-EIEIMAGEM-Vol.-8.pdf#page=64. Acesso em: 31 dez. 2025.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; GAMALHO, Nola Patrícia. Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS). *In*: **Paisagem: leituras, significados, transformações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012. p. 189–206. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218325/000869809.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 dez. 2025.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, [S. l.], n. 167, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/140982. Acesso em: 12 out. 2025.

HOCHMÜLLER, Beatriz Martignoni. **Memórias silenciadas e silenciosas**: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul (segunda metade do século XX). 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/259018. Acesso em: 31 dez. 2025.

JAPÃO. Embaixada no Brasil. **Ano de intercâmbio e amizade Japão-Brasil**: mensagem do Embaixador. Disponível em: https://www.br.emb-japan.go.jp/itpr_pt/ano-intercambio-amizade-jp-br-mensagem.html. Acesso em: 11 dez. 2025.

KONISHI, Nikolas Yoshitaka de Oliveira. **As novas gerações descendentes de imigrantes japoneses**: entre nihonjins e gaijins, a racialização amarela no sudeste rio-grandense. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8107. Acesso em: 4 dez. 2025.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 13, p. 65–90, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071469005. Acesso em: 29 dez. 2025.

KUAMOTO, Daniel; TUKAMOTO, Julia. **Memórias do Sul.** YouTube, 2025. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=isvDQ7TrRxI. Acesso em: 11 dez. 2025.

LAYTANO, Dante de. **O japonês no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: [s. n.], 1967.

LAYTANO, Dante de: "**O Japonês no Rio Grande do Sul**. Separata do Colóquio Brasil Japão, São Paulo, 1967. Japoneses no sul: Rio Grande do Sul e Santa Catarina". *In*: SAITO, Hiroshi (org.) **A presença japonesa no Brasil.** São Paulo: Ed. USP, T. A. Queiroz, 1980. p. 39-66

LEDUR, Josiana Ayala. **ENKYOSUL e as práticas corporais de nikkeis no Rio Grande do Sul**: um estudo histórico-documental. 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/155864/Poster_45961.pdf?sequence=2. Acesso em: 31 dez. 2025.

LEDUR, Josiana Ayala. **Práticas corporais na colônia japonesa de Ivoti, Rio Grande do Sul (década de 1980 à década de 2010)**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168873. Acesso em: 31 dez. 2025.

LEDUR, Josiana Ayala; DE OLIVEIRA, Raquel Valente. A prática do rádio taissô nas associações nipo-brasileiras do Rio Grande do Sul. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 2022. **Anais** […]. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022. Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1661184092_ARQUIVO_44f10f2237b46015096e38805bfbcf83.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

LEDUR, Josiana Ayala. **Representações acerca das práticas corporais nas associações nipo-brasileiras do Rio Grande do Sul (1969-2019)**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/270516. Acesso em: 4 dez. 2025.

LOPES, Cecilia de Lima. Imigração e envelhecimento: espaço e cultura no caso da Colônia Japonesa de Ivoti/RS. *In*: **SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA** (16.: 2004: Porto Alegre). **Livro de resumos.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54769. Acesso em: 29 dez. 2025.

LOURENÇÃO, Gil Vicente Nagai. Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura. **Revista TOMO**, [S. l.], 2015. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.4406. Disponível em: https://ufs.emnuvens.com.br/tomo/article/view/4406. Acesso em: 31 dez. 2025.

MARQUES, Cláudia Lima. Casos de divórcios japoneses no Brasil: introdução ao método de análise de casos. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 22, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/87058. Acesso em: 29 dez. 2025.

MARTINS, Luiza de Bitencourt. **Rota turística em Itati–RS**: um resgate da paisagem cultural. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4538/1/Luiza%20de%20Bittencout%20Martins.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

MARTINS, Nathália da Silveira; MADRUGA, Cleiton Santiago. MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS 2015. *In*: **SALÃO DE EXTENSÃO** (16.: 2015: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROREXT, 2015. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166570/Resumo_29332.pdf?sequence=1. Acesso em: 31 dez. 2025.

MORAES, Aline Midori de; DOLL, Johannes. Competência linguística entre os imigrantes japoneses na terceira idade: o problema do diálogo intergeracional. *In*: **SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA** (14.: 2002: Porto Alegre). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55878. Acesso em: 29 dez. 2025.

MORAES, Carlos Eduardo Duarte. **Shorinji-kempō no Rio Grande do Sul (1963–1995)**: memórias de Matsuo Ushida. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/187400. Acesso em: 31 dez. 2025.

OGASAWARA, Kôei. Kieta ijûchi wo motomete (A procura das colônias japonesas desaparecidas). *In*: CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (org.). **Livro comemorativo cem anos da imigração japonesa.** São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 2008. v. 3, p. 230–243.

SANGUINÉ, Luciana. Imigração italiana no Rio Grande do Sul: tendências e lacunas na produção acadêmica de teses e dissertações nas bases da Capes e BDTD (1996–2024). *In*: DE RUGGIERO, Antonio; HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti (orgs.). **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**: olhares acadêmicos sobre história, memória e identidade. E-book. São Leopoldo: Oikos Editora, 2025. p. 316–326. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1501. Acesso em: 04 dez. 2025.

SANTOS, Geraldine Alves dos; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir. /UFRGS**, Porto Alegre, n. esp., p. 53–62, nov. 2003. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184732. Acesso em: 29 dez. 2025.

SCHNECK, Andrea Cristina Baum (org.). **Um olhar colorido sobre Ivoti**: história, cultura e arte da colônia japonesa. 2. ed. Estância Velha, RS: Z Multi Editora, 2022.

SILVA, A. B. da; SOARES, A. L. R. Identidade e memória nikkei: o caso das mulheres japonesas em Santa Maria. **História Oral**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 103–123, 2013. Disponível em: https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/275. Acesso em: 31 dez. 2025.

SOARES, André Luis Ramos; DE SOUZA, Cristiéle Santos; DE LIMA, Anita Estephane Vargas. Memória e acervo: da trajetória de um projeto de extensão à constituição de um memorial. **Revista CPC**, n. 8, p. 68–85, 2009. Disponível em:10.11606/issn.1980-4466.v0i8p68-85. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOARES, André Luis Ramos; DA SILVA, Alexandra Begueristain. Catolicismo japonês ou budismo brasileiro? Religião nikkei no Rio Grande do Sul. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2010. **Anais** […]. [S.l.]: ANPUH-RS, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279049788_ARQUIVO_textosoaresbegueristainanpuh.pdf. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, T. K. As imigrantes japonesas no Rio Grande do Sul: suas funções na preservação da cultura do país de origem. *In*: **SEMANA DE MUSEUS**, 12., 2014. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/download/33677010/Soares_e_Gaudioso.pdf. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOARES, André Luis R.; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Entre o Japão e o Brasil: religiosidade e diálogos culturais entre os imigrantes japoneses em Santa Maria, RS. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: RELIGIOSIDADES, DIÁLOGOS CULTURAIS E HIBRIDAÇÕES, 3., 2009. **Anais** […]. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em:http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/AIII.pdf. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. Entre o sushi e o churrasco: gastronomia, culinária e identidade étnica entre imigrantes japoneses. Habitus: **Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 77–94, 2013. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2850. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOARES, André Luis R. Um japonês em Santa Maria, RS: um breve ensaio de um personagem desconhecido. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. Anais […]. [S.l.]: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/14/1300879379_ARQUIVO_Anpuh2011artigo.pdf. Acesso em: 30 dez. 2025.

SOARES, André; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. **50 anos de história**: imigração japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil (1958–2008). Porto Alegre: Maria do Cais, 2008.

SOARES, André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos. Imigração japonesa em Santa Maria através do jornal A Razão: 1956–1958. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA (9.: 2008). **Anais eletrônicos.** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p. 10. Disponível em: https://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos. Acesso em: 29 dez. 2025.

PARISOTO, Felipe. **O judoca, o kamikaze e o toureiro**: a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul na trajetória de Teruo Obata. 2024. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2024a. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/13251. Acesso em: 4 dez. 2025.

PARISOTO, Felipe. **O judoca, o kamikaze e o toureiro**: a imigração japonesa para o Rio Grande do Sul na trajetória de Teruo Obata. São Paulo: Dialética, 2024b.

PAULA, Eurípedes Simões de. Relatório sobre o colóquio Brasil-Japão: 25-27 de julho de 1966. **Revista de História**, São Paulo, v. 33, n. 67, p. 189-199, 1966. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/124670. Acesso em: 11 dez. 2025.

PESSOA, Mariana Lisboa; AUGUSTIN, André Coutinho; MENEZES, Daiane Boelhouwer. **Caderno RS no Censo 2022: população**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2024. 17 p. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/governo-lanca-publicacao-ilustrativa-dos-principais-dados-do-censo-demografico-para-o-rs. Acesso em: 13 dez. 2025.

PINTO, Adilson Luiz *et al*. Periódicos científicos brasileiros indexados no Google Scholar Metrics. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 1–25, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao. Acesso em: 31 dez. 2025.

PÖLÖNEN, Janne; HAMMARFELT, Björn. Historical bibliometrics using Google Scholar: the case of Roman law, 1727–2016. **Journal of Data and Information Science**, v. 5, n. 3, p. 18–32, 2020. DOI: https://doi.org/10.2478/jdis-2020-0024. Acesso em: 31 dez. 2025.

PRÁ, Giovanna Aparecida Lisboa Dai. **Imigração japonesa em Ivoti, RS**: aspectos culturais e identitários. 2021. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2021. Disponível em: https://pergamum.feevale.br/acervo/282893. Acesso em: 4 dez. 2025.

SILVA, Alexandra Begueristain da. **Deus é eles**: práticas religiosas familiares dos imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/6233. Acesso em: 4 dez. 2025.

SILVA, Alexandra Begueristain da. **Nihonjinkai – a associação dos imigrantes japoneses de Santa Maria/RS – século XX.** 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19535. Acesso em: 4 dez. 2025.

VENCESLAU, Aline de Oliveira Galvan *et al*. Entre o Brasil e o Japão: contatos culturais por meio do karatê no Rio Grande do Sul na década de 1990. **Revista Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 29, jan./dez. 2025, e18629, 23 p., 2025. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/290925. Acesso em: 31 dez. 2025.

VENDRAME, Maíra Ines. Balanço e perspectiva historiográfica da presença italiana no sul do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. e46412, 2025. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/46412. Acesso em: 11 dez. 2025.

VIRI VIAGEM. **Feira da Colônia Japonesa em Ivoti – RS.** YouTube, 2024. Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zVQpr9i4enA. Acesso em: 11 dez. 2025.

VIZEU, Fábio; TORRES, Kamille Ramos; KOLACHNEK, Luan Matheus Pedrozo. Revisão sistemática de literatura? Depende! Limites de procederes quantitativos de análise de literatura na área de Administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 213–241, maio/ago. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.21529/RECADM.2022008. Acesso em: 11 dez. 2025.

WEBER, Regina; WENCZENOVICZ, Thaís J. Historiografia da imigração polonesa: avaliação em perspectiva dos estudos sobre o Rio Grande do Sul. História **UNISINOS: revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos**, São Leopoldo, v. 16, n. 1, p. 159–170, jan./abr. 2012. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/165076. Acesso em: 4 dez. 2025.





TERRITÓRIOS, COLÔNIAS E INSERÇÕES REGIONAIS



ENTRE FLOREIRAS E PARREIRAIS: A COLÔNIA JAPONESA DE IVOTI E OS LIMITES DA NARRATIVA GERMANIZADORA NO VALE DO RIO DOS SINOS

Yumi Sato Makiyama[1]
Nathan Ferreira dos Santos Silva[2]

INTRODUÇÃO

O município de Ivoti, localizado no Vale do Rio dos Sinos, a aproximadamente 55 km de Porto Alegre, é amplamente reconhecido por sua forte matriz teuto-brasileira. A presença histórica da imigração alemã moldou de modo decisivo a identidade local, consolidando narrativas oficiais que privilegiam a germanidade como fundamento da formação social da cidade. Essa centralidade também se expressa na composição demográfica: segundo o Atlas Brasil (2017), 90,87% da população se autodeclara branca, predominantemente descendente de alemães, enquanto apenas 8,1% se autodeclara negra (preta ou parda). Percentuais ainda menores correspondem a pessoas amarelas (0,91%) e indígenas (0,11%). Em 2021, o município contava com 25.068 habitantes, cenário que evidencia a presença numericamente minoritária de comunidades asiáticas, negras e indígenas.

Apesar da hegemonia alemã nas representações oficiais, roteiros turísticos e políticas de patrimonialização, a história de Ivoti é atravessada por diferentes grupos étnico-raciais cuja participação tem sido frequentemente marginalizada. A germanidade é projetada como parâmetro normativo de pertencimento, orientando expectativas sobre quais grupos são incorporados como parte legítima da memória local e quais são posicionados como "outros" na configuração histórica do município.

1 Cursa mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), onde atua como bolsista PROEX/CAPES, pesquisando como a eugenia e as teorias raciais moldaram concepções sobre os asiáticos na construção da identidade nacional. E-mail: yumismakiyama@gmail.com.

2 Licenciado em Letras (Português/Alemão) pelo Instituto Ivoti e investiga o não-lugar do negro falante de alemão nas comunidades teuto-brasileiras no Vale do Rio dos Sinos, analisando como raça, língua e pertencimento se articulam nesse contexto. E-mail: nathansilva0454@gmail.com.

Nesse contexto, a imigração japonesa em Ivoti tende a ser enquadrada como presença rural periférica do ponto de vista geográfico (Klein, 2009, p. 27). Em diversas narrativas, a comunidade nipo-brasileira aparece associada a um exotismo cultural que a distingue da matriz identitária hegemônica. Certas leituras acadêmicas sobre a Colônia Japonesa de Ivoti reforçam essa exotização, que não é neutra: ela sustenta a lógica segundo a qual a imigração considerada legítima no Sul do Brasil é branca, europeia e preferencialmente alemã. Assim, invisibiliza-se a contribuição de grupos que não se enquadram nesse modelo e naturalizam-se hierarquias étnico-raciais historicamente instauradas. Embora diversas comunidades, como a negra, a indígena, a japonesa, e outras demais, tenham desempenhado papéis importantes na constituição social e econômica do município, seu reconhecimento ocorre de forma assimétrica, relegando a japonicidade a um lugar de curiosidade complementar e apagando ainda mais a presença negra e indígena nas narrativas locais.

Compreender a imigração japonesa em Ivoti implica, portanto, confrontar os processos de homogeneização historiográfica que reiteram a centralidade exclusiva da germanidade. A análise das experiências nipo-brasileiras evidencia dinâmicas de exotização, silenciamento e hierarquização étnico-racial, ao mesmo tempo em que revela estratégias de negociação identitária. As formas pelas quais suas memórias são transmitidas, preservadas e ressignificadas, em rituais, espaços de patrimonialização, práticas familiares, experiências escolares e sociabilidades cotidianas, demonstram a complexidade de sua inserção em um ambiente que historicamente as posicionou como presença "outra".

Abordar a imigração japonesa como um elemento excepcional reforça uma narrativa histórica excludente que minimiza tanto sua contribuição quanto às relações interétnicas que marcaram, e ainda marcam, a vida social do município. Reconhecer esse contraste é fundamental para desestabilizar a hegemonia da germanidade enquanto único pilar identitário e para compreender Ivoti como um espaço plural, atravessado por trajetórias múltiplas e por dinâmicas de contato cultural.

Igualmente relevante é observar as interações entre japoneses e alemães, bem como nipo-brasileiros e teuto-brasileiros. Esses encontros revelam tensões marcadas por estereótipos e exotizações, mas também episódios de cooperação e tradução cultural. Práticas festivas, usos linguísticos, dinâmicas escolares, experiências religiosas e a própria organização da chamada Colônia Japonesa ilustram relações mediadas por assimetrias históricas, mas também por iniciativas de coexistência e recomposição identitária que complexificam o entendimento sobre a formação social de Ivoti.

O capítulo está organizado em três partes. A primeira, *A formação da "Ivoti germânica": homogeneização historiográfica e invisibilização étnico-racial*, apresenta

o contexto histórico e sociocultural que consolidou a hegemonia da matriz germânica na região. A segunda, *A presença japonesa e as reconfigurações das memórias étnico-raciais em Ivoti*, analisa a presença japonesa e nipo-brasileira no município, destacando relatos, práticas e experiências documentadas. Por fim, a terceira parte, *Notas sobre formação de memórias japonesas e nipo-brasileiras em Ivoti*, aborda os processos de construção, transmissão e disputa das memórias desse grupo em um contexto multicultural no Sul do Brasil.

A FORMAÇÃO DA "IVOTI GERMÂNICA": HOMOGENEIZAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E INVISIBILIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Muito antes do processo de colonização europeia, a área atualmente correspondente ao município de Ivoti integrava um corredor natural de migração utilizado por diferentes grupos indígenas ao longo de milênios. Pesquisas arqueológicas conduzidas pelo Instituto Anchietano de Pesquisas (IAP) na década de 1980 indicam que, há aproximadamente 10.500 anos, grupos associados à Tradição Umbu frequentavam essa região, utilizando-a como espaço de circulação, caça e coleta (Rizzardo; Santos, 2013, p. 334).

A chegada dos imigrantes alemães ao Vale do Rio dos Sinos, a partir de 1824, inaugurou transformações sociais e culturais profundas. Inserida em uma política imperial de branqueamento e ocupação territorial, a colonização alemã foi concebida como parte de um projeto civilizatório que associava modernização ao incremento populacional branco-europeu. Como questiona Oliveira (2011), a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não se deu por meio da incorporação da população negra e mestiça, mas pela sua substituição simbólica e material por imigrantes europeus, considerados "superiores", "civilizados" e aptos a regenerar a nação, ao afirmar que

> [...] se o objetivo fosse somente transformar juridicamente o status do trabalho, por que não efetivar esse processo com o afro-descendente e o mestiço? Não se tratava unicamente de substituir o trabalho escravo pelo livre, mas de substituir o trabalho escravo e negro ("inferior" e "bárbaro"), pelo trabalho livre e branco ("superior", civilizado e "civilizatório") (Oliveira, 2011, p. 7).

Nesse contexto, famílias provenientes principalmente das regiões do Hunsrück e Mecklenburg estabeleceram-se inicialmente na área do atual município de São Leopoldo. Organizadas em lotes coloniais, introduziram práticas agrícolas voltadas à subsistência e, posteriormente, à produção mercantil (Silva, 2025, p. 48). Contudo, a narrativa oficial frequentemente desconsidera que a colonização alemã também trouxe à região pessoas negras escravizadas, utilizadas no trabalho agrícola por alguns colonos. Esses registros demonstram

que a formação social de Ivoti não foi exclusivamente germânica, mas resultou da interação de diferentes grupos, incluindo indígenas e negros, cuja presença tem sido sistematicamente marginalizada (Silva, 2025, p. 50).

Conforme Goodman (2015, p. 5), a construção simbólica da "colônia alemã" como narrativa hegemônica decorre do projeto intelectual e político das elites brasileiras do século XIX e início do XX, que viam nos imigrantes alemães a possibilidade de resolver problemas estruturais da sociedade nacional. A germanidade foi associada à branquitude e a um ideal civilizatório inspirado no Iluminismo, supostamente ausente no cenário racial brasileiro, passando a ser imaginada como motor do progresso agrícola, artístico e populacional, narrativa que se consolidou ao longo das décadas (Goodman, 2015, p. 28). Conforme o historiador Goodman (2015, p. 199), a ênfase nessas características ressaltava a posição dos germano-brasileiros no extremo branco do espectro étnico-racial brasileiro, em contraste com a norma mestiça implícita. Tal constatação se concretiza em Ivoti, conforme alude Yokoyama (2020, p. 103) quando relata que um descendente de alemães no município associou a diferença do Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil ao fato de que "Somos mais ocidentalizados e brancos".

No Vale do Rio dos Sinos, região considerada o "berço" da imigração alemã no Sul do Brasil, essa produção identitária foi continuamente reforçada. O centenário da imigração, celebrado em 1924, já indicava a integração simbólica da presença alemã ao desenvolvimento regional, com exposições e publicações que exaltavam a transformação da "floresta remota em um jardim florescente" (Goodman, 2015, p. 58). No pós-Segunda Guerra Mundial, novos esforços de redefinição da germanidade emergiram, como a criação do *Comité de Socorro à Europa Faminta* (SEF) em 1946 e, posteriormente, do *Centro Cultural 25 de Julho* (CC25J), que consolidou o "Dia do Colono" como símbolo central da etnia alemã (Goodman, 2015, p. 81). A reafirmação pública da germanidade alcançou seu ápice no Sesquicentenário de 1974, celebrado em São Leopoldo e Novo Hamburgo. A grande exposição organizada em Novo Hamburgo destacou 149 empresas germano-brasileiras e articulou a identidade alemã aos ideais de progresso promovidos pela ditadura militar. O slogan "*Alles Blau" ("Tudo azul")*[3] e a iconografia da caneca de cerveja brindando com a cuia de chimarrão simbolizaram a fusão entre tradição germânica, identidade gaúcha e nacionalismo (Goodman, 2015, p. 185).

3 A expressão **"Alles blau"** é um cumprimento presente no **Hunsrückisch**, dialeto germânico francônio-renano e francônio-moselano falado majoritariamente por comunidades teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul. Seu uso deriva de uma expressão do **alemão padrão**: *blau sein* ("estar azul") empregada para designar o estado de embriaguez. No contexto dialetal, porém, o termo passou por um processo de ressignificação pragmática, sendo utilizado como saudação no sentido de *"tudo certo"* ou *"tudo tranquilo"*.

Assim, a germanidade no Vale do Rio dos Sinos e, por extensão, em Ivoti, não é apenas resultado da presença demográfica alemã, fruto do incentivo a sua imigração, mas sim de um processo histórico de construção simbólica que consolidou essa etnicidade como matriz legítima de pertencimento. Esse processo implicou, simultaneamente, a marginalização ou apagamento das presenças indígena, negra e de outros grupos, contribuindo para uma memória coletiva seletiva, estruturada pela branquitude.

Como demonstra Magalhães (2010, p. 15), a historiografia sobre a formação cultural do Vale do Rio dos Sinos privilegiou, durante décadas, o protagonismo teuto-brasileiro, produzindo um significativo vazio interpretativo sobre outros grupos que compõem a região. A memória oficializada, estruturada em torno dos discursos do "progresso", da ética do trabalho e da suposta capacidade civilizatória dos imigrantes alemães, consolidou uma imagem homogênea da região, atribuindo centralidade quase exclusiva aos colonos europeus. Nesse processo, grupos não europeus foram sistematicamente deslocados para posições marginais ou apagados das narrativas de formação local (Magalhães, 2010, p. 73).

No âmbito nacional, a partir da década de 1930, elementos indígenas e africanos passaram a ser incorporados ao ideário da identidade brasileira, embora de modo subordinado a um projeto de branqueamento e modernização eurocêntrica. No Vale do Rio dos Sinos, entretanto, essa incorporação simbólica não produziu reconhecimento efetivo. A região permaneceu marcada pela construção da "cultura germânica" como eixo interpretativo dominante, o que reforçou fronteiras étnicas rígidas e posicionou a branquitude como referência normativa, enquanto a negritude foi associada àquilo que deveria ser superado ou ocultado (Magalhães, 2010, p. 37).

Apesar dessa invisibilização, a participação negra na constituição de Ivoti é amplamente documentada. Embora o município se defina como "Jardim da Imigração Alemã", sua trajetória inclui a presença de pessoas escravizadas e libertas, cuja atuação foi fundamental em diferentes esferas da vida local (Silva, 2025, p. 15). Registros de meados do século XIX indicam que famílias alemãs recém-chegadas, como Blauth, Hütter, Datsch, Müller e Hahn, adquiriram e mantiveram pessoas escravizadas nos núcleos de Picada de Bom Jardim e Picada dos 48 (Silva, 2025, p. 50). Essas pessoas participaram de obras estruturais, entre elas a construção da Ponte do Imperador (1857–1864), marco material da colonização regional e ponto turístico da cidade. Mesmo após alforrias, relações de dependência continuaram a moldar a vida dessas populações, como evidencia o caso de Anna Blauth, mulher negra libertada sob condições restritivas (Silva, 2025, p. 49).

Práticas pós-abolicionistas também preservaram dinâmicas de subordinação, como a adoção informal de crianças negras por famílias

teuto-brasileiras, frequentemente justificadas como forma de auxílio na aprendizagem do português, mas que resultavam em sua inserção em ambientes marcados pelo germanismo linguístico e cultural (Kreutz; Schneck, 2014, p. 148 *apud* Silva, 2025, p. 53). Como observa Moreira (2019, p. 82), não havia impedimento legal para que imigrantes alemães possuíssem pessoas escravizadas. Ao contrário, muitos deles se integraram plenamente à ordem escravista meridional.

A consolidação de Ivoti como território associado à germanidade dependeu, portanto, não apenas da afirmação de uma cultura branca-europeia, mas de mecanismos ativos de produção de invisibilidades. O apagamento de indígenas e negros foi constitutivo da construção simbólica que transformou a região em um espaço percebido como homogêneo, civilizado e "germânico". É nesse mesmo processo de seleção identitária que se insere, posteriormente, a presença japonesa, marcada por ambiguidades: simultaneamente valorizada como mão de obra disciplinada e posicionada como alteridade étnico-racial e cultural incompatível com o ideal de colonização europeia no Sul do Brasil.

Assim, compreender a imigração japonesa em Ivoti requer situá-la nesse quadro mais amplo de disputas por visibilidade, pertencimento e legitimidade histórica. A maneira como diferentes grupos foram hierarquizados, lembrados ou silenciados moldou, e continua a moldar, o imaginário social do município, estruturando a "Ivoti germânica" como produto de processos de seleção e exclusão étnico-racial.

A PRESENÇA JAPONESA E AS RECONFIGURAÇÕES DAS MEMÓRIAS ÉTNICO-RACIAIS EM IVOTI

A formação da Colônia Japonesa remonta a 1966, quando o primeiro imigrante estabeleceu-se no lote 25 do conjunto que, posteriormente, se tornaria o maior empreendimento coletivo de famílias japonesas no Rio Grande do Sul. A aquisição das terras, cerca de 120 hectares divididos em 26 lotes, foi viabilizada pelo financiamento da JAMIC (*Japan Agency Immigration Cooperation*)[4], fato que permitiu a instalação de famílias, majoritariamente jovens, provenientes tanto do próprio estado quanto de outras regiões do país. A maioria chegou ao Brasil por meio do sistema *kousei kazoku (*estrutura familiar*),* uma forma de imigração por família, que facilitava a entrada no Brasil, quando se tratava de uma família inteira (Doll; Santos; Gaudioso, 2002, p. 140–145).

4 Trata-se de uma empresa fundada pelo governo japonês com o objetivo de fomentar a emigração de japoneses para países da América Latina e para o Havaí. A instituição oferecia financiamento para a aquisição de terras e para a instalação de colônias agrícolas, facilitando o estabelecimento dessas comunidades no exterior.

Inicialmente dedicados ao cultivo de hortaliças, os imigrantes enfrentaram dificuldades econômicas decorrentes da saturação do mercado. A busca por terras próprias levou, após quatro anos, ao estabelecimento definitivo em Ivoti, onde a construção das moradias e a recomposição do solo exigiram esforço coletivo. Entre as estratégias adotadas destacou-se a instalação de um aviário para geração de fertilizante, permitindo a transição para o cultivo de uvas Itália, atividade que impulsionou o fortalecimento econômico da comunidade e culminou na criação da Cooperativa Hortigranjeira Mista Ivoti Ltda. em 1969 (Dilly; Gevehr, 2014, p. 56–57). O período de prosperidade dos anos 1970, entretanto, foi sucedida por crises internas, silenciadas nas memórias dos mais velhos, mas registradas pelos descendentes (Dilly; Gevehr, 2014, p. 63).

Com o envelhecimento da população, problemas de saúde relacionados ao uso intensivo de agrotóxicos e transformações tecnológicas, a produção diversificou-se. Em 2014, a Colônia Japonesa reunia cerca de 40 famílias e expandiu suas áreas produtivas, mantendo práticas cooperativas como eixo de sustentação econômica e identitária, mesmo após o encerramento da Cooperativa Hortigranjeira. No imaginário local, a presença japonesa era marcada por fronteiras étnico-raciais que enfatizavam sua diferença. Essas tensões manifestaram-se também no cotidiano escolar e nas relações intergeracionais, posição que aparece de forma recorrente nos discursos da comunidade majoritária e nas memórias locais.

A cidade de Ivoti se consolidou no imaginário regional como o "Jardim da Imigração Alemã" e a "Cidade das Flores", integrando a Rota Romântica e projetando uma identidade fortemente ancorada na germanidade. Naquele período, a região era denominada *Berghanschneiss* (Picada dos Berghan), em referência à família Berghan. Em 1867, passou a ser chamada Bom Jardim, ainda como distrito pertencente a São Leopoldo. Posteriormente, em 1938, foi oficializada a criação do município de Ivoti, nome derivado do tupi-guarani *ipoti-catu*, termo associado a "flor". Mesmo a referência indígena presente no nome da cidade é acionada apenas como um recurso simbólico nacionalista, apropriando-se de elementos da cultura originária sem, contudo, reconhecer ou integrar as próprias populações indígenas à narrativa histórica local. Esse enquadramento histórico e simbólico privilegia, quase de modo exclusivo, a experiência dos imigrantes alemães que se estabeleceram na região a partir do século XIX, evidenciando-se na manutenção do maior conjunto de casas enxaimel do país, na culinária típica e em festividades como o *Kerb*[5], cuja

5 O *Kerb* (do alemão *Kirchweih*, "consagração da igreja") é uma celebração comunitária que marca o aniversário de consagração da igreja local ou o dia da padroeira/padroeiro. Com o tempo, o foco deixou de ser estritamente religioso e a festa passou a assumir um caráter cultural, comunitário e festivo, sendo hoje vista como um símbolo da germanidade regional.

centralidade reforça a narrativa hegemônica de uma Ivoti essencialmente germânica (Prefeitura de Ivoti, 2011 *apud* IBGE).

Entretanto, a fala da professora Tomoko Kimura Gaudioso (2025), no documentário *Memórias do Sul*, evidencia a insuficiência dessa representação única ao destacar o papel decisivo da comunidade japonesa na conformação do próprio emblema identitário da cidade: as flores. Ao refletir sobre a presença nipo-brasileira em Ivoti, Gaudioso (2025) observa que grande parte das flores cultivadas na cidade provém da Colônia Japonesa, sendo comercializadas nas Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASA) e distribuídas para Porto Alegre e sua região metropolitana. Segundo a professora, essa produção floral, marcada por um cuidado meticuloso e por uma estética associada à delicadeza e à harmonia, contribui não apenas para o abastecimento regional, mas para a consolidação da própria imagem de Ivoti como "Cidade das Flores".

Sua reflexão culmina em uma pergunta que desestabiliza a centralidade absoluta da narrativa alemã: "Se não tivesse japoneses, como seria essa festa de flores?" Ao formular tal indagação, Gaudioso (2025) evidencia que a identidade floral de Ivoti, reiterada em políticas de obras públicas, eventos e discursos turísticos, não pode ser compreendida sem reconhecer a participação histórica e contemporânea da comunidade japonesa e nipo-brasileira. Nesse sentido, a Colônia Japonesa não constitui um adendo periférico à história local, mas um elemento estruturante daquilo que a cidade projeta sobre si mesma, revelando que a germanidade, ainda que hegemônica, não esgota as camadas étnico-raciais que compõem Ivoti.

A reportagem *Lições da terra do sol nascente: A cultura japonesa vem se disseminando cada vez mais pelo Rio Grande do Sul*, publicada por Susi Mello no Jornal NH em 2015, oferece um exemplo eloquente das percepções que estruturam o imaginário local sobre a presença japonesa em Ivoti. Durante a entrevista, Sadao Suzuki, morador da Colônia Japonesa e então presidente da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Ivoti, relatava sua trajetória migratória e sua atuação como agricultor, enfatizando o trabalho cotidiano na produção agrícola. Entretanto, em meio a essa conversa pautada apenas no trabalho agrícola de Suzuki em diferentes Estados, a entrevistadora abruptamente pergunta: "E o que o senhor acha de viver em uma **terra de alemão**?" (Mello, 2015, 1:13, grifo nosso). A questão, que desloca o foco da agricultura para uma categorização étnico-racial do espaço, produz estranhamento imediato em Suzuki, que responde confuso: "Alemão? Não, na Alemanha planta gado e tudo, né? Aqui na cidade tem segurança, saúde. Pra nós isso é muito importante." (Mello, 2015, 1:15). O episódio revela não apenas a naturalização da ideia de Ivoti como "terra de alemão", mas também como essa matriz identitária

é mobilizada mesmo em contextos em que não está em pauta, reafirmando fronteiras simbólicas que situam os japoneses como presença sempre explicada, justificada ou interrogada, e nunca plenamente pertencente.

Essas tensões manifestaram-se também nos relatos de Roberto Ozaki e Kiyomi Shimozono Miyabe, registrados no capítulo do livro *Imigrantes japoneses de Ivoti - Histórias*, escrito por Alberto Menezes e Reiko Goto Menezes (2014) organizado por Schneck e Kreutz no livro *Dramas, Comédias e Tragédias nas Picadas de Bom Jardim/Ivoti*, ao evidenciarem que

> Até o final dos anos sessenta e começo dos anos setenta, íamos a pé para o colégio Mathias Schütz, que ficava onde hoje fica o Posto de Saúde de Ivoti. A estrada era de chão batido. Nos dias de chuva, a caminhada era muito difícil: barro e poças de água. O pior era quando algum carro passava propositalmente sobre uma poça para respingar água e lama em nós. Chegávamos enlameados na aula, e ainda por cima, alguém nos repreendia por estarmos sujos. Era muito ruim! (Roberto Ozaki e Sra. Kiyomi). Uma arte em que o "tiro saiu pela culatra". Estávamos indo para o colégio quando vimos que se aproximava, pelas nossas costas, uma caminhonete Brasília. **Fizemos sinal pedindo carona. Que carona que nada! Passou direto. Era o açougueiro de Ivoti, o Schneider.** Mais adiante, nas imediações onde é atualmente o Clube Palmares, encontramos a caminhonete estacionada, sem ninguém dentro. **Resolvemos, como represália, murchar os quatro pneus, mas tivemos muito azar: o açougueiro apareceu na hora agá.** Eu podia ter corrido, mas não corri porque ia deixar mal um colega que era meio doente. Os outros colegas correram. **"Agora, japonesinho, tu vai encher este pneu!"** gritou o açougueiro. Tive que tirar o pneu e levá-lo até o Posto Schell, na Presidente Lucena. Depois levei-o de volta e o coloquei na Brasília. Sorte minha que tinha dado tempo de murchar um só pneu! O Schneider não deixou barato; levou o caso adiante. (Roberto Ozaki). **Perguntamos ao Sr. Roberto Ozaki se, no tempo de colégio, ele sofrera algum tipo de "bullying". "Sim" - respondeu ele - os alemães me chamavam de Roberto "Oquisac" que significava "saco de boi" (Ochse Sack)** (Menezes; Menezes, 2014, p. 64, grifo nosso)

Os relatos de Roberto Ozaki revelam práticas de hostilidade, ridicularização e interpelações que marcaram a experiência de nipo-brasileiros. A recusa de caronas, as humilhações públicas e os apelidos depreciativos indicam a atuação persistente de hierarquias étnico-raciais que posicionam esses sujeitos em um lugar social subalternizado. Esses episódios não constituem apenas lembranças individuais, mas situações que atravessam a formação de nipo-brasileiros no município, revelando como são posicionados em um lugar social: não pertencentes e permanentemente lembrados de sua diferença. Outro exemplo é o relato que Kiyomi Shimozono Miyabe aborda no filme *Furusato: Um Lugar Para Voltar* (2024), quando comunica que

> Sabe que na nossa época a gente sofria, talvez, bullying, digamos, né? Falavam: "ô, japonês, ô japa". Mas a gente não ligava para isso. Pra nós era tipo uma amizade, sabe? A gente não se ofendia com isso, que nem hoje em dia, né? Muito o pessoal fala. [...] **A gente estava sempre andando em grupo, e se alguém falava alguma coisa pra nós lá, sofreu um bullying, aí tinha os mais velhos que, digamos, defendiam a gente, sabe? Então não deixava a gente ser atacado**, nesse lado. (Furusato, 2024, 9:21, grifo nosso)

Depoimentos recentes, como esse apresentado no documentário *Furusato: Um Lugar Para Voltar* (2024), confirmam a continuidade dessas experiências. A criação do Memorial da Colônia Japonesa, inaugurado em 2011, insere-se em um movimento de afirmação da memória do grupo em meio à hegemonia cultural teuto-brasileira. O memorial resultou de um processo de educação patrimonial que envolveu diretamente os moradores na seleção das narrativas a serem preservadas, com destaque para a história da cooperativa, eleita como símbolo da coesão comunitária (Dilly; Gevehr, 2014, p. 56). O espaço consolidou-se como equipamento de salvaguarda, mediação cultural e valorização turística, mas também foi criado em um contexto de "abandono cultural" em uma cidade predominantemente voltada à memória da colonização alemã.

No entanto, a persistência das fronteiras étnico-raciais no município pode ser observada em episódios como o ocorrido no Museu Municipal Cláudio Oscar Becker, localizado no Núcleo de Casas Enxaimel, no Bairro Feitoria Nova, conhecido popularmente por Buraco do Diabo (*Teufelsloch*/*Deivelsloch*): quando a presença fenotípica de uma profissional identificada como descendente de japoneses foi questionada, sob a suposição de que sua atuação estaria restrita ao Memorial da Colônia Japonesa. A implicação de que a profissional estaria no "lugar errado" só foi suspensa após a explicação de que o Memorial da Colônia Japonesa encontrava-se temporariamente fechado para reformas. Tal reação evidencia a persistência de critérios tácitos e racializados de legitimidade, nos quais determinados fenótipos são associados a espaços específicos e concebidos como inadequados para representar ou narrar histórias que escapam às categorias identitárias a eles atribuídas. A necessidade de justificar a presença em um museu considerado "lugar de alemão" revela como as expectativas étnico-raciais continuam a organizar o imaginário social local. Além disso, demonstra que a hipervalorização da herança alemã opera como matriz de pertencimento, limitando a visibilidade e o reconhecimento de outras trajetórias étnico-raciais constitutivas da história de Ivoti. O episódio, assim, expõe a forma como a racialização intervém na distribuição simbólica de espaços e papéis, tensionando a construção pública da memória e evidenciando a dificuldade de incorporar plenamente a pluralidade multiétnica do município em seus dispositivos institucionais.

Nas últimas décadas, o poder público ampliou significativamente o reconhecimento da comunidade japonesa, processo associado à reconfiguração global da imagem do Japão após a Segunda Guerra Mundial. O deslocamento do paradigma do "perigo amarelo" para o mito da "minoria modelo", somado ao milagre econômico japonês, contribuiu para atribuir aos nipo-brasileiros um estatuto de alteridade positiva, frequentemente celebrado como exemplo de disciplina, ordem e ascensão socioeconômica. Essa valorização, contudo, reforçou o estereótipo dos "eternos estrangeiros", reiterando a associação essencializada entre os descendentes e um Japão idealizado (Hayashi, 2023, p. 278-279).

O mito da "minoria modelo", ao associar asiáticos, principalmente japoneses, a atributos como disciplina, mérito e sucesso econômico, opera como dispositivo que reforça hierarquias. Ao celebrar a suposta excepcionalidade nipônica, essa narrativa contribui para legitimar discursos meritocráticos que deslegitimam políticas de ação afirmativa, além de fragilizar possibilidades de solidariedade antirracista entre grupos racializados. Paralelamente, o branqueamento simbólico posiciona os japoneses como "quase brancos", uma minoria considerada bem-sucedida quando comparada às populações negra e indígena, mas ainda inscrita na marca racial "amarela", jamais plenamente integrada ao grupo majoritário.

Tal projeção, contudo, não se estendeu a outros grupos étnico-raciais presentes no município, como negros e indígenas, cujas trajetórias, embora numericamente e culturalmente relevantes, permanecem com menor visibilidade institucional. Assim, a posição ocupada pelos japoneses em Ivoti revela processos de hierarquizações étnico-raciais, demonstrando como as alteridades seguem estruturando a cidade.

NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DE MEMÓRIAS JAPONESAS E NIPO-BRASILEIRAS EM IVOTI

As memórias da imigração japonesa em Ivoti configuram um repertório plural de experiências marcadas por deslocamentos, perdas, reconstruções e negociações culturais cotidianas. No encontro e, por vezes, no desencontro entre práticas japonesas e alemãs, emergem narrativas que projetam diferenças e aproximações, compondo uma história local atravessada pela convivência interétnica, pela alteridade e por formas desiguais de reconhecimento. As travessias, compreendidas aqui como processos subjetivos e coletivos de adaptação, revelam os modos pelos quais a comunidade nipo-brasileira construiu pertencimentos, preservou tradições e reinterpretou símbolos para viver em um espaço fortemente marcado pela germanidade.

No campo das festividades, observa-se que a memória japonesa dialoga, tensiona e reconfigura celebrações hegemônicas. Enquanto o *Ireisai* (Solenidade em memória), cerimônia anual dedicada aos antepassados, reforça vínculos espirituais e sentidos de continuidade transnacional, a participação de famílias japonesas na *Kolonistenfest* (Festa dos colonos) evidencia processos de inserção seletiva e negociação identitária. Essa coexistência ritual manifesta esforços, ainda que assimétricos, de construir um senso de comunidade compartilhada. Nesse processo, a culinária desempenha papel central: inicialmente percebida como exótica pela população teuto-brasileira, tornou-se parte da paisagem gastronômica local e consolidou a "Colônia Japonesa" como importante produtora de alimentos para o município.

As memórias linguísticas igualmente revelam dinâmicas de travessia. O *koronia-go* (língua da colônia) sul-rio-grandense, uma língua híbrida usada por imigrantes japoneses e nipo-brasileiros no Brasil com expressões regionais, testemunha adaptações práticas e criatividade linguística no contexto de Ivoti. O compromisso entre manter o idioma de origem e aprender o português aparece em episódios emblemáticos, como a hesitação de uma senhora japonesa em interagir com os colegas que só falavam português do filho, marcada mais pela insegurança do que pela recusa, e o incentivo da criança para que a mãe praticasse português. Histórias de vulnerabilidade também se fazem presentes, como o temor constante de ter parreirais furtados, situação recorrente que revelava as fragilidades socioeconômicas dos primeiros anos da colônia e a ambivalência das relações de vizinhança.

Entre as narrativas mais expressivas encontram-se as trajetórias das viúvas japonesas, que, diante da perda dos maridos, enfrentaram sozinhas barreiras linguísticas e burocráticas, matriculando-se em escolas de ensino fundamental para se alfabetizarem em português e assegurar a subsistência familiar. Suas histórias evidenciam o papel decisivo das mulheres japonesas na reconstrução comunitária, na sustentabilidade econômica e na preservação cultural. Estudos sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul reforçam que, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, essas mulheres foram fundamentais no comércio, no trabalho agrícola e como arrimo de família, inclusive no contexto do decasségui. Associações femininas, como a *fujinkai* (Associação de Mulheres) contribuíram de forma central para a organização social e manutenção da ancestralidade e da cultura. Apesar de enquadradas por estereótipos de gênero difundidos pela mídia como a figura da gueixa ou da mulher submissa, demonstraram agência, negociando representações e ressignificando suas experiências (Hochmüller, 2023; Gaudioso; Soares, 2017).

A materialidade dessas memórias pode ser observada nos túmulos com inscrições em japonês, desenhos de *tsuru* (grou-japonês) e uvas, assim como

oferendas e *senkô* (incenso em forma de bastão), que compõem um arquivo sensível da presença nipônica na cidade. No cotidiano, práticas de vizinhança, comércio, convivência escolar e casamentos inter-raciais evidenciam uma gradual construção de relações multiculturais, ainda atravessadas por tensões étnico-raciais e pela marca persistente do "não-pertencimento". A experiência dos decasséguis, que partiram ao Japão em busca de estabilidade econômica, acrescentou novas camadas identitárias à colônia, trazendo memórias reformuladas, remessas financeiras e expectativas diferenciadas sobre o significado de ser *nikkei* (descendente de japonês) em uma cidade associada à germanidade.

Assim, os processos de travessia vividos pela comunidade japonesa, expressos em rituais, idioma, trabalho, memórias familiares e práticas cotidianas, revelam um modo de existir que oscila entre conservar tradições e reinventá-las no diálogo, nem sempre simétrico, com a cultura alemã predominante. Essa tessitura de continuidades e rupturas, visibilidade e marginalização, constitui um campo privilegiado para compreender a formação plural de Ivoti e as disputas por pertencimento que estruturam suas narrativas locais.

CONCLUSÃO

A análise proposta ao longo deste capítulo revela que a formação histórica de Ivoti, assim como do Rio Grande do Sul, não pode ser compreendida apenas a partir da narrativa hegemônica da colonização alemã. Embora essa matriz cultural tenha adquirido centralidade no imaginário regional, a cidade foi construída pela atuação conjunta de diversos grupos, indígenas, negros, japoneses, chineses, sendo estes últimos provenientes de imigrações mais recentes e outros contingentes, cujas contribuições materiais, simbólicas e culturais são fundamentais para a configuração do território. Essa pluralidade, entretanto, raramente se expressa de modo equilibrado nas narrativas oficiais, que tendem a hipervalorizar a germanidade como eixo identitário estruturante. A forma como essas presenças foram incorporadas às narrativas públicas demonstra que o reconhecimento social nem sempre acompanha a participação histórica, resultando em processos de silenciamento que moldam desigualdades de pertencimento.

Ao discutir a experiência nipo-brasileira em Ivoti, percebe-se como a presença japonesa atravessa dinâmicas de negociação, pertencimento e racialização que dialogam com tendências mais amplas da história sul-rio-grandense. A comunidade japonesa, por um lado, foi valorizada por atributos associados ao mito da "minoria modelo", integrando seletivamente o repertório cultural local. Por outro, permaneceu marcada como coletividade estrangeira,

mesmo após décadas de assentamento e contribuições significativas à economia e à vida comunitária. Esse duplo movimento, reconhecimento parcial e estranhamento persistente, evidencia como hierarquias étnico-raciais operam na produção da diferença no Rio Grande do Sul.

As memórias produzidas pelos sujeitos japoneses e nipo-brasileiros, em suas vivências de travessia, trabalho, rituais, língua e convivência interétnica, demonstram aspectos pouco explorados da história municipal e regional. Elas revelam experiências de vulnerabilidade socioeconômica, tensões cotidianas e reinvenções culturais que raramente aparecem em registros oficiais. Ao mesmo tempo, mostram a agência desses grupos na configuração da cidade, seja na agricultura, na manutenção de redes comunitárias, na transmissão de práticas culturais ou na ressignificação de identidades entre diferentes gerações. Essas narrativas ampliam a compreensão da própria história do Rio Grande do Sul ao evidenciar que a pluralidade cultural do estado se expressa de forma complexa no nível local.

O reconhecimento dessa multiplicidade de vozes e trajetórias constitui passo essencial para repensar a historiografia regional, historicamente marcada por perspectivas eurocêntricas que privilegiaram apenas determinados sujeitos e experiências. Incorporar as memórias japonesas e nipo-brasileiras, e ainda mais, com as presenças indígenas, negras e de outros grupos, permite recuperar camadas da história que foram, por muito tempo, ocultadas ou minimizadas. Essa abordagem não apenas revisa a narrativa sobre Ivoti, mas contribui para um movimento mais amplo de revisão crítica da história sul-rio-grandense, que vem progressivamente reconhecendo a multiculturalidade como elemento constitutivo do estado.

Em última instância, essas presenças reiteradas mostram que Ivoti só pode ser compreendida de forma plena quando sua identidade plural é reconhecida não como adorno, mas como fundamento. Abrir espaço para essa pluralidade constitui um gesto historiográfico, ético e político: significa reescrever a história local, compreendendo que pertencimento não é dado pela origem hegemônica, mas construído, continuamente, na convivência, na escuta e no reconhecimento mútuo. Entender Ivoti como território de múltiplas pertenças é também compreender o Rio Grande do Sul como espaço de encontros, tensões e negociações identitárias contínuas. Ao destacar as disputas por memória e visibilidade que marcaram, e ainda marcam, a cidade, este capítulo evidencia que as identidades regionais não são dadas, mas construídas no tempo, atravessadas por relações de poder e pelas formas como grupos distintos reivindicam direitos e cidadania. Reconhecer essa complexidade é fundamental para que a produção historiográfica contemporânea avance rumo a uma leitura mais plural e crítica do passado sul-rio-grandense.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Perfil do município de Ivoti (RS).** 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/431080#sec-demografia>. Acesso em: 30 ago. 2025.

DILLY, G.; GEVEHR, D. L. Para não espetacularizar o passado: memória, identidade étnica e educação patrimonial na construção do Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara: Faccat, v. 11, n. 2, jul./dez. 2014, p. 55-70.

DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SANTOS, Geraldine Alves dos. A Colônia Japonesa de Ivoti – primeiro relato de uma pesquisa interdisciplinar. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 22, 2002, p. 140-149.

FURUSATO: Um lugar para voltar. Direção: Alexsânder Nakaóka Elias, Gustavo Correa. Produção: Anthony Tao, Iaioi Tao, Marco Ushida. Ivoti: **ACENB**, 2024. (29 min.).

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Atuação feminina na Colônia Japonesa de Ivoti-RS (1980-2000). **13º Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero**: Transformações, Conexões, Deslocamentos, Florianópolis, 2017, p. 1-8.

GEVEHR, Daniel Luciano. Memórias de uma Colônia no sul do Brasil: o caso da Colônia Japonesa de Ivoti – RS. *In*: GERBER, Doris Helena Schaun; DILLY, Gabriela; ARENDT, Isabel Cristina; *et al*. (org.). **Imigração**: do particular ao geral. Ivoti: Isei Corag, 2009, p. 99-104.

HOCHMÜLLER, Beatriz Martignoni. **Memórias silenciadas e silenciosas**: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul (segunda metade do século XX). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Ivoti – RS.** 2025. Conteúdo institucional. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=32443&view=detalhes>. Acesso em: 30. nov. 2025.

IVOTI. **Ivoti é a cidade do RS com o maior número de casas enxaimel inventariadas.** Prefeitura de Ivoti, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.ivoti.rs.gov.br/noticia/ivoti-e-a-cidade-do-rs-com-o-maior-numero-de-casas-enxaimel-inventariadas>. Acesso em: 27 nov. 2025.

IVOTI. Museu Municipal Cláudio Oscar Becker. **Prefeitura de Ivoti**, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.ivoti.rs.gov.br/turismo-e-cultura/cultura/museu-claudio-oscar-becker/historia/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

KLEIN, Vivian. **Centro Administrativo Municipal para Ivoti – RS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2009. Disponível em: <https://tconline.feevale.br/tc/files/9100_111.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MELLO, Susi. Lições da terra do sol nascente: A cultura japonesa vem se disseminando cada vez mais pelo Rio Grande do Sul. **Jornal NH**, 4 nov. 2015. Disponível em: <https://social.shorthand.com/jornalnh/n2zsoujRuf/licoes-da-terra-do-sol-nascente>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MEMÓRIAS do Sul. Direção: Bruna Tukamoto, Hiroshi Kuamoto. Produção: Eduarda Puerta, Takeo Ito. **Ivoti**: Online, 2025. (25 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=isvDQ7TrRxI>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MENEZES, Alberto; MENEZES, Reiko Goto. Imigrantes japoneses de Ivoti: histórias. *In*: KREUTZ, Roque Amadeu; SCHNECK, Andrea Cristina Baum (org.). **Dramas, Comédias e Tragédias nas Picadas de Bom Jardim/Ivoti.** 1. ed. Ivoti: Sociedade Ivotiense de Estudos Humanísticos, 2014, p. 56-67.

SANTOS, Geraldine Alves; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. **Cadernos de Pós-Graduação em Direito**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, nov. 2003, p. 53-62.

SILVA, Nathan Ferreira dos Santos. **Entre língua e pertencimento**: o não-lugar do negro falante de alemão nas comunidades teuto-brasileiras na região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português e Alemão) – Instituto Superior de Educação Ivoti, Ivoti, 2025.

YOKOYAMA, Yura. From ethnic settlement to cultural coexistence: German and Japanese gaúchos in Ivoti and indicators of culturally symbiotic place-making. **ORA – Oxford University Research Archive**, Oxfordshire, 2020, p. 92-109.

A COLÔNIA JAPONESA DE ITATI LITORAL NORTE GAÚCHO: NOTAS PARA UMA HISTÓRIA LOCAL

Luciana Sanguiné[1]

INTRODUÇÃO

A sub-representação de grupos minoritários na historiografia regional, sobretudo em contextos marcadamente eurocêntricos como o do Rio Grande do Sul (RS), frequentemente impede a identificação de fenômenos migratórios mais complexos, fundamentais para a compreensão do tecido social do Estado. Essa ausência já apontada de forma contundente por Jeffrey Lesser, ao observar que

> Os imigrantes não europeus em geral têm sido ignorados pela historiografia, uma lacuna surpreendente, uma vez que se trata de milhões de pessoas. As pesquisas sobre os povos do Oriente Médio e de asiáticos, todavia, muitas vezes acontecem fora dos principais arquivos" (Lesser, 2000, p. 9).

Ao privilegiar determinadas matrizes interpretativas e experiências migratórias já consolidadas no imaginário regional, outras trajetórias acabam relegadas a posições marginais, quando não completamente silenciadas, limitando a leitura da diversidade histórica que compõe o espaço sul-rio-grandense.

Nesse sentido, a cidade de Itati, localizada no litoral norte do RS, na região do Vale do Rio Três Forquilhas, constitui um exemplo emblemático dessa sub-representação. Apesar de ter abrigado, ao longo do século XX, uma comunidade japonesa ativa e socialmente articulada, a presença desse grupo permanece pouco explorada nos registros historiográficos e na produção acadêmica disponível nas bases indexadas.

Diante do exposto, este capítulo busca compreender de que modo os registros comunitários e as narrativas locais permitem visibilizar a colônia japonesa de Itati, considerando que, embora existam referências pontuais

1 Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex (Reino Unido). Graduada em História, Gestão da Tecnologia da Informação, Letras e Engenharia da Computação. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. E-mail: luciana.sanguine@outlook.com.

à presença japonesa em estudos de recorte regional, não se identifica até o momento uma investigação historiográfica dedicada especificamente a esse grupo. Menções à presença japonesa aparecem em diferentes trabalhos sobre a região, como em Ely e Barroso (1999) na coletânea de textos *Raízes de Terra de Areia*, Heidrich e Gamalho (2012) registram a inserção de imigrantes de etnia japonesa em Itati nos anos 1960, enquanto Martins (2016) assinala essa presença no contexto da valorização da paisagem cultural do município. De modo semelhante, Witt (2025) menciona a imigração japonesa no âmbito regional, sem que ela se constitua como objeto central de análise.

Através deste estudo, busca-se contribuir para o avanço das pesquisas sobre a imigração japonesa no RS, inserindo essa experiência migratória em um debate historiográfico sobre migração, identidade e etnicidade no Estado. Ao deslocar o olhar para uma localidade pouco explorada pela historiografia, o artigo propõe tensionar leituras consolidadas que tendem a concentrar a presença japonesa em determinados espaços e experiências mais visibilizadas, como Ivoti e Santa Maria, abrindo margem para a compreensão de trajetórias migratórias situadas fora desses eixos tradicionais.

Além de sua contribuição historiográfica, o trabalho dialoga com debates contemporâneos sobre memória, invisibilização e usos do passado, ao valorizar registros comunitários e narrativas locais como fontes legítimas para a reconstrução histórica. Ao recorrer majoritariamente a imagens, relatos e informações compartilhadas em redes sociais, em especial no Facebook, o artigo insere-se no campo das discussões sobre memória social em ambientes digitais, compreendendo essas plataformas como espaços ativos de produção, circulação e disputa de sentidos sobre o passado, sobretudo em contextos locais historicamente sub-representados.

Nesse sentido, a análise aqui proposta permite compreender como grupos minoritários negociam pertencimentos, constroem identidades e mantêm referências culturais no tempo presente, contribuindo para uma leitura mais plural e complexa da formação social sul-rio-grandense.

Para tratar de uma temática ainda pouco explorada no âmbito acadêmico, este estudo adota uma abordagem metodológica que combina diferentes tipos de fontes, articulando registros fotográficos compartilhados em redes sociais da comunidade itatiense, obras de caráter memorialístico e documentação acadêmica, como artigos, teses e dissertações que abordam a localidade de maneira tangencial, além de livros relacionados à temática migratória. De forma complementar, foram consultados sites governamentais, especialmente para o acesso a dados e estatísticas, que auxiliam na contextualização histórica e social da localidade analisada.

Além desta introdução, o capítulo está organizado em seções que articulam

fontes comunitárias, contexto histórico e análise interpretativa. Inicialmente, são apresentadas as fontes comunitárias e os procedimentos metodológicos que orientam a pesquisa. Em seguida, discute-se a chegada dos primeiros imigrantes japoneses a Itati, situando essa experiência no processo de ocupação e formação do município. A seção subsequente dedica-se à análise da população, da interetnicidade e da visibilidade histórica da colônia japonesa de Itati, examinando dinâmicas demográficas, práticas de integração e estratégias de inserção social. Posteriormente, aborda-se o tema das socialidades e práticas comunitárias, destacando festas, eventos, visitas e celebrações como espaços privilegiados de convivência, circulação e construção de pertencimento. Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais argumentos desenvolvidos ao longo do capítulo e apontadas possibilidades de aprofundamento e continuidade da pesquisa.

FONTES COMUNITÁRIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho insere-se no campo da micro-história, tomando como referência a abordagem proposta por Carlo Ginzburg, que privilegia a análise de recortes locais, fragmentos documentais e indícios como via de acesso às dinâmicas sociais e culturais (Ginzburg, 2006). A opção por uma escala de observação reduzida fundamenta-se na compreensão do microterritório como espaço privilegiado para a apreensão das experiências migratórias, das formas de integração e da construção identitária, permitindo analisar práticas sociais, vivências cotidianas e estratégias de pertencimento que tendem a se diluir em abordagens de caráter macrossocial.

As fontes mobilizadas neste estudo incluem registros fotográficos provenientes de redes sociais, compreendidas como espaços contemporâneos de preservação e circulação da memória comunitária. Conforme indicam Mariz e Dutra, arquivos fotográficos digitais compartilhados em plataformas sociais podem ser tratados como documentos historicamente relevantes, na medida em que registram experiências, vínculos e práticas sociais situadas (Mariz; Dutra, 2018). Nesse conjunto, destaca-se o acervo de fotografias disponibilizado no perfil do Facebook do pastor Élio Eugênio Müller[2], cuja atuação junto à comunidade local foi central nas décadas iniciais de formação da colônia japonesa. Trata-se de um arquivo de caráter comunitário, reunido a partir de registros pessoais e posteriormente reatualizado no ambiente digital, cuja relevância histórica é reforçada pela trajetória pública do pastor e pelo reconhecimento institucional de sua atuação, conforme nota oficial de falecimento publicada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB, 2016).

2 A utilização das fotografias apresentadas neste trabalho foi autorizada formalmente pela família do pastor Elio Eugênio Müller, por meio de termo assinado por sua viúva.

A análise das imagens adotou uma abordagem qualitativa, orientada pela compreensão da fotografia como fonte histórica dotada de materialidade social e documental (Burke, 2004). As imagens foram examinadas a partir de sua composição, dos sujeitos retratados, das relações espaciais e das ausências do enquadramento, considerando-se tanto as circunstâncias de produção quanto os sentidos atribuídos em sua circulação posterior. Complementarmente, seguiram-se as orientações metodológicas sistematizadas por Gamarnik, que enfatizam a observação reiterada da fotografia, a atenção aos detalhes formais e a reconstrução de sua trajetória no tempo, permitindo apreender dimensões não intencionais do registro e ampliar sua leitura histórica (Gamarnik, 2024).

Além das fontes comunitárias e visuais, a pesquisa recorreu a dados provenientes de fontes institucionais, em especial informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo site oficial da prefeitura municipal, utilizadas como suporte contextual para a compreensão do perfil demográfico e administrativo do município. Essas fontes permitiram situar a presença da colônia japonesa no processo de formação local, sem, contudo, assumir centralidade analítica no estudo. Registra-se, ainda, a tentativa de contato direto com a administração municipal com vistas ao acesso a documentação complementar, a qual não obteve retorno, configurando uma limitação documental explicitada como parte do procedimento metodológico adotado.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de bases acadêmicas consolidadas como Google Scholar, Scielo, Portal de Periódicos CAPES, sendo complementado pelo uso da ferramenta SciSpace, empregada como recurso de apoio à identificação e organização da literatura relevante. Conforme indicado por Jain *et al.*, o uso de ferramentas baseadas em inteligência artificial pode ampliar a eficiência da pesquisa bibliográfica, desde que associado a critérios analíticos rigorosos e à leitura crítica das fontes selecionadas (Jain *et al.*, 2023). Nesse sentido, o SciSpace foi utilizado como instrumento auxiliar, sem substituir os procedimentos tradicionais de avaliação, seleção e interpretação da produção acadêmica mobilizada neste estudo.

A interpretação das fontes mobilizadas foi orientada por referenciais teóricos vinculados aos estudos sobre identidade e etnicidade, com destaque para as contribuições de Jeffrey Lesser, que enfatizam os processos históricos de negociação, ressignificação e construção de pertencimentos no contexto das imigrações no Brasil (Lesser, 2000). Esse enquadramento permitiu compreender a experiência da colônia a partir de suas práticas cotidianas, de suas formas de inserção social e das relações estabelecidas com outros grupos, articulando fontes comunitárias, registros visuais e dados institucionais em uma leitura atenta às dinâmicas locais e às múltiplas camadas de identidade produzidas no interior da sociedade brasileira.

A CHEGADA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES JAPONESES A ITATI

A chegada dos primeiros imigrantes japoneses a Itati insere-se em um movimento tardio da imigração japonesa no sul do Brasil, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, distinguindo-se dos fluxos mais consolidados e precoces observados em São Paulo e em outras regiões do país desde o início do século XX. Conforme apontam Martinello e Carvalho (2011), a partir das décadas de 1960 e 1970 observa-se a reconfiguração das políticas de atração de imigrantes japoneses para o Sul, associadas a projetos específicos de colonização, modernização agrícola e ocupação territorial. No caso do litoral norte gaúcho, a fixação dessas famílias ocorreu em meados da década de 1960, em um território já marcado por uma ocupação pluriétnica, composta sobretudo por descendentes de imigrantes europeus e populações locais, que articulavam práticas agrícolas, sociabilidades comunitárias e vínculos institucionais próprios.

De acordo com registros locais, em 1967 famílias japonesas adquiriram terras na então Vila Itati, pertencente ao município de Osório, mais especificamente na área conhecida como "Sítio da Figueira", hoje em grande parte integrada à Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa. A aquisição das terras marca o início do processo de instalação da colônia japonesa no vale do rio Três Forquilhas, configurando um movimento planejado, coletivo e orientado pela viabilidade agrícola da região, em consonância com as características ambientais e territoriais do vale (Müller, 1993; Vieira, 2007).

Ainda nos primeiros anos de instalação da colônia, impôs-se às famílias recém-chegadas a necessidade de lidar com as restrições legais relativas à posse da terra. À época, a região do litoral norte do Rio Grande do Sul encontrava-se submetida a um regime jurídico específico, que classificava municípios situados em faixa costeira como áreas de segurança nacional, impondo limitações à aquisição de imóveis por estrangeiros. Nesse contexto, a naturalização brasileira constituiu-se em condição prática para a regularização fundiária e para a continuidade do projeto agrícola em Itati. Longe de representar apenas um gesto simbólico de integração, o processo de naturalização respondeu a uma exigência legal concreta, permitindo o acesso regular à propriedade rural e viabilizando a permanência das famílias em um território submetido a normas específicas de controle fundiário (Brasil, 1946; Brasil, 1971; JusBrasil, 2023).

O marco simbólico da chegada ocorreu em 3 de janeiro de 1968, quando Masaharu Aso chegou ao vale trazendo sua família e iniciando efetivamente o processo de colonização japonesa na localidade. Ainda no decorrer do primeiro ano, outras sete famílias se somaram ao núcleo inicial, totalizando cerca de 34 pessoas. Posteriormente, mais quatro famílias completariam a formação da colônia japonesa local, consolidando um pequeno, porém

significativo, agrupamento migrante em uma área até então pouco associada à presença japonesa no estado (Müller, 1993; Tanaka, 1998). Esse momento inicial da colônia encontra-se registrado visualmente na Figura 1, que apresenta integrantes do grupo por volta do ano de 1969, constituindo um dos primeiros registros fotográficos conhecidos de sua fase inicial de fixação. A imagem foi utilizada como capa do livreto *Gente de dois mundos*, de autoria do pastor Élio Eugênio Müller, material de extrema importância para a reconstrução histórica desse período, sobretudo diante da escassez de registros documentais sobre os anos iniciais da colônia.

Figura 1 – Integrantes da Colônia Japonesa de Itati por volta do ano de 1969.



Fonte: Acervo pessoal do pastor Élio Eugênio Müller (*In memoriam*). Publicado no Facebook em 2 set. 2012.

Esse movimento não se deu de forma isolada. Conforme destacado por Tanaka (1998), as famílias que se estabeleceram em Itati integravam um contingente maior de imigrantes japoneses que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir do final da década de 1950, desembarcando pelo porto de Rio Grande e sendo inicialmente direcionados para diferentes municípios do estado. A escolha pelo vale do Três Forquilhas ocorreu após visitas exploratórias à região, nas quais foram avaliados fatores como clima, solo, disponibilidade de terras e infraestrutura existente, elementos considerados favoráveis para o desenvolvimento agrícola.

Nesse contexto, a chegada dos japoneses a Itati também é mencionada por Witt (2025) como um novo capítulo na história do vale do Três Forquilhas,

tradicionalmente associado à colonização de origem europeia. O autor registra que, em 1968, o vale recebeu um grupo de imigrantes japoneses que passou a se dedicar principalmente ao cultivo de flores, somando-se ao projeto regional de pequenas propriedades rurais baseadas no trabalho familiar.

Entre os elementos centrais desse processo esteve a atuação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Conforme informações institucionais da própria IECLB, o pastor Élio Eugênio Müller atuou como ministro nas paróquias de Itati/RS entre os anos de 1969 e 1975, período que coincide diretamente com a fase inicial de consolidação da colônia japonesa no município (IECLB, 2016). A presença da igreja desempenhou papel fundamental como mediadora institucional, oferecendo apoio religioso, social e administrativo às famílias recém-chegadas. Esse papel pode ser observado também na Figura 2, cuja legenda original, extraída do acervo fotográfico do Facebook do pastor Élio Eugênio Müller, registra: "*Em 1974, após o culto realizado na igreja da IECLB em Itati. Batismo de Marcio Satshi Shimomura, no colo do pai Riyohei Shimomura*." Para além do caráter ritual do evento, a imagem permite observar a composição do grupo reunido no espaço religioso, com a presença simultânea de adultos e crianças, evidenciando a igreja como espaço de sociabilidade intergeracional.

Figura 2 – Batismo na igreja da IECLB em Itati, em 1974.



Fonte: Acervo pessoal do pastor Élio Eugênio Müller (*In memoriam*). Publicado no Facebook em 1 out. 2012.

A institucionalização dessa relação ocorreu alguns anos após a chegada das primeiras famílias, com a criação, em 1973, da Congregação Japonesa de Itati, vinculada à IECLB. Esse dado é relevante não como marco inaugural da experiência religiosa no município, mas como expressão de um processo gradual de aproximação e acomodação institucional já em curso desde o final da década de 1960. Diferentemente de outros contextos da imigração japonesa no Brasil, nos quais a constituição de espaços religiosos próprios assumiu centralidade, em Itati observa-se a incorporação de práticas e rituais cristãos como estratégia de inserção comunitária e de construção de pertencimento local. A vinculação à IECLB operou, assim, menos como ruptura identitária e mais como forma pragmática de mediação social, articulando religião, sociabilidade e integração em um contexto marcado por forte interação com a população não japonesa (Gaudioso; Soares, 2010).

Além da mediação institucional, os imigrantes japoneses introduziram novas técnicas agrícolas no município, contribuindo para a diversificação produtiva local. Inicialmente voltados ao cultivo de hortifrutigranjeiros e frutíferas, os colonos passaram a se destacar, a partir da década de 1970, na produção de flores, como rosas, crisântemos, cravos e gypsophilas, atividade que se tornaria uma das principais marcas da presença japonesa em Itati (Müller, 1993). Em 1993, a produção alcançava números expressivos, com comercialização direta no mercado de Porto Alegre, reforçando a consolidação econômica da colônia.

Cabe destacar que, em 1974, a colônia enfrentou uma grande enchente que causou danos significativos às lavouras, residências e bens materiais. Ainda assim, os imigrantes decidiram permanecer no local, consolidando o caráter de enraizamento da experiência migratória japonesa no município (Müller, 1993). Essa permanência, mesmo diante das adversidades, reforça a compreensão da colônia japonesa de Itati como um projeto coletivo de longo prazo, articulado ao território, às instituições locais e às estratégias de adaptação econômica.

A Figura 3 permite aprofundar essa leitura ao registrar três jovens em uma lavoura de flores, segurando arranjos já colhidos, resultado direto do trabalho cotidiano e da capacidade de reconstrução após as adversidades enfrentadas. Para além da centralidade da floricultura, chama a atenção a pluralidade étnica dos rapazes retratados, retratando a interação entre diferentes origens no espaço produtivo rural. Ao centro da imagem encontra-se um dos imigrantes japoneses, identificado na descrição do acervo fotográfico do Facebook do pastor Élio Eugênio Müller como Riyohei Shimomura, cuja presença simboliza tanto a continuidade do trabalho agrícola quanto a inserção da colônia em um contexto de sociabilidades locais.

Figura 3 – Lavoura de flores, Itati/RS, 1974.



Fonte: Acervo pessoal do pastor Élio Eugênio Müller (*In memoriam*). Publicado no Facebook em 1 out. 2012.

Por fim, conforme registra a Prefeitura Municipal de Itati (2025), a presença japonesa contribuiu para o enriquecimento cultural e produtivo de uma população já pluriétnica, estabelecendo um novo intercâmbio cultural no município. A chegada dessas famílias repercutiu tanto na introdução de novas práticas agrícolas quanto na ampliação das formas de sociabilidade, cooperação e organização comunitária, cujos efeitos se prolongam até a contemporaneidade.

POPULAÇÃO, INTERETNICIDADE E VISIBILIDADE HISTÓRICA DA COLÔNIA JAPONESA DE ITATI

No pequeno município de Itati (RS), com apenas 2.638 habitantes, o percentual de pessoas que se autodeclaram amarelas (0,87%) mostra-se significativamente superior tanto à média estadual do Rio Grande do Sul (0,075%) quanto à média nacional brasileira (0,42%). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), embora a população declarada amarela represente uma fração reduzida no conjunto demográfico do país, sua distribuição territorial é marcada por fortes concentrações regionais. Nesse sentido, o caso de Itati indica a relevância das análises em escala microterritorial para a compreensão de dinâmicas migratórias específicas, que

tendem a se diluir nas médias estaduais e nacionais, reforçando também os limites de uma leitura exclusivamente quantitativa para a apreensão de processos históricos e identitários locais.

Entretanto, é plausível supor que o número de *nikkeis* em Itati tenha sido, ao longo do tempo, superior àquele captado pelo Censo de 2022. Além das 23 pessoas que se autodeclararam amarelas, deve-se considerar a existência de descendentes oriundos de uniões interétnicas, aspecto já observado por Marisa Sato Tanaka (1998) ao analisar a trajetória da colônia japonesa no município. Em seu relato, a autora destaca o crescimento orgânico da comunidade desde os primeiros anos de instalação

> Quando aqui chegaram os casais eram ainda jovens, alguns recém-casados. Com apenas 3 anos de colonização já nasciam 6 crianças itatienses, os mais velhos iam crescendo, se casaram, tiveram filhos e a colônia ia aumentando. (Tanaka, 1998, pg. 269).

Todavia, por se tratar de uma colônia de reduzida dimensão demográfica, os contatos e vínculos interétnicos estabeleceram-se de forma relativamente precoce. Conforme observa a mesma autora, as expectativas de manutenção endogâmica encontraram limites concretos no cotidiano local

> Como acontece entre as diferentes raças, os japoneses também preferiam que os seus filhos mantivessem seus traços e raízes, no caso, orientais. Entretanto, em uma colônia com apenas 10 famílias, isto tornou-se difícil. Por isto, bem cedo ocorreram casamentos interétnicos. (Tanaka, 1998, pg. 269).

A materialidade dessas relações interétnicas torna-se ainda mais evidente quando confrontada com relatos mais recentes. No livro de Marcos Witt (2025), emerge um exemplo emblemático desse entrelaçamento de trajetórias familiares e religiosas no contexto local:

> Um desses casamentos uniu o jovem José Paulo Brehm, descendente de imigrantes alemães, com a jovem japonesa Ayako Ouchi, em 7 de outubro de 1973, sob a bênção dos pastores Élio Eugênio Müller e Hisashi Shiobara, este último de São Paulo. (Witt, 2025, pg. 70).

Esse episódio, ao articular pertencimentos étnicos distintos e mediações institucionais diversas, ilustra de forma concreta como a experiência japonesa em Itati se constituiu não como um enclave isolado, mas como parte ativa das redes sociais, religiosas e familiares do município, tensionando leituras homogêneas tanto da imigração japonesa quanto das identidades locais no RS.

Com o florescimento da colônia, impulsionado pela chegada e pelo crescimento das crianças, intensificou-se entre os pais japoneses a preocupação com a educação dos filhos, entendida como dimensão fundamental da inserção

social e como meio de enfrentamento das barreiras impostas pela língua. Conforme registra Tanaka (1988)

> O domínio da língua, falada e escrita com certeza o maior obstáculo enfrentado por eles ao longo destes anos, e ainda hoje o constrangimento muito grande por não conseguirem se expressar como gostariam. E foi daí que surgiu a preocupação e o interesse pela educação dos seus filhos. chegada quiseram saber se nas proximidades funcionava uma boa escola para poderem matriculá-los, e no mesmo ano 5 crianças foram matriculadas no Grupo Escolar Padre Roma. (Tanaka, 1998, pg. 268).

A busca por uma instituição escolar próxima e considerada adequada demonstra o lugar central atribuído à escola como espaço de integração, socialização e projeção de futuro no interior da colônia. Entre famílias imigrantes japonesas, a escolarização dos filhos constituiu uma preocupação imediata, vinculada tanto à expectativa de retorno ao país de origem quanto às exigências concretas de inserção em uma sociedade culturalmente distinta. Conforme demonstra Ehara (2019), a educação das crianças assumiu papel estruturante na organização das colônias japonesas no Brasil, contribuindo para a fixação territorial das famílias e para a consolidação de vínculos comunitários, mesmo em contextos marcados por incertezas quanto à permanência definitiva no país. Nesse processo, a escola passou a operar como espaço mediador entre gerações e culturas, favorecendo o enraizamento progressivo dessas famílias e a redefinição de seus projetos de futuro, dinâmica que pode ser observada de forma concreta na Figura 4, apresentada a seguir.

Figura 4 – Escola Padre Roma, Itati (RS), 1971.



Fonte: Acervo pessoal do pastor Élio Eugênio Müller (*In memoriam*). Publicado no Facebook em 6 out. 2013.

A materialidade dessa experiência educacional e de convivência interétnica pode ser observada na imagem acima, cuja potência analítica reside menos no simples registro do espaço escolar e mais naquilo que a imagem permite apreender sobre as relações sociais ali estabelecidas. Conforme propõe Burke (2004), as fotografias constituem fontes históricas capazes de registrar práticas cotidianas, hierarquias e interações que frequentemente escapam às fontes escritas, exigindo do pesquisador um olhar atento à composição, aos sujeitos retratados e às ausências do enquadramento. Nesse sentido, a fotografia mostra uma sala de aula marcada pela presença simultânea de crianças de origens étnicas distintas, compartilhando o mesmo ambiente educativo, reforçando o papel da escola como um dos principais lugares de contato cotidiano, socialização e negociação identitária no interior da colônia. No canto esquerdo da imagem, identificam-se duas crianças de origem nipônica, lado a lado com crianças de origem afrodescendente e de ascendência alemã, compondo um quadro que traduz, em escala micro, a diversidade racial e cultural presente no cotidiano escolar e, trazendo para uma escala maior, na sociedade brasileira do período.

Essa miscigenação visual não apenas reflete a pluralidade demográfica da região, mas também corrobora o caráter integrador da escola pública rural como espaço privilegiado de socialização interétnica. A instituição escolar assume, assim, papel fundamental como mediadora entre a cultura de origem das famílias japonesas e a sociedade local, funcionando como espaço de aprendizagem formal e, simultaneamente, como arena cotidiana de adaptação, convivência e construção de pertencimento. Tal leitura dialoga com as orientações metodológicas sistematizadas por Gamarnik (2024), ao enfatizar a necessidade de uma observação reiterada da imagem, atenta às escolhas do enquadramento, às relações entre os sujeitos retratados e aos sentidos produzidos tanto de forma intencional quanto involuntária no ato fotográfico.

A permanência dessa memória no tempo pode ser observada na circulação contemporânea da imagem em redes sociais, onde um comentário deixado na publicação original — "*q legal! acho que um alemão ali do meio é meu irmão*..." — evidencia a identificação afetiva e a sobreposição de memórias familiares. Esse tipo de recepção reforça a escola como lugar de pertencimento coletivo e de experiências compartilhadas, permitindo compreender a fotografia como registro do passado, e também como documento histórico em permanente reatualização.

SOCIALIDADES E PRÁTICAS COMUNITÁRIAS

As memórias associadas às relações sociáveis da Colônia Japonesa de Itati indicam que, ao longo dos anos 1970, houve esforços deliberados de organização comunitária e de promoção de encontros coletivos. A Figura 5 registra um desses momentos: a realização da dança do *Bon Odori*, em 1972, durante cerimônia promovida pela Colônia. A imagem, pertencente ao acervo pessoal de Élio Eugênio Müller, documenta uma prática festiva que vai além do âmbito privado e se configurava como evento comunitário, envolvendo descendentes de imigrantes japoneses e integrantes da sociedade local. Trata-se, portanto, de um registro visual que evidencia a existência de espaços de convivência estruturados, nos quais a tradição era mobilizada como forma de sociabilidade, coesão interna e afirmação identitária.

Figura 5 – Dança do Bon Odori realizada em cerimônia promovida pela Colônia Japonesa de Itati, em 1972.



Fonte: Acervo pessoal do pastor Élio Eugênio Müller (*In memoriam*). Publicado no Facebook em 6 out. 2013.

Essa prática também é mencionada e ampliada em um vídeo publicado no YouTube em 2007 (Müller, 2007), no qual o próprio pastor confirma a ideia de que a Colônia Japonesa de Itati foi "bastante ativa nos anos 1970, no esforço de preservar as suas tradições e folclore", apresentando fotografias da dança do *Bon*

Odori realizadas em 1972. Na legenda do vídeo, Müller se autodenomina *gaijin*, termo utilizado no contexto memorial para marcar sua condição de estrangeiro no interior daquela tradição cultural, ao mesmo tempo em que destaca sua inclusão na apresentação festiva.

> O Gaijin * ELIO MÜLLER (Ruteru Bokushi) também foi um dos convidados e ficou incluído na apresentação festiva dessa dança da tradição japonesa.
>
> ---
>
> Gaijin (外人? ['gaɪdʑin]) ou gaikokujin (外国人?) são as palavras japonesas que significam o "estrangeiro." As palavras podem dar uma referência à nacionalidade ou à etnicidade de pessoas.
> Quando no Shogunato de Tokugawa o Japão foi forçado a abrir-se ao contato extrangeiro, o termo GAIJIN foi geralmente usado como ijin (異人, "pessoa diferente"), ou a formulação encurtada do ikokujin（異国人, "pessoa de país diferente"). (Müller, 2007).

O *Bon Odori*, celebração de origem japonesa associada ao culto aos ancestrais e à memória dos mortos, assume, no contexto migratório de Itati, um significado ampliado: mais do que um ritual de matriz cultural específica, transforma-se em prática comunitária de encontro, circulação simbólica e diálogo interétnico, sinalizando como as socialidades locais foram construídas a partir da convivência, da abertura e da negociação cotidiana entre diferentes universos culturais.

A Figura 6 registra a realização de uma festa da colheita promovida pela Colônia Japonesa de Itati, em 1974. Embora as fontes textuais disponíveis não mencionem de forma direta essa celebração, o registro visual permite observar a presença de famílias reunidas em um momento coletivo associado ao ciclo produtivo agrícola. A imagem sugere a existência de práticas comunitárias vinculadas ao trabalho e à vida rural, nas quais a celebração da colheita assumia um papel de encontro e convivência, integrando adultos e crianças em um mesmo espaço simbólico.

Figura 6 – Festa da colheita realizada pela Colônia Japonesa de Itati, em 1974.



Fonte: Acervo pessoal do pastor Élio Eugênio Müller (*In memoriam*). Publicado no Facebook em 1 out. 2012.

O sumô constitui uma das práticas da cultura japonesa que, diferentemente de outras manifestações festivas, permanece viva e ativa no cotidiano da cidade de Itati. Conforme registra Müller (1993), nos primeiros anos de instalação da colônia, os imigrantes japoneses realizavam festas típicas acompanhadas de trajes tradicionais e alimentos oriundos de sua terra natal, preservando costumes como forma de coesão comunitária e afirmação identitária. Com o passar do tempo, algumas dessas práticas foram sendo ressignificadas ou rareando, enquanto outras, como o sumô, mantiveram-se como elemento estruturante da presença cultural japonesa no município. Atualmente, essa arte marcial não apenas segue sendo praticada, como também é ensinada a pessoas de outras etnias, ampliando seu alcance para além da comunidade de descendentes. Como observa Bobsin (2017, p. 29), "o descendente de alemães luta sumô, alcançando bons resultados em competições nacionais e internacionais", evidenciando o

caráter interétnico e integrador dessa prática no contexto local. Assim, o sumô exemplifica uma manifestação cultural que atravessa gerações, adaptando-se ao contexto de Itati e reafirmando a permanência de vínculos identitários por meio da partilha, da transmissão cultural e da convivência entre diferentes grupos (Martins, 2016; Município de Itati, 2025).

O último registro de eventos públicos coletivos vinculados à Colônia Japonesa de Itati localizado data de 2018, por ocasião da comemoração dos 50 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses à região. A Figura 7 representa o dia desse evento mostra uma celebração marcada por forte carga simbólica: a decoração com *origamis*, os arranjos florais confeccionados com flores produzidas na própria colônia e a organização do espaço indicam a mobilização consciente de elementos associados à tradição japonesa. Observa-se ainda a presença expressiva de orientais e/ou descendentes, em número superior ao esperado para a demografia local, o que sugere a participação de convidados provenientes de outras localidades. Nesse sentido, a celebração dos cinquenta anos assume a forma de um reencontro ampliado, no qual a memória da imigração é mobilizada e compartilhada coletivamente, comprovando a permanência de vínculos identitários apesar da rarefação progressiva das práticas comunitárias ao longo do tempo.

Figura 7 – Festa comemorativa dos 50 anos da chegada dos imigrantes japoneses a Itati (RS), realizada em 2018.



Fonte: Itati RS Fatos e Fotos (página). Facebook, 2018.

A Figura 8 registra a mesa dos japoneses pioneiros durante a comemoração dos cinquenta anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses à região, realizada em 2018. A disposição dos participantes em posição de destaque no espaço do evento atribui centralidade simbólica à geração fundadora da colônia, indicando uma hierarquização construída a partir da memória, da trajetória migratória e do reconhecimento coletivo. Trata-se de um gesto que ultrapassa o caráter cerimonial, ao inscrever os pioneiros como referências da experiência migrante e da história local. A mesa dos pioneiros, assim, assume a função de um dispositivo de legitimação simbólica, por meio do qual o passado é publicamente convocado e homenageado, encerrando o conjunto de práticas comunitárias registradas com um ato explícito de reconhecimento e pertencimento.

Figura 8 – Mesa dos japoneses pioneiros durante evento comemorativo.



Fonte: Itati RS Fatos e Fotos (página). Facebook, 2018.

Já no início da década de 1990, Müller (1993) apontava a ocorrência do fenômeno *dekasegui* na Colônia, ao registrar a saída de descendentes dos primeiros colonizadores em direção ao Japão, motivados sobretudo pela busca por trabalho e melhores condições econômicas. Esses deslocamentos, segundo o autor, eram acompanhados por relatos de choque cultural, decorrentes do fato de esses sujeitos se reconhecerem como ocidentalizados e profundamente marcados pela experiência brasileira. As evidências levantadas ao longo da presente pesquisa indicam que tal movimento não apenas se manteve, como se intensificou nas décadas seguintes. Durante o trabalho de campo, foi possível observar que diversas pessoas identificadas nas fotografias históricas como

moradores de Itati — *nikkeis*, filhos e descendentes diretos dos pioneiros — já não residem mais no município nem nos arredores do estado do Rio Grande do Sul. Muitos migraram para o estado de São Paulo e outros retornaram ao Japão, configurando trajetórias marcadas por deslocamentos sucessivos e redefinições de pertencimento, aspecto igualmente destacado por Bobsin (2017). Nesse cenário, a colônia japonesa de Itati apresenta-se hoje menos como um espaço de reprodução cotidiana de práticas comunitárias contínuas e mais como um lugar de memória, no qual eventos comemorativos, registros visuais e narrativas sobre os pioneiros assumem papel central na preservação e na reatualização da experiência migratória, mesmo diante da dispersão territorial de seus descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central compilar, organizar e analisar fragmentos dispersos de informação sobre a Colônia Japonesa de Itati, reunindo referências provenientes de teses, dissertações, artigos, livros, materiais memorialísticos e, de forma expressiva, registros visuais compartilhados em redes sociais, sobretudo no Facebook. A partir desse conjunto heterogêneo de fontes, foi possível reconstruir aspectos da chegada, da inserção social, das práticas comunitárias e das transformações vivenciadas por esse grupo ao longo do tempo. O estudo demonstrou que, embora numericamente reduzida, a colônia japonesa de Itati desempenhou papel ativo na vida social, produtiva e simbólica do município, deixando marcas que permanecem visíveis na memória local.

Do ponto de vista acadêmico, o artigo contribui para preencher uma lacuna historiográfica ao dedicar-se exclusivamente à experiência da colônia japonesa de Itati, deslocando o foco das análises tradicionalmente concentradas em núcleos mais estudados da imigração japonesa no Rio Grande do Sul. Ao adotar uma abordagem de micro-história e mobilizar fontes não convencionais, especialmente imagens e narrativas em ambientes digitais, o trabalho amplia o repertório metodológico disponível para os estudos migratórios. Além disso, tensiona leituras homogêneas da imigração japonesa, evidenciando trajetórias situadas fora dos eixos tradicionais e reforçando a relevância das escalas locais para a compreensão das dinâmicas migratórias, identitárias e interétnicas.

No plano social, o estudo contribui para a valorização da memória comunitária e para a visibilização de uma experiência migratória frequentemente marginalizada nos discursos históricos regionais. Ao reconhecer registros produzidos e compartilhados pela própria comunidade como fontes legítimas, o trabalho fortalece processos de reconhecimento simbólico e de preservação do patrimônio imaterial local. A sistematização dessas informações oferece ainda

um instrumento de referência para a própria comunidade itatiense, promovendo o diálogo intergeracional e a reatualização da memória da imigração japonesa no município.

Entre as principais limitações metodológicas, destaca-se a escassez de documentação escrita formal e a dificuldade de acesso a arquivos institucionais específicos sobre a colônia. As entrevistas orais chegaram a ser iniciadas, porém o número reduzido de pessoas dispostas a participar inviabilizou sua incorporação sistemática ao estudo, levando à decisão de desconsiderá-las para garantir maior solidez metodológica. Paradoxalmente, essas limitações também evidenciam a fragilidade dos registros disponíveis e reforçam a importância do uso de fontes visuais e digitais como alternativas viáveis para a reconstrução histórica de grupos sub-representados.

Os vieses do estudo estão relacionados, sobretudo, à natureza fragmentária e memorialística das fontes, muitas delas produzidas retrospectivamente e mediadas por afetos, seleções e silêncios próprios da memória social. Reconhece-se que a predominância de registros visuais e narrativas compartilhadas em redes sociais pode privilegiar determinados eventos, sujeitos ou perspectivas, em detrimento de experiências menos visibilizadas. Esses vieses foram enfrentados por meio de leitura crítica das fontes e do cruzamento com a bibliografia disponível.

Como desdobramento, recomenda-se que pesquisas futuras se dediquem a aprofundar as trajetórias individuais e familiares dos pioneiros, bem como a localizar documentos privados, correspondências, registros institucionais e acervos ainda não mapeados. Estudos comparativos com outras colônias japonesas de pequena escala no Sul do Brasil também podem ampliar a compreensão das especificidades desse tipo de experiência migratória. Por fim, a retomada das entrevistas orais, quando possível, constitui um caminho promissor para expandir e densificar o entendimento da colônia japonesa de Itati.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOBSIN, Augusto da Silva. **Galpões do vale do Rio Três Forquilhas (RS)**: hibridismo e paisagem cultural. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172209. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 6 set. 1946.

BRASIL. Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971. Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 out. 1971.

EHARA, Hiromi. Transformation of Japanese schools before and after WWII: impact of Brazilian nationalism on Japanese immigrants' primary education and self-identity. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 6, n. 2, p. 197–215, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14516/ete.223. Acesso em: 27 jan. 2026.

ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Terra de Areia.** Porto Alegre: Editora EST, 1999.

GAMARNIK, Cora. **Orientaciones metodológicas para mirar una fotografía.** Material de aula. Buenos Aires, 2024. Acesso em 27 jan. 2026. Disponível em: https://vistprojects.com/instrucciones-para-mirar-una-fotografia/.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura; SOARES, André Luis Ramos. Entre o butsudan e a missa: práticas religiosas de imigrantes japoneses no Rio Grande do Sul, Brasil. **Amérique Latine Histoire et Mémoire.** Les Cahiers ALHIM, Paris, n. 20, 2010. Disponível em: http://journals.openedition.org/alhim/3667. Acesso em: 28 jan. 2026.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas de José Paulo Paes; revisão técnica de Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; GAMALHO, Nola Patrícia. Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS). *In*: **Paisagem: leituras, significados, transformações.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012. p. 189–206. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218325/000869809.pdf?sequence=1. Acesso em: 30 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 11 jan. 2026.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB). **Falecimento do pastor Élio Eugênio Müller.** 2016. Disponível em: https://www.luterano.org.br/falecimento-do-pastor-elio-eugenio-muller/. Acesso em: 27 jan. 2026.

ITATI RS Fatos e Fotos (página). **Itati RS — Festa comemorativa dos 50 anos da chegada dos imigrantes japoneses.** Facebook, 11 nov. 2018. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1784535361675887&set=pcb.1784543731675050. Acesso em: 28 jan. 2026.

JAIN, Sanmati Jinendran; SIBBU, Kush; KURI, Ramesh. Conducting effective research using SciSpace: a practical approach. **Authorea Preprints**, 2023. Disponível em: https://www.authorea.com/doi/full/10.22541/au.170111059.99508682. Acesso em: 27 jan. 2026.

JUSBRASIL. **Estrangeiro pode adquirir imóvel no Brasil?** JusBrasil, [s.l.], 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/estrangeiro-pode-adquirir-imovel-no-brasil/2152757109. Acesso em: 28 jan. 2026.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MARIZ, A. C. A.; DUTRA, M. da S. Curtir, compartilhar e armazenar: os arquivos fotográficos em redes sociais. **Ágora**: Arquivologia em Debate, v. 28, n. 56, p. 4–17, 2018. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/download/693/pdf. Acesso em: 11 jan. 2026.

MARTINELLO, André Souza; DE CARVALHO, Ely Bergo. Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 453–465, 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.13. Acesso em: 28 jan. 2026.

MARTINS, Luiza de Bitencourt. **Rota turística em Itati–RS**: um resgate da paisagem cultural. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2016. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4538/1/Luiza%20de%20Bittencout%20Martins.pdf. Acesso em: 31 dez. 2025.

MÜLLER, Elio Eugenio (canal). **Dança de Bon Odori em ITATI – RS.** YouTube, 25 set. 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qbavSLWlM4c. Acesso em: 28 jan. 2016.

MÜLLER, Élio Eugênio. **Gente de dois mundos.** 1993. [S.l.]: [s.n.], 1993.

MÜLLER, Elio Eugenio (perfil). Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/eliomolitor. Acesso em: 28 jan. 2026.

Município de Itati. **História. Itati (RS)**: Prefeitura Municipal de Itati, 2025. Disponível em: https://www.itati.rs.gov.br/pagina/historia?utm_source. Acesso em: 22 jan. 2026.

TANAKA, Marisa Sato. Imigração japonesa no Vale do Três Forquilhas. *In*: ELY, Nilza Huyer; BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). **Raízes de Terra de Areia.** Porto Alegre: Editora EST, 1999. p. 267–270.

TRISCH, Luiza Martins. **Paisagens de referência do Vale do Rio Três Forquilhas.** 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/255070. Acesso em: 11 jan. 2026.

VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos**. A leitura da paisagem como instrumento para o plano de manejo**: Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa – Itati/RS. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12527. Acesso em: 28 jan. 2026.

WITT, Marcos Antônio. **Da Ponta das Torres ao Vale do Rio Três Forquilhas**: 200 anos de colonização alemã – recortes (1826–2026). São Leopoldo: Editora Oikos, 2025.

PRESENÇA JAPONESA EM SAPUCAIA DO SUL: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EMPRESA KURASHIKI

Luciana Sanguiné[1]

1. INTRODUÇÃO

Quem passa hoje pelo bairro Kurashiki, em Sapucaia do Sul, dificilmente imagina que aquele nome carrega uma história que atravessa oceanos e diferentes tempos históricos. No cotidiano do pequeno bairro, ruas, casas e o ginásio que leva o mesmo nome coexistem com a memória, muitas vezes silenciosa, de uma empresa japonesa que, desde a década de 1950, marcou o trabalho, a paisagem urbana e as relações sociais da cidade. A Kurashiki não foi apenas uma indústria têxtil instalada no Rio Grande do Sul, constituiu-se também como um espaço de encontro entre culturas, de aprendizagem, de trabalho e de construção de pertencimentos. Este capítulo nasce do desejo de contar essa história, articulando documentos, memórias e narrativas, para que a presença japonesa em Sapucaia do Sul não permaneça apenas no nome aleatório, mas seja reconhecida como parte viva da história local.

A história vivida e lembrada em espaços como o bairro Kurashiki, em Sapucaia do Sul, contrasta com a produção historiográfica sobre a presença japonesa no Rio Grande do Sul, ainda pouco explorada em sua totalidade e em suas possibilidades dentro das pesquisas sobre imigração, sobretudo quando comparada com outros fluxos migratórios como os alemães e italianos, que contam com literatura mais extensa. Embora a imigração japonesa tenha sido fundamental em diversos setores da economia brasileira ao longo do século XX, no contexto gaúcho sua atuação é frequentemente associada à agricultura e a narrativas de integração comunitária e identidade amplamente concentradas na colônia japonesa de Ivoti. No entanto, trajetórias empresariais de caráter industrial, que possam lançar luz sobre as dinâmicas de circulação de capitais, mão de obra especializada, tecnologia e intercâmbios culturais, receberam ao

1 Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex (Reino Unido). Graduada em História, Gestão da Tecnologia da Informação, Letras e Engenharia da Computação. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. E-mail: luciana.sanguine@outlook.com.

longo dos anos pouca ou nenhuma atenção. Dentro desse cenário, a presença da empresa Kurashiki em Sapucaia do Sul configura um capítulo singular, ainda carente de estudos aprofundados.

Fundada inicialmente como um empreendimento fabril ligado ao setor têxtil, a Kurashiki estabeleceu operações no município a partir da segunda metade do século XX, tornando-se a primeira indústria japonesa instalada no Rio Grande do Sul (Allgayer, 1992). Sua presença coincidiu com um período de reorganização industrial no estado e de ampliação das relações entre empresas brasileiras e japonesas, impulsionadas por investimentos externos, transferência de tecnologia e redes de cooperação. Ao longo de décadas, a Kurashiki se tornou muito mais do que um espaço de trabalho, constituindo-se como mediadora de práticas culturais, sociabilidades e experiências compartilhadas entre funcionários brasileiros e japoneses em um tempo em que o acesso a outras culturas era limitado. Apesar disso, a memória dessa empresa permanece dispersa, fragmentada em relatos pessoais, documentos internos, muitos deles perdidos, fotografias e lembranças preservadas por ex-funcionários, sem que tenha sido sistematicamente tratada como objeto historiográfico.

A justificativa deste trabalho fundamenta-se na necessidade de preencher um vazio importante sobre a história da empresa Kurashiki, cuja presença marcou permanentemente a memória coletiva dos moradores de Sapucaia do Sul. O legado da empresa permanece inscrito na cidade, seja no pequeno bairro que leva seu nome, seja no ginásio de esportes utilizado por gerações de estudantes da região. Mais do que um estudo acadêmico, este capítulo busca resgatar e preservar uma trajetória que atravessou décadas e que, sem esforços sistemáticos de documentação, corre o risco de desaparecer nas fissuras do tempo. Assim, o trabalho se apresenta também como um compromisso social, voltado a evitar o apagamento de uma história que moldou experiências, relações de trabalho e práticas culturais, garantindo que futuras gerações tenham acesso a esse patrimônio imaterial.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos deste estudo foram sendo construídos progressivamente, da ideia inicial à ação investigativa, a partir da constatação da escassez de produções acadêmicas dedicadas à presença da empresa em Sapucaia do Sul. Em um primeiro momento, buscou-se mapear artigos científicos, teses e dissertações que abordassem a temática, com especial atenção a trabalhos relacionados à imigração japonesa, à história empresarial e à industrialização no Rio Grande do Sul. No entanto, os resultados encontrados foram limitados e, em sua maioria, concentrados superficialmente na trajetória do lanifício

enquanto empreendimento econômico, sem aprofundar sua importância social, cultural e urbana no contexto sapucaiense.

Diante dessa lacuna, a pesquisa assumiu um caráter eminentemente exploratório, buscando mapear o fenômeno a partir de diferentes registros. Como destaca Creswell (2014), pesquisas qualitativas de natureza exploratória são particularmente apropriadas quando o problema investigado ainda não está claramente definido, exigindo flexibilidade metodológica. Nessa perspectiva, combinar procedimentos da pesquisa documental com estratégias de levantamento de memórias e vestígios materiais permite uma compreensão mais ampla e contextualizada, integrando múltiplas fontes de sentido.

Foram realizados contatos com diferentes instituições e entidades locais, entre elas a Prefeitura de Sapucaia do Sul e diversos de seus departamentos, como Cultura, Planejamento e Urbanização, na tentativa de localizar documentos, registros administrativos, projetos urbanos, fotografias ou qualquer outro material que mencionasse a atuação da empresa Kurashiki no município. Paralelamente, foi realizado contato com a memorialista Eny Allgayer, autora da obra *Sapucaia do Sul* (1992), que gentilmente compartilhou uma página da referida publicação, contribuindo para a contextualização histórica inicial do território.

A pesquisa também se valeu de um processo de localização de ex-funcionários da empresa, adotando uma estratégia de indicações sucessivas, procedimento recorrente em pesquisas qualitativas desenvolvidas em contextos de acesso restrito às fontes e fragmentação documental (Minayo, 2024), que permitiu o contato com trabalhadores que atuaram na Kurashiki em diferentes períodos.

Entre esses interlocutores, um ex-funcionário compartilhou uma fonte primária de caráter excepcional para a reconstrução da trajetória da empresa: o livro institucional *Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. – 20 anos*. Trata-se de um material de circulação interna, não disponibilizado ao público, que apresenta, em detalhe, a trajetória dos primeiros anos de implantação e funcionamento da empresa em Sapucaia do Sul, oferecendo informações históricas, administrativas e produtivas que não se encontram registradas em acervos públicos ou na bibliografia existente.

Embora esses ex-funcionários tenham contribuído com informações relevantes, indicações de materiais raros e fontes primárias, muitos deles não se dispuseram a participar de entrevistas orais estruturadas, por acreditarem não possuir informações relevantes a acrescentar. Esse aspecto, recorrente em pesquisas que lidam com memória operária e história do trabalho, relaciona-se a processos de silenciamento, esquecimento e desvalorização da própria

experiência vivida, amplamente discutidos nos estudos de memória e história oral (Alberti, 2013; Pollak, 1989). Tal dinâmica acabou limitando a constituição de um corpus formal de história oral, conforme os procedimentos metodológicos clássicos do gênero.

Além disso, foram realizadas dezoito tentativas de contato com ex-funcionários localizados por meio da rede profissional LinkedIn, na maioria, sem retorno às mensagens enviadas. Também foram encaminhados e-mails às unidades da empresa em Ponta Grossa (PR), São Paulo (SP) e à matriz japonesa. As unidades brasileiras não responderam às solicitações, enquanto a matriz no Japão informou que não há documentação preservada referente ao período de funcionamento da planta de Sapucaia do Sul, evidenciando os limites das fontes empresariais para a reconstrução histórica do empreendimento.

Como parte do levantamento empírico, foram realizadas três visitas à planta industrial desativada, com o objetivo de registrar fotograficamente o espaço e identificar possíveis materiais remanescentes. Essas visitas assumem especial relevância diante do fato de que o prédio foi vendido e encontra-se em vias de demolição, o que reforça o caráter urgente da pesquisa e a necessidade de preservação, ainda que parcial, dessa memória industrial.

Assim, as principais limitações do estudo concentram-se na ausência de entrevistas orais estruturadas e na inexistência de literatura acadêmica prévia dedicada especificamente à unidade Kurashiki em Sapucaia do Sul. Ainda assim, a combinação entre documentos dispersos, trocas de mensagens, registros institucionais, observação in loco e memórias fragmentadas permitiu a construção de uma narrativa histórica possível, comprometida tanto com o rigor acadêmico quanto com a preservação da memória local.

3. A KURASHIKI E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE SAPUCAIA DO SUL

A presença do Lanifício Kurashiki do Brasil S/A em Sapucaia do Sul deve ser compreendida à luz dos processos de industrialização e reorganização produtiva que marcaram o Brasil nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Inserida em um contexto de expansão industrial, de atração de capitais estrangeiros e de redefinição das estratégias empresariais japonesas no exterior, a implantação da fábrica no município articulou escalas globais e locais, conectando políticas econômicas internacionais, decisões corporativas e transformações concretas no espaço urbano e no mundo do trabalho. Esta seção examina a trajetória da Kurashiki a partir de sua instalação em 1957, abordando, em um primeiro momento, as condições que viabilizaram a implantação da unidade fabril no Brasil; em seguida, as dinâmicas produtivas

e laborais desenvolvidas ao longo da década de 1960, com ênfase na fiação de lã e na introdução de fios químicos; e, por fim, os processos de crescimento, modernização e os impactos urbanos decorrentes da consolidação da empresa em Sapucaia do Sul.

3.1. A INSTALAÇÃO DA FÁBRICA NO BRASIL (1957)

A instalação do Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. em Sapucaia do Sul, em 1957, decorreu de um conjunto de decisões empresariais vinculadas às transformações econômicas do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial e à redefinição das relações entre migração, investimento produtivo e expansão industrial no Brasil. À época, o território onde a fábrica foi implantada ainda integrava o município de São Leopoldo, sendo Sapucaia do Sul emancipada apenas em 1961, com instalação administrativa no ano seguinte. Esse dado é fundamental para compreender que a chegada da Kurashiki antecede a autonomia política do município e se insere em um espaço que, embora posteriormente redefinido, já apresentava condições logísticas, territoriais e produtivas favoráveis à instalação industrial.

A partir da década de 1950, observa-se uma mudança no perfil da imigração japonesa, marcada pela redução dos fluxos espontâneos e pelo fortalecimento de iniciativas planejadas, articuladas às demandas do setor produtivo brasileiro, especialmente o industrial (Levy, 1974). Nesse contexto, a implantação da Kurashiki deve ser compreendida como parte de uma estratégia que conjugava capital, tecnologia e circulação dirigida de técnicos e trabalhadores[2].

O material institucional *Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. – 20* anos evidencia que a decisão de investir no exterior esteve diretamente relacionada às restrições impostas à indústria têxtil japonesa no pós-guerra e à impossibilidade de expansão interna. Conforme registrado no documento, "chegamos à conclusão que a única saída para manter o ritmo do desenvolvimento, seria investir no exterior" (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 7). O Brasil passou, então, a ser considerado um destino estratégico, tanto pelas condições econômicas quanto pela possibilidade de implantação de uma fiação de lã penteada em um mercado em expansão.

A concretização do empreendimento exigiu um complexo processo de negociações diplomáticas, financeiras e administrativas entre os governos do Japão e do Brasil. O investimento foi enquadrado como operação produtiva

2 Os dados relativos à constituição jurídica, natureza societária, capital social e vínculo com a Kurabo Industries Ltd. foram consultados na ficha cadastral do Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. junto à Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCISRS), conforme registro disponibilizado pela plataforma JurisBrasil.

voltada à exportação, sendo descrito no documento como "investimento em bens, para exportação sem cobertura cambial, diferente das operações de investimentos normais" (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10). Para viabilizar esse enquadramento, a empresa buscou apoio junto a autoridades japonesas, envolvendo ministérios e órgãos financeiros, até que se estabelecesse que a licença japonesa seria concedida mediante a obtenção da correspondente autorização brasileira.

Do lado brasileiro, contudo, o processo encontrou resistências, sobretudo por pressões de setores industriais já estabelecidos. Segundo o relato institucional, "defrontava-se com fortes resistências das indústrias já existentes, contra as condições favoráveis ao investidor estrangeiro" (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10). A superação desses entraves demandou a permanência de representantes japoneses no país, com destaque para Hideo Saito, membro da delegação Takahashi, que "permaneceu no Brasil para se dedicar exclusivamente à obtenção dessa licença" (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10). A concessão final das autorizações é descrita como "um grande êxito", considerando as dificuldades políticas e econômicas da época (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10).

Paralelamente às negociações diplomáticas e administrativas que viabilizaram a obtenção das licenças, definiu-se também a denominação sob a qual a empresa passaria a operar no Brasil. Fundada inicialmente como Lanifício Kurabo do Brasil Ltda., a empresa adotou, posteriormente, o nome Lanifício Kurashiki do Brasil, em referência à cidade de Kurashiki, no Japão, local de origem da Kurabo Industries Ltd. Conforme relataram ex-funcionários entrevistados ao longo da pesquisa, a escolha do nome "Kurashiki" esteve associada à percepção de que a denominação "Kurabo" poderia não ter boa recepção junto ao público brasileiro, sendo considerada pouco atrativa ou de difícil assimilação. A adaptação do nome, nesse sentido, articulou estratégias de inserção cultural e empresarial no contexto local, ao mesmo tempo em que preservava o vínculo simbólico com a cidade japonesa que deu origem ao grupo industrial. Kurashiki, representada na Figura 1, atualmente reconhecida como um importante centro histórico e turístico do Japão, constitui, assim, um elo pouco conhecido, mas fundamental, entre a experiência industrial japonesa e a formação do bairro que, décadas depois, herdaria esse nome em Sapucaia do Sul.

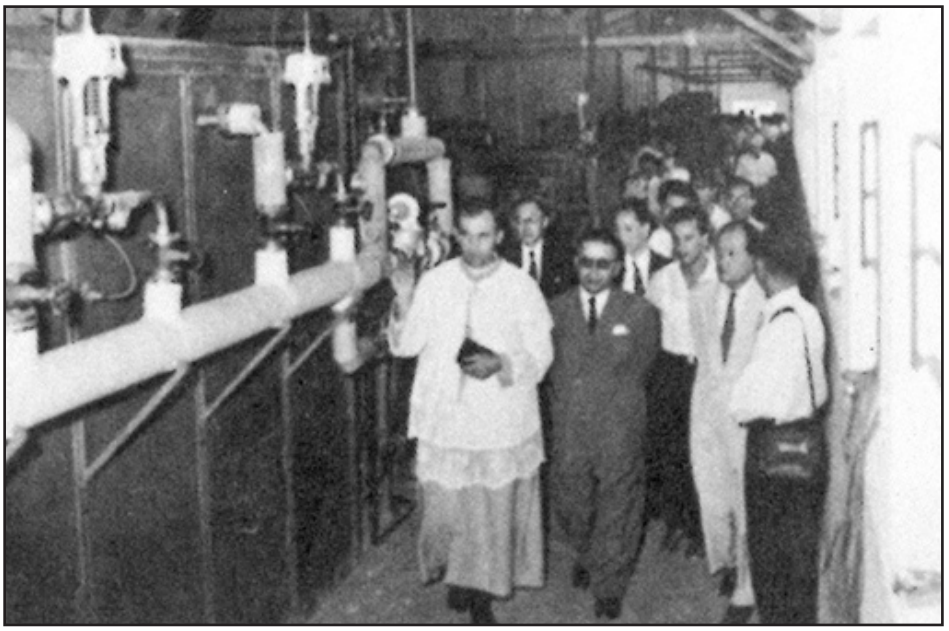
Figura 1 – Vista do distrito histórico da cidade de Kurashiki, província de Okayama, Japão.



Fonte: Okayama-Japan Official Travel Guide (2026).

Com a obtenção das licenças pelos dois governos, teve início a construção da unidade fabril no então território leopoldense que, poucos anos depois, constituiria o município de Sapucaia do Sul. O documento registra que, apesar do avanço das obras, a empresa enfrentou entraves estruturais, como o abastecimento de água industrial, solucionado por meio da captação do Rio dos Sinos (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10). Após a bênção e as solenidades que antecederam o início das atividades, registradas na Figura 2, a fábrica encontrava-se, em 1959, pronta para iniciar suas operações.

Figura 2 – Comitiva japonesa durante visita inaugural da diretoria da Kurabo à unidade brasileira (1957).



Fonte: Kurabo Industries LTD, 2025.

O início efetivo das atividades foi precedido por um ritual simbólico que demonstrou a articulação entre práticas empresariais e valores culturais. A inauguração oficial ocorreu em 5 de maio de 1959, data que, no Japão, corresponde ao Dia dos Meninos (*Kodomo no Hi*), celebração associada à força, à perseverança e ao desejo de prosperidade para as novas gerações. Segundo o documento, "foi convidado um sacerdote do local para bênção religiosa, orando pela prosperidade do empreendimento" (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10). O autor observa que, embora provenientes da tradição xintoísta, o ritual católico foi interpretado como expressão de valores compartilhados, pois "o ato de pedir a Deus o que está além do alcance dos homens são sentimentos comuns entre os povos, independentes da crença ou religião" (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 20 anos, p. 10).

Encerradas as solenidades, a fábrica iniciou efetivamente suas atividades produtivas, inaugurando um capítulo singular do processo de industrialização local e antecedendo transformações econômicas e administrativas que, poucos anos depois, contribuiriam para a emancipação de Sapucaia do Sul.

3.2. A DÉCADA DE 1960: TRABALHO, LÃ E FIOS QUÍMICOS

A década de 1960 correspondeu a um momento decisivo para a consolidação do Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. em Sapucaia do Sul. Superada a fase inicial de implantação, a empresa passou a operar de forma mais estável, ampliando sua capacidade produtiva e ajustando sua organização interna às transformações que atravessavam o setor têxtil no Rio Grande do Sul e no Brasil. Trata-se de um período marcado menos por rupturas abruptas e mais por processos graduais de reorganização do trabalho e de adaptação tecnológica.

Desde o início de suas atividades, a Kurashiki estruturou sua produção em torno da fiação de lã, inserindo-se em uma cadeia produtiva enraizada na economia regional. O Rio Grande do Sul consolidara-se, ao longo do século XX, como principal produtor de lã do país, sustentando uma tradição técnica e produtiva que ainda se mantinha relevante nos anos 1960. Como observa Weber (2024), apesar das transformações em curso, a lã continuava a ocupar um lugar central na indústria têxtil gaúcha, mesmo já submetida a pressões crescentes do mercado em favor de novas fibras. Nesse sentido, a escolha da Kurashiki pela lã não se deu à margem do contexto regional, mas dialogou diretamente com uma base produtiva já existente.

O funcionamento cotidiano da fábrica envolvia diferentes etapas do processo produtivo, como fiação, torção, tingimento e acabamento, exigindo mão de obra numerosa e progressivamente qualificada. A organização do trabalho refletia padrões industriais associados à gestão japonesa, caracterizados por controle técnico rigoroso, hierarquias bem definidas e atenção constante à eficiência. No entanto, essas práticas não foram simplesmente transplantadas para o contexto brasileiro. Ao longo do tempo, ajustaram-se às condições locais, produzindo um espaço de trabalho marcado por aprendizagens, negociações e adaptações mútuas.

Ao longo da década de 1960, a Kurashiki passou a incorporar fios químicos e sintéticos, acompanhando uma tendência mais ampla observada no setor têxtil nacional e internacional. Essa incorporação ocorreu de forma gradual e não implicou o abandono imediato da lã. Ao contrário, fibras tradicionais e novas matérias-primas coexistiram por um período significativo. Conforme analisa Weber (2024), a expansão das fibras químicas no Rio Grande do Sul foi impulsionada sobretudo por pressões mercadológicas, que passaram a atribuir maior valor simbólico às novas fibras, mesmo antes de sua plena difusão tecnológica.

O próprio material institucional da empresa reconhece esse período como uma fase de expansão e modernização progressiva. O livro interno identifica a década de 1960 como a primeira etapa de crescimento da unidade brasileira, marcada pela ampliação do parque fabril e pela adaptação às novas exigências

do mercado (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 1979). Trata-se, portanto, de um momento em que a empresa buscou equilibrar a permanência de uma base produtiva tradicional com a incorporação seletiva de inovações.

Essas transformações tiveram impactos diretos sobre o mundo do trabalho. A introdução de novas máquinas, matérias-primas e ritmos produtivos exigiu processos contínuos de capacitação interna, frequentemente mediados por técnicos e gestores japoneses. Ao mesmo tempo, a manutenção da produção de lã preservava vínculos com saberes técnicos já dominados pelos trabalhadores locais, reforçando a convivência entre tradição e inovação no interior da fábrica.

Assim, a década de 1960 pode ser compreendida como um período de transição e amadurecimento da Kurashiki no Brasil. Mais do que uma simples mudança técnica, a articulação entre trabalho, lã e fios químicos expressa a inserção da empresa em um cenário econômico em transformação, no qual permanências e mudanças coexistiram. Essas dinâmicas contribuíram para redefinir o perfil produtivo da fábrica, as experiências dos trabalhadores e a própria relação da empresa com a cidade.

3.3. CRESCIMENTO, MODERNIZAÇÃO E IMPACTO URBANO

O crescimento da empresa ao longo das décadas seguintes tornou-se visível sobretudo na expansão física da unidade industrial e em seus efeitos sobre a organização do espaço urbano. Mais do que um processo interno de ampliação produtiva, já discutido anteriormente, esse crescimento materializou-se na ocupação do território e na incorporação da fábrica como um elemento estruturante da paisagem da cidade.

A vista panorâmica da planta industrial, apresentada na Figura 3, permite dimensionar a escala alcançada pelo complexo fabril ao longo do tempo. O conjunto de galpões, áreas de circulação interna e estruturas de apoio demonstra uma ocupação extensa e progressiva do espaço, compatível com as diferentes fases de consolidação da empresa. A presença contínua da unidade industrial contribuiu para a conformação de um bairro marcado pela atividade fabril, cuja denominação passou a remeter diretamente à empresa, indicando sua centralidade na organização daquele espaço urbano.

A expansão da planta esteve associada a processos de modernização que se refletiram menos em rupturas produtivas e mais em adaptações espaciais e funcionais, como a ampliação de áreas construídas, a reorganização dos fluxos internos e a incorporação de novas estruturas de apoio. Esses ajustes acompanharam as transformações do setor têxtil e as exigências logísticas impostas pelo crescimento da produção, sem descaracterizar completamente a configuração original do complexo industrial (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 1979).

Do ponto de vista urbano, a presença da fábrica exerceu impactos no município, atuando como polo de atração de trabalhadores e contribuindo para o adensamento populacional do entorno. A proximidade entre espaço de moradia e espaço de trabalho favoreceu a consolidação de áreas residenciais nas imediações da unidade industrial, reforçando dinâmicas típicas de cidades marcadas pela industrialização.

É nesse contexto que se insere a existência de uma "colônia japonesa" vinculada à empresa, mencionada por Allgayer (1992) e reiterada em relatos de ex-funcionários e moradores da comunidade local. Segundo essas fontes, em determinado momento houve a formação de um núcleo residencial ocupado por trabalhadores japoneses, possivelmente localizado na porção direita da área visível na imagem aérea, onde hoje já não se encontram as edificações originais. Ao longo do tempo, esse espaço foi transformado pela expansão urbana e pela construção de novos empreendimentos, resultando no desaparecimento material da colônia.

Embora inexistente do ponto de vista físico, essa colônia permanece viva nos relatos e na memória local, sendo lembrada como espaço de convivência, sociabilidade e manutenção de vínculos culturais. Sua ausência atual evidencia os processos de transformação e de apagamento material que acompanham o crescimento urbano, ao mesmo tempo em que reforça a importância das fontes memorialísticas para a reconstrução dessas experiências.

Figura 3 - Vista panorâmica da planta industrial da Kurashiki em Sapucaia do Sul



Fonte: Jornal Correio Sapucaiense, 2020.

A imagem aérea da planta industrial sintetiza visualmente os processos de crescimento e transformação urbana discutidos nesta seção. Ao mesmo tempo, ela explicita os limites de uma leitura baseada apenas nos vestígios materiais, uma vez que elementos como a antiga colônia japonesa, hoje inexistentes, só podem ser recuperados por meio da única fonte escrita sobre o assunto, relatos e memórias compartilhadas. Nesse sentido, a fotografia funciona tanto como registro da presença industrial quanto como indicativo das camadas de transformação que marcaram o espaço urbano ao longo do tempo.

4. A VIDA COTIDIANA NA KURASHIKI: TRABALHADORES, JAPONESES E SOCIABILIDADES

4.1. COTIDIANO FABRIL E CONVIVÊNCIA CULTURAL

Para além das dimensões produtivas e econômicas, o funcionamento da fábrica também se estruturou a partir de relações cotidianas marcadas pela convivência entre trabalhadores brasileiros e funcionários japoneses ou seus descendentes. O ambiente de trabalho era atravessado por práticas, símbolos e rotinas que remetiam à presença japonesa, incorporadas de forma gradual ao dia a dia fabril e percebidas por muitos trabalhadores como um traço distintivo em relação a outras indústrias da região. Essas interações extrapolavam o espaço estritamente produtivo e se manifestavam também em momentos de confraternização e sociabilidade, como se observa nos registros fotográficos apresentados na Figura 4.

Segundo relato de um ex-funcionário, colhido no âmbito desta pesquisa, a empresa era considerada um bom local para trabalhar, tanto pelas condições oferecidas quanto pela experiência cotidiana vivida no interior da fábrica. De acordo com esse depoimento, havia a exigência do uso de bonés com o nome da empresa, prática que reforçava o sentimento de pertencimento e identidade coletiva entre os trabalhadores (Relato de ex-funcionário, 2025).

No que diz respeito à presença japonesa no cotidiano fabril, o material institucional da empresa indica que, nos primeiros anos de funcionamento, foram trazidos funcionários nikkei do estado de São Paulo com a finalidade de atuar como mediadores linguísticos e culturais, uma vez que dominavam tanto o japonês quanto o português. O termo nikkei refere-se a pessoas de origem japonesa, isto é, descendentes de imigrantes japoneses estabelecidos fora do Japão, categoria amplamente utilizada para designar sujeitos que mantêm vínculos históricos, familiares e culturais com o país de origem de seus antepassados (Gaudioso, 2003, p. 10). No contexto da fábrica, esses trabalhadores desempenharam papel central na comunicação entre a direção japonesa e os operários brasileiros,

especialmente no período inicial de funcionamento, quando a barreira linguística se colocava como um desafio concreto à organização do trabalho (Lanifício Kurashiki do Brasil S.A., 1979).

O relato dialoga diretamente com essa informação documental ao destacar que a direção seguia um modelo de rotatividade, com diretores vindos do Japão que permaneciam no Brasil por períodos aproximados de dois anos, sendo posteriormente substituídos. Esses diretores eram acompanhados por intérpretes, embora alguns encarregados japoneses, após anos de permanência no país, já se comunicassem diretamente em português. Ainda segundo o ex-funcionário, parte desses trabalhadores constituiu família no Brasil, tendo filhos com mulheres brasileiras, e alguns desses descendentes também vieram a atuar na própria empresa (Relato de ex-funcionário, 2026). Essa dinâmica é corroborada por uma ex-funcionária que atuou no setor administrativo, junto à diretoria da empresa, a qual confirmou a presença recorrente de dirigentes japoneses no cotidiano institucional e mencionou, inclusive, o caso de um ex-diretor que permaneceu no Rio Grande do Sul após o encerramento de seu vínculo formal, estabelecendo um pequeno comércio nas proximidades da antiga planta industrial.

A partir de 1966, registra-se a chegada e o estabelecimento dos primeiros imigrantes japoneses na colônia de Ivoti, localizada nas proximidades da unidade industrial (Santos; Dall; Gaudioso, 2003). Embora esses imigrantes não tenham vindo ao Brasil em função da empresa, a proximidade espacial e temporal entre a formação da colônia e o funcionamento da fábrica levanta a possibilidade de que, em algum momento, parte dessas pessoas tenha estabelecido vínculos laborais com a unidade industrial. Trata-se de um aspecto que não foi possível aprofundar no âmbito desta pesquisa, mas que se apresenta como um ponto relevante a ser explorado em investigações futuras.

A convivência cotidiana, entretanto, não se restringia ao espaço estritamente produtivo. O depoimento aponta que, quando havia curiosidade e interesse por parte dos trabalhadores brasileiros, os funcionários japoneses se mostravam abertos à troca cultural. Nessas ocasiões, ensinavam dobraduras em *origami* e algumas palavras em japonês, criando momentos de interação que extrapolavam as obrigações do trabalho e contribuíam para a construção de vínculos interpessoais no ambiente fabril (Relato de ex-funcionário, 2026).

Figura 4 - Registros de convivência entre funcionários brasileiros e trabalhadores japoneses (ou descendentes) nas dependências da Kurashiki (s.d.)



Fonte: Acervo pessoal da autora (fotografias recuperadas nos escombros da antiga planta industrial).

A leitura dessas imagens ganha consistência quando articulada aos relatos orais e à observação direta realizada durante as visitas à antiga planta industrial. Dois ex-funcionários reconheceram pessoas retratadas nas fotografias e identificaram, especialmente na terceira imagem, o homem posicionado ao lado da figura do Papai Noel como sendo o senhor Yasuo Hayashi. Esse cruzamento entre reconhecimento visual, memória dos trabalhadores e vestígios materiais reforça a importância das imagens como fontes históricas, capazes de articular experiência vivida, materialidade e memória no espaço fabril.

4.2. PRÁTICAS COMEMORATIVAS E RITUAIS CORPORATIVOS

No decorrer da pesquisa de campo, foram realizadas três visitas às imediações da antiga planta industrial. Na primeira delas, não foi possível adentrar o espaço interno da fábrica desativada, uma vez que não havia autorização para acesso ao local. Essa limitação inicial impediu, naquele momento, uma investigação mais detalhada de vestígios materiais associados à memória institucional da empresa.

A existência de placas comemorativas nas áreas externas da antiga unidade foi indicada posteriormente por uma pessoa da comunidade local. Segundo essa informação, tais placas estariam associadas a árvores plantadas nas adjacências da fábrica, como forma de homenagem a dirigentes japoneses que atuaram na empresa ao longo de diferentes períodos. A partir dessa pista, foram realizadas uma segunda e uma terceira visita, com o objetivo de localizar, registrar e analisar esse conjunto de marcas materiais.

Como pode ser observado na Figura 5, foram identificadas diversas placas fixadas junto às árvores, contendo nomes próprios e menções comemorativas. Em razão da ação do tempo, da exposição às intempéries e do estado de deterioração dos materiais, parte das inscrições encontra-se parcialmente

ilegível, o que limita a identificação precisa de todos os nomes ali registrados. Ainda assim, foi possível reconhecer alguns deles, enquanto outros, embora visíveis, não puderam ser utilizados neste estudo por falta total de legibilidade ou de informações complementares.

Figura 5 - Placas comemorativas fixadas junto às árvores nas adjacências da antiga planta industrial.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2025).

A presença dessas placas sugere práticas de homenagem que ultrapassam uma função meramente decorativa. No contexto da cultura japonesa, rituais de reconhecimento, gratidão e preservação da memória ocupam um lugar central, frequentemente materializados por meio de marcas simbólicas no espaço. Conforme apontam Begueristain Silva e Soares (2017), esse tipo de prática atua como um dispositivo de memória, no qual objetos e inscrições funcionam como suportes materiais de lembrança, continuidade e respeito aos antecessores.

Nesse sentido, as placas identificadas nas adjacências da antiga fábrica podem ser compreendidas como parte de um repertório simbólico vinculado a rituais corporativos de homenagem, voltados à preservação da memória dos dirigentes japoneses que passaram pela empresa. Ainda que não seja possível reconstruir, no âmbito desta pesquisa, o contexto específico de instalação de cada uma dessas placas, sua permanência no espaço evidencia a importância atribuída à memória institucional e à valorização daqueles que ocuparam posições de liderança.

Esses vestígios materiais, hoje inseridos em um espaço marcado pelo abandono e pela descaracterização progressiva, adquirem relevância como fontes

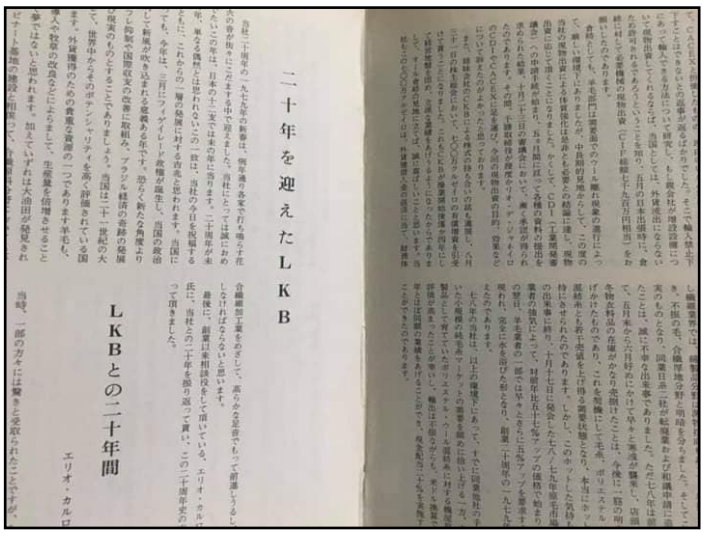
históricas. Mais do que simples registros nominais, as placas demonstram práticas de memória que sobreviveram ao encerramento das atividades produtivas, permanecendo inscritas no território e oferecendo pistas sobre as formas pelas quais a empresa construiu, ritualizou e preservou sua própria história.

4.3. A CULTURA VISUAL INTERNA DA EMPRESA

Para além das dinâmicas produtivas e das formas de convivência analisadas anteriormente, a empresa construiu e manteve um repertório visual próprio, voltado sobretudo à comunicação interna e à elaboração de narrativas institucionais. Esse universo se manifesta, entre outros elementos, na produção e circulação de materiais escritos em língua japonesa, que funcionavam como marcadores simbólicos da ligação com a matriz e da identidade corporativa construída ao longo do tempo.

Entre esses registros, destaca-se o documento apresentado na Figura 6, redigido integralmente em japonês e associado às comemorações internas da empresa. O material foi localizado a partir de reproduções publicadas no *Jornal Correio Sapucaiense* em 2020 e dialoga diretamente com o livro comemorativo dos 20 anos do Lanifício, no qual o uso do idioma japonês também aparece como recurso recorrente. Ainda que não seja possível afirmar com precisão se o documento integra formalmente essa publicação comemorativa, ambos os materiais indicam uma prática consistente de valorização do idioma como elemento da cultura visual institucional.

Figura 6 - Documento interno da Kurashiki em língua japonesa



二十年を迎えたLKB

LKBとの二十年間

エリオ・カルロ

Fonte: Jornal Correio Sapucaiense, 2020.

Os títulos presentes no documento, como "LKB ao completar vinte anos" e "Vinte anos com a LKB", reforçam seu caráter memorialístico e celebrativo. O uso da língua japonesa, nesses contextos, não se restringe à comunicação interna, mas se articula à construção de sentidos ligados ao pertencimento institucional, à manutenção dos vínculos com a matriz e à forma como a própria trajetória da empresa foi simbolicamente elaborada.

5. A KURASHIKI NO IMAGINÁRIO URBANO E NA IDENTIDADE LOCAL

5.1. MATERIALIDADE DA MEMÓRIA: O QUE PERMANECE, O QUE DESAPARECE

A presença da Kurashiki no imaginário urbano não se construiu apenas por meio das experiências de trabalho ou das relações cotidianas estabelecidas no interior da fábrica, mas também pela materialidade inscrita no espaço da cidade. Edificações, estruturas remanescentes e transformações visíveis ao longo do tempo atuam como suportes de memória, mesmo quando sua função original já não se mantém, fazendo com que a antiga unidade industrial siga sendo evocada como ponto de referência espacial em uma área específica do tecido urbano.

Como se observa no conjunto de imagens apresentado nas Figuras 7, 8 e 9, a fachada da antiga unidade industrial da Kurashiki permite acompanhar, de forma visual e diacrônica, diferentes momentos da trajetória da empresa e das mudanças de sentido atribuídas a esse espaço ao longo do tempo. À luz da reflexão de Pierre Nora, essa materialidade pode ser compreendida como um lugar de memória, isto é, um suporte no qual a memória se fixa quando as formas tradicionais de transmissão do passado se enfraquecem (Nora, 2008). A edificação industrial, nesse sentido, condensa experiências coletivas e temporalidades distintas, articulando a fase de pleno funcionamento da empresa, seu encerramento e a atual condição de abandono e descaracterização. A fachada passa, assim, a operar como mediadora entre memória e história, permitindo observar como o passado industrial permanece inscrito no espaço urbano mesmo após a interrupção de sua função produtiva.

A Figura 7 remete a um período de plena atividade da empresa e foi recuperada entre os materiais encontrados nos escombros da antiga sede. A fotografia mostra duas funcionárias posando em frente à fábrica, em uma postura que sugere orgulho e pertencimento a um local de trabalho amplamente valorizado e disputado pela população da região. No canto direito da imagem, nota-se a presença de um homem com traços orientais. Não foi possível

identificar, a partir das entrevistas realizadas, se se trata de um trabalhador *nikkei* ou de alguém vinculado diretamente à matriz japonesa, o que evidencia os limites da memória oral na identificação precisa de determinados sujeitos e trajetórias.

A Figura 8 corresponde a um registro da fachada da empresa no contexto de encerramento das atividades, em 2020, amplamente divulgado pelas mídias locais, entre elas o *Jornal Correio Sapucaiense*. Naquele momento, conforme noticiado pelo periódico, a produção já havia sido interrompida e a presença da empresa no município se restringia aos trâmites legais para o fechamento definitivo, após quase seis décadas de atuação. A imagem da fachada, nesse contexto, passa a operar como marcador visual de um final de ciclo, acionando uma leitura pública que associa o edifício não mais à atividade industrial, mas à memória de um passado produtivo fortemente vinculado à história local (Correio Sapucaiense, 2020).

Por fim, a Figura 9 apresenta a situação atual do prédio, registrada durante visita de campo realizada para este estudo. A edificação, já desvinculada de sua identidade original, expressa visualmente um estágio avançado de descaracterização, associado ao encerramento das atividades industriais. Nesse sentido, a antiga unidade industrial permanece como um suporte privilegiado para observar as dinâmicas de permanência e apagamento da memória, revelando deslocamentos funcionais, estéticos e simbólicos ao longo do tempo, em consonância com o que Michael Frisch identifica como a transformação dos espaços industriais desativados em terrenos de disputa simbólica entre lembrança e esquecimento nas sociedades pós-industriais (Frisch, 1998).

Fig. 7 – Registro fotográfico dos tempos áureos da empresa, localizado nos escombros da antiga sede.



Fig. 8 – Fotografias utilizadas pelas mídias locais da fachada da empresa no período de encerramento das atividades, em 2020.



Fig. 9 – Imagem atual do prédio, já sem o nome da empresa no alto, que durante décadas foi símbolo e ponto de referência na cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2025); Jornal Correio Sapucaiense, 2020.

Os processos de apagamento material observados no espaço não se dão apenas no plano simbólico. Conforme relatos de moradores da região, o prédio foi vendido à empresa Ferramentas Gerais e aguarda demolição, operação

considerada onerosa tanto pelo custo estrutural quanto pela presença de galpões que ainda abrigam equipamentos industriais ultrapassados, cujo descarte envolve elevados investimentos. Essa percepção dialoga diretamente com o relato de um ex-funcionário da empresa, segundo o qual a ausência de inovação tecnológica e o uso de maquinário antigo contribuíram para a perda de competitividade no setor, especialmente frente a concorrentes como a Lansul (Relato de ex-funcionário, 2025). A convergência entre essas narrativas evidencia que o declínio da empresa não se inscreve apenas na memória do trabalho, mas permanece materialmente inscrito no espaço, onde o passado industrial se apresenta como ruína, obstáculo e herança de difícil gestão.

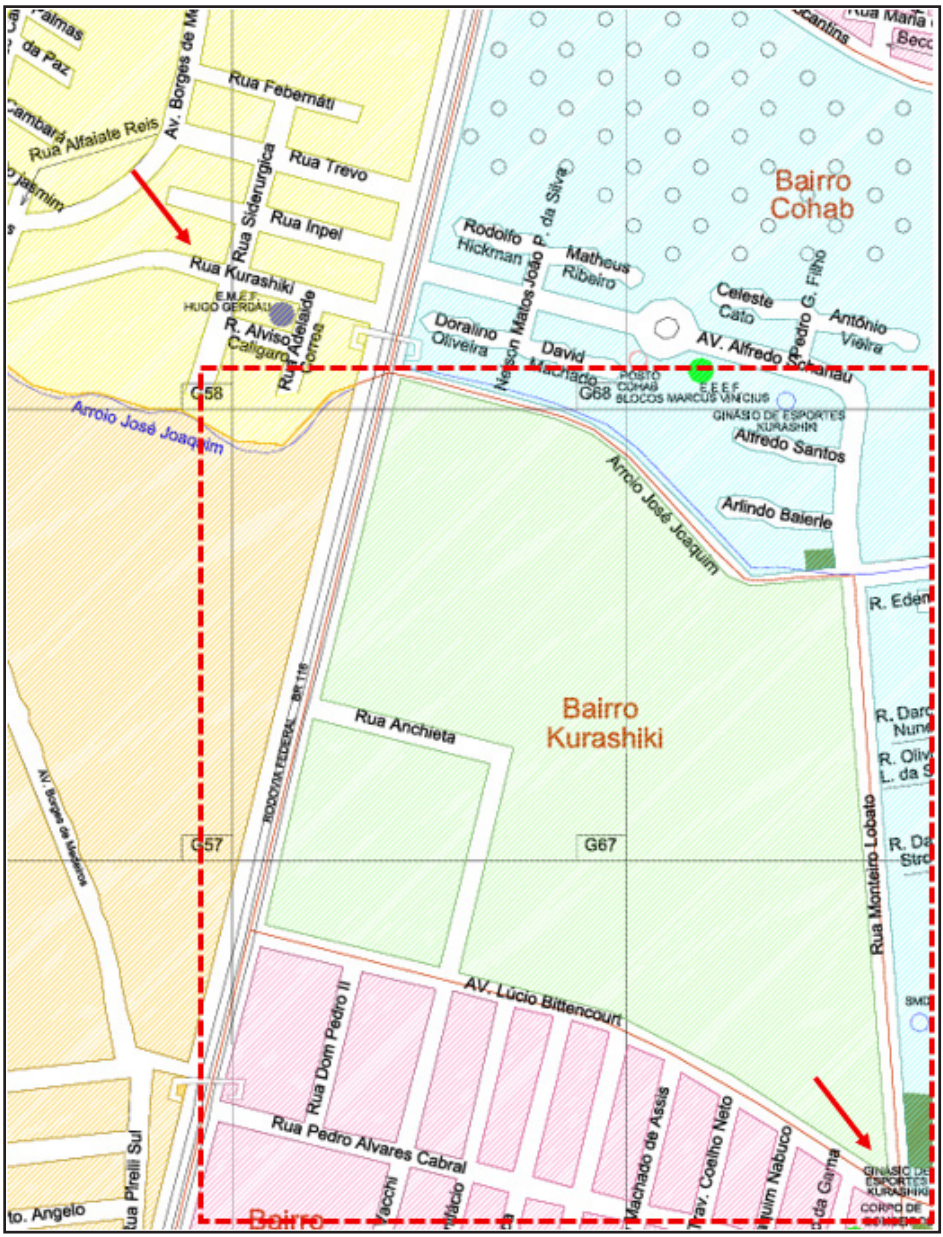
5.2. O BAIRRO KURASHIKI E O GINÁSIO KURASHIKI COMO HERANÇAS DA EMPRESA

Entre as heranças mais visíveis da presença da empresa no espaço urbano estão o bairro que passou a ser conhecido como Kurashiki e o Ginásio Municipal Kurashiki, ambos incorporados ao cotidiano da cidade como referências toponímicas e simbólicas associadas à antiga unidade industrial. Diferentemente de outros processos de nomeação oficialmente registrados, a origem do nome do bairro Kurashiki permanece, contudo, pouco documentada.

Apesar das tentativas de contato com a Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul e da realização de pesquisas em acervos administrativos e legislativos, não foram localizados registros formais, como leis municipais, decretos ou atos oficiais, que indiquem o processo de criação ou institucionalização do nome do bairro. Essa ausência documental pode estar relacionada ao contexto administrativo da época, uma vez que a instalação da empresa antecede a emancipação política do município. Até 1961, Sapucaia do Sul integrava o território de São Leopoldo, tendo sua emancipação decretada nesse ano e a instalação administrativa ocorrida em 1962. Nesse cenário, processos de nomeação informal, associados ao uso cotidiano e à referência espacial, tendiam a se consolidar sem necessariamente passar por registros legais sistemáticos.

Como se observa na Figura 10, o bairro Kurashiki caracteriza-se por uma extensão territorial reduzida, composta por apenas sete ruas, o que reforça seu caráter localizado e diretamente vinculado à presença da fábrica. Na mesma área, no bairro Colonial, observa-se ainda a existência da Rua Kurashiki, denominação vinculada à presença histórica da empresa na região e incorporada à organização espacial do bairro.

Figura 10 – Mapa do município de Sapucaia do Sul



Fonte: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, 2006.

Ao longo de sua trajetória, a Kurabo demonstrou uma preocupação recorrente com a sociedade sapucaiense, expressa por meio de iniciativas de caráter social e institucional. Para além das relações de trabalho, frequentemente lembradas de forma positiva por ex-funcionários, a empresa estabeleceu

vínculos com a cidade por meio de iniciativas voltadas ao bem-estar coletivo. Allgayer (1992) registra, por exemplo, a doação de equipamentos de raio-X ao Hospital Municipal Getúlio Vargas, que indica uma atuação que reconhecia a importância de contribuir com a infraestrutura pública local. Ainda que este seja o único registro documental localizado, é plausível supor que não tenha sido uma ação isolada. Considerando que a empresa manteve suas atividades por aproximadamente dezoito anos após a publicação do referido estudo, é provável que outras iniciativas de caráter social tenham sido realizadas, ainda que não tenham sido capturadas pelas fontes disponíveis.

Esses gestos, ancorados em valores associados à cultura japonesa, como responsabilidade coletiva e compromisso com a comunidade de acolhimento, ajudam a compreender por que a memória da empresa permanece viva na cidade, não apenas como referência econômica, mas também como presença socialmente significativa e ressignificada.

Outro elemento central dessa herança urbana é o Ginásio de Esportes Kurashiki. Fontes memorialísticas indicam que a empresa manteve, em suas adjacências, espaços destinados a práticas esportivas, incluindo um campo utilizado para a realização de torneios de *softball*, modalidade associada à comunidade japonesa e pouco difundida no Brasil naquele período (Moraes, 2018). A realização desses jogos foi corroborada por entrevistado da comunidade local, que destacou que os japoneses praticavam *softball* na região, conferindo ao esporte um papel relevante nas sociabilidades construídas em torno da empresa.

Embora não seja possível afirmar com precisão se o campo mencionado nas fontes corresponde exatamente ao local onde hoje se encontra o ginásio, há indícios de continuidade simbólica entre essas práticas esportivas e a posterior institucionalização do espaço como equipamento público. Segundo Allgayer (1992), o terreno onde se localiza o ginásio esteve vinculado à empresa, o que reforça a hipótese de que a atuação em dimensões relacionadas ao lazer, à convivência comunitária e à organização do espaço urbano.

Essa herança permanece visível no presente. O Ginásio Kurashiki foi reinaugurado em 2023, após um processo de revitalização promovido pelo poder público municipal, que incluiu melhorias estruturais e a modernização do espaço esportivo. Com capacidade para 2.869 pessoas, o ginásio segue como um dos principais equipamentos de esporte e lazer da cidade, preservando em seu nome a memória da empresa que marcou profundamente a história local (Sapucaia do Sul, 2023). A Figura 11 apresenta o ginásio após sua revitalização, que mais uma vez aponta a permanência dessa referência no espaço urbano contemporâneo.

Figura 11 – Fachada do Ginásio Kurashiki após a revitalização (2023).



Fonte: Redação ABC+, 2023.

A trajetória da empresa permite compreender uma forma singular a presença japonesa na história urbana de Sapucaia do Sul. Não se trata apenas da lembrança de uma unidade industrial associada ao desenvolvimento econômico local, mas da constituição de um legado que se consolidou ao longo do tempo e se fixou no cotidiano da cidade. Mesmo após o encerramento das atividades produtivas e a progressiva descaracterização da antiga planta fabril, o nome Kurashiki permanece como referência espacial, simbólica e afetiva, mobilizado na organização do território e na memória coletiva. Essa permanência aponta para uma herança construída a partir do trabalho, da convivência e das contribuições japonesas à vida social sapucaiense, deixando uma marca que ultrapassa a materialidade industrial e se inscreve de forma indelével na história local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender de que modo a presença da empresa Kurashiki se constituiu como um elemento estruturante da história social, urbana e simbólica de Sapucaia do Sul. A análise demonstrou que a atuação da empresa japonesa não se restringiu à esfera produtiva, deixando marcas que, embora presentes nas memórias de ex-funcionários e na organização do espaço urbano, correm o risco de se perder com o passar do tempo. A Kurashiki configurou-se como um espaço de trabalho, mas também como um ambiente de convivência intercultural, no qual práticas japonesas foram incorporadas ao cotidiano fabril e às sociabilidades locais. Essa presença permanece visível tanto na toponímia urbana quanto em equipamentos públicos, como o ginásio

que leva seu nome, constituindo um legado que responde diretamente à questão central desta pesquisa.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho contribui para ampliar os estudos sobre imigração japonesa no Rio Grande do Sul ao deslocar o foco para a experiência industrial, ainda pouco explorada pela historiografia. Ao articular fontes documentais, vestígios materiais, imagens e relatos orais fragmentados, a pesquisa evidencia a relevância de abordagens micro-históricas e da história social do trabalho para a compreensão de trajetórias empresariais e interculturais. Também contribui para os debates sobre memória industrial e patrimônio, ao analisar processos de permanência e apagamento associados a espaços fabris desativados.

Em termos práticos e sociais, o estudo oferece subsídios para reflexões sobre preservação da memória local, valorizando experiências de trabalhadores e reconhecendo a contribuição japonesa para a formação da identidade sapucaiense. Ao sistematizar informações dispersas, o trabalho colabora para evitar o apagamento de uma história compartilhada entre Brasil e Japão.

As principais limitações da pesquisa residem na ausência de entrevistas orais completas e na escassez de documentação complementar, especialmente de caráter institucional e administrativo. A amostra baseou-se em relatos pontuais de ex-funcionários e em fontes fragmentadas, o que restringiu a possibilidade de aprofundamento em determinadas dimensões da experiência vivida.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se a exploração dos arquivos da Prefeitura de São Leopoldo, a consulta aos arquivos do jornal Vale dos Sinos e, sobretudo, a realização de entrevistas em profundidade com japoneses e descendentes que permaneceram no Brasil após o encerramento das atividades da empresa. Essas investigações poderão ampliar e aprofundar a compreensão do legado da empresa e de sua inserção na história regional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os **ex-funcionários da Kurashiki** que generosamente compartilharam informações, memórias e pistas fundamentais para que este trabalho pudesse ser desenvolvido.

Registro meu agradecimento ao **Escritório Consular do Japão** pelo interesse e empenho em auxiliar na busca por dados históricos sobre a empresa, bem como ao Secretário de Cultura e Turismo de Sapucaia do Sul, **Gervásio Santana**, pelo apoio institucional.

Agradeço também ao Sr. **José Luiz Daudt**, que gentilmente contribuiu com sugestões valiosas para a análise e indicou diversos contatos essenciais à pesquisa.

À minha irmã, **Franciele Sanguiné**, agradeço a disponibilidade em visitar repetidas vezes o prédio desativado da empresa para registrar as imagens que compõem este estudo.

Por fim, estendo meu agradecimento especial a **David Henrique Silveira da Silva**, cuja confiança na seriedade desta investigação e colaboração com material documental foram determinantes para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena**. Manual de história oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALLGAYER, Eni. **Lanifício Kurashiki do Brasil S.A**. *In*: Sapucaia do Sul, 1992.

BASSIS, Letícia Barbosa. **Práticas Culturais e a Construção da Identidade Nipo-brasileira no Rio Grande do Sul.** 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172502/001059690.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

BEGUERISTAIN SILVA, Alexandra; RAMOS SOARES, André Luís. Os oratórios domésticos: lugares de memória para os imigrantes japoneses em Santa Maria/RS. **Patrimônio e Memória**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 179–200, 2017. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3419. Acesso em: 4 jan. 2026.

CRESWELL, John W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

CORREIO SAPUCAIENSE. **Final de ciclo**: Kurashiki encaminha o fim de suas atividades no município. Sapucaia do Sul, 23 nov. 2020. Publicado no perfil Sapucaia 24 Horas (Facebook). Disponível em: https://www.facebook.com/sapucaiaalerta24HS/posts/final-de-ciclo-kurashiki-encaminha-o-fim-de-suas-atividades-no-munic%C3%ADpio-uma-his/5363267657032530/. Acesso em: dezembro 2025.

FRISCH, Michael. De-, Re-, and Post-Industrialization: Industrial Heritage as Contested Memorial Terrain. **Journal of Folklore Research**, v. 35, n. 3, p. 241–249, 1998. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3814656. Acesso em: 4 jan. 2026.

GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A presença dos primeiros japoneses no Brasil. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, Porto Alegre, 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/download/47949/29859. Acesso em: 3 jan. 2026.

GONÇALVES, Felipe de Sousa. **A expansão urbana sobre o relevo do município de Sapucaia do Sul – RS.** 2013. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/76851. Acesso em: 2 dez. 2025.

KURABO Industries Ltd. **Kurabo History.** Kurabo, s.d. Disponível em: https://www.kurabo.co.jp/english/kurabo-history/. Acesso em: 2 dez. 2025.

LANIFÍCIO KURASHIKI DO BRASIL S.A. **Lanifício Kurashiki do Brasil S.A.**: 20 anos. Sapucaia do Sul: [s. n.], [1979].

MAPA DE SAPUCAIA DO SUL. **Mapa de Sapucaia do Sul [PDF].** Sapucaia do Sul: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, 2006. Disponível em: https://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa_sapucaiadosul_2006.pdf. Acesso em: 04 jan. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Carlos Eduardo Duarte. **Shorinji-kempō no Rio Grande do Sul (1963–1995)**: memórias de Matsuo Ushida. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/187400. Acesso em: 31 dez. 2025.

NORA, Pierre. **Los lugares de la memoria.** Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

OKAYAMA-JAPAN. Kurashiki (City). **Okayama-Japan Official Travel Guide.** Disponível em: https://www.okayama-japan.jp/en/spot/10736. Acesso em: 03 jan. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL – Comunicação Social. **Reinauguração do Ginásio Kurashiki.** Sapucaia do Sul, 5 set. 2023. Disponível em: https://www.sapucaiadosul.rs.gov.br/noticias/reinauguracao-do-ginasio-kurashiki/. Acesso em: 4 jan. 2026.

REDAÇÃO ABC+. **Aberta a agenda para reserva do Ginásio Kurashiki.** abc+, 10 set. 2023. Disponível em: https://www.abcmais.com/rs/aberta-a-agenda-para-reserva-do-ginasio-kurashiki/. Acesso em: 4 jan. 2026.

RUA CEP. **Kurashiki – Sapucaia do Sul/RS | Endereços.** Disponível em: https://www.ruacep.com.br/rs/sapucaia-do-sul/kurashiki/logradouros/. Acesso em: 05 jan. 2026.

SANTOS, Geraldine Alves dos; DOLL, Johannes; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. A integração cultural do japonês na cultura brasileira: a experiência da Colônia de Ivoti. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir. /UFRGS**, Porto Alegre, n. esp., p. 53–62, nov. 2003. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184732. Acesso em: 29 dez. 2025.

WEBER, Regina. Pequenos produtores sob a lógica do mercado: estudo do ramo têxtil do Rio Grande do Sul (décadas 1960-1980). **História, Histórias**, [S. l.], v. 12, n. 26, 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/54386. Acesso em: 2 dez. 2025.





REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIA E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS



ENTRE FICÇÕES E REALIDADES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PRESENÇA FEMININA JAPONESA EM REPRESENTAÇÕES IMPRESSAS E ORAIS PRESENTES NO RIO GRANDE DO SUL (SÉCULO XX)

Beatriz Martignoni Hochmüller[1]

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo, advindo de pesquisas anteriores e concebido também com o propósito de suscitar novas reflexões, teve sua origem em questionamentos acerca de como as mulheres japonesas experienciaram o processo de imigração para o Brasil. A esse ponto somam-se indagações sobre as representações construídas a respeito delas — tanto aquelas produzidas oralmente pelas descendentes dessa imigração, quanto as difundidas pela imprensa gaúcha —, especialmente no que diz respeito às mulheres que se estabeleceram no Rio Grande do Sul.

Pela imigração japonesa já ter sido objeto de numerosos estudos em diferentes áreas do conhecimento, é que este capítulo também se constrói tanto a partir da minha experiência como pesquisadora e historiadora — desenvolvida ao longo dos anos de elaboração do trabalho de conclusão de curso e aprofundada no mestrado — quanto do diálogo com essa produção já consolidada. Busca-se, mais especificamente, desenvolver alguns debates acerca das formas como esse fenômeno (i) migratório tem sido abordado no campo da História, bem como considerar as discussões que atravessam os estudos de gênero, a partir de uma perspectiva que leve em consideração as vivências femininas japonesas e leste-asiáticas no território gaúcho.

À luz dessas considerações, é que este capítulo se insere não apenas como uma contínua iniciativa de (re) atualizar as reflexões acerca da (i) migração japonesa para o nosso estado, mas também como um esforço para compreender de que maneira as mulheres japonesas vivenciaram esse processo, quais foram

1 Beatriz Martignoni Hochmüller é licenciada e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante do Repositório de Entrevistas de História Oral (REPHO/UFRGS) e pesquisadora nas áreas de migrações, representações culturais e estudos de gênero. Contato: beatrizhochmuller24@gmail.com.

suas contribuições históricas para o estado e como diferentes práticas discursivas e imagéticas moldaram tanto as gerações anteriores quanto as posteriores — especialmente no âmbito dos relatos orais que fundamentam este capítulo. Ressalta-se, entretanto, que não se pretende aqui esgotar as múltiplas questões que envolvem a (i) migração japonesa, seja em âmbito nacional, seja regional: é justamente pela possibilidade de haver outros aspectos a serem explorados dentro dessa temática que trago como sugestões possíveis e novas discussões, a fim de serem revisitadas e questionadas conforme outras (os) historiadoras e historiadores sentirem-se convidadas (os) a (re) pensar a história dessa (i) migração leste- asiática para o Brasil e para o Rio Grande do Sul.

Tendo isso em vista, é que as análises desenvolvidas neste capítulo foram construídas a partir de procedimentos metodológicos que articulam investigação histórica, estudos de gênero e abordagens culturais. Em um primeiro momento, se procederá à análise de fontes impressas — como matérias de jornais e revistas da imprensa gaúcha —, observando como determinados discursos e imagens foram mobilizados para construir representações sobre as mulheres japonesas e sua presença no estado, sendo estes documentos examinados com base em referenciais da análise discursiva e dos estudos de representações, buscando identificar permanências, tensões e mudanças nas percepções públicas ao longo do tempo.

Em seguida, a pesquisa se voltará ao exame de fontes orais, especialmente os relatos de mulheres descendentes das (i) migrações japonesas, cujas narrativas permitiram acessar experiências individuais e memórias familiares frequentemente ausentes dos registros oficiais, os quais serão analisados a partir das concepções da História oral (Portelli, 1997; Thompson, 1992; Alberti, 2005; Calabria, 2021; Costa, 2014; Demartini, 2004; Carvalho, 2022; Barroso, 2021; Paes, 2022; Bone *et al.*, 2021), assim como levando em conta seus contextos de produção, as suas subjetividades envolvidas e os processos de rememoração que os atravessam. O exame das representações produzidas pela imprensa, aliado às memórias transmitidas nas narrativas orais das descendentes, permite observar como discursos, práticas e experiências se combinaram na construção histórica dessas mulheres, revelando tensões, silenciamentos e permanências que atravessam gerações.

Longe de encerrar o tema, este estudo pretende contribuir para a ampliação do debate e para a abertura de novas trilhas interpretativas acerca da imigração leste-asiática dentro do campo da História, especialmente no que diz respeito às vivências das mulheres japonesas. Espera-se, assim, que as análises desenvolvidas a seguir possam oferecer subsídios para futuras investigações, ao mesmo tempo em que convidam à revisão crítica das narrativas já consolidadas sobre essa história (i) migratória para o estado sul-riograndense.

2. FICÇÕES IMPRESSAS: AS MULHERES JAPONESAS NAS NARRATIVAS DA IMPRENSA GAÚCHA

A imprensa, entendida aqui enquanto produtora de sentidos e mediadora de representações sociais (Hall, 2016; Thompson, 1992), constitui um ponto de partida fundamental para compreendermos como se estruturaram as imagens e ficções[2] em torno das mulheres japonesas no Rio Grande do Sul. E, assim, muito antes das vozes das mulheres nipônicas serem efetivamente ouvidas, já circulavam, nas páginas de diversos jornais e revistas gaúchos[3], concepções e discursos sobre quem eram essas mulheres, como estas deveriam se comportar e quais seriam os seus papéis sociais dentro da sociedade sul-rio-grandense: é neste espaço, mediado pela imprensa, que delinearam-se expectativas, estereótipos e narrativas que buscavam definir não apenas as mulheres japonesas, mas também os lugares sociais que poderiam ser ocupados pelas suas coletividades e que tipo de contribuição estes (as) poderiam oferecer a ordem social vigente no nosso estado. Tais construções antecederam — e, em muitos casos, condicionaram — a forma como suas experiências seriam posteriormente interpretadas e registradas.

Nas matérias entendidas como "culturais" que perpassam especialmente o século XX[4], fica evidente como a representação se torna crucial para o desenvolvimento dos objetivos da imprensa gaúcha, uma vez que nelas estão impressas não apenas os usos e costumes de países que são considerados

2 O entendimento das representações enquanto "ficções" não se refere à noção de falsidade, mas ao fato de que toda representação é uma construção simbólica, situada e interessada. Essa perspectiva, presente em autores como Louis Marin (2001) e Roger Chartier (1990), destaca que as representações não reproduzem a realidade de maneira transparente: elas selecionam, organizam e atribuem sentidos aos acontecimentos e aos sujeitos, produzindo versões possíveis do real. Nesse sentido, as representações operam como "ficções" no sentido etimológico de *fictio* — aquilo que é moldado, configurado —, revelando mais sobre os regimes de visibilidade e os sistemas de poder que as produzem do que sobre uma suposta verdade objetiva.

3 Foram consultadas diferentes páginas de jornais e revistas gaúchos disponíveis nos acervos digitalizados da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), especialmente nas seções de "Variedades", "Vida Social", "Cultura", "Imigração", "Reportagens Especiais" e "Cadernos Dominicais". Entre os materiais examinados estão páginas de periódicos como Diário de Notícias, A Federação, O Pioneiro e Jornal do Dia, incluindo reportagens, notas, colunas e registros fotográficos que abordavam direta ou indiretamente a presença e as representações das mulheres japonesas no Rio Grande do Sul ao longo do século XX e início do XXI.

4 Nas matérias classificadas como "culturais", especialmente aquelas publicadas ao longo do século XX, observa-se a construção de narrativas que buscavam não apenas informar, mas também interpretar acontecimentos, modos de vida e grupos sociais a partir de determinados enquadramentos. Esses textos — frequentemente associados a seções de variedades, costumes ou reportagens especiais — articulavam discursos que contribuíram para a produção e disseminação de representações sobre a presença japonesa no estado. Para localizar e consultar esse tipo de material, é possível acessar acervos digitalizados disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), que reúne um vasto conjunto de jornais e revistas do período.

"exóticos", mas também ideais de comportamento que deveriam ser desempenhados adequadamente pelas mulheres, como os papéis sociais de mãe e esposa, por exemplo. Essas fontes documentais difundem, tanto para as sociedades das temporalidades analisadas quanto para a contemporaneidade, ideias e valores acerca de um ideal de feminilidade e masculinidade, sobretudo no que tange às experiências nipo-gaúchas.

Ao fazê-lo, reforçam práticas sociais que privilegiam determinadas categorias — de gênero, sexualidade, classe, raça, geração, entre outras — em detrimento de grupos que não se encaixam nos padrões socialmente legitimados. Daí a importância de análises que considerem de que modo, conforme explica Confortin (2003, p. 107), o gênero nos auxilia a compreender não apenas a construção social dos sexos e a produção do feminino e do masculino, mas também como essa construção e suas formas de produção não são

> [...] algo dado e pronto no momento do nascimento, mas um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas e os sujeitos se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas, sempre de acordo com o que aquela sociedade, naquele momento histórico (com a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe) consideram, permitem e possibilitam. E, assim, concebe-se que, com esta visão, a produção do feminino e do masculino ocorre simultaneamente.

Com essa perspectiva em mente, é que a primeira fotorreportagem, intitulada "A mulher japonesa", evidencia justamente de que maneira essas construções de gênero são ativadas no registro imagético, sobretudo quando estas são atravessadas por uma racialidade que se distancia da hegemonia branca.

Figura 1: Mulheres japonesas praticando atividades tradicionais.



A mulher japonesa, cultiva, apesar de tudo, as artes do passado.

Fonte: Jornal do Dia, 21 de abril de 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Assim, é por intermédio dessa fotografia constituída na reportagem que esta trata-se de um exemplo entre inúmeras outras matérias que ora caracterizam e adjetivam essas mulheres como amáveis, dóceis e disciplinadas, ora as apresentam como sujeitos potencialmente assimiláveis, capazes de servir aos projetos políticos nacionais e regionais de construção de uma nação brasileira imaginada como mais próxima da branquitude, como também é o exemplo da figura a seguir presente na fotorreportagem "A mulher japonesa no Brasil". Nesse movimento, o discurso jornalístico não apenas descreve essas mulheres, mas também participa ativamente da produção e legitimação de expectativas, hierarquias e pertencimentos que moldam quem pode — ou não — ser plenamente integrado ao corpo social.

Figura 2: Mulheres japonesas realizando uma cerimônia do chá.



Fonte: Diário de Notícias, 26 de junho de 1968. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Não apenas os adjetivos de graça, doçura e fascínio aparecem como formas de referenciar essas mulheres: a escolha por imagens e por outros adjetivos que tentam representá-las com uma postura de docilidade e ingenuidade, assim como "curvadas" nas fotografias divulgadas por essa imprensa, também são maneiras de acentuar o que Takeuchi (2009, p. 252) denomina como "exotismo da gueixa":

> Nessas representações, visualizamos todo o exotismo da figura da japonesa: a delicadeza, a sofisticação e, somente nestes casos, a ausência de conotação da liberalidade tanto sexual quanto moral, que estará presente nas imagens estigmatizadas e nos discursos discriminatórios em relação aos imigrantes japoneses.

Esse processo de exotização, que associa muitas mulheres japonesas à figura da gueixa, revela-se recorrente ao longo de toda a história da imigração.

Como observa Takeuchi (2009), os discursos e as representações sobre essas mulheres são atravessados por uma marcada dualidade: a persistência do estereótipo da gueixa sustenta uma exploração prolongada de uma imagem distorcida, ora enfatizando a docilidade e a subserviência, ora destacando supostas habilidades artísticas e sexuais.

Ademais, a idealização da figura da gueixa é mobilizada conforme os interesses de distintos segmentos sociais, que não hesitam em reiterar a noção de que as mulheres japonesas constituíam "uma moeda desvalorizada, mas assim mesmo mortalmente sedutora" (Takeuchi, 2009, p. 273), algo que também pode ser observado na imagem da página seguir. Para além da construção dessa dualidade atribuída às mulheres leste-asiáticas — e, em especial, às japonesas — no âmbito do estereótipo da gueixa, destaca-se ainda outra forma de controle sobre esses corpos: a exigência de que suas representações estejam vinculadas a uma masculinidade cis - heterossexual branca (Ono; Pham, 2009).

Nesse contexto, torna-se evidente que muitas dessas representações se articulam à lógica do *white savior* (salvador branco), isto é, à concepção de que mulheres japoneses devem ser tratadas como objetos sexuais destinados a satisfazer os desejos do homem branco, que, por sua vez, assume o papel de dominá-las e conquistá-las.

Figura 3: "Gary Cooper sessentão ama Audrey ao Entardecer".



Fonte: O Globo, 21 de março de 1958, p. 74 - 78, seção Reportagens. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa (MUSECOM).

Portanto, ao evidenciar algumas das inúmeras representações que cerceiam as mulheres japonesas e suas subjetividades, torna-se possível perceber que tanto

aquelas que permanecem no Japão quanto as que deixaram seu país de origem são submetidas a distintas práticas de visualização e a sucessivas tentativas de enquadramento — ora como objetos sexuais de fascínio e idealização, ora como ameaças potenciais que precisam ser controladas ou assimiladas pela branquitude brasileira (Nucci, 2010; Lesser, 2015; Dezem, 2014; Hatugai, 2025; Isotani, 2016). Essa constatação permite compreender que tais representações não apenas moldam percepções sociais, mas também sustentam estruturas de poder que incidem diretamente sobre as experiências dessas mulheres, limitando suas possibilidades de agência e reconhecimento.

Ao analisar essas imagens e discursos, evidencia-se, assim, a necessidade de problematizar os mecanismos que produzem e reproduzem tais estereótipos, bem como de recuperar as múltiplas vozes, trajetórias e estratégias de resistência das mulheres japonesas no contexto da imigração para o Rio Grande do Sul. Encerrar esta subseção, por conseguinte, implica reafirmar que a história dessa presença feminina é complexa, plural e atravessada por disputas simbólicas que seguem ativas, conforme veremos na próxima subseção. Reconhecer essas dinâmicas é um passo fundamental para ampliar os horizontes interpretativos da imigração japonesa, questionar narrativas consolidadas e abrir espaço para leituras mais críticas, sensíveis e inclusivas — capazes de acolher a diversidade dessas experiências e, sobretudo, sua humanidade.

3. REALIDADES VIVIDAS: OS *ENTRE-LUGARES*[5] DAS EXPERIÊNCIAS FEMININAS DE DESCENDENTES JAPONESAS NOS RELATOS ORAIS

Diferentemente das ficções produzidas pela imprensa gaúcha sobre as subjetividades femininas japonesas, os relatos orais de descendentes das migrações nipo-gaúchas revelam narrativas significativamente mais plurais, densas e atravessadas por negociações identitárias complexas. Em suas memórias, vivências e afetos, emergem referências à convivência familiar, às expectativas de desempenho escolar e comportamental, bem como às tensões que permeiam o desejo de afirmar pertencimentos múltiplos diante das pressões externas para corresponder a imagens cristalizadas de disciplina, reserva emocional ou feminilidade contida.

5 O termo "entre-lugar" é amplamente utilizado nos estudos culturais e pós-coloniais para designar espaços simbólicos, subjetivos ou sociais que se situam entre categorias fixas de identidade. Popularizado por Homi Bhabha (1998), o conceito refere-se às zonas de contato, negociação e ambiguidade nas quais sujeitos deslocados — como migrantes e seus descendentes — constroem práticas culturais híbridas e modos de pertencimento que não se encaixam integralmente em uma única tradição, origem ou referência identitária. Assim, o "entre-lugar" não indica indefinição ou falta, mas um campo produtivo de criação, contestação e reinvenção identitária.

Ao longo das minhas pesquisas, tanto no trabalho de conclusão de curso quanto na dissertação de mestrado, entrevistei ao menos cinco mulheres nipo-gaúchas. Dentre elas, três — Giulia, Larissa e Mafalda[6] — integram de maneira mais direta as análises desenvolvidas nesses estudos. A partir de suas narrativas, apresentarei alguns trechos representativos que evidenciam singularidades, contrapontos e nuances importantes para a compreensão das experiências dessas mulheres, especialmente quando colocadas em diálogo com as representações midiáticas produzidas sobre as feminilidades japonesas — representações que, não raro, apagam a pluralidade existente entre experiências monorraciais e birraciais nas comunidades nipo-brasileiras.

No caso de Giulia e Mafalda, nota-se como as suas subjetividades enquanto *ser-pertencer* japonesas se constituem de maneiras significativamente distintas, ainda que pertençam a uma mesma família, a família Nakata. Essas diferenças derivam tanto das posições geracionais que ocupam quanto dos contextos socioculturais que marcaram suas trajetórias, influenciando o modo como cada uma elabora sua relação com a ancestralidade japonesa.

Um exemplo expressivo dessa distância geracional aparece em suas falas sobre a mestiçagem e seus desdobramentos. Para Mafalda, situada em uma geração mais próxima das (i) migrações nipo-gaúchas, a mestiçagem é frequentemente percebida como um marcador que a desloca de um pertencimento considerado mais "autêntico" ou "tradicional" japonês, reforçando sentimentos de fronteira identitária e de diferença em relação ao modelo idealizado do "ser japonesa", em que suas experiências de infância e juventude — marcadas por leituras raciais mais rígidas e por expectativas comunitárias mais definidas — moldam uma compreensão da mestiçagem como um elemento de tensão, associado menos a experiências nomeadas como racismo e mais a situações recorrentes de *bullying*, que atuam como dispositivos cotidianos de demarcação e diferenciação.

> [...] estudava em um colégio do estado e a gente sofria muito *bullying*, sabe? [...] tinha até uma rua que eu e o meu irmão, falecido pai da Giulia, passávamos para ir para o colégio. Tinha uma família de negros que tinha três meninas e elas cantavam para gente no muro "Japonês, calabrês, foi o diabo que te fez na rua vinte e três!"[7] [...] então a gente passava e a mãe

6 Giulia Mayumi Cantelli Tadei Nakata (n. 1998, Porto Alegre) é estudante e pesquisadora do curso de Música na UFRGS, atuando em projetos que articulam Música e estudos de gênero; pertence à terceira geração (*sansei*) da família, neta do *issei* Yoshizane e sobrinha da *nissei* Mafalda. Mafalda Tadei Nakata (n. 1951, Ubirajara/SP), massoterapeuta aposentada e residente em Porto Alegre, integra a segunda geração (*nissei*) de descendentes de japoneses, sendo filha do *issei* Yoshizane. Já Larissa Yumi Kawano Saldanha (n. 2002, Porto Alegre), graduanda em Arquitetura pela UFRGS, identifica-se como mulher bi racial e amarela e pertence à quarta geração (*yonsei*), filha de mãe japonesa e pai de origem portuguesa.

7 A origem exata da expressão não é conhecida com certeza. Contudo, acredita-se que esta tenha surgido em São Paulo, na década de 1920, em um contexto de grande fluxo

> deles ficava rindo! Ficava rindo deles falarem isso para a gente. E o meu pai nunca deixou a gente revidar.
>
> ***
>
> [...] uma coisa que nos marcava muito, que acontecia quando a gente ficava nessas festas, é que eu, o pai da Giulia e o meu outro irmão caçula não recebíamos balas quando o pessoal da associação distribuía para as crianças. E eles tinham a capacidade de que, quando chegavam perto da gente, eles pulavam a nossa vez e levavam para as outras crianças e nós só ficávamos olhando. Acho que de repente eles pensavam "Esses aqui não são da associação", sendo que o meu pai também pagava a associação e tudo. E aí chegou um momento que a gente não quis ir mais, né?
>
> ***
>
> A gente foi assim, muito discriminado, né? **Porque os japoneses não nos aceitavam por a gente ser mestiço, sabe?** Principalmente os japoneses mais velhos. No colégio não, a gente tinha bastante amizades mas, para os mais velhos, **a gente era brasileiro, mas também não era bem brasileiro**, eles nos diziam, né? Tanto é que eu nunca namorei um japonês. Só fui namorar um rapaz japonês quando eu cheguei aqui no Rio Grande do Sul. Eu sempre dizia "Não, eu não vou casar com japonês". (grifo nosso)
>
> ***
>
> Aqui no Rio Grande do Sul tinha um jornal japonês, não me recordo o nome dele, mas eles queriam organizar um desfile que nem o Miss Brasil, só que algo que fosse da colônia japonesa. [...] queriam uma representante de cada colônia de cada estado. Daí eles realizaram um desfile aqui, passaram sete meninas, e eu ganhei no final. Aí eu fui desfilar em São Paulo na próxima etapa do concurso. Quando eu concorri, foi a primeira vez que tinha meninas do Paraguai e do Uruguai também, e eram ao todo trinta e três candidatas. [...] Eu conhecia pouco sobre as colônias e não frequentei aqui, tanto é que quando eu soube do Miss Colônia, foi o filho da família Hiwatashi que perguntou para o meu pai se eu queria participar do concurso, e eu acabei aceitando o convite. Nisso, eu representei daí Porto Alegre no concurso. [...] **Era obrigatório que fossem filhos de japonês. Tinha que ter descendência japonesa. Na época, quando eu entrei, saiu uma polêmica de que eles não queriam que as mestiças participassem. Porque eles diziam que as meninas que eram mestiças, que tinham mistura, eram consideradas mais bonitas.** Só que no meu caso, como eu sou a primeira geração, eu poderia participar de qualquer forma. Meu pai veio do Japão, então sou nissei. Aí eles tentaram proibir, mas não conseguiram. (grifo nosso)

Assim, ao passo que Mafalda elabora a mestiçagem a partir de entendimentos mais culturais do que propriamente raciais, Giulia, por sua vez,

migratório para a cidade. Na época, muitas pessoas vindas de outras regiões do Brasil e de outros países se estabeleceram na cidade, e a expressão era usada para se referir de forma depreciativa a essas pessoas, especialmente os imigrantes japoneses e italianos que se estabeleceram na região da Rua 23 de Maio.

a interpreta por meio de contornos bastante distintos. Para ela, a mestiçagem não se configura como ruptura ou perda, mas como parte constitutiva de sua experiência social e também racial, moldando sua relação não apenas com a ancestralidade japonesa e com a experiência diaspórica, mas igualmente com as percepções internas e externas que atravessam seu cotidiano, podendo serem observadas essas distinções de ambas nos relatos de Giulia a seguir:

> [...] eu estudei sempre em uma mesma escola particular e, no caso das aulas de História, por exemplo, nunca tive uma aula que tratasse sobre as imigrações e, se tinha, era sempre sobre aquelas relacionadas à italiana ou à alemã. [...] **eu achava também que, por não ter convivido suficientemente com o meu pai e com a família dele, que eu não era realmente descendente de japoneses.** Quando eu tinha dez anos, **muitas vezes ficavam me chamando de "japinha" e eu ficava sem entender aquilo, porque para mim pelo menos aquilo não era uma ofensa, eu não via dessa forma.** Mas aí com quatorze anos, que foi quando eu comecei a ser mais conhecida na minha escola, que começaram a me chamar mais seguido dessa forma e, na minha cabeça, **não era por causa da minha aparência física, mas sim porque eu tenho o Nakata no sobrenome, né? Até hoje para mim é muito estranho me ver nas fotos e compreender que eu tenho aparência física japonesa. Porque, às vezes, eu não consigo me olhar no espelho e me perceber, sabe? Tudo o que eu ouvi durante a minha vida, de um certo estereótipo do que é ser japonesa, eu nunca fui.** Eu sempre neguei esses estereótipos por ser quem eu era. **Eu ouvia muito "as japonesas são sempre introvertidas, quietinhas, submissas" e eu sempre ia para o lado oposto desses estereótipos, sempre falante e sempre tomando iniciativa das coisas que aconteciam na minha vida**, até liderando algumas coisas também. (grifo nosso)
>
> ***
>
> No caso da família do meu pai, para eles não tinha muito mistério a questão da descendência. Inclusive, eu tenho uma prima próxima de idade que conviveu mais com a cultura japonesa, em função do meu tio ser o pai dela e também por ela morar na casa da família onde meu avô morou. Ela não aparenta ter muito o "fenótipo", mas ela se identifica e se declara amarela. Se comparar comigo, mesmo não sendo sobre quem é mais ou menos "asiática", se você bater o olho, e mesmo ela tendo convivido com a cultura e ter crescido com isso, é mais fácil de me identificar, sabe? [...] Meu primeiro baque sobre quem eu sou e como eu me identifico foi em uma pesquisa que você tinha que fazer as autodeclarações do IBGE. Nisso, eu me identificava com as duas opções: tanto de branca caucasiana quanto de amarela asiática. E, naquele momento, eu coloquei branca, me autodeclarando branca. Mas, depois de ter respondido, eu fiquei pensando muito sobre o que eu era, me perguntando se eu era branca ou se eu era asiática. **Ainda mais, e isso se agrava muito, quando você é biracial, né?** E quanto menos a pessoa transparece. **As pessoas de fora sempre me confirmavam que eu era asiática, só que na minha cabeça isso não entrava. Era uma coisa muito mais interna.** (grifo nosso)

Logo, é a partir de sua vivência e do ato de olhar-se no espelho que Giulia nos conduz a uma série de questionamentos, especialmente quando retomamos suas próprias palavras sobre "não se ver como japonesa" e sobre a sensação de que "os outros enxergam algo que eu não sinto que sou". Como identificar-se com determinada descendência quando a imagem refletida não corresponde à forma como sua subjetividade foi construída? Em outras palavras, como lidar com essa "identidade japonesa" atribuída externamente, mas que não encontra plena ressonância naquilo que a constitui internamente?

Ademais, quando Giulia afirma que "assumia lugares que não esperavam ter uma japonesa presente", ela nos aponta, ainda que indiretamente, para um paralelo com as fotorreportagens anteriormente analisadas: a ideia de que apenas determinados espaços e papéis sociais são considerados legítimos para as mulheres japonesas e que, quando essas mulheres ocupam funções que escapam às posições que lhes foram historicamente atribuídas, emergem tensões e novas microagressões destinadas a reescrevê-las nesses lugares previamente prescritos. Nesse mesmo sentido, Larissa também evidencia, em seu relato, as ambiguidades, os questionamentos e os afetos contraditórios que atravessam sua experiência ao confrontar expectativas externas sobre o que significa "parecer" ou "ser reconhecida como" japonesa — expectativas que tampouco dão conta da complexidade de sua vivência.

> [...] **Eu sempre soube que eu não era que nem os outros, né? Porque não tratam a gente que nem os outros […] pode parecer coisa pequena, mas a gente sabe e se pergunta do porquê fazem isso, por que fazem um comentário comigo e não com outra pessoa, sabe? Então, ter meio que um "título" assim, ser considerada no âmbito racial, faz com que eu sinta que não acontece só comigo.** Descobrir que tem lutas a nosso favor foi muito bom também, porque quando eu era pequena a gente não via muita luta racial de parte amarela. [...] Mas também é sempre meio difícil assim, quando tem que responder, por exemplo, esses questionários étnico-raciais, né? Porque aí me relembra muito que tem pessoas que me dizem que eu não sou japonesa de verdade por conta do meu pai ser branco, né? Então eu não seria tão japonesa assim [...] ou ainda me relembra quando alguém fala que se eu não assisto *animes* então eu não devo ser considerada japonesa, sabe? Por ter sido e continuar sendo muito difícil essa questão, **eu tentei me aproximar mais da cultura também, acho que até como um meio de tentar me reafirmar mais, mesmo que teoricamente não fosse necessário, mas é uma forma de, né?** (grifo nosso)

Por conta disso é que o relato de Larissa, sobretudo quando afirma "não saber exatamente onde me colocam e onde eu mesma me coloco", revelam aquilo que podemos compreender como uma verdadeira vivência de fronteira: um *entre-lugar* identitário em que a noção de identidade única e estável se desfaz, abrindo espaço para algo mais fluido, contraditório e, ainda assim, profundamente legítimo.

Essa dimensão nos evidencia que os efeitos da (i) migração e da descendência não se encerram na geração que migra, mas continuam a reverberar, a se reconfigurar e a ser intensamente vividos pelas gerações seguintes — especialmente em seus cotidianos e em suas escolhas de vida: é nesses *entre-lugares* da vivência e da identidade — atravessados por questões de nomeação e representatividade — que podemos perceber o espaço central das disputas simbólicas que tensionam os modos de ver, nomear e experienciar as formas de *ser-pertencer* leste-asiáticas no Brasil, constituindo-se como elementos identificados, cada qual a seu modo, nas narrativas das duas entrevistadas.

> Então, são várias coisas, né? O "asiático", aqui no Brasil tem essa conotação do leste-asiático, justamente porque aqui nós temos mais pessoas do leste-asiático do que de outros lugares do continente asiático como um todo, né? Mas eu entendo que, quando alguém fala a palavra "asiático", ela está querendo se referir a pessoa amarela. [...] Eu sempre tento me posicionar como leste-asiático porque eu sei que existem outras Ásias, para além do Japão, da China, da Coreia, né? [...] Com relação ao "oriental", tenho um pouco de rancor. Porque o "oriental" é essa lente do exotismo, sabe? [...] Eu acho que o "oriental" é um pouco mais negativo do que o "asiático" justamente por esse olhar do exotismo, sabe? E o oriental, eu particularmente, já ligo mais com esse fetichismo, mas também com *hentai*, com pornô, com fetiches assim. "Eu nunca fiquei com uma oriental!", coisas desse tipo. [...] **Eu tenho a impressão de que os homens são mais referenciados pelos seus grupos étnicos, enquanto que as mulheres mais como "orientais", sabe? De que as mulheres devem ser mais passivas, submissas, quietinhas, mais retraídas; já o homem vai ser emasculado, né, não vai ter essa masculinidade que a gente vê, de que possui órgãos genitais pequenos e de que ele não é ativo também. Ele é uma versão diferente, ele é tipo uma outra versão de mulher.** [...] **A mulher vai ser objeto de desejo, enquanto que o homem vai ser um motivo de chacota, sabe? O homem vai ser a negação de tudo o que ele deveria ser.** [...] O nipo-brasileiro, eu gosto. Porque não é uma questão meramente de cidadania, sabe? É uma especificação, que **eu vejo como uma forma que dá para ser os dois ao mesmo tempo, sabe? Eu me vejo como nipo-brasileira porque isso está demarcado na minha história de vida, no sentido de eu fui tratada como nipo-brasileira**. (Giulia, grifo nosso)

> No caso do "asiático", para mim, eu tento não associar essa nomeação só ao Leste Asiático. No senso comum, me parece que o "asiático" fica muito vinculado à China, ao Japão e à Coreia né, como comida asiática, por exemplo. Só que tem muito mais do que isso, né? Eu acho um pouco discriminatório. É como se você falasse que americano é só os Estados Unidos, sabe? [...] **Com relação a "amarelo", eu considero uma boa nomenclatura, se utilizada da maneira correta.** [...] **Ela me traz um bom sentimento porque eu associo isso a minha individualidade, por eu ser uma pessoa amarela, sabe? Eu pertenço a comunidade amarela.** Mas eu sinto ainda que não é todo mundo que entende a existência, ou tem gente que só acha graça mesmo de tipo "Ah, essa raça não existe!". [...]

> O "oriental" eu sinto que é parecido com o "asiático", acho que muito por ser uma questão midiática também. **Acho que essas nomenclaturas dependem muito da forma como tu vai caracterizar as pessoas com essas palavras, sabe?** Então quando comentam "mulher asiática" ou "homem asiático" sempre cai muito na parte de fetichismo mesmo. O "oriental" também cai muito tanto na questão de costumes como na parte de fetichização. [...] Eu tenho amigos e amigas que já foram referenciados como "exóticos", por exemplo. No meu caso, já senti que o "japonesa" foi utilizado pelas outras pessoas como forma de me excluir, sabe? Como uma forma de me identificar só como aquilo, **como se a Larissa fosse só a "amiga japonesa", por exemplo. Como se eu fosse só reduzida a isso.** [...] Então, para mim, esses estereótipos conversam muito com questões raciais mesmo, de atribuição de descendência também. T**anto a questão de que japoneses e japonesas são uma *minoria modelo* quanto de questão pejorativa no sentido da passividade das mulheres em contraponto com a rigidez dos homens, né?** (Larissa, grifo nosso)

Tomadas em conjunto, as narrativas de Giulia, Larissa e Mafalda demonstram que os efeitos da (i) migração e da descendência se (re) atualizam nas gerações seguintes, reconfigurando cotidianamente os modos de nomear, sentir e pertencer: trata-se de memórias e experiências que não são lineares, mas fragmentadas, afetivas e tensionadas, e que revelam como identidades são disputadas tanto no nível íntimo quanto no campo público da representatividade. E, assim, ao olharmos para essas memórias-vivências-afetos, podemos renovar também o compromisso com a criação de mundos possíveis: espaços nos quais a diferença não seja fonte de exclusão, mas dimensão constitutiva da convivência.

Que esse exercício nos convoque, portanto, a pensar quais condições ainda precisamos (re) construir para que todas as pessoas possam acessar não apenas o reconhecimento, mas também a possibilidade concreta de pertencer, em sua inteireza, à narrativa de uma humanidade comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo procuraram evidenciar como a presença das mulheres japonesas e leste-asiáticas no Rio Grande do Sul constitui um campo complexo, marcado por disputas simbólicas, práticas de representação e experiências cotidianas permeadas por múltiplas camadas de significação. A análise articulada entre fontes impressas e relatos orais permitiu observar não apenas os modos pelos quais a imprensa gaúcha construiu determinadas imagens sobre essas mulheres, mas também como suas descendentes reelaboram, tensionam e, por vezes, subvertem essas mesmas narrativas no processo de rememorar suas histórias familiares.

Ao colocar em diálogo discursos públicos e memórias individuais, tornou-se possível compreender que a imigração japonesa — longe de ser um fenômeno

homogêneo ou encerrado em seu próprio tempo — segue reverberando nas gerações posteriores, atualizando-se em novas formas de pertencimento, identidade e reconhecimento. As vozes das mulheres entrevistadas, com suas vivências marcadas por fronteiras identitárias, *entre-lugares* e negociações permanentes, demonstram que a história (i) migratória se prolonga para além do deslocamento físico: ela se reinscreve nas práticas cotidianas, nas relações sociais e nos modos como essas mulheres se veem e são vistas.

Do mesmo modo, as representações analisadas nas fontes impressas evidenciam as permanências e transformações dos discursos que incidem sobre as mulheres japonesas ao longo do tempo, revelando tanto mecanismos de idealização e exotização quanto processos de silenciamento e contenção. Ao confrontar essas construções com as experiências narradas pelas descendentes, este estudo buscou iluminar as tensões entre o que foi dito sobre essas mulheres e aquilo que elas próprias têm a dizer sobre si.

Embora as análises aqui desenvolvidas não pretendam esgotar a complexidade do tema, elas reforçam a necessidade de ampliar o repertório interpretativo sobre a imigração leste-asiática no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul. A centralidade das vivências femininas, frequentemente relegadas a papéis secundários nas narrativas históricas tradicionais, demonstra o quanto ainda há por investigar a respeito de gênero, etnicidade, memória e migração.

Assim, espera-se que este capítulo contribua não apenas para a atualização do debate historiográfico, mas também para estimular novas pesquisas que se debruçam sobre os múltiplos caminhos percorridos por essas mulheres e por suas descendentes. Que tais investigações possam seguir desestabilizando narrativas consolidadas, abrindo espaço para outras vozes e experiências, e ampliando a compreensão sobre a presença leste-asiática no estado: que permaneça, sobretudo, o convite ao olhar atento e sensível às formas pelas quais diferentes grupos constroem, negociam e reivindicam suas histórias — histórias que atravessam fronteiras e que seguem fundamentais para pensar uma sociedade verdadeiramente plural.

FONTES

A MULHER japonesa no Brasil. *In*: **Diário de Notícias**, Porto Alegre, ano 44, n. 99, 27 de junho de 1968. Suplemento Especial, p. 25.

ENTREVISTA. Giulia, entrevista concedida à Beatriz Martignoni Hochmüller, no dia 12 de outubro de 2022, no formato presencial, para o TCC **Memórias silenciadas e silenciosas**: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

ENTREVISTA. Mafalda, entrevista concedida à Beatriz Martignoni Hochmüller, no dia 2 de dezembro de 2022, no formato presencial, para o TCC **Memórias silenciadas e silenciosas**: representações femininas em narrativas da imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

ENTREVISTA. Larissa, concedida à Beatriz Martignoni Hochmüller, no dia 2 de dezembro de 2024, no formato presencial. Pesquisa para a dissertação de mestrado **Entre a voz e o papel**: um estudo sobre representações orais e midiáticas de mulheres chinesas e japonesas no Rio Grande do Sul (século XX).

GARY COOPER ama Audrey ao entardecer. **O Globo**, Porto Alegre (RS), ano XXIX, n. 711, 8 a 21 de março de 1958. Seção Reportagens, p. 74 - 78.

MARTINS, Ruth. A mulher japonesa de ontem e hoje. *In*: **Jornal do Dia**, Porto Alegre, ano 16, n. 1564, 6 maio de 1962. Seção Infantil, p. 15.

MARTINS, Ruth. A mulher japonesa. *In*: **Jornal do Dia**, Porto Alegre, ano 17, n. 4350, 21 abril de 1963. Passarela, p. 10.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1998.

CONFORTIN, Helena. Discurso e gênero: a mulher em foco. *In:* GHILARDI-LUCENA, Maria Inês (org.). **Representações do Feminino.** Campinas, SP: Átomo, 2003.

CAPELATO, Maria. **Imprensa e história do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

DEZEM, Rogério. **Matizes do "amarelo"**: a gênese dos discursos sobre os imigrantes japoneses no Brasil (1878-1908). 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HATUGAI, Érica Rosa. Ler, no corpo da "mestiça", beleza, corporalidades e fronteiras no parentesco *nikkey*: as experiências de mulheres nipo descendentes no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 63, 2021.

ISOTANI, Mina. **A representação do feminino**: a construção identitária da mulher japonesa moderna. 2016. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-08042016-130910/. Acesso em: 13 ago. 2025.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

___. **Uma diáspora descontente**: os imigrantes judeus e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NUCCI, Priscila. **Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil**: textos e silêncios. São Paulo: Annablume, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 1998.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas**: o japonês caricaturizado. *Revista USP*, n. 79, 2008.

___. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924): quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante. *"Storicamente"*, v.5, n. 9, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Brasiliense, 1992.

A SAGA DOS IMIGRANTES JAPONESES NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL (1956–2006): UMA BREVE DESCRIÇÃO SOB O OLHAR DE UMA IMIGRANTE

Tomoko Kimura Gaudioso[1]

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da imigração japonesa ocorrida desde os primórdios da colonização até o ano comemorativo do cinquentenário da imigração que ocorreu em 2006. Dividido em duas partes, o artigo fornece uma visão geral do desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul.

A primeira parte trata de períodos iniciais da imigração, abordando os aspectos históricos, desde os primórdios e na segunda parte, formação de cada um dos núcleos da comunidade japonesa. Em relação aos aspectos gerais da cultura japonesa e brasileira, como as dificuldades de adaptação dos imigrantes à nova terra, assimilação ao ambiente e sua gradativa integração com a cultura local serão abordados numa outra oportunidade, por assunto ser demasiadamente denso.

Desde já esclareço que o conteúdo deste trabalho foi desenvolvido em forma descritiva, sob perspectiva de uma imigrante e, por esse motivo, não está formatado como artigo acadêmico propriamente dito. Na época em que a pesquisa foi realizada, a convite da comissão organizadora da festa de cinquentenário da imigração japonesa para o Rio Grande do Sul que ocorreu em 2006, senti-me honrada e sobretudo motivada em realizar o trabalho de fazer o levantamento de dados e registrar diversos aspectos que envolvia a comunidade nipônica assentados no estado, e ao mesmo tempo responsável por seu conteúdo.

Cabe registrar aqui que, embora a comunidade tenha dirigido a incumbência de tal tarefa a mim que, sendo leiga sobre metodologia de pesquisa e sequer conhecia palavra como "memória", "etnicidade" e muito menos qualquer teórico que trata de assuntos relativos à história ou memória como

1 Docente do Instituto de Letras, UFRGS. E-mail: tomoko.gaudioso@gmail.com.

Halbwachs (1990) que apresenta teoria sobre memória coletiva, Geertz (1989) que volta nova forma de olhar para as culturas. Iniciado o trabalho, compreendi quão foi minha ousadia em partir para tal aventura.

A comunidade que me solicitou tal tarefa igualmente não tinha ideia que isso demandaria tempo e outros custos para que o conteúdo do texto abrangesse minimamente informações acerca dos japoneses espalhados pelo RS. Somente depois de passar mais de uma década, em 2020, ao concluir meu curso de doutorado em história, resultado desse sofrimento, eu compreendi diversos aspectos acerca desses imigrantes que, naquela época, não fazia sentido.

Outro aspecto que me levou a aceitar tal tarefa foi uma questão mais pessoal. Embora possa ser coincidência, eu me casei com um gaúcho, ligado à terra japonesa, cujo tio-avô também gaúcho, foi cônsul do Japão no início do século XX. Na terra do sol nascente, durante as tratativas de estabelecer o escritório consular, ele morreu durante o grande terremoto que ocorreu em 1923 na região de Kanto, Japão e, como legado, deixou um livro, editado em português sobre a mitologia japonesa, onde narra a descida de deus Sussanoo-no-Mikoto ao mundo da terra e seu sobrinho-neto, casou-se comigo, uma imigrante japonesa. Eu, nascida no Japão e crescida no Brasil, casar-me com esse moço foi tudo uma mera coincidência? Não sei.

Enfim, saiu o "livro", embora num formato caseiro e sem identificação formal, em forma de gravação no disco de CD, no dia 20 de agosto de 2006, na data da inauguração de Festa Comemorativa do Cinquentenário da Imigração Japonesa no RS, abrangendo aspectos de assentamentos desses imigrantes e cultura reinterpretada e reproduzida, em forma de memória coletiva. Por texto ser longo, optei em realizar um recorte de seu conteúdo para compor capítulo do livro que trata da imigração japonesa no RS, focando no aspecto histórico e distribuição geográfico e identificação de personagens que contribuíram para o desenvolvimento das várias regiões gaúchas, na tentativa de fornecer uma base para as pesquisas futuras mais aprofundadas.

2. OS ANTECESSORES VINDOS DE OUTROS ESTADOS E A RETOMADA DO MOVIMENTO IMIGRATÓRIO DE PÓS-GUERRA

Embora tenha sido oficializada a data de 20 de agosto de 1956 como início da imigração japonesa no Rio Grande do Sul com a chegada de 23 jovens japoneses com intuito de radicar-se na terra gaúcha, segundo consta no livro "Takuseki: Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996", editado por esses imigrantes para comemorar seu quadragésimo ano no solo brasileiro, a tentativa de colonização iniciou-se bem mais cedo.

Segundo este livro, o primeiro japonês a pisar o solo gaúcho foi o médico Yunosuke Nemoto, que chegou em 1920, da província de Ibaragi, e do Sr. Eito Asaeda em 1924, da província de Yamaguchi, ambos falecidos.

O texto esclarece que a primeira tentativa de colonização ocorreu em agosto de 1936 na região de Santa Rosa, no município de Horizontina, quando foram estabelecidas no local dezoito famílias japonesas pela empresa de colonização KKKK. O fracasso desse empreendimento se deu principalmente pela iminência da Segunda Guerra, quando o governo brasileiro proibiu, em 1940, quaisquer pessoas que tivessem a nacionalidade estrangeira de possuírem as terras em raio de 150 quilômetros a partir da fronteira[3], considerando a zona fronteiriça como zona de segurança nacional. Banhado pelo Rio Uruguai, o município de Horizontina sofreu restrições quanto à fixação de japoneses. Embora a contragosto, a empresa de migração foi obrigada a retirar-se do local.

Esses imigrantes deixaram a colônia de Santa Rosa e dispersaram-se pelos outros estados brasileiros, sendo que uma parte deles mudaram-se para a região de Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo e seus arredores. A KKKK gerenciava uma série de atividades além da própria emigração, tais como a gestão das colônias, venda e compra de bens móveis e imóveis, toda a parte administrativa e financeira dos negócios fora do Japão, além da organização da infra-estrutura das colônias.

Estão registrados os seguintes japoneses que imigraram para o Rio Grande do Sul, maioria oriundos do estado de São Paulo, antes da Segunda Guerra, como a seguir, em ordem cronológico:

Ano de chegada ao RS	Ano de chegada ao Brasil	Nome	Atividade que iniciou no RS	Atividade em 1970
1920	-	Yunosuke Nemoto	Médico	Falecido em 1960
1924	1918	Eito Asaeda	comerciante	comerciante
1931	1925	Iwao Watanabe	agricultor	agricultor
1932	1928	Motohira Matsumura	comerciante	comerciante
1932	1929	Kenji Usui	agricultor	agricultor
1935	1921	Eiichi Nakamura	agricultor	agricultor
1935	1933	Kanematsu Yamaguchi	Secretaria de Agricultura/RS	Secretaria de Agricultura/RS
1935	1933	Hiroshi Miura	comerciante	comerciante
1936	1929	*Haruo Fuke e família	agricultor	

1936	1932	Junichiro Kumagaya	agricultor	comerciante
1937	1931	Naotaka Hoshiko	agricultor	Agricultor/ aposentado
1937	1934	Sadaji Kishita	comerciante	comerciante
1937	1933	Suekichi Fushikida	agricultor	comerciante
1938	1930	*Naotaka Hoshiko	agricultor	Diretor do depto. de fabricação de produtos derivados de soja – CIREI S.A.
1938	1932	Kazue Yamaguchi	técnico agrícola	técnico agrícola
1939		Nagatoshi Yamaguchi	produtor de sementes	Produtor de sementes
1939	1932	Nanajirou Nakamura	produtor de sementes	aposentado
1939	1934	Toshikazu Ikari	agricultor	agricultor
1940	1933	Tamotsu Osanai	técnico elétrico	Técnico elétrico
1941	1936	Irmãos Tsutomu, Sadao e Hisao Hiwatashi	agricultor	agricultor

Fonte: Tabela elaborada pela autora baseada em: SASAOKA, Tadao. *Imigração japonesa (Rio Grande do Sul) 1957-1961*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1971.

(*A família Fuke não é citada no livro. Acredita-se que o autor não tinha o conhecimento que havia família que permaneceu em Santa Rosa, RS, mesmo após a extinção da colônia japonesa de Horizontina. Dados sobre Sr. Hoshiko é divergente conforme as fontes.)

Durante a Segunda Guerra quase não houve entrada de japoneses no estado, excetuando-se uma família japonesa, que se estabeleceu no ramo de comércio. Cessado o grande conflito mundial, o Rio Grande do Sul passa a receber lentamente os novos imigrantes japoneses, oriundos principalmente do estado de São Paulo.

1943	1930	Takeru Yokota	comerciante	comerciante
1944	1934	Masaru Hasekawa	agricultor	aposentado
1945	1934	Saburo kagami	agricultor	Comércio/aposentado
1945	1934	Iwao Sugo	comerciante	comerciante
1945		Seijyun Hinohara	agricultor	comerciante
1945	1932	Fujitomo Hanawa	agricultor	agricultor
1947	1926	Shiro Nagata	industriário	comerciante
1947	1928	Takeda Nobukazu	agricultor	falecido
1952	1932	Sadatoshi Ito	agricultor	comerciante
1953	1934	Norihiro Nakata	agricultor	comerciante
1955	1932	Setsuo Hirata	comerciante	comerciante
1955	1955	Keiichiro Kodama	agricultor	agricultor
1955	1955	*Noritoshi Sassada	instrutor agrícola	Diretor regional da Federação das Associações Ultramarinas do Japão

Fonte: Tabela elaborada pela autora baseada em: SASAOKA, Tadao. *Imigração japonesa (Rio Grande do Sul) 1957-1961*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1971.

Desde que o primeiro japonês pisou as terras gaúchas, em 1920, esses imigrantes consolidaram a imagem do espírito japonês, como um povo trabalhador, honesto e dedicado à família, criando base sólida para outros patrícios que migraram para o Rio Grande do Sul.

Em 1956, interrompida a imigração durante a guerra, a nova onda de imigração dos japoneses, agora com outros perfis, ressurgiu nos meados da década de 1950. Os imigrantes deixaram de ser apenas mão de obra barata e, por exigência de acordos bilaterais, passaram a ser mais escolarizados, inclusive vinham para preencher cargos de chefia em empresas. Assim foi a chegada de imigrantes no estado do Rio Grande do Sul, em 1956, quando 23 jovens promissores desembarcaram no porto do Rio Grande com o sonho de estabelecerem-se na terra gaúcha, contribuindo para o desenvolvimento de técnicas agrícolas. Desde então, até a extinção da migração sistemática em 1963, desembarcaram diretamente do Japão um total de 1786 japoneses no Rio Grande do Sul.

A partir da década de 1960, cada vez mais famílias japonesas administravam negócios próprios, seja na agricultura com aquisição de chácaras

ou estabelecimento de comércio. A imigração de mulheres japonesas solteiras, noivas ou casadas, ou até casadas através de cartas também se intensificou. Estas mulheres hoje atingiram idade superior a sessenta anos e muitas enfrentam problemas como viuvez, exclusão social ou dependência econômica ou mesmo psicológica em relação a seus familiares e o meio social.

Através da observação de casos das imigrantes japonesas que agora enfrentam o desafio da terceira idade, poderemos identificar o grau de dependência da idosa japonesa em relação à sua família e grupo social, assim como uma associação de imigrantes japoneses e de associação de senhoras. É surpreendente o resultado. No que pode ser observado, eles permanecem numa estrutura social bem organizada, disciplinado e harmonioso.

Passadas algumas décadas, esses imigrantes envelheceram e mantêm suas identidades de origem formando um grupo social bem organizado. Os imigrantes, mantendo-se unidos na sua identidade cultural, criaram dentro do Enkyô, o departamento de idosos conhecido como Rôjin-Kai. Esse departamento é formado por pessoas que se consideram idosas, com idade média de 65 anos. A principal atividade entre os membros é o Gate-ball. O esporte é praticado com tacos e bolas e reúne homens e mulheres a partir de 65 anos.

Além disso, eles sempre organizam passeios para longe de suas residências, como visitas às águas termais do Gravatal e outras localidades turísticas. Anualmente, na data comemorativa ao idoso estabelecido pelo calendário japonês, a comunidade organiza encontro específico para homenageá-los, chamado *Keirôkai*, envolvendo os idosos e jovens. Através dessas atividades, os mais velhos passam a cultura do seu país de origem aos que são mais novos, preservando sua identidade de origem.

Quanto à atualização das informações como acontecimentos que ocorrem no mundo, a maioria dos idosos assistem ao canal de televisão NHK[4], um canal oficial japonês que pode ser visto através da assinatura, ou pela internet. Outros recorrem ao meio de DVD para assistirem aos filmes e músicas japoneses.

Quanto à pesquisa referente à saúde dos idosos, o Centro de Geriatria da PUC/RS, cujo seu fundador é o Dr. Yukio Moriguchi[5], especialista e pioneiro nos estudos desta área, realiza a inspeção anual dos imigrantes. A atividade, que consiste em efetuar check-up da saúde da comunidade japonesa, chamada de *Junkai Shinryô,* é realizada através da participação da JICA, beneficiando todas as pessoas de origem japonesa.

A minuciosa pesquisa realizada pela MARPLAN, em 1989, a Etnologia do Brasileiro, abrangendo Região Nordeste (Recife, Salvador, Fortaleza), Região Sul (Porto Alegre, Curitiba), Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte) e Brasília, revela que ‘’os descendentes de asiático (japoneses e também chineses e coreanos) formam hoje o grupo de brasileiros que têm

melhor padrão de vida em termos de renda, grau de instrução, conforto e lazer. Por exemplo, entre os brasileiros dessa origem está o maior número de profissionais com diploma universitário, com 27%, seguido pelos brasileiros de origem asiática". Como afirma Eduardo Gianetti da Fonseca, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo,

> (...) Os asiáticos trazem para os países que emigram hábitos que se traduzem numa capacidade maior do que outras raças de gerar riquezas. Isso significa maiores investimentos em educação, treinamento e qualificação (Fonseca, 20--).

3. O INÍCIO DA IMIGRAÇÃO DIRETA AO RS

Após o período em branco por causa da guerra, a imigração para a América do Sul é retomada pelo governo japonês, principalmente porque o Japão estava com excesso de habitantes pelo regresso de pessoas repatriadas da Manchúria, China e Coréia, de Cachoeira do Sul. O Brasil, por sua vez, havia retomado o programa de colonização do país pelos estrangeiros, criando o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Na época, Ildo Menegetti era o governador do Rio Grande do Sul (1955-1959). Coincidência ou não, ele foi o presidente da firma Dahne, Conceição & Cia, quando esta havia sido contratada para assentar os japoneses na colônia de Santa Rosa, em 1933.

Para concretizar o programa de colonização, procurou o Sr. Naotaka Hoshiko que, sendo agrônomo e administrador da fazenda Silvio, poderia contatar-se com pessoas qualificadas no Japão para trabalhar nas lavouras do estado.

Sendo formado na Faculdade de Agronomia de Kagoshima, Sr. Hoshiko logo pôde conversar com seu professor Koroku Miura que, com muito entusiasmo apresentou a proposta ao Sr. Noritoshi Sasada. Como o futuro parecia promissor, Sr. Sasada, casada com a Sra. Noriko e seus colegas, Sr. Keiichiro Kodama e Sr. Toshimi Kamimura, todos jovens, com idade média de 25 anos, resolveram partir para nova terra. Enquanto o professor recrutava outros interessados, eles viriam na frente ao Brasil, com vistos individuais, para poder receber os imigrantes posteriores.

A permissão para vinda de japoneses utilizando cotas de contratação de imigrantes para trabalhar na lavoura saiu para os 23 jovens que, como imigrantes oficiais, chegaram no dia 20 de agosto de 1956, que este ano perfaz os exatos cinqüenta anos. Assim, por intermédio dessas pessoas, inicia a nova fase da imigração japonesa no estado. Graças ao esforço de todos, e como resultado de trabalho sério e dedicado à terra, após cinqüenta anos de imigração, neste mundo de tantas violências, não se tem notícia de alguém que tenha cometido um crime sequer. Pelo contrário, todos têm em seus punhos, o orgulho de ser um

gaúcho e ao mesmo tempo leva em seu peito, o espírito do povo do país de sol nascente. Ainda, outras pessoas como o Sr. Miura Hiroshi e Sr. Sadao Sasaoka que também se empenharam em chamar novos habitantes para o solo gaúcho não podem ser esquecidas. Aos poucos, os imigrantes foram-se espalhando pelo estado do RS, formando comunidades e grupos sociais próprios, identificando-se com a região e formaram associações locais de nome "nihonjin-kai", que significa "associação japonesa", precedido do nome da região, como "Perottasu Nihonjin-kai" para associação de japoneses residentes na região do município de Pelotas e seus arredores, "Gurabatai Nihonjin-kai", para associação de japoneses residentes na região do município de Gravataí, entre outras.

De acordo com os dados fornecidos pela Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul, em 2006, foram identificadas as seguintes associações compostas majoritariamente de imigrantes japoneses.

3.1 CACHOEIRA DO SUL

A maioria dos imigrantes residentes no município de Cachoeira do Sul, localizada na região central do estado, a 188 km de Porto Alegre, é oriunda da colônia de São Pedro e da colônia de Camaquã que resolveram procurar melhores oportunidades de trabalho na nova terra, nos meados de 1959. Os moradores mais antigos são os membros da família do Sr. Kaoru Ishikawa e Masamitsu Kanno.

Logo após a chegada, dedicaram-se à produção de hortaliças e tomates, abastecendo todo o mercado da cidade. Em alguns anos, passaram também ao ramo de comércio, abrindo fruteiras e lojas.

Em 1967 criou a Associação Japonesa de Cachoeira do Sul, todos japoneses e seus descendentes. Entre várias atividades, faz-se reuniões de chá e pescaria. A sua maioria, os membros da comunidade são originários das províncias de Hokkaido e Kumamoto. A peculiaridade dessa comunidade é que todos os moradores têm laços de parentesco, criados através de casamentos. De modo geral, esse fato pode ser interpretado como demonstração de um bom relacionamento entre os próprios imigrantes e uma tentativa de preservar a comunidade com traços de seu país de origem.

3.2 CAXIAS DO SUL

A presença japonesa no município de Caxias do Sul, localizada na região de serra, a 125 km de Porto Alegre, não é significativa, sendo que no censo realizado pela Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul, até outubro de 2005, havia 17 homens e 10 mulheres de nacionalidade japonesa, num

total de 27 pessoas. Segundo o resultado obtido pelo levantamento de dados dos moradores, constatou-se que os imigrantes que chegaram antes de 1966 dedicam-se à floricultura e horticultura.

A partir de 1966, o perfil de imigrante mudou. Acompanhando o desenvolvimento industrial da região, no ramo da indústria metal-mecânica, chegam os imigrantes técnicos, com qualificação exigida pela indústria. Oriundas de outras regiões do Brasil como o estado de São Paulo e do próprio Japão, atingindo a idade média de 60 anos, esses imigrantes participam ativamente no desenvolvimento industrial do estado do Rio Grande do Sul.

3.3 GRAVATAÍ

A imigração japonesa para o município de Gravataí, situado a menos de 23 km da cidade de Porto Alegre, iniciou-se antes da Segunda Guerra, em março de 1945, quando o Sr. Fujitomo Hanawa trouxe a sua família para ali estabelecer-se aceitando o convite do Sr. Bromberg, que era proprietário de uma grande loja em Porto Alegre.

Advinda a guerra, o deslocamento de famílias japonesas de uma localidade a outra ficou extremamente difícil, de modo que nenhuma outra família veio a morar em Gravataí. A família Hanawa passou a morar temporariamente na casa do Sr. Eito Asaeda, situado no bairro Ipanema, na cidade de Porto Alegre. O início da vinda de imigrantes somente teve início no ano de 1959, quando vieram as famílias do Sr. Yoshihiro Hayashi e Sr. Itsuo Hayashi, que mudaram posteriormente para a Colônia Japonesa de Ivoti. Em 1960, já havia mais de 73 famílias japonesas.

Tendo em vista a presença de muitos compatriotas, em 24 de julho de 1960, criou-se a Associação Nikkei de Gravataí, tendo sido eleito o Sr. Fujitomo Hanawa como primeiro presidente. Assim, os membros da associação passaram a reunir-se nos 3ºsábado de cada mês.

Em 1962, a colônia de Gravataí recebeu a visita do embaixador do Japão no Brasil, Sr. Keiichi Tatsuki. Na ocasião, todas as 65 famílias reuniram-se na fazenda de Sr. Shigenori Ikeda para receber o maior representante do governo japonês no país. Em relação à língua, a comunidade sente necessidade de aprender a ler e escrever o português. Assim, em fevereiro de 1962, inicia-se o curso de língua portuguesa, tendo a Sra. Takako Makino, filha mais velha do Sr. Hanawa, na época ainda solteira, como professora. Naquela época, ainda havia muitos brasileiros analfabetos nas redondezas onde os japoneses moravam. Saber ler e escrever chegava a dar status para o indivíduo. Sabendo do curso de português, muitos brasileiros manifestaram a vontade de participar da aprendizagem, o que resultou na criação de uma escola, legalmente reconhecida

pelo município de Gravataí. O que inicialmente visava o ensino de português para os imigrantes, passou a funcionar como escola mista, com 24 alunos, entre japoneses e brasileiros. A escola funcionou por dois anos e oito meses, até a partida da professora para a Colônia Uragami, de Santa Catarina.

Enquanto o tempo passava, as crianças foram crescendo na colônia, atingindo a idade de ingressar na escola. Agora, a preocupação era ensinar também a ler e escrever em língua japonesa, paralelamente ao português. Mais uma vez, em abril de 1966, sob apelo da comunidade, a Sra. Shizue, outra filha do Sr. Hanawa, passou a trabalhar como professora, mantendo a escola de língua japonesa pelo período de três anos.

Até 1978, duas famílias retornaram ao Japão e as demais 46 famílias se mudaram para outros municípios e estados de São Paulo e Bahia, além da Argentina.

As atividades como *undokai*, gincana esportiva japonesa, é realizada desde 1959 até os dias de hoje, quando a comunidade japonesa reúne-se para a confraternização. Essa gincana, que reúne toda a comunidade japonesa, envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos, atualmente ocorre na sede campestre da Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul.

Outra atividade que se destaca é a realização do Festival de Produtos Agrícolas no município. Este festival, iniciado em 1963, repete-se em junho desde sua criação, reunindo todos os agricultores, envolvendo japoneses e brasileiros.

3.4 IJUÍ

Os japoneses que moram em Ijuí, a 402 km de Porto Alegre são todos imigrantes do pós-guerra, sendo que o Sr. Mitsuya Harada é um dos integrantes do primeiro grupo de 23 jovens que chegaram ao Rio Grande do Sul, através do programa de imigração estabelecido pelo Instituto de Imigração e Colonização – INIC. Esses japoneses são oriundos de outros municípios do estado, como Taim, Santa Vitória do Palmar e Pelotas. A maioria das famílias dedicou-se ao plantio de hortaliças, sendo que a utilização de máquinas agrícolas adquiridas após algum tempo de estada, facilitou suas atividades.

No início dos anos 70, grande atacado de produtos hortigranjeiros pertencentes à família Suzuki abastecia o mercado. Em 2005, residiam no município 7 japoneses e uma japonesa.

3.5 ITAPUÃ

Na época em que a Colônia Japonesa foi fundada, a região do banhado de Itapuã pertencia a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. A partir da política de desenvolvimento e ampliação da área agrícola do estado do Rio Grande do Sul, no início da década de 1970, essa área pertencente ao estado foi transformada em área de assentamento de agricultores, maioria orizicultores.

Os colonos recebiam incentivos para desbravar as terras como incentivo financeiro, ajuda de custos e moradias. Após assentamento de 40 famílias brasileiras, dentre os quais 32 famílias orizicultores de arroz irrigada e 8 famílias que cultivavam outras plantas sob orientação governamental, mas não obteve sucesso. Depois do assentamento de outros imigrantes como alemães e italianos, a proposta foi apresentada aos imigrantes residentes no estado pela Agência de Cooperação Internacional – JICA, através do Consulado Geral do Japão em Porto Alegre.

Segundo o documento redigido em 1994 pela Associação Nipo-Brasileira de Itapuã, em homenagem aos 20 anos de fundação da colônia, muitos colonos japoneses atenderam ao chamado da JICA e vieram estudar o assentamento. Chegando ao local, constatou-se que restavam para o cultivo somente o banhado com muitos materiais orgânicos sedimentados, de modo que só aceitaram o assentamento com anexação de um terreno no lugar mais alto, que na ocasião eram matos nativos. Nesse sentido, as opiniões do Sr. Arao Michida (falecido), Seigo Miike e Tetsuo Takahashi (falecido) foram decisivas.

Quanto à infraestrutura, houve uma parceria entre Secretaria de Obras e a Secretaria de Agricultura para abertura de estradas e construção de canais de escoamento de água mediante solicitação de assentados. A rede elétrica foi instalada graças a parceria entre o governo do Estado, Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e a comunidade da colônia japonesa.

A documentação de assentamento foi aprovada em maio de 1974. Os primeiros 232 hectares liberados foram ocupados por 9 famílias; em seguida, mais dez famílias japonesas passaram a ocupar 238 hectares. Como resultado, 19 famílias com média de 23 hectares cada, passaram a morar na área total de 470 hectares.

Os principais produtos da colônia são tomates, alface e cenoura, couve-flor, pepino, abóbora, abóbora italiana, entre outros, que são escoados para o CEASA de Porto Alegre, três vezes por semana, em transportes próprios.

Os colonos, para manterem a união, fundaram em maio de 1976, a Associação Nipo-Brasileira de Itapuã. Atualmente existe Associação Esportiva e Recreativa da Colônia Japonesa de Itapuã (ASERJI) que une jovens e idosos. A Associação Esportiva e Recreativa da Colônia Japonesa de Itapuã – ASERJI, foi fundada em agosto de 1991. Atualmente conta com 60 membros, na época

da pesquisa, tinham idade média de 55 anos, entre os quais 25 eram homens e 35 eram mulheres. Composto por maioria de membros de primeira geração, promove atividades recreativas e esportivas com a comunidade local e com japoneses de outras localidades como as de Viamão, Porto Alegre e Lami.

Em relação à língua japonesa, após o jovem Fujiyoshi Michida ser contemplado como bolsista para o Japão, criou, em maio de 1979, o Curso de Língua Japonesa de Itapuã, tendo a Sra. Masar Michida como professora, sucedida em 1983 pelo Sr. Kumao Doi. Posteriormente, em 1985, esse curso que iniciou na pequena sala de uma família transformou-se em Escola de Língua Japonesa. Graças ao esforço da comunidade japonesa em preservar a língua de origem, os seus descendentes hoje são bilíngues, compreendendo tanto a língua japonesa como o português, exercendo importante papel de intermediário entre os grupos de primeira geração e os de gerações mais novas.

3.6 ITATI

A colônia japonesa de Itati no vale do rio Três Forquilhas, próximo a cidade de Terra de Areia, localizada a 150 Km de Porto Alegre, iniciou-se com a aquisição de terras, conhecido como "Sítio da Figueira", pela família do Sr. Masaharu Aso, em 1967. No dia 3 de janeiro do ano seguinte realizou-se a mudança, trazendo toda sua família. Assim, deu-se o início da colonização japonesa no então chamado Vila Itati, naquela época pertencente ao município de Osório. Visto que a região era receptiva aos japoneses, já no primeiro ano vieram mais sete famílias, ao todo perfazendo 34 pessoas. Mais tarde, vieram quatro famílias que completariam a formação da colônia japonesa de Itati.

A integração com a comunidade local se iniciou desde a chegada da primeira família ao local. Segundo o relato da Sra. Yasue Aso, publicado no livro *Gente de dois mundos,* 1993, a compreensão dos brasileiros sobre as necessidades dos recém-chegados foi imediata, de forma que os acolheram com espírito hospitaleiro.

Outro fator que facilitou a integração dos imigrantes com a comunidade brasileira foi a naturalização dos japoneses. Devido à localização geográfica, o município de Osório, onde situava a colônia, era considerada "Área de Segurança Nacional" por ser um município costeiro do oceano Atlântico. Segundo a legislação, era proibido para o estrangeiro adquirir qualquer propriedade nessas áreas de terras. A solução era se tornar brasileiro, através da naturalização, para adaptar-se à exigência política brasileira, o que foi bem aceito pelos moradores.

Com o apoio da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IECLB), providenciaram o encaminhamento do processo de naturalização. Diferentemente de outras colônias, que muitos tentam preservar a nacionalidade

japonesa, os chefes de famílias se tornaram cidadãos brasileiros, possuidores de direitos e deveres dos mesmos. Mais tarde, em 2 de novembro de 1973, criou-se a Congregação Japonesa de Itati, vinculada ao IECLB. Provavelmente, essa atitude cristã foi um dos fatores que acelerou a integração dos imigrantes na comunidade local, além do simples fato de se tornarem brasileiros. Em 1974, a colônia sofreu uma grande enchente o que causou muitos danos, não somente às lavouras, mas também danificou móveis e livros. Apesar de desastres da natureza, os imigrantes decidiram permanecer no local, desenvolvendo suas atividades agrícolas, dedicando-se principalmente à floricultura e horticultura.

Na condição de cidadão brasileiro e com espírito japonês, os líderes de origem japonesa passaram a exercer importantes papéis no desenvolvimento da região. Participaram na Associação para o Desenvolvimento de Itati – ADITA, e nas atividades do Centro de Assistência Rural de Itati – CARI. Para fomentar a cultura de flores e otimizar o escoamento do produto, fundaram a Cooperativa de Floricultores. Através da cooperativa, tornaram possível a instalação de uma câmara fria que permite a conservação de flores por maior tempo, permitindo a sua comercialização nas épocas mais favoráveis como no dia dos finados e no dia das mães. Sem intermediários, em 1993, abastecia o mercado de Porto Alegre, através de um espaço na Central de Abastecimento – CEASA, comercializando cerca de 300.000 unidades de cravos, 450.000 de rosas e 150.000 de crisântemos.

Em 1990, criou a Associação Cultural e Esportivo de Itati – ACEI, com objetivo de fomentar a cultura e esporte, tanto entre familiares da colônia como entre estes e brasileiros, visando o desenvolvimento daquela localidade. Com 60 membros, envolvendo japoneses, os nisseis e os brasileiros não descendentes, a associação realiza atividades esportivas e eventos culturais de forma regular de modo a incentivar a consciência de fortalecer a entidade.

A sede da associação que é construída em forma de ginásio de esportes é aproveitada também para eventos organizados pelo município, em forma de parceria, mostrando mais uma vez um bom entendimento com o órgão público daquela localidade.

3.7 IVOTI

No contexto da imigração japonesa no sul do Brasil, a colônia de Ivoti ganhou uma importância especial, pois se trata de uma das experiências consideradas bem-sucedidas de uma colônia japonesa no Rio Grande do Sul. As suas origens remetem aos anos 60, isto é, há quase quatro décadas. Naquele período, havia muitos imigrantes já radicados no estado, como os da colônia de Santa Maria. Dedicados à agricultura, eles plantavam tomates e verduras, o que davam bom lucro.

Com a chegada cada vez maior de imigrantes, o mercado ficou saturado, de modo que passou a ter necessidade de diversificar o produto a ser ofertado no mercado, como a plantação de flores, de arroz, de frutas ou criação de aves. Uma das atividades que parecia promissora era o plantio de frutíferas. Porém, muitos ainda não possuíam terra própria e viviam como meeiros ou arrendatários.

Nessas condições, não havia possibilidade de trabalhar na fruticultura pois as árvores demoram para crescer e dar lucro. Assim, chegou-se a conclusão que teriam de adquirir a terra própria. Tendo em vista a dificuldade financeira, os imigrantes que visavam ter seu próprio negócio, procurou-se empréstimo junto ao governo japonês, com contrato de devolução do valor a médio prazo. Quanto ao local, próprio para o plantio de árvore frutífera de clima temperado, foi escolhida uma área de terras próxima a cidade de Ivoti, uma zona montanhosa, de colonização predominantemente alemã, distanciada a 46 km de Porto Alegre.

Na primeira fase da colonização, em 1966, vieram 26 famílias japonesas para ocuparem 120 hectares, ou seja, cada família ocuparia aproximadamente, cinco hectares aráveis. Como o terreno era propício ao plantio de uvas, decidiram plantar uvas de mesa que, três anos mais tarde, já havia efetuado o primeiro plantio e a primeira exportação foi para São Paulo. A comemoração do primeiro plantio de parreira ocorreu em 28 de agosto de 1967, na presença de autoridades brasileiras como o prefeito de Ivoti, Sr. Neldo Holler, Diretor regional de BRDE, representantes do governo do estado, deputados federais e estaduais. Como representante do governo japonês, esteve presente na cerimônia, além do Cônsul Geral do Japão em Porto Alegre, Sr. Sato e o diretor do JEMIS, Assistência Financeira S.A., que era empresa de fomentos, vinculados ao *Kaigai Ijyû Shinkô Kabushiki Kaisha* (Empresa de Fomento de Emigração Ultramarina S.A. Hoje, no total, são aproximadamente 40 famílias que moram na colônia.

O plantio de variedades de uvas de mesa também aumentou, que inicialmente era somente uva italiana para outras como o caso da uva *kyohô*, genuinamente japonesa, além de ser pioneiro na introdução de plantio de kiwi para enriquecer o paladar brasileiro. Em 1971 teve a primeira safra e, em dez anos, a colônia atingiu o pico de produção em uvas de mesa, abastecendo inclusive o mercado europeu e os países do Mercosul.

Uma característica interessante é a forma de organização dos imigrantes desta colônia. Quando a colônia foi criada, não havia água nesse lugar. Então, essas famílias resolveram adquirir uma cascata do município de Dois Irmãos e fizeram um canal de abastecimento. Devido à diferença de nível, eles tiveram que fazer uma represa e adquirir uma bomba que levantasse a água por 60 metros. Essa adaptação da colônia envolveu verbas do JAMIC (Japan Migration Company), BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico), além de

outros pequenos empréstimos. A represa funciona até hoje, com duas bombas de 75 HP, administrada pelos integrantes da colônia, em forma de cooperativa que, anualmente elege grupos responsáveis, em forma de rodízio, para manutenção do serviço de abastecimento de água, um com sistema de filtro que fornece a água potável e outro, para a irrigação.

A fim de otimizar a produção e o escoamento dos produtos, criou-se a Cooperativa Agropecuária de Ivoti, logo nos primeiros anos da colonização. Além de uvas de mesa, em 1978, passou a produzir pela primeira vez no Brasil, os frutos de kiwi. Inicialmente desacreditado por muitos no início, hoje o Sr. Sadao Suzuki exibe orgulhosamente o resultado de seu investimento. Como resultado, a plantação de kiwi se difundiu para outras localidades como o município de Farroupilha, zona tradicional em cultivo de parreiras.

Atualmente, produz-se na colônia, uvas de mesa, flores e hortaliças, sobretudo cultivadas com o sistema de hidroponia com uso de tecnologia avançada, servindo de referência aos estudantes de faculdades de agronomia. Embora a cooperativa tenha sido desativada no final da década de 1990, a colônia conta com o abastecimento de produtos japoneses, através de uma kombi que passa pela colônia semanalmente, carregado de comidas japonesas. Ainda, sob aspecto cultural, através do Memorial da Colônia Japonesa, fundada em 2011 pela prefeitura de Ivoti com apoio da própria colônia, preserva a tradição japonesa.

Quanto ao ensino de língua japonesa, há uma escola municipal dentro da própria colônia, onde os filhos e netos dos imigrantes podem desfrutar esse privilégio de aprendê-la, diferenciando-se das demais localidades do estado. Uma outra característica interessante é que, devido a cidade de Ivoti ser predominantemente da colonização alemã, as crianças da colônia japonesa acabam adquirindo o português com sotaque alemã ao ingressar na escola.

3.8 PASSO FUNDO

O estabelecimento de imigrantes japoneses no município de Passo Fundo iniciou-se em 1957, quando a família do Sr. Kanichi Hida, vindo de Rio de Janeiro, chegou ao município de Passo Fundo. Ao contrário de japoneses que foram para outras localidades, a família Hida encontrou um ambiente já preparado para a atividade agrícola. Depois de plantar batata inglesa, trigo e soja, a família também trabalhou no comércio. Entre moradores, há pessoas que migraram de outras colônias do estado, como a Colônia de São Pedro, Pelotas e Carazinho, no período entre 1959 a 1965.

Dentre essas pessoas, é interessante encontrar um político da cidade de Asahikawa, da província de Hokkaido. Ex-vereador daquela cidade, o Sr. Hideaki Tanabe (falecido), escolheu a terra brasileira para viver. Até falecer no

dia 24 de fevereiro de 1994, por acidente de carro, trabalhou na horticultura junto com sua esposa Sueko.

Os japoneses que se fixaram, agora com participação da segunda geração, além de exercer a horticultura, também atuam nos ramos de comércio e serviços. O Sr. Toshihide Katagiri que chegou do Japão em 1957, se estabeleceu como mecânico de automóvel na cidade vizinha de Marau. Desde 1962, possui oficina própria, sendo que a modernização da tecnologia, inclusive na área automotiva, incentivou-o a atualizar seus conhecimentos de mecânica. O seu maior desejo é manter-se saudável para que possa continuar os estudos e sente-se orgulhoso de ser um japonês.

Morando na região da lavoura de soja, sua filha Sayuri (falecida) chegou a ser eleita Segunda Princesa da soja Brasil, em 1979. Dentro da colônia japonesa em nível nacional, conquistou o título de Miss Colônia Jornal Paulista. Falecida no dia 1º de novembro de 1986, um ano e meio depois, o seu nome passou a integrar parte da rua da cidade de Marau, passando a ser chamada rua Sayuri Katagiri Zilli, certamente por ter sido querida por muitas pessoas da cidade de Marau.

3.9 PELOTAS

Os imigrantes japoneses chegaram ao município de Pelotas, localizado a 243 km de Porto Alegre, oriundas de colônias de Camaquã, Santa Rosa e do próprio Japão. A entrada de japoneses vindos de outras regiões do Brasil para o município de Pelotas ocorreu muito cedo, remontando nos fins da década de 1930. Na época, considerada segunda maior cidade do estado, atraiu os imigrantes que buscavam os novos investimentos, de forma que, no período entre 1939 e 1952, já havia em torno de 15 famílias japonesas.

Em janeiro de 1957, criou a Associação Japonesa de Pelotas, tendo o Sr. Nagatoshi Yamaguchi como primeiro presidente. A nova entidade foi criada com o objetivo de fortalecer os laços de amizade entre as famílias, fomentar a educação dos filhos e contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Em janeiro de 1959, contava com a participação de 23 famílias, totalizando 31 membros, todos residentes nas proximidades de Pelotas.

Em 15 de abril de 1986, a entidade foi registrada como Associação Cultural Nipo-Brasileiro de Pelotas, hoje com 50 membros, com idade média de 55 anos. O curioso é que a maioria de seus membros são de sexo masculino, sendo 20 pessoas naturais do Japão, 23 descendentes e 7 pessoas não descendentes, dentre os quais há presença de somente três mulheres, levando a acreditar que os sócios são chefes de família e os demais membros considerados dependentes.

A Associação possui programação definida anualmente para os eventos, que são comemoração de maioridade, celebrado em janeiro, junto a festa de ano

novo, gincana esportiva em abril, envolvendo os familiares e uma celebração em homenagem aos idosos, em setembro, além da assembleia ordinária, que se realiza em dezembro. Quanto ao ensino de língua japonesa, em 1983, a sra. Yamaguchi passou a lecionar a leitura e a escrita, cedendo um espaço de sua residência, transformando-o em uma escolinha.

Decorrido mais de meio século, a grande parte de seus descendentes concluíram o nível superior de ensino, atuando como médicos, advogados e professores. Outros, exercendo as atividades no ramo de comércio ou na agricultura, participa no desenvolvimento econômico da região litorânea do estado.

Em relação à ligação com a terra do sol nascente, a cidade de Suzu, da província de Ishikawa, mantém laços de município-irmão com a cidade de Pelotas, o que torna a aproximação mais concreta entre o Brasil e o Japão. A vinda do embaixador do Japão, Sr. Horimura à Feira Nacional de Doces – Fenadoce, juntamente com o cônsul do Japão, Sr. Hajime Kimura deixou ainda mais clara a intenção de aprofundamento de laços de amizade entre os dois países, o que deixa orgulhoso os imigrantes da comunidade de Pelotas.

Quanto à relação internacional, o município de Pelotas possui intercâmbio com a cidade de Suzu, da província de Ishikawa, desde 1963, quando as duas cidades firmaram o acordo de irmanamento. Através desse acordo, o município recebeu várias autoridades japonesas assim como aprofundar os laços de amizade com a comunidade de imigrantes.

3.10 PORTO ALEGRE

Porto Alegre foi a primeira cidade que passou a abrigar o cidadão de nacionalidade japonesa. Dr, Yunosuke Nemoto, que chegou a ser Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul. A sua atuação provavelmente foi marcante na comunidade gaúcha, como pode se comprovar pela existência da rua que leva o seu nome, na cidade de Porto Alegre.

Outra pessoa que não podemos esquecer é o Sr. Eito Asaeda que abriu restaurantes na cidade, um no aeroporto internacional Salgado Filho e outro no bairro Ipanema, zona sul da capital. Vindo solteiro em 1924 para a cidade de Porto Alegre, logo se apaixonou por uma gaúcha e casou-se.

Muitos japoneses migraram posteriormente para a cidade de Porto Alegre, geralmente de outras cidades do interior. Após meados da década de 1970, vieram aos poucos, os imigrantes espontâneos, vindo diretamente do Japão, via aérea. Atualmente, é o município que abriga maior número de japoneses de primeira geração, chegando a somar 650 pessoas, entre homens e mulheres, ou seja, quase a metade de toda população japonesa do Rio Grande do Sul. Na

sua maioria com idade superior a cinqüenta anos, ainda continuam a receber os jovens imigrantes, como é o caso do Sr. Tomohiro Ehara que chegou em 2005, um artista plástico, a fim de transmitir a beleza da cerâmica japonesa.

3.11 RIO GRANDE

A cidade portuária de Rio Grande, localizada a 309 km de Porto Alegre, foi a porta de entrada de muitos estrangeiros que se estabeleceram no estado. O fluxo de imigrantes japoneses, vindos diretamente do Japão, teve início no dia 20 de agosto de 1956 e, a partir de então, continuou até meados da década de 1960, quando o governo brasileiro suspendeu a imigração programada de estrangeiros no seu território. Quanto à presença de imigrantes nas redondezas do município, sabe-se que em 1960 já havia uma família japonesa chamada Nakamura morando no local.

Acredita-se que o Sr. Nakamura Shitijiro foi o primeiro japonês que se estabeleceu no Rio Grande. Conhecido como homem excêntrico por não gostar de funcionários públicos, percorreu todo o Brasil desde a Amazônia até São Paulo até decidir permanecer, em 1939, no Quinta. Ali exerceu atividade de produção de sementes de hortaliças que abastecem as cooperativas japonesas de São Paulo, durante período de 30 anos, como o Sr. Nagatoshi Yamaguchi, de Pelotas. Morou no Rio Grande até os 85 anos de idade, quando se aposentou e mudou-se para São Paulo onde os filhos viviam.

Em janeiro de 1960, chega a família do Sr. Minoru Miki, a convite do Sr. Shitijiro Nakamura, para trabalhar na agricultura. Vendo as condições do local, e apavorado com a situação, Sr. Miki decidiu no mês seguinte mudar-se para o Rio de Janeiro onde permaneceu cerca um ano na fazenda da Cooperativa Mauá. Não correspondendo às expectativas, decidiu retornar ao Rio Grande, onde permanece até os dias de hoje. Na década de 1970, havia os imigrantes tanto agricultores como comerciantes na região. Alguns deles já se dedicavam ao comércio, como foi o caso da família do Sr. Katsumi Ishigame que decidiu abrir uma lavanderia.

Outros japoneses passaram a dedicar à pecuária, criando o gado de raça, como foi o caso da família do Sr. Eiichi Ueda que introduziu na sua fazenda um tambo de vacas da raça Horstein, todos registradas na Secretaria da Agricultura. Quanto a empresa japonesa, a *Taiyo Guiogyô* do Japão estabeleceu-se em Rio Grande, com registro brasileiro de Cunha Amaral S.A.

Em 2002, na região de Rio Grande, havia em torno de dez japoneses e mais 30 descendentes, na maioria dedicando-se à atividade não-agrícola. A comunidade mantém uma associação com o objetivo de manter o convívio entre as famílias e transmitir a cultura aos membros mais novos e aos não descendentes.

3.12 SANTA MARIA

Para entender como a imigração ocorreu no município de Santa Maria, é necessário conhecer sua localização geográfica. Situada no coração do Rio Grande do Sul, a 286 km de Porto Alegre, a cidade de Santa Maria é hoje conhecida como cidade universitária por abrigar sete instituições de ensino superior. Estando no centro da rota desde a capital até o município de Uruguaiana, sempre foi um município próspero. A estrada de ferro, que cortava o cento do estado de leste a oeste, passava pela cidade e chegava ao município de Uruguaiana.

Nos meados da década de 1950, o governo brasileiro retomou a política de imigração interrompida pela II Guerra. Naquela época, a fazenda de São Pedro, localizada a 70 km de Uruguaiana, solicitou através da JAMIC, famílias japonesas para trabalharem na orizicultura, numa área de 20 hectares cada, oferecendo-lhes um contrato de trabalho de quatro anos. Segundo reportagem publicado no jornal *Paulista Shinbun* (11 de maio de 1977), essa intenção foi transmitida do governador do Rio Grande do Sul, Sr. Ademar de Barros ao Sr. Yasutaro Matsubara, proprietário da Fazenda Matsubara. Sr. Mitori Kimura, que na época gerenciava esta fazenda, ao ser sugerido pelo Sr. Matsubara sobre o assunto, decidiu recrutar os trabalhadores no Japão. Assim, no dia 2 de abril de 1957, desembarcaram no porto do Rio Grande 33 famílias, com destino à Fazenda São Pedro, em Uruguaiana.

Entretanto, pouco mais de 8 meses de estada, os imigrantes foram forçados a retirarem-se da fazenda pois o proprietário não cumpriu o contrato e não pagou nenhum serviço, falindo logo em seguida. Desamparadas e já sem nenhum dinheiro, os japoneses resolveram abandonar o local. O Sr. Kimura, com seu colega o Sr. Daissaku Ozawa, com os últimos quatro contos de réis no bolso, procurou apoio junto ao prefeito municipal de Santa Maria, Cel. Deoclesiano Dorneles, que não poupou a ajuda e apoiou de todas as maneiras para facilitar a estada dos japoneses.

Entre oito famílias que residiam na fazenda dispersaram-se nas localidades como Porto Alegre, São Paulo e Paraná, à procura de uma sorte melhor. As 25 famílias restantes resolveram permanecer no município de Santa Maria, dedicando-se principalmente à horticultura, trabalhando como meeiros, de modo que a colônia de Santa Maria também é conhecida como colônia de São Pedro. Assim, em 5 a 8 anos, essas famílias tornaram-se independentes, muitos deles adquirindo as suas propriedades, sendo que algumas famílias passaram a viver de comércio, na cidade de Santa Maria. Quanto à saúde, o Dr. Telmo Corseiul, médico local, conhecendo a dificuldade que as famílias passavam, nunca cobrou a consulta médica.

Em 1958, logo após a chegada no município, os imigrantes constituíram a Associação Japonesa de Santa Maria, que posteriormente converte-se em Associação Nipo-Brasileira de Desportos e Cultura. Em relação à agricultura, cinco anos depois de estabelecerem-se, organiza o Encontro Regional de Pesquisas Agrícolas de Santa Maria, e em 3 de março de 1978 realiza o primeiro festival de tomates, na fazenda do Sr. Tsukano, o que contribuiu para o melhoramento da atividade agrícola daquela região.

A contribuição japonesa para a comunidade local foi significativa, sendo que foi estabelecido pelo decreto municipal, o dia 2 de abril como dia da colônia Japonesa, em 1977, na ocasião da festa comemorativa de 20 anos de imigração japonesa naquele município.

Em se tratando ensino de língua japonesa, no dia 1º de maio de 1979, inaugurou-se a escola de língua japonesa, com número inicial de 14 alunos, garantindo a transmissão de língua de seus ancestrais para as gerações vindouras. Pioneiro no tratamento pela acupuntura no Brasil, após consolidação da colônia de Santa Maria, o Sr. Kimura mudou-se para São Paulo com sua esposa Seiko, onde abriu sua clínica, vindo a falecer naquela cidade.

3.13 SANTA ROSA

A colonização japonesa planejada no estado do Rio Grande do Sul iniciou antes mesmo da segunda guerra mundial. Na época em que a cafeicultura brasileira estava em declínio, afetado pela crise de 1929, muitos proprietários de cafezais tiveram que optar por outras culturas, como o de cultura de algodão. Os japoneses também foram influenciados pela crise, visto que muitos imigrantes haviam chegado para trabalhar nos cafezais. Neste clima de procura de oportunidade, em 1933, o governo do Rio Grande do Sul contratou a firma Dahne, Conceição & Cia, cujo presidente era Ildo Menegetti[6], para medir uma área de terras públicas localizada na Horizontina, 8º Distrito do município de Santa Rosa, situada a 495 km de Porto Alegre, dividi-la em 5 mil lotes com 25ha cada.

A primeira pretensão por parte do estado era a colonização da área por imigrantes japoneses, de modo que Dahne, Conceição & Cia., também responsável pelo assentamento nos lotes, contactou com Kaigai Kougyou Kabushiki Kaisha - KKKK, ou seja, Companhia Ultramarina de Empreendimentos, a fim de recrutar os interessados em ocupar a área.

De 1935 a 1936, a companhia japonesa veio por diversas vezes estudar a área, margeada pelo rio Uruguai, sem que a mesma fosse ocupada imediatamente. Como havia lotes desocupados, os agricultores brasileiros que não possuíam terras próprias passaram a reivindicar o assentamento. Em 15 de agosto de 1936, chegaram os três irmãos Fuke e Yumatsu Taramoto, em Porto

Santo Antônio, todos vindos de outras localidades brasileiras. Com o capital inicial na mão, os assentados prepararam terras para o plantio, abrindo a mata nativa. Um ano depois, já havia 18 famílias estabelecidas na colônia.

Pouco tempo depois, em 1940, foi decretada a lei que proibia aos estrangeiros a aquisição de terras ao longo de 150 km a partir da fronteira e os japoneses foram forçados a retirar-se. Outro fator que influenciou a decisão de abandonar a colônia pode ter sido uma desavença dos colonos com o chefe da colônia, Tomii Oka.

A partir de então, a ideia de estabelecer a colônia japonesa no estado foi abandonada até o término da Segunda Guerra Mundial. A Colônia de Santa Rosa, a partir do fracasso, passou a ser chamada de "colônia miragem" pela comunidade japonesa. Seus habitantes se dispersaram para Santa Catarina, Pelotas e Porto Alegre, dedicando-se à agricultura e comércio.

Cabe registrar aqui o nome dos imigrantes que permaneceram no Rio Grande do Sul, pois foram precursores da colonização. Segundo menciona Flores, na pesquisa realizada até 1973, para a cidade de Pelotas seguiram Koichi Takahashi, Masaru Hasegawa, Iwao Taino. Fixaram-se em Porto Alegre: Sihiti Fukuya, Tikara Matsuda, Likio Ootaki e Kitinojyo Urasato. As demais famílias seguiram para Santa Catarina. A família Fuke permaneceu em Horizontina seguindo atividade agrícola até bem mais tarde, no início da década de 1950.

Durante sua permanência por 17 anos, incentivou o cultivo comercial da soja. O cultivo era feito com arado puxado por junta de bois. Com o passar do tempo, a região foi se desenvolvendo como grande pólo agrícola de grãos. O valor econômico da soja, antes introduzido no município por religiosos alemães a fim de complementar o alimento de agricultores pobres, transformou a região num dos maiores exportadores de grãos.

Até outubro de 2005, ainda permaneciam em Santa Rosa três pessoas de nacionalidade japonesa, segundo censo realizado pela Associação de Assistência Nipo e Brasileira do Sul.

3.14 SÃO LEOPOLDO

Não se sabe exatamente quando os primeiros japoneses chegaram a São Leopoldo, mas sabe-se que em 1959 chega o Sr. Yoshihiro Takeuchi, diretamente do Hokkaido que, desde então permanece residente no mesmo local. Como entidade que representa o grupo, existe Associação Japonesa de São Leopoldo que funciona há quase cinqüenta anos, com aproximadamente 20 famílias, com idade média de 70 anos, incluindo os sócios que moram nos municípios vizinhos como Esteio, Portão, Canoas e Sapucaia do Sul. Como atividade econômica, desenvolve principalmente a horticultura que abastece a região metropolitana do estado.

Ainda, em 1957, acompanhando a política de modernização e industrialização do governo brasileiro do período pós-Vargas, um dos maiores lanifícios da cidade de Kurashiki, Japão, instalou uma fábrica de têxteis no município de Sapucaia do Sul, com capital inicial de Cr$330.000.000, empregando 404 funcionários dos quais 50 pessoas de origem japonesa.

Com modernas instalações, o Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. , adotando o sistema de empresa japonesa, oferecia o benefício-saúde e moradia, tanto para os solteiros como para os funcionários que possuíam família. O seu pátio, grande o suficiente para receber algumas centenas de pessoas, foi usado por vários anos como local de realização de *undokai,* um tipo de gincana esportiva japonesa.

Atualmente desativada, a fábrica continuava absorvendo a mão-de-obra local e japonesa até o seu fechamento em 2020, contribuindo para o desenvolvimento econômico da cidade de Sapucaia do Sul.

Outra indústria existente nas imediações de São Leopoldo é a Plástico Suzuki Ltda., do município de Estância Velha, de propriedade do Sr. Jorge Suzuki. Inovando sempre a tecnologia utilizada nos seus produtos, foi a empresa pioneira em fabricar embalagens de plástico com furinhos para o embrulho de pães, o que permite ao consumidor levar pães quentinhos da padaria a suas casas, sem que eles fiquem abafados com o vapor.

3.15 VIAMÃO

Distanciado a 24 km da capital Porto Alegre, Viamão foi o primeiro município a abrigar os 23 japoneses que, em 1956 migraram através do programa oficial do governo brasileiro pós-segunda guerra. Até então, a imigração havia se dado via São Paulo, pelas famílias do Sr. Saburo Kagami e do Sr. Masasumi Hinohara, que instalaram em 1945, para trabalhar na horticultura. Dez anos mais tarde, quando os imigrantes chegaram através do acordo bilateral, tornou-se referência para os mesmos.

Quanto ao Sr. Eito Asaeda, que possuía um restaurante no aeroporto Salgado Filho, tinha adquirido uma chácara no distrito de Estância Grande, pertencente a Viamão. Essa chácara foi arrendada ao Sr. Noritoshi Sasada, consultor agrário que havia chegado do Japão em novembro de 1955, pessoa que acolheu os primeiros 23 imigrantes e que os orientou, distribuindo-os nas diversas fazendas do estado. Outros imigrantes que os sucederam também foram acolhidos, até que pudessem achar um local para se instalar.

A chácara de Estância Grande, município de Viamão, onde muitos imigrantes se instalaram nos primeiros anos de vinda do Japão, localiza-se a cerca de 35km de Porto Alegre. Chamada carinhosamente pelos japoneses de Chácara de Asaeda-san, foi palco de muitas festas e churrascadas. No início da década de

1960, cada colono recebia o salário de 5 contos de réis por mês e as mulheres que trabalhavam na lavoura também recebiam a remuneração, no valor de 2,5 contos. A compra era feita no armazém próximo, a uns quinze minutos a pé. Entretanto, devido à dificuldade em falar o português, muitos pediam para o patrão adquirir arroz, sal, açúcar, farinha e outros objetos de uso cotidiano. Pouco tempo depois, os colonos passaram de empregado para meeiros, plantando tomates, pimentões, repolhos e outras hortaliças. O lucro da produção era razoável. Nos primeiros meados de 1960, podia-se comprar um saco de arroz de 60 quilos, já polidos e brancos, com uma caixa de tomates tipo gaúcho.

Com o passar do tempo, todos os japoneses que haviam se instalado na chácara tornaram-se independentes e se mudaram. Alguns adquiriram terras nas proximidades como a família do Sr. Hitoshi Kimura, Sr. Toshihiro Hioki, Sr. Kenkichi Niiho, que sempre mantiveram suas propriedades no município. Segundo o censo realizado pelo consulado do Japão, em 2005, há ainda 25 moradores de nacionalidade japonesa residindo no município. Outros, mudaram para outras localidades como a colônia de Ivoti e de Itapuã, adquirindo seus lotes de terras.

Atualmente a chácara é ocupada pelas pessoas que não tem vínculo direto com imigrantes japoneses, mas o prédio ainda está em pé, em boas condições de conservação, deixando vivas as lembranças do passado, sugerindo futuras pesquisas arqueológicas.

4. ENFIM, O CINQÜENTENÁRIO

No dia 26 de janeiro de 2006 foi realizada a cerimônia de abertura oficial da comemoração do cinqüentenário da imigração japonesa no Rio Grande do Sul, com exposição de cartazes sobre Hiroshima e Nagasaki e Turismo no Japão no andar térreo do Memorial do Rio Grande do Sul. Na abertura estiveram presentes, além de representantes dos imigrantes japoneses, diversas autoridades, brasileiras e japonesas.

Na ocasião foi lançado o volume 11 do Caderno de História, do Memorial do Rio Grande do Sul, *Japão: da espada à indústria*, da autoria do historiador Voltaire Schilling, apresentando a história da formação do povo japonês, desde os seus primórdios até a atualidade, de forma sucinta, agradável para a leitura. No coquetel, um grande barco de variedadedes de sushis e apresentação de *wadaiko* (tambor japonês) alegrou os presentes.

O Memorial do Rio Grande do Sul se localiza na antiga sede matriz da Empresa de Correios e Telégrafos, onde antigamente os imigrantes despachavam cartas e telegramas para se comunicar com parentes do Japão. Inaugurado em junho de 2000, com acervo bibliográfico e fotográfico que marca a história do

estado, também foi o ponto de partida para as festividades do cinqüentenário da imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

Atualmente, idealizado nessa festa de cinquentenário, a partir de 2012, a comunidade passou a comemorar a data da imigração através do evento Festival do Japão. Inicialmente de uma forma modesta, atualmente compõe uma data importante no calendário gaúcho[2].

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração japonesa no Rio Grande do Sul, como se pode perceber, ocorreu de forma diversa a de outras regiões brasileiras, pois os japoneses que vieram no território gaúcho diretamente do Japão detinham uma nova perspectiva de vida após sofrer sentimento de derrota diante da Segunda Guerra Mundial. Eles chegaram para o estado e foram se espalhando em diversos municípios, interagiram com os compatriotas que haviam chegado de São Paulo e outros estados.

Eles vieram de várias províncias do Japão e, formando comunidades locais chamadas de *Kenjin-kai*, se identificam como japoneses e realizam atividades culturais, ritos e outros saberes do dia a dia. Por outro lado, enquanto comunidade, passa a interagir com a sociedade local, tanto cultural como econômica, contribuindo com o desenvolvimento da região em contato.

A presença de empresas japonesas que influenciaram no desenvolvimento de várias regiões do RS também é identificada, apesar da menção bastante superficial, de modo que requer outras pesquisas mais aprofundadas.

Por fim, depois de identificada a localização dessas comunidades de japoneses e as pessoas que se envolveram no trajeto imigratório, numa outra oportunidade, faz-se necessário apresentar outros aspectos da imigração para compreender melhor o papel do japonês na formação e no desenvolvimento da formatação dos gaúchos.

BIBLIOGRAFIA

Festival do Japão, 2025. Disponível em: < https://festivaldojapaors.com.br/tema-da-edicao/ >. Acesso em: 08 dez. 2025.

GAUDIOSO, T. K. **A saga dos imigrantes japoneses na história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2006.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma Teoria Interpretativa da Cultura. *In*: **A Interpretação das Culturas**: Uma Descrição Densa; Por uma teoria interpretativa da Cultura. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

2 https://festivaldojapaors.com.br/tema-da-edicao/.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

SASAOKA, Tadao. ***I*migração japonesa (Rio Grande do Sul) 1957-1961.** São Paulo: Gráfica Paulista, 1971.

SCHILLING, Voltaire. **Japão**: da espada à indústria. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2006. Caderno de História, v. 11.

Takuseki: **Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996**: São Paulo, 1996.



ENTRE FRONTEIRAS E ESPERANÇAS: A FAMÍLIA FUJII E A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL

Bernardo Luchini Bisatto[1]

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo problematizar a trajetória do casal Bunpei Fujii e Michie Takezaki Fujii, imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil em 1957 junto com três de seus cinco filhos: Koichi, Takeshi e Kimiko. Buscando compreender os variados itinerários estabelecidos pela família entre sua saída do Japão até a chegada ao Brasil, serão abordadas e caracterizadas suas formações familiares, escolares e profissionais, suas experiências como imigrantes e seus deslocamentos no território brasileiro, que vão do Porto de Santos até a cidade de Veranópolis, com destaque para as diversas experiências socioculturais vivenciadas pela família.

A escolha por escrever sobre a família Fujii, como qualquer pesquisa do campo da História, está baseada na visão que o presente projeta sobre o passado, ou seja, nos questionamentos à memória constituída sobre o município de Veranópolis e às culturas escolhidas para comporem as narrativas oficiais sobre sua formação histórica. Assim, estruturar esta narrativa exige que se façam considerações teóricas e metodológicas que orientem a análise da trajetória da família Fujii e suas relações com as diferentes localidades onde se estabeleceram, com destaque especial para a permanência no município de Veranópolis entre 1959 e 1978, período em que a família teve como principal atividade econômica o estúdio fotográfico Foto Fuji.

Na memória local, seja oficial ou popular, Veranópolis é considerado um município formado a partir da imigração europeia empreendida em fins do século XIX e, desta forma, composto por populações de cultura branca, cristã e ocidental, o que demonstra a intencionalidade em ignorar os variados povos que ocuparam seu território e conformaram sua história, sobretudo as minorias culturais, como

1 Graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul, especialista em História e Gestão de Acervos pela Universidade de Passo Fundo e especialista em Preservação, Conservação e Restauro de Bens Culturais pela Universidade de Caxias do Sul. E-mail: blbisatto@ucs.br.

famílias de origem afrodiaspórica, oriental ou dos povos originários. Assim, o texto está orientado sob o conceito de multiculturalismo, uma perspectiva política e social que visa efetivar os direitos das minorias e o reconhecimento de grupos inferiorizados por condições históricas, socioeconômicas ou raciais, buscando englobar a diversidade de grupos sociais que vivem no território e estabelecem relações de consenso, oposição e conflito (Groff e Pagel, 2009).

Em consonância com isso, esta pesquisa propõe um estudo de trajetória que problematize, a partir da experiência dos Fujii, a sociedade e os processos históricos nos quais estiveram inseridos. Tem-se por objetivo construir um estudo que permita evidenciar as possibilidades abertas, em variados contextos, para as migrações da família e que considere as diversas redes de relações que os envolvem em diferentes tempos e espaços, configurando-se em um texto que, através da análise dos itinerários de um grupo familiar, alcance contextos mais amplos, transformando-se em parte da história do município de Veranópolis e da imigração japonesa no Rio Grande do Sul e no Brasil. Portanto, buscou-se analisar a trajetória da família Fujii na perspectiva de compreender também questões políticas, migratórias e culturais dos diversos espaços de circulação desses indivíduos. Para Schmidt (2012, p.196) ao estabelecer relações entre os indivíduos e contextos mais amplos, o principal desafio é escrever sobre vidas e suas particularidades evidenciando seus caráteres também sociais, compreendendo os indivíduos, mas também seu feixe de relações. A própria noção de contexto deve ser problematizada, pois nas discussões sobre estudos de trajetórias "não é incomum se ouvir a frase: 'é preciso inserir o indivíduo no contexto', como se este último preexistisse ao primeiro, desconsiderando que o contexto não é algo homogêneo e estático, mas sim composto por múltiplas e dinâmicas relações sociais entabuladas por indivíduos" (Schmidt, 2012. p.196).

O conceito de trajetória considerado na análise dos itinerários da família Fujii é o de Bourdieu (1996, p.74-82), que alerta para os riscos de uma visão pautada em ideias do senso comum, que tratam a trajetória dos indivíduos como um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional e que comporta início, meio e fim. Para elucidar uma nova perspectiva de análise, Bourdieu aponta que "[...] o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório". Portanto, este trabalho analisa a trajetória da família Fujii elucidando, dentro das possibilidades apresentadas pelas fontes, os imprevistos e as aleatoriedades de suas vidas, sem cair em uma análise que enumere eventos, na qual os acontecimentos da vida seguem uma trajetória retilínea, justificada por uma ordem cronológica e lógica.

Gilberto Velho também faz importantes considerações sobre a relação existente entre os indivíduos e as sociedades modernas-contemporâneas, apontando que os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas particulares, como seus antepassados, porém, de um modo inédito estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos, havendo assim uma mobilidade material e simbólica sem precedentes (Velho, 2003, p. 39). Desta forma, o autor flexibiliza o conceito de contexto, compreendendo-o como um campo de possibilidades, no qual o indivíduo tem espaço para a formulação e implementação de projetos. Velho interpreta projeto como uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, ressaltando um certo grau de racionalidade e a consciência individual como propulsores na constituição da trajetória, sem entregá-la ao determinismo sociocultural (Velho, 2003). O autor acrescenta que os indivíduos "não são, no entanto, atores-sujeito na sua plenitude, utilizando o livre arbítrio. São empurrados por forças e circunstâncias que têm de enfrentar e procurar dar conta" (Velho, 2003. p. 45). Portanto, buscou-se analisar as alocações e deslocamentos da família Fujii destacando seu trânsito em espaços distintos e as estratégias para lidar com situações imprevistas, demarcando as possíveis formas de adaptação, ou não, a elas.

É importante destacar que a trajetória da família, dentro de suas mais diversas possibilidades de análise, não dispõe de estudos específicos que busquem compreender seus itinerários no Japão e no Brasil, tampouco foram localizados estudos sobre o grupo de imigrantes japoneses estabelecidos em São Luiz Gonzaga ao qual pertenciam. Estabeleceram-se como principais limites deste trabalho: a dificuldade de ter acesso a fontes sobre a história da família, a dispersão dos membros do grupo em variados locais do Brasil e do mundo e, principalmente, as limitações de especialização do autor. As principais fontes utilizadas na construção do texto são duas entrevistas realizadas com os descendentes do casal Fujii, Ronaldo Fujii (neto)[2], que reside nos EUA e o Takeshi Fujii (filho), que reside no estado de São Paulo. Assim, foi desenvolvido um itinerário de questões enviado para ambos em 20 de novembro de 2022 e recebido com as respostas em 04 de janeiro de 2023. As referidas entrevistas foram realizadas a partir de um projeto de pesquisa do Museu Municipal de

2 Ronaldo Kenzou Fujii é filho de Koichi Fujii e Marlene Pastore Fujii, nasceu em Veranópolis. Quando da realização da entrevista em 2022, Ronaldo Fujii afirmou estar escrevendo um livro sobre a história de sua família, inclusive com pesquisa documental realizada em órgãos estatais no Japão e com acervo privado da família que permaneceu no país. Desta forma, muitas das informações apresentadas como respostas às perguntas, não compõem memórias de suas experiências de vida, pois foram conhecidas a partir de suas atividades de pesquisa. Cabe destacar que este esclarecimento não desmerece a entrevista de Ronaldo Fujii, pois sua pesquisa foi instigada pelos questionamentos pessoais sobre a história familiar, o que não deixa de configurar uma construção entre memória individual e coletiva.

Veranópolis denominado *A imagem e o tempo: memória e fotografia nos 125 anos de Veranópolis*, que teve por objetivo registrar memórias e coletar acervos remanescentes das atividades dos estúdios fotográficos atuantes na cidade ao longo do século XX. Para além de contemplar as questões sobre as atividades profissionais dos Fujii, o itinerário de questões buscou compreender a trajetória de vida do casal Bunpei e Michie de forma mais global, constituindo-se como uma importante fonte para diversos objetos de estudo.

A memória de Ronaldo e Takeshi Fujii é aqui compreendida como um conjunto de representações do passado, significadas e ressignificadas no presente. Conforme Pierre Nora (1984, p.9):

> A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...]. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.

Assim, a entrevista é reconhecida como o produto de uma memória autobiográfica que contempla traços da memória coletiva da imigração japonesa. Para Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno coletivo e social, portanto, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e constantes mudanças. No mesmo sentido Pollack (1992, p.2), afirma que existem na memória "marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis", nos quais o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças, passando a constituir a própria essência da pessoa, embora, muitos outros fatos e acontecimentos possam se modificar. O autor aponta ainda características da memória que são fundamentais para sua compreensão e análise, afirmando que ela é seletiva, pois nem tudo fica gravado; é, em parte, herdada, pois não se refere apenas à vida da pessoa; sofre flutuações mediante o momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa; é um fenômeno construído, pois é organizada em função das preocupações pessoais e políticas do momento, sejam elas conscientes ou inconscientes. "O que a memória individual grava, recalca, exclui ou relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização" (Pollack, 1992, p.4-5). Desta forma, não é um fator negativo o entrevistado 'distorcer' os acontecimentos ou ter 'falhas de memória', o importante é promover uma reflexão ampla, indagando-se as razões pelas quais os entrevistados concebem o passado de determinadas formas em detrimento de outras.

A FAMÍLIA FUJII E O JAPÃO: TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM UM PAÍS EFERVESCENTE

Refletir sobre a trajetória da família Fujii a partir das entrevistas cedidas por Ronaldo e Takeshi Fujii permite compreender também sobre as condições de diferentes grupos sociais em um Japão marcado por intensas transformações políticas, culturais e econômicas ao longo da primeira metade do século XX. Este jogo entre micro e macro escalas de análise é aqui compreendido também com uma abordagem de micro-história, ou seja, há o "deslocamento de uma perspectiva mais globalizante, preocupada com as continuidades dentro de processos históricos longos e largos espaços geográficos, em direção a um recorte mais circunscrito e voltado sobre às trajetórias individuais" (Lima Filho, 1999, p.3).

Assim, as vidas de Bunpei Fujii e Michie Takezaki e de suas famílias permitem compreender muitas das transformações do Japão entre o final do século XIX e o início do século XX. Ambos nasceram em um período de transição política do país, marcado pelo fim do período Meiji e pelo início do período Taisho (1912-1926). Conforme aponta Parisoto (2024), por mais de duzentos anos, o Japão permaneceu fechado ao mundo em um sistema agrário feudal, interrompido com o advento da Era Meiji (1868-1912), período caracterizado pela intervenção dos Estados Unidos nas dinâmicas socioeconômicas e culturais do país, tendo como principal destaque a abertura dos portos japoneses ao comércio estadunidense por meio de pressão militar, o que assegurou uma série de tratados desiguais típicos do imperialismo norte-americano. Nesse sentido, o governo japonês adotou uma série de medidas de modernização, centradas no âmbito militar e que, gradualmente, inseriram elementos da cultura ocidental no Japão (Parisoto, 2024, p.40). A Era Meiji foi marcada por reformas econômicas e sociais de caráter liberal e centralizador, tendo como destaque a abolição de inúmeras estruturas socioculturais que impactaram diretamente a vida da população, tais como: a extinção do sistema *Han*, chamado também de feudalismo japonês, inclusive com o confisco de terras; a redução dos poderes dos *daimyos*, equivalentes aos senhores feudais, e dos samurais; a criação de um exército nacional, com fortalecimento do sentimento de nacionalismo e a adoção de símbolos pátrios; a criação de um xintoísmo de estado e a perseguição ao budismo; a autorização do cristianismo por questões diplomáticas e a implementação de uma educação ocidentalizada (Parisoto, 2024, p. 40). É neste Japão marcado por transformações e reações que as famílias Fujii e Takezaki, dentro de suas particularidades, criaram seus filhos.

Bunpei Fujii nasceu em 9 de dezembro de 1906, na cidade portuária de Kobe, sendo o segundo filho de Seikichi e Toyo Fujii. A família tinha como principal atividade econômica o comércio de tecidos importados e integrava um segmento urbano de nível médio. Takeshi Fujii (2022, p.3) afirma saber pouco

sobre a família paterna e desconhece o grau de escolarização dos avós. No que se refere à formação escolar, Bunpei teve acesso à educação formal de nível médio, sendo caracterizado pelo filho como um apreciador de literatura clássica e textos filosóficos, além de possuir amplo domínio da escrita em kanji, em nível considerado universitário.

Fotografia 1 – Toyo Fujii e Bunpeii Fujii, Kobe, Japão, 1906. Autoria não identificada.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

Fotografia 2 – Toyo Fujii e Bunpeii Fujii, Kobe, Japão, 1921 aproximadamente.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

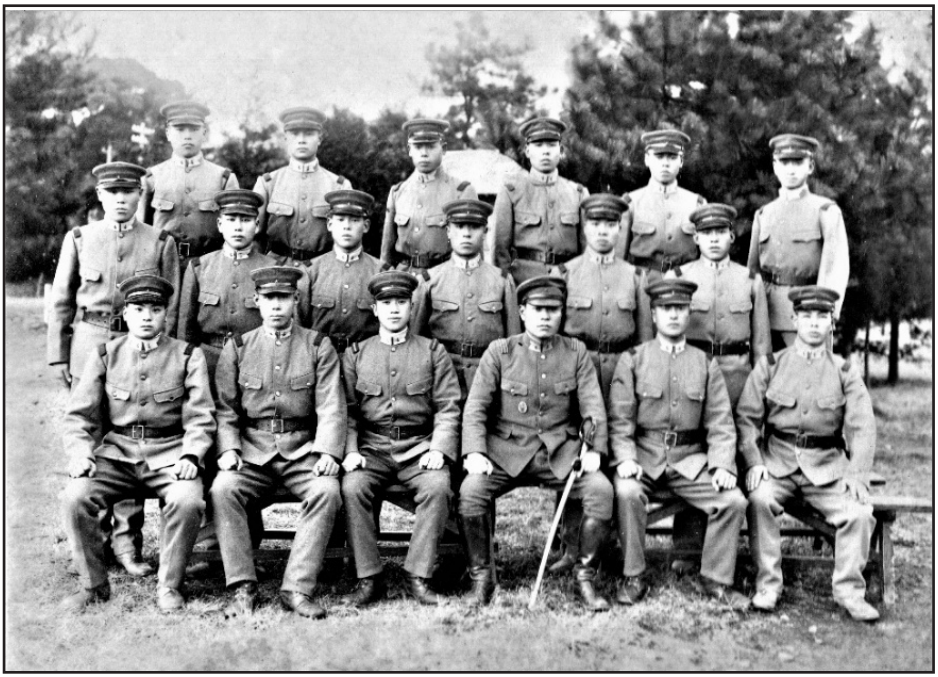
Conforme destaca Ronaldo Fujii (2022), a trajetória de Bunpei foi marcada por diversos reveses representativos das instabilidades política, econômica e social do Japão, mas também das transformações culturais anteriormente citadas:

> Bunpei trabalhou como assistente de fotografia e tipografia quando adolescente no Japão e, através do estudo e financiamento da família, ingressou na Escola de Medicina na Universidade Imperial de Tóquio, em 1926. Infelizmente, durante o período entre 1920 e 1927, uma intensa crise econômica levou vários comerciantes à falência, incluindo seu pai, Seikichi, e seu irmão mais velho, os quais se suicidaram (Seikichi em meados de 1920 e o irmão mais velho em 1926), impossibilitando a continuidade dos estudos na universidade. Em busca de sustentabilidade financeira, Bunpei se alistou no Exército japonês e fez parte de missões na região da Manchúria, China, entre 1929 e 1930. Em 1931, foi recrutado pelo serviço secreto e de inteligência japonês, o *Kempeitai*[3], criado nos moldes da Gestapo alemã.

3 O Kempeitai era a polícia mais importante do Japão, inclusive com mais autoridade que o exército. Por ser secreta e ter responsabilidade de manter a ordem pública, o que incluía serviços de inteligência a as ações mais truculentas, esses policiais eram os mais temidos e respeitados onde quer que estivessem, seja no Japão ou em suas colônias (Fujita, 2023, p.110).

A trajetória de Bunpei foi marcada pela influência da cultura e da atuação ocidentais em solo japonês, representadas pela presença do ensino universitário, das práticas imperialistas e fascistas adotadas pelo Estado. É interessante perceber como diferentes gerações da família selecionam as memórias a serem compartilhadas na entrevista. Por exemplo, Takeshi Fujii opta por não falar sobre experiências traumáticas ou sensíveis da família paterna, representadas pelo suicídio do avô e do tio, ou mesmo pela atuação militar do pai junto ao *Kempeitai*. Já Ronaldo Fujii, primeira geração de nascidos no Brasil, que possui um certo distanciamento temporal e cultural do Japão, compreende de forma diferente a trajetória familiar, apontando a participação do avô em um órgão militar componente do Estado imperialista japonês e com práticas associadas ao fascismo.

Fotografia 3 – 4º Esquadrão de Artilharia do Exército Japonês, Osaka, 1927. Autoria não identificada. Bunpei Fujii está na fila superior, quarto da esquerda para a direita.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

Michie Takezaki teve uma formação diferente. Nasceu em 25 de setembro de 1910, na cidade de Kuga[4], província de Yamaguchi, em uma família de agricultores proprietários de extensas áreas de terra, possivelmente

4 A Ficha Consular de Qualificação de Michie Takezaki Fujii, expedida para autorização de sua entrada no Brasil, indica que sua cidade natal é Fukuoka. Em entrevista, Takeshi Fujii (2022), indica que sua mãe nasceu cidade de Kuga, região de Yamaguchi. Desde 2006, o território de Kuga compõe a cidade maior de Iwakuni.

pertencentes às extintas classes de *daimyos*. Primogênita entre os sete filhos do casal Hichisaburo Takezaki e Tomo Takezaki, poucas informações foram fornecidas nas entrevistas sobre a família. Takeshi Fujii (2022, p.3) desconhece o nível de escolarização dos avós maternos, mas recorda que "eram bem cultos e liam e escreviam muito bem". Michie cresceu em um ambiente rural e realizou os cursos tradicionalmente destinados às mulheres, voltados à administração doméstica, como corte, costura e culinária, evidenciando o modelo patriarcal e a divisão de gênero no trabalho vigentes na sociedade japonesa do início do século XX. Sobre a formação de Michie e o início da vida adulta, Takeshi Fujii (2022, p.3) relata:

> A minha mãe aos 16 anos foi mandada para casa de uma tia na cidade de Hōfu para estudar corte, costura, cozinha e etc., enfim, a preparação básica para uma mulher estar apta para o casamento. Aos 18 anos ela foi apresentada através de uma *nakodo* (casamenteira, fazedora de casamentos), amiga da tia, ao meu pai, com 22 anos recém-ingressado no exército. E se casaram no mesmo ano na cidade de Kurume, Ilha de Kyushu.

O filho aponta ainda que a união do casal ocorreu em regime civil e, embora fossem adeptos do xintoísmo, não houve celebrações religiosas ou festividades que demarcassem esse rito de passagem.

Fotografia 4 – Casamento de Bunpei Fujii e Michie Takezaki, Kurume, Japão, 1932. Bunpei Fujii veste o uniforme do *Kempeitai*. Autoria não identificada.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

A vida do casal Bunpei e Michie, bem como a constituição de sua família, deram-se em um período marcado por profundas crises em nível nacional e internacional, conhecido no Japão como Era Showa (1926-1989). Parisoto (2024, p. 39), aponta que apesar de o Japão ter se beneficiado economicamente com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a economia do país não esteve imune aos efeitos das crises do Entreguerras, e foi marcada por acentuada recessão econômica a partir de 1927, levando um quarto dos bancos japoneses à falência, à diminuição drástica das rendas geradas nas atividades agrícolas, à desvalorização da seda e do arroz no final da década de 1920 e ao longo da década de 1930. Além disso, nas cidades a população aumentava substancialmente e gerava uma série de problemas sociais. Conforme apontado anteriormente, a vida da família Fujii foi impactada pelas instabilidades e crises do período, fatores evidenciados por Ronaldo Fujii, por meio da falência do comércio familiar e da necessidade de Bunpei de abandonar os estudos na universidade. Ao longo das entrevistas pouco se mencionou sobre a família Takezaki, mas, considerando que fossem grandes proprietários e produtores rurais, o impacto destas crises em suas atividades econômicas é evidente.

Pouco tempo após o casamento, a trajetória do casal passou a ser orientada pelas atividades militares de Bunpei junto ao Exército japonês e, até o fim da Segunda Guerra Mundial passou por instabilidades, constantes migrações e convivência com a guerra. Em 1932, Bunpei foi enviado à Manchúria para atuar na invasão e ocupação do território chinês e, conforme apontado por Takeshi Fujii (2022), Michie acompanhou o marido, estabelecendo residência no território anexado ao Japão. A experiência na Manchúria constituiu um momento importante na trajetória da família Fujii, pois nesse período nasceram as duas filhas mais velhas do casal, Takako em 1933 e Masako em 1935, marcando também a abertura do primeiro estúdio fotográfico de Bunpei, com foco no atendimento de militares japoneses e suas famílias, bem como, no registro do dia a dia da invasão imperialista japonesa na região. Dentre as mais variadas adversidades experimentadas pelo grupo familiar em um cotidiano de conflitos e ocupação militar, Bunpei enfrentou uma grave pneumonia em 1936, que ocasionou a baixa em sua carreira militar, passando a atuar somente como fotógrafo. Diante do agravamento do cenário bélico mundial, representado pelo início da Segunda Grande Guerra, e da iminência do fechamento das fronteiras, a família decidiu retornar ao Japão em 1938.

Fotografia 5 – Masako Fujii e Takako Fujii, Manchúria, 1936. Autoria: Bupei Fujii.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

De volta ao território japonês, estabeleceram-se inicialmente na província de Fukuoka, onde nasceu o terceiro filho do casal, Koichi, em 1939. No período entre 1939 e 1941, Bunpei passou a exercer uma nova função profissional, trabalhando na gestão municipal da cidade de Kurume, órgão chamado de prefeitura nas entrevistas, cuja nomenclatura oficial, bem como suas características administrativas, não foi possível apurar.

Fotografia 6 – Koichi Fujii, Fukuoka, 1942 aproximadamente. Autoria: Bunpei Fujii.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

Com a entrada do Japão na Segunda Guerra Mundial, novamente a carreira militar de Bunpei se interpôs à trajetória da família. Reconvocado, não foi enviado ao front, mas atuou na Base Militar de Kokura dada sua idade e situação de saúde. Foi nesse período de guerra que nasceu o quarto filho do casal, Hirofumi, em 1943. Ronaldo Fujii (2022) destaca a interferência da guerra na vida da família, relatando que o pequeno Hirofumi faleceu com um ano de idade, dada uma encefalite adquirida nos abrigos antibomba. Ao término da guerra, Bunpei trabalhou por algum tempo em uma base militar dos Estados Unidos no Japão, como tipógrafo e como funcionário de logística. Parisoto (2024, p.72) traz importantes considerações sobre o cenário do Japão no pós-guerra e sua condição de "derrotado", apontando que a partir de imposições dos EUA, assegurava-se que o país não voltaria a se tornar uma ameaça ao Ocidente e à paz mundial, reduzindo drasticamente o poder e a influência das forças armadas japonesas, para "transformar o Japão de governo totalitário, ultranacionalista e fascista em uma nação democrática a partir de conceitos como liberdade de expressão, liberdade religiosa e respeito aos Direitos Humanos". Para garantir a gerência dos EUA neste processo, instaurou-se um comando de supervisão e fez-se uma intervenção militar com a liderança do General Douglas MacArthur. "Tal presença americana no território definiu diversos dos rumos políticos, sociais e econômicos tomados pelo Japão no pós-guerra, assim como foi importante elemento transformador da cultura japonesa" (Parisoto, 2024, p.72).

O fim da guerra, em 1945, marcou uma nova inflexão na trajetória familiar. Diante da devastação econômica e social do país, Bunpei adquiriu uma pequena propriedade agrícola em Kuga, terra natal de Michie, onde nasceram Takeshi, em 1946, e Kimiko em 1949. A partir daí a família dedicou-se às atividades agrícolas até 1957, mesmo que, conforme destacado por Takeshi Fujii (2022), não fosse do desejo e agrado de Bunpei ser agricultor. Nenhum dos entrevistados mencionou possíveis sanções ou julgamentos que envolvessem Bunpei por sua atuação militar no Exército japonês ou no *Kempeitai*, mas não se pode desconsiderar que a opção por se dedicar à agricultura, longe dos centros de poder, possa ter sido uma possibilidade de afastamento da trajetória traçada pela família até então. Dentre as reformas do pós-guerra, Takeshi Fujii (2022) menciona que seus avós maternos, Hichisaburo e Tomo Takezaki, perderam uma parte considerável de suas terras na reforma agrária implementada na gestão do General MacArthur.

Fotografia 7 – Takeshi Fujii e Kimiko Fujii, Kuga, 1954 aproximadamente. Autoria: Bunpei Fujii.



Fonte: Acervo privado da família Fujii.

Diante da trajetória de vida do casal Bunpei e Michie Fujii apresentada até 1957, mesmo que com pouco aprofundamento dada a limitação das fontes, perceberam-se experiências traumáticas que marcaram suas vidas públicas e privadas, experimentadas em um Japão "oscilante e de contrastes, que perpassa uma sociedade em constante diálogo e conflito com o novo e com o externo. Que aceita o moderno e também reage. De antagonismo. De vitórias e derrotas. De construções e imposições" (Parisoto, 2024, p.74). Portanto, a escolha por emigrar não parece ter sido algo tão difícil para o casal.

Ronaldo Fujii (2022, p.4) aponta que "foi através de um anúncio de jornal em meados de 1956 que a família apostou em um programa de emigração para o Brasil, que prometia um contrato de trabalho agrícola com direito à moradia". Nesse momento o Japão dispunha de políticas migratórias que incentivavam a saída de parte da população como estratégia de reconstrução nacional, inclusive com a criação de uma empresa estatal destinada a organizar a migração de japoneses para países da América Latina, a *Japan Migration and Colonization* (JAMIC)[5]. Segundo relato de Takeshi Fujii (2022), o Brasil era apresentado como "um país abençoado

5 Conforme Parisoto (2024, p.35), a *Japan Migration and Colonization* (JAMIC), foi fundada pelo governo japonês em 1956 como uma empresa de colonização, visando, por meio de financiamento, a imigração de japoneses para os territórios da América Latina e Havaí. No Brasil, possuía uma sede em Porto Alegre com jurisdição que abrangia os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a finalidade de auxiliar os japoneses no âmbito da orientação técnica e compra de terrenos. O acervo documental remanescente das atividades da empresa subsidiou muitas das pesquisas precursoras sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul.

por Deus", com amplas oportunidades na agricultura e possibilidade de ascensão social. Diante do exposto, pode-se inferir que a propaganda emigratória, somada às variadas adversidades da trajetória de Bunpei e Michie, convenceu o casal a deixar o Japão. Não é possível precisar quanto tempo a ideia de migrar foi gestada no seio da família, o certo é que a decisão foi tomada e emigrar passou a ser um novo projeto ligado à melhoria das condições de vida do grupo. Movida por novas possibilidades, a família Fujii vendeu a pequena propriedade agrícola e embarcou em 28 de fevereiro de 1957 rumo ao Brasil. A bordo do navio *Santos Maru*, junto ao porto de Kobe, partiram Bunpei Fujii, à época com 40 anos, Michie Takezaki Fujii com 36 anos, e seus três filhos mais novos: Koichi, com dezoito anos; Takeshi com dez anos e Kimiko com sete anos. As razões pelas quais as filhas mais velhas do casal permaneceram no Japão são descritas pelo irmão: "as duas estavam trabalhando como enfermeiras num grande hospital em Fukuoka, ambas formadas em curso superior de Enfermagem. E a mais velha, Takako, casou dois anos depois e a mais nova, Masako, veio falecer logo a seguir infelizmente" (Takeshi Fujii, 2022, p.6).

Fotografia 8 – Tripulação e imigrantes do Navio Santos Maru à frente do *Kobe Emigration Center*, Kobe, 1957. Autoria não identificada. Última fila, quinto da esquerda para a direita, Koichi Fujii; oitavo da esquerda para a direita, Bunpei Fujii; décima da esquerda para a direita, Michie Fujii; em frente Kimiko Fujii; segundo à direita de Kimiko, Takeshi Fujii. Acervo privado da família Fujii.



Fotografia 9 – Partida do Navio Santos Maru no Porto de Kobe, março de 1957. Autoria não identificada. Acervo privado da família Fujii.



A FAMÍLIA FUJII E O BRASIL: ITINERÁRIOS DE UM NOVO PROJETO DE VIDA

O processo migratório transcorrido entre a saída do Porto de Kobe até a chegada ao Porto do Rio Grande permaneceu vivo na memória de Takeshi Fujii e não passou despercebido pelas lentes de seu pai. A travessia marítima foi minuciosamente registrada por Bunpei Fujii por meio de fotografias que ilustram os diferentes aspectos da viagem, contemplando as hierarquias do navio, os cotidianos de seus passageiros e os locais de escala da viagem. A produção iconográfica está compilada em um álbum fotográfico pertencente ao acervo privado da família Fujii[6] e não foi aprofundada pois optou-se por dar destaque aos registros que envolvem o grupo familiar. Takeshi Fujii (2022) faz um relato detalhado acerca do percurso do Navio *Santos Maru* entre a saída do Japão e os itinerários percorridos pela família até aportar no Rio Grande:

6 No período de produção deste artigo Takeshi Fujii estava em vias de formalização da doação do acervo da família Fujii sob sua posse ao Museu Municipal de Veranópolis, contemplando também o referido álbum, que passará a ser de acesso público.

> Como meu pai trazia nas bagagens equipamentos fotográficos como câmeras e filmes, fez sequências fotográficas de toda viagem. Navio que transportou nossa família e demais imigrantes chamava Santos Maru, [...]. Esse navio era de categoria mista, carga e passageiros, cargas nos porões inferiores e porão superior era transformado em cabines-dormitório. Nas laterais e na área central era refeitório e área de lazer. E no retorno [ao Japão] eram retirados e transformava em cargueiro. Nos andares superiores, três andares, eram destinados para tripulantes e demais passageiros regulares e não imigrantes. A viagem durou aproximadamente 51 dias e o trajeto foi de Porto de Kobe, cidade onde nasceu meu pai, atravessou Oceano Pacífico até porto de Los Angeles/EUA, em catorze dias e algumas horas. Após dois dias de descarga e recarga, viagem prosseguiu em direção a Panamá, canal de Panamá que liga Oceano Pacífico a Oceano Atlântico. Após 45 dias de viagem, depois de aportar em São Cristóvão e Caracas chegamos ao porto de Rio de Janeiro. E mais dois dias chegamos ao porto de Santos, onde desembarcaram maioria de imigrantes. No navio ficaram quinze famílias, onde incluía a nossa, e algumas famílias que iam imigrar para Argentina. No porto de Santos ficamos aportados por cinco dias, por causa da semana de Páscoa, depois de dois dias de viagem finalmente chegamos no porto de Rio Grande/RS.

A partir da chegada a Rio Grande em abril de 1957, a família foi encaminhada para o interior do estado, estabelecendo-se inicialmente em uma fazenda no então distrito de Roque Gonzales, pertencente ao município de São Luiz Gonzaga. Flores (1975), ao pesquisar sobre a imigração japonesa no acervo da JAMIC, em um estudo pioneiro sobre a temática no estado, aponta que o proprietário da fazenda, André de La Justina, solicitou à empresa japonesa imigrantes que trabalhassem por quatro anos em lotes individuais de 25 hectares e acrescenta que o grupo de imigrantes com o qual os Fujii compartilharam o percurso e as expectativas de uma nova vida a partir da agricultura de subsistência, era composto por 16 famílias, perfazendo um total de 97 pessoas, todas destinadas a trabalhar na Fazenda Justina. Conforme recorda Takeshi Fujii (2022, p.8), "do porto de Rio Grande, de trem fomos transportados até a cidade de São Luiz Gonzaga, dois dias de viagem. Da cidade de São Luiz Gonzaga, de caminhão tipo pau de araras, fomos levados ao destino final, que ficava distante 60km, no distrito de Roque Gonzales".

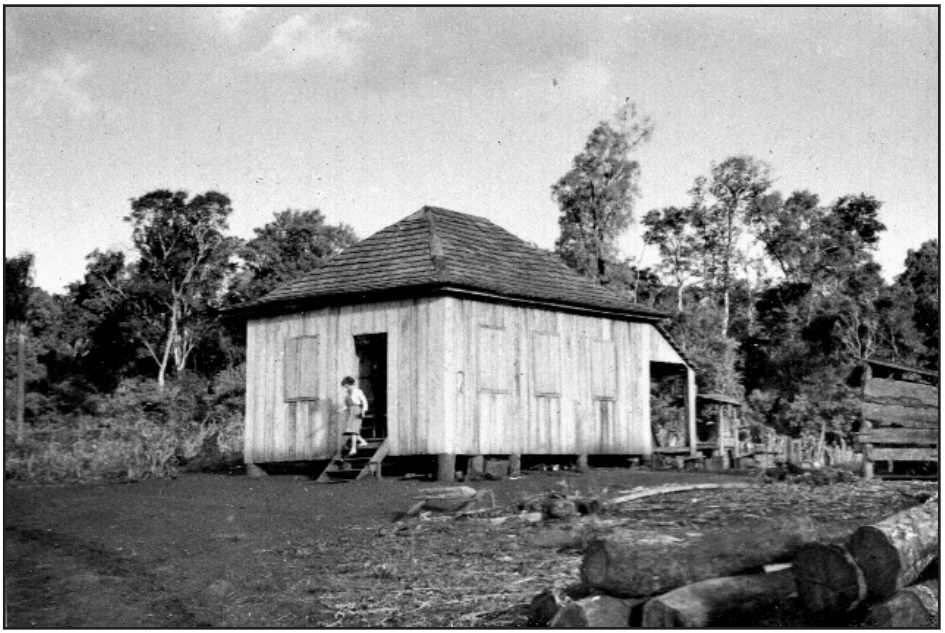
Fotografia 10 – Chegada do grupo de imigrantes japoneses à Fazenda Justina, Distrito de Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga, 1957. Autoria: Bunpei Fujii. Acervo privado da família Fujii.



Fotografia 11 – Confraternização para recepção dos imigrantes japoneses na Fazenda Justina, Distrito de Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga, 1957. Autoria não identificada. Acervo privado da família Fujii.



Fotografia 12 – Residência da família Fujii na Fazenda Justina, Distrito de Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga, 1957. Autoria: Bunpei Fujii. Acervo privado da família Fujii.



Fotografia 13 – Bunpei Fujii arando a terra em sua propriedade rural na Fazenda Justina, Distrito de Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga, 1957. Autoria não identificada. Acervo privado da família Fujii.



Fotografia 14 – Michie Takezaki Fujii trabalhando no cultivo da terra em sua propriedade rural na Fazenda Justina, Distrito de Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga, 1957. Autoria: Bunpei Fujii. Acervo privado da família Fujii.



Fotografia 15 – Takeshi, Michie, Koichi, Bunpei e Kimiko Fujii, São Luiz Gonzaga, 1957. Autoria não identificada. Chama atenção que somente Michie Fujii mantém as vestimentas tradicionais japonesas, demais membros da família vestem trajes ocidentais. Fonte: Acervo privado da família Fujii.



Semelhante às demais tentativas de colonização por imigrantes japoneses em terras privadas[7], a proposta da Fazenda Justina não prosperou e, conforme Flores (1975, p.75), "Após seis meses, ao colherem a primeira safra de milho, feijão e soja, 10 famílias se retiraram para Porto Alegre e 6 se dirigiram para São Paulo, dedicando-se ao comércio e agricultura, em que encontraram mais estabilidade". Segundo o autor, a JAMIC justificou o fracasso da colônia pelas dificuldades na administração, pela redução do lote para 5 hectares, pela falta de capital e de implementos agrícolas. A família Fujii, também insatisfeita com as condições de assentamento e renda, deixou a fazenda após um ano, "por absoluta falta de perspectiva econômica viável", destaca Takeshi Fujii (2022). A experiência agrícola no interior gaúcho revelou-se marcada por dificuldades econômicas e ausência de perspectivas de ascensão, levando o grupo a sucessivos deslocamentos. "Mudamos para Guaporé e logo depois para Nova Prata, todos em propriedade pequena de subsistência. No final de 1959, pai resolveu mudar de ramo de trabalho e decidiu abrir estúdio fotográfico". Neste curto período de tempo, os Fujii passaram por Guaporé e Nova Prata na Serra Gaúcha, dedicando-se à agricultura de subsistência em pequenas propriedades, porém, conforme ressaltado inúmeras vezes por seu filho, Bunpei Fujii nunca apreciou a profissão de agricultor.

"Depois de trabalhar na agricultura por quase três anos, em 1959 pai decidiu abrir um estúdio fotográfico. Inicialmente pesquisou Porto Alegre e arredores, mas não encontrou condições favoráveis. E ao passar pela cidade de Veranópolis encontrou o que estava procurando" (Takeshi Fujii, 2022). A partir de 1959, Bunpei decidiu retomar sua antiga profissão, abrindo o estúdio fotográfico Foto Fuji[8] em Veranópolis. Embora a recepção inicial no município tenha sido relativamente positiva, a inserção no mercado local foi gradual. As técnicas fotográficas utilizadas pelos Fujii ainda eram baseadas em processos do início do século XX, por meio de negativos produzidos em chapas de vidro,

7 Conforme Tanaka (2003, p.40-41), na década de 1930 "iniciaram-se as primeiras tentativas de uma imigração tutelada e organizada. A KKKK [*Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*] recrutou 10 famílias que já moravam em São Paulo na tentativa de fundar uma colônia em Santa Rosa. Porém, com a eminência da Segunda Guerra, o governo brasileiro proíbe que estrangeiros possuam terras em um raio de 150 quilômetros a partir da fronteira. Os imigrantes que abandonaram esta colônia dispersaram-se pelo estado e por Santa Catarina. Na segunda metade da década de cinquenta, teve início a corrente imigratória direta. Em agosto de 1956, chegaram no porto de Rio Grande um grupo de imigrantes composto por 23 rapazes solteiros. [...]. Assim como esses casos, outras tentativas de se organizar uma colônia sob tutela fracassaram fazendo com que os imigrantes se espalhassem pelo estado. As dificuldades apareciam sempre ou por falta de organização dos agentes japoneses ou pelo não cumprimento das promessas dos proprietários de terras brasileiros".

8 O nome do empreendimento possui grafia diferente do sobrenome da família, conforme evidenciado nas variadas fotografias apresentadas ao longo do texto.

demandando tempo, técnica e paciência por parte dos clientes, o que dificultava o reconhecimento imediato da qualidade do trabalho realizado e gerava disparidade em relação à concorrência.

Fotografia 16 – Koichi, Michie, Kimiko, Bunpei e Takeshi Fujii em frente ao estúdio Foto Fuji, Veranópolis, 1959. Autoria não identificada. Acervo privado da família Fujii.

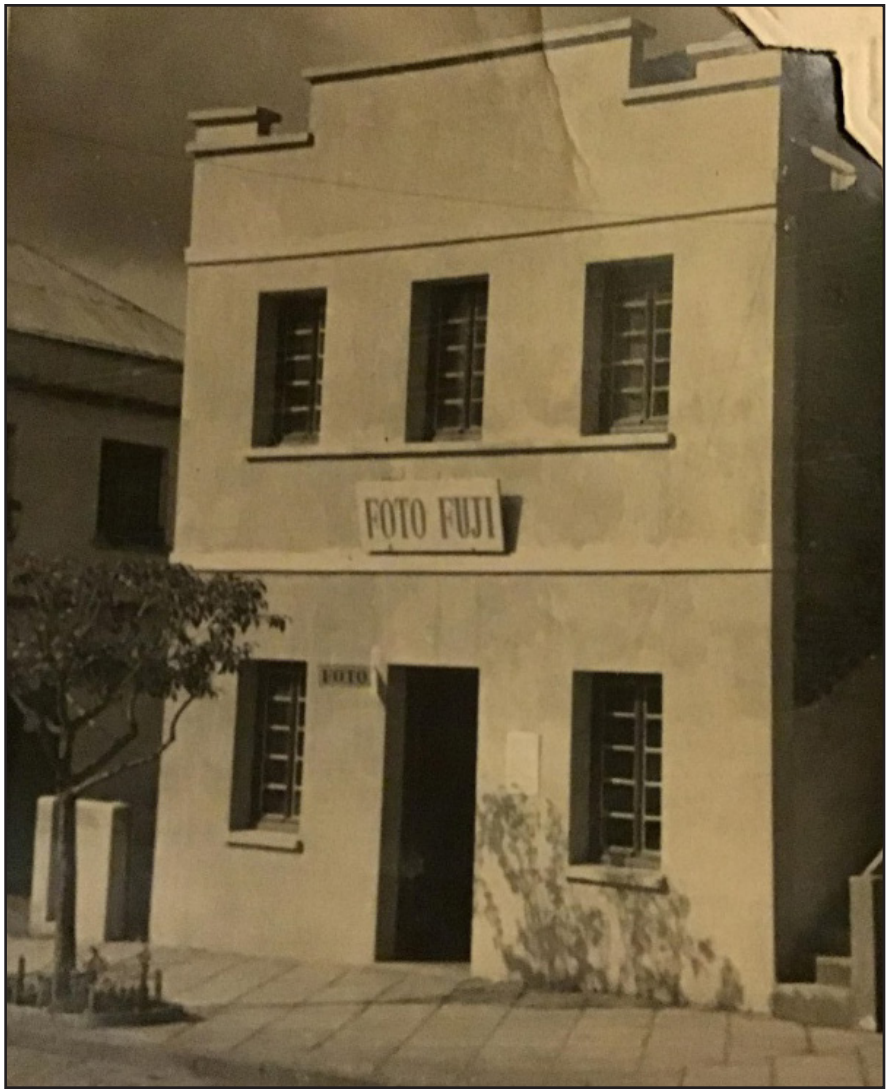


A fotografia acima apresenta Michie Fujii vestindo trajes ocidentais, o que se percebe em todas as demais fotografias que compõem o acervo familiar produzidas a partir de 1959. A mudança de costumes pode ser interpretada como um processo de aculturação e adaptação aos novos locais onde a família foi se estabelecendo, mas também como estratégia para mitigar possíveis estranhamentos entre moradores já estabelecidos na cidade. A abertura do estúdio fotográfico demarcou um novo momento na vida de Michie Fujii, pois desde seu casamento no Japão, sempre esteve ligada às atividades domésticas da casa e ao cuidado dos filhos. Porém, em Veranópolis passou a atuar diretamente nos procedimentos laboratoriais para a produção de fotografias e no comércio de itens análogos ao meio. Michie desempenhava um papel fundamental nos bastidores, conforme relata Takeshi Fujii (2022, p.7):

> "Minha mãe fazia todo trabalho de laboratório: processamento de revelação, cópias, fixação, lavagem e secagem, até embalagem. Um pequeno período comercializou álbuns, porta-retratos, máquinas fotográficas populares e outros acessórios fotográficos".

O estúdio fotográfico tornou-se a principal fonte de renda da família. Bunpei dedicava-se integralmente à fotografia de estúdio, enquanto o filho Koichi assumiu as fotografias externas, como casamentos, carnavais, formaturas e eventos sociais diversos. Essa divisão do trabalho evidencia tanto a centralidade da família na sustentação econômica do negócio quanto as relações de gênero que estruturavam as atividades cotidianas. Takeshi e Kimiko não desempenhavam atividades relacionadas ao estúdio fotográfico.

Fotografia 17 – Primeira residência da família Fujii e sede da Foto Fuji, situada na Avenida Osvaldo Aranha, Veranópolis, 1959. Autoria não identificada. Acervo privado da família Fujii.



**Fotografia 18 – Segunda sede da Foto Fuji, situada na Rua Mal. Deodoro da Fonseca, Veranópolis, 1959. Autoria não identificada.
Acervo privado da família Fujii.**



**Fotografia 19 – Elígio Parise e Koichi Fujii em Baile de Carnaval da Sociedade Alfredochavense, Veranópolis, década de 1960. Autoria não identificada.
Acervo privado da família Parise.**



Como um novo alocamento da família e espaço para implementação de novos projetos de vida, cabe destacar que ao chegar em Veranópolis, os Fujii experimentaram um município que, nas décadas de 1950 e 1960, passou por importantes transformações socioeconômicas e políticas que impactaram nos cotidianos de sua população, até aquele momento composta majoritariamente por descendentes de imigrantes europeus, sobretudo italianos. O período marcou a consolidação de uma economia baseada na indústria e a implementação de obras voltadas à reestruturação urbana e à logística de acessos ao município, envolvendo, nos contextos nacional e estadual, grandes obras públicas que impactaram no desenvolvimento da região como um todo (Bisatto, 2024, p. 64). Para além do surgimento de diversas indústrias que transformaram a base da economia local, o setor de transportes recebeu impulsos importantes, incluindo a fundação do Aeroclube de Veranópolis em 1947 e a subsequente construção do Aeródromo Municipal em meados de 1950, bem como a inauguração de três vias de transporte terrestre: a Ponte Ernesto Dornelles em 1952, a Linha Férrea Tronco Principal Sul em 1958 e a RST 470 em 1964, demonstrando a existência de um projeto político e socioeconômico de transformações da logística e do urbanismo do município, com impacto direto na circulação de pessoas e serviços. Neste contexto de incentivo e desenvolvimento de variados setores, Veranópolis passou a ser um polo de convergência de migrantes oriundos de diversos munícipios do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1950, processo que se intensificou no decorrer das décadas seguintes. A industrialização do munícipio, acrescida das inúmeras obras públicas de infraestrutura viária implementadas nas décadas de 1950 e 1960, atraiu um contingente significativo de mão de obra de várias cidades, sobretudo das regiões norte e nordeste do estado, economicamente afetadas por crises de produção e escassez de emprego (Bisatto, 2024, p.85).

As dinâmicas de integração com a população preestabelecida na cidade, sejam encontros ou estranhamentos culturais, são recordados por Takeshi Fujii (2022), relatando que família enfrentou inúmeros desafios de adaptação, sobretudo de natureza linguística:

> "Partimos do zero. Os adultos tinham recebido algumas noções da língua portuguesa e um manual de conversação de rotina muito incipiente. Creio que no início precisou usar muito aquela linguagem universal, que são gestos e expressões faciais, intercalado com palavras e frases curtas" (Takeshi Fujii, 2022, p.6).

Outra dificuldade relacionada à comunicação destacada pelo imigrante japonês foi amplo uso do *Talian*[9] na cidade e na região, que mesmo diante de

9 *Talian* é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil nas regiões de ocupação italiana direta e seus desdobramentos desde 1875, em especial no nordeste do Rio

novos fluxos migratórios, ainda tinha forte influência da imigração de italianos ocorrida em fins do século XIX. Estabelecidos em um município com ampla maioria de professantes da fé católica, o fator cultural da religião também foi uma nova realidade para a família. Inicialmente adeptos do xintoísmo, os Fujii se converteram ao catolicismo, também como uma forma de adaptação e facilitação do convívio com descendentes de imigrantes italianos, que se constituiu como elemento desse processo de integração, mesmo que não fossem assíduos frequentadores do culto católico:

> "Aqui no Brasil todos nos convertemos à religião católica por influência dos descendentes de italianos. Mas nunca fomos muito praticantes, exceto quando estudei no Ginásio Divino Mestre dos Maristas, em que nas segundas-feiras o tema da redação era sobre sermão dominical".

Quanto às possibilidades de serem alvo de preconceitos étnicos ou discriminações devido à sua origem, Takeshi Fujii (2022, p.6) relata: "Eu era menor de idade e não me lembro de discriminações ou ato preconceituoso. Se existiu não sei. Crianças apontavam para gente e diziam: 'Olha chinês!'".

O falecimento de Bunpei Fujii em 1978, aos 72 anos, ocasionou o encerramento das atividades da Foto Fuji. Sem a presença do pai, Koichi direcionou-se para outras atividades profissionais, tornando-se inviável a continuidade do estúdio. Bunpei faleceu em Veranópolis e foi sepultado inicialmente no cemitério municipal, sendo posteriormente trasladado para Florianópolis, para onde Michie migrou pouco tempo depois e veio a falecer em 1990. Os três filhos do casal tomaram rumos diferentes, saindo de Veranópolis em busca de melhores oportunidades profissionais ou com outras perspectivas de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória da família Fujii buscou-se compreender a história da imigração japonesa no Brasil para além de narrativas estruturantes e teleológicas, evidenciando os deslocamentos, rupturas, continuidades e imprevistos que marcaram a experiência migratória do grupo familiar. Discutir conceitos de trajetória teve por objetivo o afastamento de leituras deterministas sobre a vida de Bunpei e Michie Fujii, para dar destaque às descontinuidades e às escolhas realizadas em diferentes contextos no Japão e no Brasil. Assim, emigração não se apresentou como um desfecho fatídico ou inevitável, mas como um projeto dentro de um campo de possibilidades, no qual os indivíduos atuaram tensionados entre expectativas e circunstâncias adversas. A articulação

Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, nas regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Venezia Giulia, Piemonte, Emilia-Romagna e Ligúria (Iphan, 2026).

entre biografia e contexto permitiu observar como as experiências familiares se relacionam com processos históricos mais amplos, como a modernização japonesa, o imperialismo, a Segunda Guerra Mundial, as políticas migratórias do pós-guerra e os projetos de colonização e desenvolvimento no Brasil.

A utilização da memória como fonte central revelou-se fundamental para a construção desta narrativa, não como um vestígio neutro do passado, mas como um fenômeno social, seletivo e em constante ressignificação. As diferentes ênfases e silêncios presentes nos relatos de Takeshi e Ronaldo Fujii demonstram como as memórias familiares são atravessadas por gerações, afetos, distanciamentos temporais e posicionamentos políticos, permitindo compreender não apenas "o que" é lembrado, mas "como" e "por que" certos acontecimentos são narrados ou omitidos.

Por fim, ao inserir a experiência da família Fujii na história de Veranópolis, reafirma-se a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas experiências migratórias que constituem a trajetória do município, ampliando o olhar para além das narrativas oficiais e reforçando o compromisso com a história problema. As possíveis análises sobre a trajetória da família Fujii não foram e nem pretendiam ser esgotadas neste estudo, portanto ele foi concebido na perspectiva de suscitar o debate e os avanços do conhecimento histórico, pois, utilizando livremente a expressão de Paul Ricoeur, escrever sobre vidas é sempre uma história inacabada.

REFERÊNCIAS

BISATTO, Bernardo Luchini (org.). **Veranópolis, 125 anos de história**: tempo, território e cultura. Passo Fundo: EDIUPF, 2024. Disponível em: <https://www.upf.br/upfeditora/livros-publicados/e-books/historia>. Acesso em: 30 dez. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

FLORES, Moacyr. Japoneses no Rio Grande do Sul. **Veritas**, Porto Alegre, n. 77, p.65-98, mar. 1975.

FUJII, Takeshi. **Takeshi Fujii (entrevista, 2022).** Veranópolis: Museu Municipal de Veranópolis, 2022, 14p.

FUJII, Ronaldo. **Ronaldo Fujii (entrevista, 2022).** Veranópolis: Museu Municipal de Veranópolis, 2022, 13p.

FUJITA, Luciana Akemi. **As marcas da bomba atômica nos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki**: as memórias dos que imigraram para o Brasil. 2023. 216f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) apresentada ao Programa de, Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Santo André, 2023

GROFF, Paulo Vargas; PAGEL, Rogério. **Multiculturalismo, democracia e reconhecimento.** Videre, Dourados, ano 1, n. 2, p. 51-64, jul./dez. 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

IPHAN. **Língua Talian.** Iphan, 2026. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183/>. Acesso em: 06 jan. 2026.

LIMA FILHO, Henrique Espada. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. 1999. 430f. Tese (doutorado em História) apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

PARISOTO, Felipe. **O judoca, o kamikaze e o toureiro**: a imigração japonesa no Rio Grande do Sul na trajetória de Teruo Obata. 2024. 220f. Tese (doutorado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p.200-2012, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.195.

TANAKA, Aline Midori de Moraes. Imigração e colonização japonesa no Brasil – um resumo. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito**, Porto Alegre, p.37-41, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/48590>. Acesso em: 20 dez. 2025.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

Biografia dos autores



BEATRIZ MARTIGNONI HOCHMÜLLER

Licenciada e mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Repositório de Entrevistas de História Oral (REPHO/ UFRGS), coordenado pela Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero. Suas pesquisas concentram-se nos estudos sobre migrações, representações culturais e gênero, com ênfase nas migrações sino e nipo-brasileiras, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3828092946643648

E-mail: beatrizhochmuller24@gmail.com

BERNARDO LUCHINI BISATTO

Graduado em História pela Universidade de Caxias do Sul (2018), especialista em História e Gestão de Acervos pela Universidade de Passo Fundo (2022) e especialista em Preservação, Conservação e Restauro de Bens Culturais pela Universidade de Caxias do Sul. Foi Coordenador do Museu Municipal de Veranópolis (MUMVER) entre 2021 e 2024, atuando nas áreas do planejamento estratégico e gestão de acervos culturais. É assessor de Patrimônio Cultural e Memória na Associação de Turismo da Serra Nordeste - Atuaserra. Membro da Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul (ACOR-RS).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2403278515550779

E-mail: blbisatto@ucs.br

HENRIQUE ALFONSIN FALCÃO

Graduando em História (Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desenvolve estudos voltados à história asiática, preferencialmente da história japonesa. Membro do grupo de extensão Ásia dos Impérios do IFCH da UFRGS.

E-mail: henriquealfonsinfalcao@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3118042774392492

LEONARDO MARQUES KUSSLER

Graduado em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (2012), mestre em Filosofia pela mesma instituição (PROSUP/CAPES, 2012–2014) e doutor em Filosofia (PROSUC/CAPES, 2014–2018), com estágio pós-doutoral realizado entre 2019 e 2020. Foi pesquisador visitante DCR FAPEPI/CNPq (2019–2021) na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERGS (2022–2024). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNISINOS (PIPD/CAPES). Atua há mais de uma década como revisor, consultor de língua portuguesa e tradutor (inglês) de periódicos e livros, com ênfase em textos acadêmicos. É filiado ao GT Filosofia Hermenêutica da ANPOF, integra a Red Iberoamericana de Hermenéutica e é membro da Hans-Georg Gadamer Research Society of Japan. Suas áreas de pesquisa abrangem Hermenêutica, Ética, Emergência Climática, Filosofia Oriental (Escola de Kyoto), Educação, Política, Arte e Design.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8889240429908043
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8876-8211
E-mail: leonardo.kussler@gmail.com

LUCIANA SANGUINÉ

Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui mestrado em Project Management pela University of Essex (Reino Unido). É graduada em História, Letras, Engenharia da Computação e Gestão da Tecnologia da Informação. Atua como pesquisadora nas áreas de imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. Possui trajetória profissional consolidada no setor de tecnologia da informação, com atuação no Brasil e no exterior, nas áreas de segurança da informação, governança, ciência de dados e inteligência artificial, articulando tecnologia e humanidades. É editora assistente da revista Estudos Ibero-Americanos (Qualis A1), organizadora geral da coleção História dos Povos Formadores do Rio Grande do Sul. Integra o quadro de membros da Netnographic Research Association (ANR) como membro ativa, atuando diretamente em atividades de divulgação científica e comunicação acadêmica, em articulação com pesquisadores da associação, incluindo o fundador da metodologia netnográfica, Robert Kozinets. Tem interesse nos seguintes temas: imigração e processos migratórios; identidade, etnicidade e pertencimento; história regional; patrimônio cultural; humanidades digitais; metodologia e escrita científica; história oral; netnografia; usos de tecnologias digitais na pesquisa histórica; Holocausto e genocídio.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2329404148873452
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8517-7803
E-mail: luciana.sanguine@outlook.com

NATHAN FERREIRA DOS SANTOS SILVA

Licenciado em Letras Português/Alemão pelo Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã (IFPLA), instituição mantida pela Associação Evangélica de Ensino, com subvenção da Zentralstelle für das Auslandsschulwesen (ZfA), órgão do governo alemão vinculado ao Bundesamt für Auswärtige Angelegenheiten. Atuou como professor de língua portuguesa e alemã em redes municipais e privadas de ensino e atualmente leciona língua alemã no Instituto Lengert, nos níveis A1 a B2. Possui experiência em tradução e transcrição paleográfica de língua alemã e do dialeto Hunsrückisch. É percussionista do grupo Ivoti Wadaiko, da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira (ACENB). Desenvolveu pesquisa sobre o não-lugar do negro falante de alemão nas comunidades teuto-brasileiras do Vale do Rio dos Sinos, analisando as relações entre raça, língua e pertencimento. Seus interesses de pesquisa concentram-se em sociolinguística alemã, relações étnico-raciais e estudos sobre comunidades negras e nipo-brasileiras.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9813799622485669
E-mail: nathansilva0454@gmail.com

RODRIGO LUIS DOS SANTOS

Possui doutorado em História (2021) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), mestrado em História (2016) e graduação em Licenciatura em História (2013) pela mesma instituição. Historiador com registro profissional sob número 0000001/RS (2021). Atua como Docente da Área do Conhecimento de Humanidades na Universidade de Caxias do Sul (UCS), vinculado aos Cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e aos Programas de Pós-Graduação em História e em Turismo e Hospitalidade. Associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). Exerceu a função de Historiador junto ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (2024–2025). Tem interesse e atua nos seguintes temas: imigração e sua contextualização social e política; Brasil e Rio Grande do Sul republicano (Primeira República e Período Vargas); Estado Novo, nacionalismo e ações de nacionalização; patrimônio, museus e acervos documentais e históricos; história da educação; biografia histórica e trajetória; ensino de História e uso de fontes audiovisuais e impressas em sala de aula.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2668730091701426
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3447-6026
E-mail: rluis.historia@gmail.com; rlsantos4@ucs.br

TOKOMO KIMURA GAUDIOSO

Possui doutorado em História (2020) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), , mestrado em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração (2005) e graduação em Direito (1985) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como professora do Setor de Japonês do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS, onde também exerce funções de coordenação do Núcleo de Estudos Japoneses e do Memorial da Imigração e Cultura Japonesa da UFRGS. Tem experiência nas áreas de História, Letras e Antropologia, com atuação e interesse nos seguintes temas: imigração japonesa no Rio Grande do Sul; memória, identidade e etnicidade; patrimônio cultural material e imaterial; religiosidade e práticas culturais das comunidades japonesas; literatura japonesa, com ênfase no haicai; ensino da língua e cultura japonesa; e estudos sobre transmissão cultural e memória comunitária, com destaque para a colônia japonesa de Ivoti (RS).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4704993539914573
E-mail: tomoko.gaudioso@gmail.com

YUMI SATO MAKIYAMA

Cursa mestrado no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (PPGH/IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa Relações Sociais de Dominação e Resistência, onde atua como bolsista PROEX/CAPES. É licenciada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Ao longo de sua trajetória acadêmica, atuou como bolsista PIBIC/CNPq em grupos de pesquisa dedicados à História Social e à História do Trabalho, além de exercer a função de monitora em seminários internacionais voltados aos estudos sobre migrações, fronteiras, territórios e culturas. Também desenvolveu atividades no Memorial da Colônia Japonesa de Ivoti (RS), contribuindo para a organização do acervo museológico, o desenvolvimento de ações de educação patrimonial e a realização de pesquisas sobre a imigração japonesa no Rio Grande do Sul. Participou da consultoria histórica e da digitalização de acervos para o documentário FURUSATO – Um lugar para voltar, realizado pela Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira (ACENB), com apoio da Lei Paulo Gustavo. Além disso, integrou o elenco e a equipe de fotografia still do documentário Memórias do Sul. Ambas as produções contribuem para preservar e difundir o legado da comunidade nipo-brasileira em Ivoti, importante símbolo da presença *nikkei* no sul do país. Como artista e agente cultural, integra o grupo Ivoti Wadaiko, vinculado à ACENB, por meio do qual vivencia e transmite a força e a musicalidade das tradições japonesas no Rio Grande do Sul.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9620374316875395
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-7491-2018
E-mail: yumismakiyama@gmail.com

Índice Remissivo

A

Adaptação 5, 6, 8, 9, 24, 42, 56, 59, 74, 78, 79, 111, 124, 128, 144, 147, 183, 196, 211, 228, 231, 232
Agricultura 22, 25, 85, 94, 108, 114, 139, 187, 195, 199, 200, 202, 203, 219, 221, 223, 227
Ancestralidade 73, 112, 174, 176
Anti-imigrantista 5, 15, 18
Arroz 55, 193, 196, 205, 217
Assimilação 17, 144, 183
Associação 15, 46, 47, 49, 70, 97, 111, 175, 188, 190, 191, 195, 200, 236

B

Biografia 70, 233, 237
Brasil 5, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 53, 57, 60, 61, 62, 64, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 106, 112, 115, 119, 120, 121, 123, 124, 127, 135, 136, 137, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 159, 161, 162, 163, 167, 168, 171, 175, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 189, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 209, 210, 211, 215, 220, 221, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238
Budismo 79, 95, 213

C

Casamento 216, 217, 228
Catolicismo 26, 232
Celebrações 84, 112, 119, 216
Chá 171, 190
Colheita 130, 131
Colônia 7, 23, 45, 46, 51, 70, 72, 77, 78, 83, 84, 88, 90, 92, 93, 95, 104, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 149, 150, 151, 175, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 205, 227, 238
Colonização 24, 25, 26, 27, 28, 33, 35, 38, 51, 67, 69, 82, 83, 91, 103, 105, 106, 110, 113, 121, 123, 126, 138, 183, 184, 185, 189, 194, 196, 197, 202, 203, 220, 227, 233, 234

Colonos 46, 103, 105, 112, 124, 193, 203, 205
Comércio 40, 112, 113, 151, 186, 188, 190, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 213, 217, 227, 228
Comunidade 7, 20, 39, 43, 47, 49, 50, 60, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 82, 90, 102, 107, 108, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 126, 131, 134, 135, 149, 152, 159, 178, 182, 183, 184, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 202, 203, 206
Cooperação 6, 45, 46, 47, 61, 78, 82, 83, 102, 125, 140
Cooperativa 45, 77, 110, 195, 197
Costumes 43, 131, 169, 179, 228
Cotidiano 7, 72, 74, 78, 80, 81, 86, 107, 108, 113, 124, 126, 128, 131, 136, 139, 147, 150, 151, 157, 160, 176, 205, 217
Crise climática 6, 53, 54, 56, 59, 61
Cristianismo 79, 213
Culinária 80, 83, 90, 91, 96, 107, 112, 216
Cultura 39, 42, 43, 49, 51, 54, 57, 59, 61, 62, 67, 71, 72, 73, 74, 88, 92, 94, 95, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 115, 116, 128, 131, 153, 154, 159, 163, 170, 176, 177, 183, 184, 188, 195, 200, 202, 209, 213, 215, 219, 233, 238

D

Descendência 175, 176, 177, 178, 179
Descendentes 5, 7, 8, 9, 24, 25, 26, 28, 36, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 82, 84, 86, 90, 93, 107, 111, 121, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 150, 151, 152, 161, 167, 168, 173, 174, 179, 180, 181, 188, 190, 194, 195, 198, 199, 200, 211, 231, 232
Desenvolvimento 27, 41, 44, 47, 50, 54, 55, 56, 78, 84, 88, 104, 122, 143, 160, 169, 183, 184, 187, 191, 193, 195, 198, 199, 204, 206, 231, 233
Deslocamento 111, 180, 191, 210, 213
Diversidade 55, 72, 84, 87, 117, 128, 173, 210
Dominação 20, 21, 22, 23

E

Economia 25, 41, 114, 139, 147, 217, 231
Educação 6, 14, 27, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 80, 82, 90, 92, 110, 115, 126, 127, 189, 198, 213, 214, 237, 238
Educação patrimonial 80, 82, 90, 92, 110, 115, 238
Ensino 24, 28, 49, 59, 60, 71, 77, 83, 93, 112, 192, 197, 199, 201, 202, 215, 237, 238
Escola 27, 46, 49, 127, 128, 176, 191, 192, 197, 202
Estado Novo 17, 25, 31, 32, 37, 43, 237
Etnicidade 67, 105, 117, 118, 120, 130, 137, 139, 180, 181, 183, 236, 238
Exclusão 7, 85, 106, 179, 188
Experiências 5, 6, 7, 8, 40, 49, 55, 72, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 102, 103, 110, 111, 112, 114, 117, 118, 119, 128, 135, 140, 148, 149, 155, 161, 168, 169, 170, 173, 174, 179, 180, 181, 195, 209, 211, 215, 220, 233

F

Família 8, 13, 26, 34, 45, 90, 106, 107, 112, 121, 151, 174, 175, 176, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233
Família japonesa 186, 200
Feminilidade 170, 173
Festividades 73, 82, 107, 112, 206, 216
Flores 7, 46, 108, 123, 124, 125, 132, 195, 196, 197
Fronteiras 8, 40, 43, 69, 105, 107, 109, 110, 180, 181, 217

G

Gênero 8, 79, 80, 82, 112, 142, 167, 168, 170, 174, 180, 181, 216, 229, 235
Gerações 25, 70, 81, 93, 114, 127, 132, 140, 146, 168, 178, 179, 180, 194, 202, 215, 233
Guerra 6, 8, 21, 40, 42, 43, 47, 50, 83, 91, 92, 104, 111, 112, 121, 142, 143, 185, 186, 191, 201, 203, 206, 217, 219, 227, 233

H

Hábitos 77, 80, 189
História 5, 7, 8, 14, 50, 68, 72, 73, 74, 79, 80, 82, 83, 86, 90, 91, 95, 96, 101, 108, 110, 111, 113, 114, 119, 122, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 168, 171, 173, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 205, 206, 209, 210, 211, 213, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238
História da imigração 5, 50, 171, 232, 235
História local 7, 74, 108, 111, 114, 133, 139, 156, 159, 160
História oral 8, 79, 80, 82, 86, 142, 162, 182, 236
História regional 161, 236
História social 8, 160, 161, 238
Historiografia 5, 6, 7, 68, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 93, 105, 114, 117, 118, 161
Homens 19, 23, 72, 146, 170, 178, 179, 188, 190, 194, 199
Hortaliças 46, 77, 107, 190, 192, 197, 200, 205

I

Identidade 36, 43, 50, 67, 68, 72, 74, 76, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 92, 95, 96, 101, 104, 105, 107, 108, 114, 115, 117, 118, 120, 137, 139, 150, 154, 156, 161, 173, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 234, 236, 238
Identificação 75, 87, 120, 128, 153, 156, 184
Imaginário 7, 18, 106, 107, 108, 110, 113, 117, 155
Imigração 5, 6, 7, 8, 9, 14, 16, 24, 26, 27, 28, 34, 39, 40, 41, 42, 45, 47, 50, 51, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 111, 112, 115, 117, 118, 121, 124, 126, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 143, 161, 167, 168, 171, 173, 179, 180, 181, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 195, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 209, 210, 212, 220, 223, 227, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238

Imigração japonesa 5, 6, 7, 8, 16, 24, 27, 34, 39, 51, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 102, 106, 111, 112, 115, 118, 121, 124, 126, 134, 135, 139, 140, 143, 161, 167, 173, 179, 180, 181, 183, 184, 189, 191, 195, 202, 205, 206, 210, 212, 220, 223, 232, 234, 238
Imigrantes 5, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 17, 19, 25, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 84, 86, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 136, 137, 150, 151, 162, 171, 175, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 211, 221, 223, 224, 227, 231, 232
Inclusão 33, 130
Industrialização 7, 54, 59, 140, 142, 146, 149, 204, 231
Infância 86, 87, 174
Integração 8, 17, 26, 27, 72, 73, 78, 95, 104, 116, 119, 121, 124, 127, 139, 163, 183, 194, 195, 231, 232
Interior 28, 85, 120, 127, 128, 130, 148, 150, 155, 199, 223, 227

J

Japão 6, 8, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 75, 76, 78, 83, 84, 86, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 111, 113, 130, 133, 134, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 161, 173, 175, 178, 184, 185, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 228, 232
Japonês 5, 6, 13, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 34, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 58, 59, 60, 62, 71, 76, 77, 86, 93, 95, 96, 106, 110, 111, 112, 113, 116, 150, 151, 154, 163, 174, 175, 182, 185, 187, 188, 189, 191, 195, 196, 198, 200, 205, 206, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 231
Japoneses 5, 7, 8, 9, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 58, 63, 67, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 131, 132, 133, 136, 140, 144, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 159, 161, 162, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 209, 211, 213, 217, 220, 224, 227

L

Lavoura 124, 125, 189, 198, 205Lavouras 25, 42, 124, 125, 189, 195, 198, 205
Língua 24, 31, 46, 47, 49, 77, 83, 91, 101, 112, 114, 116, 127, 154, 155, 191, 192, 194, 197, 199, 202, 231, 236, 237, 238

M

Masculinidade 170, 172, 178

Memória 7, 8, 9, 50, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 101, 105, 110, 112, 114, 115, 118, 119, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 180, 183, 184, 207, 209, 211, 212, 222, 233, 234, 238
Memória coletiva 8, 74, 79, 105, 140, 160, 184, 207, 212, 234
Memorial 75, 79, 81, 92, 95, 110, 130
Memórias do Sul 74, 93, 108, 238
Memórias familiares 73, 113, 128, 168, 233
Migrações 7, 68, 167, 168, 173, 174, 210, 217, 235, 238
Mobilidade 85, 211
Modernização 60, 103, 105, 121, 143, 147, 148, 159, 198, 204, 213, 233
Mulheres 8, 19, 23, 72, 79, 80, 82, 89, 95, 112, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 188, 190, 194, 198, 199, 205, 216
Museu 110, 115

N

Nacionalização 24, 27, 28, 83, 93, 237
Nipo-brasileiros 74, 80, 91, 102, 109, 111, 112, 114

P

Paisagem 67, 85, 92, 94, 112, 118, 135, 136, 137, 138, 139, 148
Patrimonialização 101, 102
Patrimônio 73, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 92, 134, 140, 161, 236, 237, 238
Patrimônio cultural 80, 82, 90, 236, 238
Patrimônio imaterial 73, 80, 82, 89, 92, 134, 140
Pequena propriedade 219, 221
Permanência 7, 85, 121, 124, 127, 128, 132, 144, 148, 151, 153, 156, 159, 160, 161, 203, 209
Plantio 46, 192, 196, 203
Português 21, 47, 106, 112, 150, 151, 184, 191, 192, 194, 197, 205
Preservação 8, 9, 50, 60, 72, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 83, 86, 95, 112, 119, 134, 142, 153, 161
Produção 2, 7, 32, 39, 40, 55, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 95, 103, 104, 106, 107, 108, 114, 117, 118, 120, 124, 139, 147, 148, 154, 156, 167, 168, 169, 170, 171, 190, 196, 197, 200, 205, 222, 228, 231

R

Raça 16, 41, 101, 170, 178, 200, 237, 238
Racialização 70, 93, 110, 113
Racismo 43, 174, 182, 238
Reconhecimento 56, 76, 79, 84, 87, 102, 105, 110, 111, 113, 114, 119, 133, 134, 152, 153, 173, 179, 180, 210, 228, 234

Redes sociais 118, 119, 126, 128, 134, 135, 137
Relações sociais 128, 139, 180, 210
Religião 26, 124, 146, 232
Representações 8, 51, 70, 82, 93, 101, 112, 115, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 180, 181, 212, 235
Rio Grande do Sul 5, 6, 7, 8, 9, 13, 17, 24, 27, 30, 33, 34, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 104, 106, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 122, 125, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 151, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 173, 175, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 195, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 210, 220, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238
Ritual 112, 123, 130, 146

S

Segunda Guerra Mundial 6, 8, 21, 43, 50, 83, 91, 104, 111, 112, 121, 142, 143, 203, 206, 217, 219, 233
Sociabilidade 7, 70, 71, 75, 77, 81, 82, 83, 123, 124, 125, 129, 149, 150

T

Terras 20, 22, 23, 25, 30, 35, 36, 40, 42, 45, 106, 107, 121, 122, 185, 187, 193, 194, 196, 202, 203, 205, 213, 219, 227
Território 17, 19, 20, 24, 28, 39, 40, 42, 44, 45, 47, 55, 60, 61, 67, 71, 75, 106, 113, 114, 121, 124, 141, 143, 145, 148, 154, 157, 160, 167, 200, 206, 209, 210, 215, 217, 218, 219, 233
Trabalhadores 41, 42, 85, 141, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 161, 201
Trabalho 7, 14, 15, 17, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 47, 68, 69, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 103, 105, 108, 112, 113, 114, 118, 119, 123, 124, 130, 133, 134, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 157, 158, 160, 161, 162, 167, 174, 183, 184, 189, 190, 201, 210, 211, 212, 216, 220, 227, 228, 229, 238
Tradição 104, 129, 130, 132, 146, 147, 148, 173, 197
Transformações 85, 86, 87, 92, 103, 107, 134, 136, 142, 143, 146, 147, 148, 155, 180, 212, 213, 214, 231

V

Vivências 8, 74, 114, 119, 167, 168, 173, 179, 180



EDITORA
SCHREIBEN